PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS

CEESP
CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA.
CNPJ. 19.768.173/0001-82

TEL.: (83) 3421.7300
Rua Horácio Nóbrega, s/n - Bairro Belo Horizonte
Patos-PB | CEP. 58.704-440
unifip.edu.br unifipoficial

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Reitor

João Leuson Palmeira Gomes Alves

Vice-Reitora

Sylvania Palmeira Gomes Alves

Pró-Reitora Acadêmica

Alana Candeia de Melo

Pró-Reitora de Ensino

Elzenir Pereira de Oliveira Almeida

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Milena Nunes Alves de Sousa

Secretária Geral

Adriana Lucena de Sousa Soares

Gerência de Marketing, Eventos e Cerimonial

Mirvan Araújo

Bibliotecário

Francisco das Chagas Leite

COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Coordenador do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistema

Sormany Silva Dantas

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

Patrícia Costa e Silva Crux

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Biomedicina

Lúcia Patrícia Bezerra Gomes da Silva

Coordenador do Curso de Bacharelado Direito

Ramonilson Alves Gomes

Coordenador dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física

Nalfrânio de Queiroz Satiro Filho

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Enfermagem

Raquel Campos de Medeiros

Coordenador do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil

Tibério Gomes Diniz

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Farmácia

Paula Regina Rodrigues Salgado

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Fisioterapia

Mayara Leal Almeida Costa

Coordenadora do Curso de Licenciatura Plena em Letras

Maria do Socorro de Lucena Silva

Coordenador do Curso de Bacharelado em Medicina

Umberto Marinho de Lima Júnior

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Nutrição

Edilene Araújo dos Santos

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Odontologia

Rebeca Dantas Alves Figueiredo

Coordenadora do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

Edilene Araújo dos Santos

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Psicologia

Mayara Cristina de Araújo Dantas

Coordenador do Curso Superior Tecnológico em Radiologia

José Bruno da Silva Leite

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social

Anarita de Souza Salvador

ÓRGÃOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação

Edilene Araújo dos Santos

Gerente de Recursos Humanos

Leonardo Henrique Vieira

Ouvidora

Sara Maria de Lacerda Nóbrega

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Flávio Franklin Ferreira de Almeida

Coordenador dos Laboratórios da Área de Saúde

Alexandre José Morais dos Santos

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Experimental

Roberta Micheline de Queiroz Magalhães

Coordenador do Comitê de Ética e Pesquisa

Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva

Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Patrícia Costa e Silva Crux

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca do UNIFIP

C397p Centro Educacional de Ensino Superior de Patos-LTDA
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. – Patos, PB: UNIFIP, 2021.

218 p.

1. Legislação Superior. 2. Projeto Institucional. 3. Infraestrutura. 4. Investimento. 5. Políticas de Ensino. 6. Financiamento. 7. Educação Superior. I. Título II. UNIFIP

UNIFIP/BU CDU: 377

Francisco C. Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1
1. PERFIL INSTITUCIONAL..... 2
1.1 HISTÓRICO: MANTENEDORA E MANTIDAS 2
1.2 BREVE APRESENTAÇÃO DA MANTIDA - FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS/CAMPINA GRANDE 4
1.3 HISTÓRICO DA MANTIDA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS – UNIFIP 4
1.4 MISSÃO 7
1.5 OBJETIVOS 8
1.6 VALORES 9
1.7 PRINCÍPIOS 9
1.8 INSERÇÃO REGIONAL..... 10
1.9 OBJETIVOS E METAS..... 13
1.10 ORGANIZAÇÃO DAS METAS 14
1.10.1 Metas para a missão e o pdi 15
1. 10.2 Metas para a política de ensino, pesquisa e extensão 16
1. 10.3 Metas para a responsabilidade social da instituição 19
1. 10.4 Metas para a comunicação com a sociedade 21
1. 10.5 Políticas para o corpo docente e técnico administrativo 22
1. 10.6 Metas para organização e gestão da instituição 24
1. 10.7 Metas para a infraestrutura física e tecnológica 25
1. 10.8 Metas para o planejamento e avaliação 27
1. 10.9 Metas para política de atendimento aos discentes 28
1. 10.10 Metas para a sustentabilidade financeira 28
1.11 RESPONSABILIDADE SOCIAL 29
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI 32
2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E ÈTICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO 32
2.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 35
2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 36
2.4 O PDI E AS ATIVIDADES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EDE PÓS-GRADUAÇÃO 37
2.5 POLÍTICA PARA AS ATIVIDADES VOLTADAS AO ENSINO 39
2.6 O PDI E AS PRÁTICAS DE EXTENSÃO 43
2.6.1 O PDI E AS ATIVIDADES DE PESQUISA/INICIAÇÃOCIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL 45
2.6.2 O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS NO QUE SE REFERE À DIVERSIDADE, AO MEIO AMBIENTE, À MEMÓRIA CULTURAL, À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E AO PATRIMÔNIO CULTURAL 47
2.6.3 O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 49
2.6.4 O PDI E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:INCLUSÃO SOCIAL 51
2.6.5 O PDI E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃODOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL 52
2.6.6 INTERNACIONALIZAÇÃO: COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS 54
2.7 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA MODALIDADE PRESENCIAL 55

2.8 REFERENCIAIS ÉTICO-POLÍTICOS 56
2.9 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS 57
2.9.1 PERFIL DO EGRESSO 57
2.10 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS ESPECIALMENTE QUANTO CONSIDERADAS À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES 58
2.11 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS 60
2.12 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS 62
2.13 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS 63
2.14 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA AS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA 64
a) Concepção de avaliação 65
b) Competências 66
c) Sistema de avaliação da aprendizagem na modalidade presencial 67
d) Sistema de avaliação da aprendizagem na modalidade EAD 68
2.15 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA OFERTA EDUCACIONAL 68
2.16 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA MODALIDADE EAD 69
2.16.1 ESTRUTURA CURRICULAR 69
2.16.2 FLEXIBILIDADE CURRICULAR 70
2.16 3NTERDISCIPLINARIDADE 71
2.17 A DINÂMICA DO ENSINO EAD 73
2.17.1 Sistema de controle de produção e distribuição de materialdidático 76
2.17.2 Desenvolvimento de materiais didáticos para EAD 76
2.17.3 Equipe multidisciplinar 77
2.17.4 Produção do material didático 79
2.17.5 Itens que compõem uma unidade de aprendizagem 80
2.17.6 Tecnologias de informação e comunicação – TICS no processo ensino aprendizagem 82
2.17.7 Atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem 83
2.17.8 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes 84
2.17.9 A convergência dos modelos de ensino presencial e a distância..... 84
2.18 PDI E OS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS 86
2.18.1 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO 86
2.18.2 AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB) 86
2.18.3 MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO 87
2.19 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA 88
2.20 NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAIN) 89
2.21 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTROAUTISTA 94
2.22 OFERTA DE LIBRAS 90
2.23 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA 95
2.24 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 97
2.25 DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL 97
2.26 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.. 98
2.27 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 98

2.28 PDI E A POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 99
2.29.1 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES 97
3 POLÍTICAS ACADÊMICAS INSTITUCIONAIS **100**
3.1 POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO 105
3.2 INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS 105
3.3 POLITICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO 108
3.4 POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO 112
3.4.1 POLÍTICAS DE PESQUISA 112
3.4.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 114
3.4.3 RESULTADOS IMPLANTADOS E METAS ATINGIDAS 116
3.4.4 ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO 116
3.5 POLÍTICA DE ESTÁGIO 119
3.6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE 120
3.7 PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA 121
3.8 ESTIMULOS A PERMANÊNCIA DO CORPO DISCENTE 122
3.8.1 NÚCLEO DE APOIO E ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA AO CORPO DISCENTE – NAPPE 122
3.8.2 MECANISMOS DE NIVELAMENTO 123
3.8.3 PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO E MOTIVAÇÃO PARA ESTUDOS DO ENADE 124
3.8.4 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS – PACEP 125
3.8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 127
3.8.6 PROJETO DE CONHECIMENTO INTEGRADO - PCI 128
3.8.7 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 128
3.9 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL 129
3.10 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL 130
3.11 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 131
3.12 GERÊNCIA DE MARKETING, COMUNICAÇÃO E EVENTOS 135
3.13 OUVIDORIA 136
3.14 PROGRAMAS DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E À PRODUÇÃO DISCENTE 137
3.15 PROPOSTAS DE CURSOS PARA SEREM PROTOCOLADOS PELO UNIFIP .. 138
3.16 PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS TECNÓLOGOS 138
3.17 PROPOSTA PARA ABERTURA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO (BACHARELADOE TECNÓLOGOS) EM CAMPUS FORA DE SEDE 139
3.18 PROPOSTA PARA ABERTURA DE CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU 139
4 GESTÃO INSTITUCIONAL **140**
4.1 CORPO DOCENTE **141**
4.1.1 REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO 142
4.1.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO 142
4.1.3 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE 143
4.1.4 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 144
4.1.5 POLÍTICAS PARA QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE 144
4.1.6 PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS 147
4.1.6.1 FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO EEXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE 147
4.1.6.2 QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS 148
4.1.6.3 REGIME DE TRABALHO E PROCEDIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO 148

EVENTUAL DE PROFESSORES .....
4.2 TÉCNICO ADMINISTRATIVO **149**
4.2.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO 149
4.2.2 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO 149
4.2.3 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 151
4.3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO **152**
4.3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 152
4.3.2 SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO 168
4.4 ÓRGÃOS DE APOIO AS ATIVIDADES ACADÊMICAS **162**
4.4.1 BIBLIOTECA 169
4.3.1.1 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO 170
4.5 INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA: ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA AQUISIÇÃO DO ACERVO 170
4.6 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA 176
4.7 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS **177**
4.7.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO 178
4.7.2 PLANO DE INVESTIMENTO 180
4.7.3 PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 181
5 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 182
5.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AUTOAVALIAÇÃO 182
5.2 PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 185
5.3 AUTOAVALIAÇÃO NA MODALIDADE EAD 188
5.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA 189
5.5 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 191
5.6 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 194
5.7 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO 195
5.8 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 197
5.9 DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO 198
5.10 PLANOS DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS 199
6 INFRAESTRUTURA..... **192**
6.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS 201
6.2 DESCRIÇÕES DAS EDIFICAÇÕES DA UNIDADE SEDE 202
6.3 AUDITÓRIOS 217
6.4 SALAS DOS PROFESSORES 217
6.5 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES 218
6.6 ESPAÇOS DE CONVENIÊNCIA E ALIMENTAÇÃO 218
6.7 LABORATÓRIOS 219
6.7.1 RELAÇÃO DOS LABORATÓRIOS E RESPECTIVAS ÁREAS 219
6.8 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA 221
6.9 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE 222
6.10 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA A CPA 223
6.11 BIBLIOTECA: INFRAESTRUTURA 223
6.11.1 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA PARA ESTUDOS 227
6.12 SALA DE APOIO DE INFORMÁTICA 237
6.13 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 238

6.14 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS 239
REFERÊNCIAS..... 240

APRESENTAÇÃO

O documento ora apresentado contém **o Plano de Desenvolvimento Institucional** do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, no qual se consolidam as definições de missão, diretrizes e proposições para o interstício de cinco anos, evidenciando os princípios, desafios, objetivos e metas globais a serem alcançados, definidos com base na análise situacional realizada e na visão dos diversos cenários possíveis, concentrando seu pensamento estratégico nos problemas, e não nos setores, e em políticas claramente direcionadas para a vida acadêmica em toda a sua amplitude.

Com essa perspectiva, o Centro Universitário de Patos - UNIFIP espera que todos os seus setores sejam capazes de desenvolver seu projeto institucional através de um processo de planejamento contínuo e participativo, culturalmente incorporado ao seu cotidiano, de maneira que possa articular e desenvolver o máximo de sua qualificação técnica, formar com o máximo de qualificação social, reafirmando, assim, os seus valores no desenvolvimento da sua missão de instituição de ensino superior, na produção, difusão e avanço das fronteiras do conhecimento universal, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com o avanço e transformações da realidade local da coletividade.

A reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional se pautou em fundamentar a gestão democrática, na defesa do ensino de qualidade na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição.

O Centro Universitário de Patos - UNIFIP, em seu processo interno de reflexão, e considerando as mudanças atuais nos marcos regulatórios e e instrumentos avaliativos do INEP, que impactaram de forma qualitativa presente no documento institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional busca traçar os caminhos a serem seguidos pela Instituição nos próximos cinco anos com fulcro em princípios estratégico, aproveitando suas potencialidades acadêmicas, tecnológicas e científicas. O PDI do UNIFIP está estruturado em objetivos, estratégias e ações a serem distribuídas em áreas pertinentes a sua competência como o ensino de graduação, a infraestrutura física e logística, a inserção do UNIFIP em sua área de atuação, a gestão institucional, incluindo a estrutura organizacional, além de abordar o histórico e o perfil institucional.

Assim, este documento de renovação do PDI, pauta-se em atender as demandas do mercado e as necessidades da Educação Superior, comprometido com um ensino de qualidade e com o desenvolvimento social regional e local.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 HISTÓRICO: MANTENEDORA E MANTIDAS

O Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda – CEESP, localiza-se no município de Patos, na mesorregião do sertão paraibano, microrregião de Patos, distante 307 km de João Pessoa, capital do Estado. O Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda, é mantenedor do Centro Universitário de Patos - UNIFIP. É dotado de autonomia administrativa e econômico-financeira, organizada como Instituição Educacional, exercida na forma da legislação em vigor.Está localizada à Rua Floriano Peixoto, 223. Centro, CEP: 58.700-300, na cidade de Patos, estado da Paraíba. É pessoa jurídica de direito privado e com seu Estatuto na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o n° 25200624513 e na Secretaria de Finanças de Patos sob o n° 833/2015.

Até o ano de 2002, a Mantenedora era a Fundação Francisco Mascarenhas (CNPJ 09.277.278.0001-85), que mantinha cinco Faculdades: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos, Faculdade de Educação de Patos, Faculdade de Saúde de Patos, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Sistema de Informação. No ano de 2001 foi protocolado junto ao Ministério da Educação, um processo solicitando a integração dos cursos.

Em 2002, por meio da Portaria Nº 3.676, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2002, foi credenciada as Faculdades Integradas de Patos (FIP). Os objetivos da Mantenedora, ao pedir a integração foram os seguintes:

- Consolidar a integração dos seus Cursos Superiores com a sociedade, tendo como resultados a ampliação e diversificação de serviços, a realização de cursos de extensão e especialização e a materialização de projetos de pesquisas interdisciplinares.
- Implantação de uma nova estrutura organizacional, que possibilite a participação de docentes, discentes e representantes da comunidade nos órgãos colegiados.
- Viabilizar a implementação de um novo modelo didático-pedagógico, voltado para a realidade local e regional. Fortalecer o ensino superior, através da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 28 de agosto de 2015, foi publicada a Portaria nº 612, de 27 de agosto de 2015, que teve origem com o processo e-MEC 201415444, aprovando o registro administrativo da transferência de mantença da Fundação Francisco Mascarenhas (CNPJ 09.277.278.0001-85) para o Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda – CEESP (CNPJ 19.768.173/0001-82).

Daí por diante, as Faculdades Integradas de Patos passou a ser mantida pelo CEESP, que assumiu toda a responsabilidade de assegurar o financiamento da mantida (FIP), garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízos para o aluno.

Em 18 de junho de 2019, foi publicada a Portaria nº 1.208, de 18 de junho de 2019, que teve origem com o processo e-MEC 201717972, credenciando Centro Universitário de Patos – UNIFIP – com sede na Rua Horácio Nóbrega, s/n, bairro Belo Horizonte, na cidade de Patos – Paraíba, a ser mantido pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda – CEESP (CNPJ 19.768.173/0001-82).

No ano de 2018, por meio da Portaria nº 1.176, de 9 de novembro de 2018 foi homologado o parecer nº 508/2018, do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC 201708751, que credenciou as Faculdades Integradas de Patos (FIP), a ser intalada na Avenida Floriano Peixoto, n 3333, bairro Santa Rosa, na cidade de Campina Grande, Paraíba, , a ser mantida pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda – CEESP (CNPJ 19.768.173/0001-82). Quando do credenciamento, a unidade FIP-Campina Grande estava em processo de autorização para os cursos de Odontologia e Psicologia e ambos foram autorizados. Os dois cursos (Psicologia e Odontologia) foram autorizados pela Portaria nº 819, de 22 de novembro de 2018.

Portanto, o Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda – CEESP mantém duas Instituições de Ensino Superior: as Faculdades Integradas de Patos (FIP Campina Grande – Código e-MEC 21494) e o Centro Universitário de Patos (Código e-MEC 3304). Em 2019, a FIP Campina Grande soliciou autorização para funcionamento de três cursos – Medicina Veterinária (Processo 201902955), Direito (Processo 201902952) e Arquitetura e Urbanismo (Processo 201902954). O Curso de Medicina Veterinária foi autorizado a funcionar por meio da Portaria nº 884, de 18 de agosto de 2021. No ano de 2021, o Centro Universitário de Patos, gozando da sua relativa autonomia, protocolou quatro Processos no e-MEC, como descrito abaixo:

Nº PROCESSO	ATO REGULATÓRIO	CIDADE
201932009	Autorização do Curso de Direito vinculada Credenciamento de Campus fora de Sede	João Pessoa
201931999	Autorização do Curso de Direito vinculada Credenciamento de Campus fora de Sede	Campina Grande
201932004	Aditamento - Credenciamento de Campus fora de Sede	João Pessoa
201931891	Aditamento - Credenciamento de Campus fora de Sede	Campina Grande

1.2 BREVE APRESENTAÇÃO DA MANTIDA - FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS/CAMPINA GRANDE

A mantida, FIP/Campina Grande é uma Instituição de natureza privada com fins lucrativos, mantida pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda, inscrita no CNPJ19.768.173/001-82. Está localizada na Avenida Floriano Peixoto, Nº 3333-A, bairro Santa Rosa, na cidade de Campina Grande/PB. A FIP/Campina Grande tem por missão, promover a formação de profissionais competentes, compromissados com os valores éticos, culturais e sociais contribuindo para a construção de uma sociedade justa, voltada para as necessidades regionais e nacionais, conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Unidade FIP/Campina Grande foi credenciada com autorização para o funcionamento dos cursos de Odontologia (Bacharelado) e Psicologia (Bacharelado), ambos em funcionamento. Está previsto no PDI a oferta de outros Cursos e, atualmente, encontra-se protocolado no E-MEC, para efeito de Autorização, os seguintes Cursos: Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado), Direito (Bacharelado) e Medicina Veterinária (Bacharelado).

O UNIFIP os processos 201931891 e 201931999, identificados no quadro anterior. Ambos os processos para a cidade de Campina Grande, onde funcionará no mesmo endereço das Faculdades Integradas de Patos – Campina Grande, localizada na Avenida Floriano Peixoto, Nº 3333-A, bairro Santa Rosa, na cidade de Campina Grande/PB. Conforme já esclarecido, ambas as Instituições tem o mantenedor em comum: o Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda – CEESP.

1.3 HISTÓRICO DA MANTIDA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS – UNIFIP

A Instituição mantida funciona em duas unidades distintas. A primeira unidade localiza-se na Rua Horácio Nóbrega, s/n – bairro Belo Horizonte, em Patos – PB e a segunda Unidade funciona na Rua José Gomes Alves, s/n – bairro Centro, em Patos PB. Nas duas Unidades funcionam os Cursos do Quadro abaixo.

Código	Grau	Cursos	Ato Regulatório
1454295	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Autorizado Portaria N° 155, DE 29/03/2019. Publicado no DOU 01/04/2019
1184297	Bacharelado	Arquitetura e Urbanismo	Reconhecido Portaria N° 646 em 20/09/2019.

			Publicado no DOU 24/09/2019
94325	Bacharelado	Biomedicina	Renovação de Reconhecimento – Portaria N° 821 em 30/12/14. Publicado no DOU 02/01/15
80366	Bacharelado	Direito	Renovação de Reconhecimento Portaria Nº 538, em 23/09/2016. Publicado no DOU 26/09/2016
119004	Bacharelado	Educação Física	Renovação de ReconhecimentoPortaria N° 821 em 30/12/14 Publicado no DOU 02/01/15
1404376	Licenciatura	Educação Física	Autorizado Portaria Nº 244 em 06/04/2018 . Publicado no DOU 09/04/2018
51948	Bacharelado	Enfermagem	Renovação de Reconhecimento – Portaria N° 821 em 30/12/14.Publicado no DOU 02/01/15
1303848	Bacharelado	Engenharia Civil	Autorizado- Portaria N° 685, em 07/07/2017 Publicado no DOU 10/07/2017
1404375	Bacharelado	Farmácia	Autorizado Portaria Nº 195 em 22/03/ 2018 . Publicado no DOU 23/03/2018
94327	Bacharelado	Fisioterapia	Renovação de Reconhecimento Portaria N° 821 em 30/12/14. Publicado no DOU 02/01/15
91215	Licenciatura	Letras - Inglês	Renovação de ReconhecimentoPortaria N° 917 em 27/12/18 Publicado no DOU 28/12/18
1191415	Bacharelado	Medicina	Autorizado Portaria N° 359 em 10/06/2014 Publicado no DOU 11/06/2014
1440029	Bacharelado	Medicina Veterinária	Autorizado Portaria Nº 216 em 13/05/ 2019 . Publicado no DOU 14/05/2019
1141914	Bacharelado	Nutrição	Reconhecimento Portaria N° 135 em 01/03/2018 Publicado no DOU 02/03/2018
109337	Bacharelado	Odontologia	Renovação de Reconhecimento Portaria N° 76 em 02/02/2018Publicado no DOU 05/02/2018
4186	Licenciatura	Pedagogia	Renovação de ReconhecimentoPortaria N° 917 em 27/12/18 Publicado no DOU 28/12/18

1070620	Bacharelado	Psicologia	Reconhecimento Portaria Nº 54 em 09/03/2016 Publicado no DOU 10/03/2016
1161083	Tecnológico	Radiologia	Reconhecimento Portaria Nº 92 em 02/02/2018 Publicado no DOU 05/02/2018
1179427	Bacharelado	Serviço Social	Reconhecimento Portaria Nº 91 em 02/02/2018Publicado no DOU 05/02/2018
46068	Bacharelado	Sistema de Informação	Renovação de ReconhecimentoPortaria N° 917 em 27/12/18 Publicado no DOU 28/12/18

Como Centro Universitário de Patos – UNIFIP, este continua a manter os cursos listados acima, além de um Programa de Pós-Graduação *lato sensu* nas áreas dos cursos ofertados na graduação, possibilitando a especialização em diversas áreas com o objetivo de melhor qualificar seus egressos e de outras instituições de ensino superior. Ainda na busca de um melhor aprimoramento profissional, mantém uma Academia Escola (Acdemia Life), um Laboratório de Análises Clínicas (BIOLAB), dois Hospitais: o Hospital Day (humanos) e o Hospital Veterinário (Não humanos), uma Clínica Escola de Fisioterapia, quatro Clínicas de Odontologia, uma Clínica Escola de Psicologia, com atuação na perspectiva interdisciplinar com os demais cursos de área de saúde, além do Núcleode Prática Jurídica (PRAJUR), onde funcionam dois núcleos: Conciliação e Arbitragem. Tais serviços se justificam como proposta de aproximação do ensino, da pesquisa e da extensão, em consonância com toda a discussão que envolve a Responsabilidade Social do UNIFIP. Para tanto, o UNIFIP mantém convênios com Secretarias Municipais de Saúde e Prefeituras Municipais de mais de 40 cidades circunvizinhas nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco para realização de estágios supervisionados curriculares e extracurriculares.

O UNIFIP estabelece Convênios de Cooperação Técnica com hospitais, maternidades, clínicas médicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), além de empresas e outras entidades públicas, particulares e filantrópicas, na cidade de Patos-Paraíba e outras cidades do estado da Paraíba e outros estados, para a realização de estágios curriculares, internato e aulas práticas.

As bases que dão sustentação aos projetos pedagógicos dos cursos do UNIFIP estão alicerçadas nos três grandes suportes acadêmicos: o ensino, a pesquisa e a extensão. Cada um dos cursos conta com estrutura física e de recursos humanos para gerenciamento, funcionamento

e avaliação contínua. Cada curso é gerenciado por uma Coordenação e por Núcleos Gestores. O UNIFIP possui a Coordenação de Pesquisa e Extensão (COOPEX), órgão responsável por organizare executar as atividades de pesquisa e extensão no âmbito da instituição, a Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos, responsável pela divulgação da missão e das ações promovidas pela IES, dando visibilidade através da produção de conteúdo informativo e publicitário.

O UNIFIP mantêm quatro periódicos científicos englobando os dezenove cursos e os diferentes campos do ensino-aprendizagem com pesquisas regional e/ou local: como incentivo á produção discente são disponibilizados os seguintes periódicos: Journal of Medicine and Health Promotion (ISSN: 2448-1394) -https://jmhp.unifip.edu.br/index.php/jmhp; Brazilian Archives of Health and Environment (ISSN: 2675-2298) - https://bahe.unifip.edu.br/; Revista Científica Integraç@o (ISSN Impresso: 1809-8320) - (ISSN online: 2675-2638) https://integracao.unifip.edu.br/index.php/integracao; The Open Brazilian Dentistry Journal (ISSN: 2675-2557) - http://dentistryjournal.unifip.edu.br/index.php/obdj.

O UNIFIP abriga toda uma de contínua construção, dando prosseguimento ao trabalho que vem sendo construído ao longo dos mais quase sessenta anos de existência. Tem compromisso com as demandas sociais por meio da oferta de um ensino de qualidade, também através dos serviços escola (Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Direito e Odontologia) e dos projetos de extensão e pesquisa, que tem sido desenvolvidos de forma socialmente engajada. Faz parte das metas da Instituição levar para as unidades fora de sede, quando credenciadas e os cursos aprovados, o mesmo nível de ensini e de serviços prestados na Unidade Sede.

1.4 MISSÃO

O Centro Universitário - UNIFIP - tem por missão promover a formação de profissionais competentes, compromissados com os valores éticos, culturais e sociais contribuindo para a construção de uma sociedade justa, voltada para as necessidades regionais e nacionais.

A missão institucional, dentro do processo formal de educação, ultrapassa em muito as ações exteriorizadas numa sala de aula. Múltiplas relações estão presentes, justificando-a, fundamentando-a, orientando-a ou objetivando-a. Nesse sentido, ela deve ser analisada e entendida na sua estreita vinculação com o objetivo de desenvolvimento integral do aluno, enquanto indivíduo e sujeito social, e em relação às dimensões das diferentes áreas do

conhecimento.

Para cumprir a sua missão, o Centro Universitário - UNIFIP - estabeleceu os seguintes objetivos para o período de vigência do PDI (2021-2025):

I. Consolidar o papel do UNIFIP - Centro Universitário no desenvolvimento social e econômico local e regional.
II. Qualificar o ensino, pesquisa e extensão, ampliando sua inserção na sociedade.
III. Estimular a realização de eventos acadêmicos, culturais e artísticos.
IV. Ampliar e consolidar a articulação do ensino de graduação e pós-graduação.
V. Fortalecer e ampliar a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
VI. Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do UNIFIP - Centro Universitário.
VII. Promover revisão e atualização dos instrumentos normativos do UNIFIP - Centro Universitário.
VIII. Promover a pesquisa e extensão como eixos integrantes do UNIFIP - Centro Universitário com os segmentos da sociedade local e regional.
IX. Estimular a integração dos docentes e técnicos administrativos nos órgãos colegiados do UNIFIP - Centro Universitário.
X. Melhorar os ambientes educacionais e administrativos do UNIFIP - Centro Universitário.
XI. Implementar os meios de comunicação interna e externa.
XII. Implantar ações que possibilitem cursos que apresentam procura inferior nos últimos anos.
XIII. Consolidar o PPC dos Cursos de Graduação do UNIFIP - Centro Universitário.
XIV. Pomover a interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.5 OBJETIVOS

Os objetivos, metas e ações demonstradas a seguir, estão alicerçadas nas políticas e diretrizes institucionais para o período de vigência deste PDI (2018-2022), nas dimensões referentes à missão institucional, às políticas para o ensino, para a pesquisa e extensão, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, a gestão acadêmica, como também registram o que a administração central da Instituição projetam quanto aos novos rumos almejados para o crescimento da Instituição e a contínua busca da qualidade e da excelência em relação aos serviços prestados à comunidade.

De acordo com o art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação

superior tem por objetivos:

I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.6 VALORES

O UNIFIP - Centro Universitário tem sua filosofia institucional embasada nos seguintes princípios: 1) Excelência; 2) Competência; 2) Compromisso; 3) Criatividade e Inovação; 4) Cooperação; 4) Ética; 5) Honestidade; 6) Responsabilidade Social; 8) Sustentabilidade; 9) Valorização do ser humano; 10) Relacionamento; 11) Comunicação; 12) Processos.

1.7 PRINCÍPIOS

O Centro Universitário DE Patos (UNIFIP) tem por princípios:

- proomoção da igualdade de condições e direitos, contemplando as políticas de diversidade e inclusão;

- igualdade de condições para o acesso e permanência com qualidade na educação superior;
- preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- defesa dos direitos humanos;
- exercício pleno da cidadania;
- compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região;
- pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- participação integrada e solidária no processo de desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico do Estado, da Região e do País;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.8 INSERÇÃO REGIONAL

O UNIFIP baseia suas ações no compromisso com a sociedade. Visando cumprir com o Programa de Responsabilidade Social, trabalha as bases da ação responsável com relação aos diversos públicos interessados. Procura direcionar suas ações educativas no sentido de proporcionaruma educação crítica e construtiva, dentro dos princípios éticos, fundamentais ao convívio social e profissional.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96), a função primordial da educação é o preparo para o exercício da cidadania. Nesse sentido, entende-se que o exercício da cidadania não se traduz apenas pela defesa de interesses próprios e particulares, mas pela necessidade de agir sobre uma determinada realidade, intervindo e promovendo mudanças significativas.

Sua condição, enquanto Instituição de Ensino Superior localizada no sertão da Paraíba possibilita ocupar lugar de extrema relevância pela possibilidade que lhe é inerente de influir positivamente em todos os níveis de relacionamento humano: local e regional. No âmbito de sua atuação, tem oferecido ensino de qualidade na direção do desenvolvimento social, interagindo positivamente nos setores da ciência, da economia e da cultura, fortalecendo o saber universitário como prática do cotidiano que visa, prioritariamente, promover o desenvolvimento social e regional.

Atuando no Estado da Paraíba há quase sessenta anos, já adquiriu penetração e conceito na sociedade local e regional, tendo em vista os serviços prestados à educação brasileira. Para

tanto, tem procurado investir continuamente para fortalecer cada vez mais o seu *staff* como uma IES pioneira no ensino superior no interior do Estado. Alguns dos muitos investimentos foram os seguintes: buscou para compor seu quadro, profissionais de reconhecida competência, treinou pessoal interno, realizou eventos variados com participação de toda a comunidade acadêmica, construiu, em conjunto com o corpo docente, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, construiu novas instalações, ampliou o acervo bibliográfico e criou Laboratórios de informática. Rediscutiu os projetos pedagógicos e os adequou às novas Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo Ministério da Educação (MEC), ampliou o seu quadro docente e técnico administrativo, implementou o sistema de reuniões sistemáticas do corpo docente e técnico administrativo, executa o processo de avaliação institucional, rediscutiu o seu Regimento Interno, compôs os seus conselhos internos, realizou projetos de extensão comunitária e desenvolveu projetos de pós-graduação *lato-sensu*. Embasa seus pressupostos pedagógicos na ideia de que sópela educação, no seu sentido mais amplo, é que se viabilizará a formação de um cidadão na verdadeira acepção da palavra e não tão somente um profissional preparado para o mercado de trabalho.

O UNIFIP tem limite territorial circunscrito ao município de Patos, estado da Paraíba, cidade com uma população estimada de 108.192 (2020) habitantes. Junto com mais 23 municípios, Patos forma a Região Metropolitana (Figura 1) que agrega os municípios paraibanos de Areia de Baraúnas; Cacimba de Areia; Cacimbas; Catingueira; Condado; Desterro;Emas;Junco Do Seridó;Mãe D'água;Malta; Maturéia; Passagem; Quixaba; Salgadinho; Santa Luzia; Santa Teresinha; São José De Espinharas; São José do Bonfim; São José do Sabugi; São Mamede; Teixeira; Várzea; Vista Serrana que juntos, segundo o IBGE (2018) somam 236 621 habitantes.O município de Patos está localizado no sertão paraibano, nas proximidades da fronteira com os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. É considerado pólo-econômico de uma região de mais de 24 municípios paraibanos.

A importância do município de Patos pode ser medida por seu potencial de agregar serviços e órgãos de representação dos governos Estadual e Federal. Consequentemente, atende uma população fixa e flutuante pelos serviços que oferece. Nesse contexto, também, se enquadra o UNIFIP, instituição que tem, ao longo da história educacional promover o desenvolvimento loco-regional, por meio dos egressos de qualidade que coloca à disposição da sociedade, e da qualidade dos serviços prestados, de forma direta ou indireta. Como instituição educacional de grande porte, gera uma cadeia de empregos, sendo considerada um marco para a economia local.

Figura 1 - Região Metropolitana de Patos

Uma ciência sem preocupação social tende a ser vazia. Como vazia pode tornar-se uma administração acadêmica distanciada da sua realidade social. Uma das metas a atingir é oferecer à população uma educação de qualidade. O reforço de sustentação dessa proposta se dará na busca e manutenção da tríade ensino – pesquisa – extensão, proposto pelo Governo Federal para o Ensino Superior Brasileiro, e na eleição de vários pontos como indicadores de referência para indicar nossas Diretrizes Pedagógicas, destacando-se entre eles o compromisso social, que visa, prioritariamente, contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, e promover ações afirmativas que viabilizem a igualdade de condições com vistas à inclusão social.

As Diretrizes Pedagógicas de todos os cursos por ela mantidos são pautadas nos seguintes pontos:

1) Minimização da especialização excessiva, em nível de graduação, evitando-se a fragmentação do conhecimento;

2) Inclusão de temas que propiciem a reflexão sobre o caráter ético e humanístico do profissional, enfatizando o empreendedorismo, prioritariamente nas áreas em que vai atuar;

3) Inclusão de atividades complementares dos cursos a serem oferecidas sobre a forma de painéis e eventos possibilitando o desenvolvimento de ações interdisciplinares e abordagem de temas emergentes nas áreas de conhecimento;

4) Adequação às especificidades regionais;

5) Efetivação de estágios curriculares sequenciados ao longo dos cursos sobre supervisão docente de forma a atender a relação teoria-prática;

6) Institucionalizar programas de extensão e de pesquisa estimulando as relações com a comunidade de seu entorno e a realização e divulgação da produção científica docente e discente;

7) Implementação de atividade de ensino, iniciação científica e programas de extensão que contribuam para agregar conhecimentos, habilidades e gerar mudanças de atitudes no educando, estimulando-os para tomada ágil e competente de decisões, desenvolvimento da criatividade pessoal e estímulo ao autodesenvolvimento.

Como forma de colaborar com o desenvolvimento loco-regional, seja na Unidade Sede, seja em Campus fora de sede que vierem a ser credenciados, o UNIFIP, por meio da sua administração central e seus colaboradores, já sabem a responsabilidade que carregam, principalmente no que concerne aos profissionais por ela formados, pela própria manutenção do seu staff de grande instituição, visto que nos últimos anos o ensino superior tem se expandido, tanto na rede pública quanto na privada e, para permanecer sendo uma instituição capaz de captar alunos, manter e formar bons profissionais, é essencial a qualidade dos serviços educacionais ofertados.

A concepção do Projeto Institucional do UNIFIP são geradas a partir do que se percebe das necessidades e demandas da região. É preciso que os cursos, programas, eventos, pesquisa, extensão realizadas atendam a a um modelo de formação que colabore para a construção e desenvolvimento de profissionais créticos, atuantes, empreendedores, pró-ativos que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da área de influência onde o UNIFIP está instalado.

Para tanto, os cursos e os programas oferecidos pela instituição, mediante seus projetos pedagógicos específicos, serão organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;

- o desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural de atuação

1.9 OBJETIVOS E METAS

Para estimular o desenvolvimento das competências e habilidades, definidas nos Projetos Pedagógico dos Cursos e, respeitando as peculiaridades e características de cada curso, além dos

referenciais da Instituição explícitos e implícitos na sua missão e nos objetivos, as especificidades noerteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, o UNIFIP, de forma ampla definiu os seguintes objetivos gerais de atuação para o período de vigência do PDI (2021-2025), embora possam ser revistas antes de exaurir o prazo de vigência deste PDI.

1º - Para o ensino: Criar e ampliar práticas de ensino com melhorias contínuas e inovadoras, visando formar profissionais competentes;

2º - Para a pesquisa: Expandir e aprimorar a pesquisa alinhada com as perspectivas e projeções da região onde os Cursos da Instituição estão sendo ofertados;

3º - Para a extensão: Desenvolver e ampliar ações de extensão para atendimento às demandas internas e externas, integrando a comunidade com o UNIFIP;

4º - Para a gestão administrativa: Melhorar continuamente a gestão institucional, otimizando recursos e processos de modo sustentável.

1.10 ORGANIZAÇÃO DAS METAS

Para cumprir a sua missão, o UNIFIP estabeleceu os seguintes objetivos para o período devigência do PDI (2021-2025):

1) Consolidar o seu papel no desenvolvimento social e econômico local e regional.
2) Qualificar o ensino, pesquisa e extensão, ampliando sua inserção na sociedade.
3) Estimular a realização de eventos acadêmicos, culturais e artísticos.
4) Ampliar e consolidar a articulação do ensino de graduação e pós-graduação.
5) Fortalecer e ampliar a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
6) Fortalecer a atuação dos seus órgãos colegiados.
7) Promover revisão e atualização dos instrumentos normativos.
8) Promover a pesquisa e extensão como eixos integrantes da IES com os segmentos da sociedade local e regional.
9) Estimular a integração dos docentes e técnicos administrativos nos seus órgãos colegiados.
10) Melhorar os ambientes educacionais e administrativos.
11) Implementar os meios de comunicação interna e externa.
12) Implantar ações que possibilitem cursos que apresentam procura inferior nos últimos anos.

13) Consolidar o PPC dos Cursos de Graduação.

14) Promover a interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, foi instituída o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), objetivando: (1) identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; (2) melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta; (3) promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

Como o SINAES é um instrumento de avaliação da qualidade do Ensino Superior no país, para que as Instituições também possam aproveitar esse Sistema como um mecanismo de melhoria e desenvolvimento das suas atividades educacionais, no planejamento institucional, o UNIFIP adota-o como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social, com vistas ao cumprimento de sua missão. Nesse contexto, foram estabelecidas metas e ações para o período de vigência do PDI, embasado nas seguintes dimensões: A missão e o PDI; Política para o Ensino, pesquisa e Extensão; A Responsabilidade Social da Instituição; A comunicação com a sociedade; Políticas para o Corpo Docente e Técnico administrativo; Organização e Gestão da Instituição; Infraestrutura Física e Tecnológica; Planejamento e Avaliação; Política de Atendimento aos Discentes; Sustentabilidade Financeira.

1.10.1 Metas para a missão e o PDI

META 1	Atualizar continuamente os projetos pedagógicos dos cursos (PPC) tendo como referências o PDI e as transformações sociais e do mercado de trabalho.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Revisão e atualização dos Projetos Pedagógicos e Programas Acadêmicos institucionais.	X	X	X	X	X
Socializar os princípios e valores da Instituição, estabelecendo diretrizes nos projetos pedagógicos e programas acadêmicos institucionais.	X	X	X	X	X
Implementar as metas institucionais propostas no PDI	X	X	X	X	X
Articular a avaliação institucional com o PDI	X	X	X	X	X
Socializar as propostas de desenvolvimento da Instituição, utilizando os objetivos e metas constantes nos projetos pedagógicos e programas acadêmicos institucionais.	X	X	X	X	X

META 2	Implantar todas as atualizações estabelecidas nos Projetos Pedagógicos e programas acadêmicos institucionais.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Colocar em prática as políticas, objetivos e metas definidas nos documentos institucionais.	X	X	X	X	X
Realização de Reuniões/ Seminários para discussão do PDI e do PPI, a partir de uma análise crítica sobre suas relações com as Políticas Acadêmicas Institucionais; com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação; Programa de Pesquisa/Iniciação Científica; Programa de Pós-Graduação e Programa de Extensão.	X	X	X	X	X

META 3	Tornar a missão institucional conhecida por toda a comunidade acadêmica.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Divulgação contínua da missão institucional.	X	X	X	X	X
Imprimir em todos os documentos institucionais a missãoda Instituição.	X	X	X	X	X
Acompanhamento da divulgação da missão pela CPA.	X	X	X	X	X
Divulgação da missão no site da instituição.	X	X	X	X	X

1.10.2 *Metas para a política de ensino, pesquisa e extensão*

META 1	Manter atualizado os projetos pedagógicos de Cursos e Programas.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Reestruturação dos projetos pedagógicos de acordo com asorientações do Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.	X	X	X	X	X
Reestruturação da organização curricular por meio de inovações.	X	X	X	X	X
Desenvolvimento de mecanismos de coordenação capazes de estimular e articular suas unidades acadêmicas naefetivação de atividades interdisciplinares.	X	X	X	X	X
Reestruturação da organização curricular por meio de inovações.	X	X	X	X	X

META 2	Expandir a oferta de Cursos de Graduação.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, coerentes com as políticas presentes nos documentos oficiais daInstituição, em consonância com a legislação	X	X	X	X	X

vigente.					
Preparação da infraestrutura necessária para o oferecimentodos novos cursos.	X	X	X	X	X
Implantação e funcionamento dos novos cursos, de acordocom seus projetos pedagógicos específicos.	X	X	X	X	X
Composição de quadro docente qualificado e relevante para o atendimento dos novos cursos.	X	X	X	X	X
Incorporação de metodologias ativas em todos os cursos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem.	X	X	X	X	X

META 3	Ofertar Cursos de Graduação à Distância.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Credenciamento da Instituição para Cursos EAD.	X	X			
Ofertar ensino semipresencial, nos percentuais legalmente permitidos, nos cursos reconhecidos.	X	X	X	X	X
Capacitar docentes e pessoal técnico administrativo na modalidade EAD.	X	X	X	X	X
Adequar projetos pedagógicos para a utilização de EaD, como alternativa curricular	X	X	X	X	X
Elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos a serem ofertados na modalidade EAD, coerentes com as políticas presentes nos documentos oficiais da Instituição, em consonância com a legislação vigente	X	X	X	X	X
Oferecer cursos de aperfeiçoamento para docentes na modalidade EAD.	X	X	X	X	X
Fazer pesquisa na região para saber quais cursos estão sendo demandados pela comunidade.	X	X			
Investimentos na infraestrutura tecnológica e capacitaçãodocente.	X	X	X	X	X
Composição do Quadro Docente qualificado em EAD erelevante para os novos cursos.	X	X	X	X	X
Utilizar a diversidade de mídias e tecnologias para o melhor aproveitamento da comunicação, adequando-se às novas metodologias no processo de aprendizagem.	X	X	X	X	X
Oferecer atividades complementares, equalização, dependência de disciplinas, entre outras.	X	X	X	X	X
Oferecer ao seu corpo docente, técnico administrativo e discente formação permanente – o Programa de Qualificação *Moodle* e EAD.	X	X	X	X	X

META 4	Ofertar novos Cursos de pós-graduação Lato sensu. Implantar programa de pós-graduação Stricto sensu.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Vinculação da pós-graduação com as demandas regionais.	X	X			
Implantação de novos programas de pós-graduação *latosensu*.	X	X	X	X	X
Implantação de programa de pós-graduação *stricto sensu*, nas área de Saúde.		X	X		
Composição de quadro docente qualificado e relevante para o atendimento dos novos programas e turmas.	X	X	X	X	X
Ampliação da infraestrutura para o atendimento de novos cursos e turmas.	X	X	X	X	X
Credenciamento da instituição junto aos órgãos de fomento à pesquisa.		X	X		
Formação de grupos de pesquisa na área dos cursos.	X	X	X	X	X
Criar uma comissão colegiada para discutir e implantar cursos de pós-graduação stricto sensu.	X	X	X		

META 5	Consolidar a Extensão como fator de inserção do UNIFIP na sociedade.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Incentivar a participação da comunidade acadêmicaem projetos sociais;	X	X	X	X	X
Estimular a realização de projetos sociais que revertam em carga horária curricular.	X	X	X	X	X
Melhorar a eficiência na divulgação dos programas, subprogramas e ações de extensão previstas na políticade extensão do Centro Universitário.	X	X	X	X	X
Melhorar a eficiência na difusão dos conhecimentos gerados e acumulados no Centro Universitário.	X	X	X	X	X
Incentivo à comunidade acadêmica, através da concessão e créditos nas ações de extensão devidamente registradas.	X	X	X	X	X
Organização das atividades de extensão de acordo comas políticas do Centro Universitário.	X	X			
Ampliar, anualmente, pelo menos em 10% (dez por cento), o número de projetos aprovados e em execução.		X	X	X	X
Normatizar a curricularização da extensão nos cursos mantidos pelo UNIFIP (sede e campus fora de sede), em consonância com a Resolução nº 7, de 18/12/2018.	X	X	X		

META 6	Implementar uma política de desenvolvimento das atividades de pesquisa na instituição.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Capacitar seus professores para a elaboração e implementação de projetos de pesquisa, que contemple as necessidades de comunidades loco-regionais.	X	X	X		
Buscar recursos próprios, da mantenedora, para apoiar projetos de pesquisa e iniciação científica.	X	X	X	X	X
Promoção de congressos e outros eventos de natureza científica ou técnico profissional.	X	X	X	X	X
Criar Programa de Iniciação Científica.	X	X			
Estímulo e apoio a seus professores e alunos a fim de participarem de eventos de caráter científico, técnico, cultural e educacional.	X	X	X	X	X
Disponibilização dos laboratórios para desenvolvimento de pesquisas.	X	X	X	X	X
Convênios com instituição públicas e privadas.	X	X	X	X	X
Criar mecanismos de incentivo à publicação e difusão da produção científica em revistas indexadas de circulação nacional e internacional.	X	X	X	X	X
Estimular a realização de pesquisa, no campo da saúde, de forma multiprofissional.	X	X	X	X	X
Estimular formas de cooperação científica com grupos de pesquisas de outras instituições de reconhecida competência acadêmica.	X	X	X		
Valorização e divulgação dos Projetos de Pesquisa da COOPEX.	X	X	X	X	X
Ampliar a participação da pós-graduação na COOPEX, através de projetos e produção de artigos científicos.	X	X	X	X	X
Articulação junto a instituições que oferecem Cursos MINTER e DINTER.	X	X	X		

1.10.3 Metas para a responsabilidade social da instituição

META 1	Consolidar e expandir o programa de responsabilidade social da instituição.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Ações de socialização do conhecimento, através de palestras, oficinas, debates apresentados a diversos setores da sociedade.	X	X	X	X	X

Definir e implementar ações de caráter integrador, nas quais a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas.	X	X	X	X	X
Estabelecer parcerias com órgãos públicos, privados e terceiro setor com vistas ao desenvolvimento de ações integradas voltadas à comunidade interna e externa.	X	X	X		
Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira.	X	X	X	X	X
Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.	X	X	X	X	X
Implantar e manter mecanismos de controle no consumo de água e energia.	X	X	X	X	X
Inserir nos PPC e suas atividades curriculares, conteúdos complementares e flexíveis, por meio do diálogo com várias áreas de conhecimento, de modo transversal e interdisciplinar, numa perspectiva crítica de currículo.	X	X	X		
Instituir nas formações profissionais continuadas, conteúdos e temas baseados no desenvolvimento de cidadania e ética.	X	X	X	X	X
Desenvolver atitudes de gestão e relacionamentos, transparentes e responsáveis, nas relações com os diversos públicos (funcionários, docentes e discentes).	X	X	X	X	X
Priorizar no processo seletivo de funcionários, a inclusão de mão de obra local.	X	X	X	X	X
Continuidade das ofertas de bolsas de estudo para alunos egressos da escola pública, para colaboradores e filhos de colaboradores.	X	X	X	X	X
Oferecer serviços de saúde para comunidade ao seu entorno, de forma sistemática, através de seus docentes, discente e técnicos administrativos.	X	X	X	X	X
Oferecer assistência jurídica para comunidade ao seu entorno, de forma sistemática, através de seus docentes, discente e técnicos administrativos.	X	X	X	X	X
Reuniões para acompanhamento e/ou definição de novas ações, dentro da perspectiva das correlações da IES com a sociedade civil organizada.	X	X	X	X	X
Incentivar a realização das atividades de responsabilidade social que são desenvolvidas pelos cursos da instituição.	X	X	X	X	X
Possibilitar o acesso e a permanência de alunos com necessidade especiais, em igualdade de condições com as demais pessoas.	X	X	X	X	X

META 2	Instituir a Educação em Direitos Humanos de forma transversal em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Inserir nos PPC e suas atividades curriculares, conteúdos complementares e flexíveis, por meio do diálogo com várias áreas de conhecimento, de modo transversal e interdisciplinar, numa perspectiva crítica de currículo.	X	X	X	X	X
Instituir nas formações profissionais continuadas, conteúdos e temas baseados no desenvolvimento de cidadania e ética.	X	X	X		
Desenvolver atitudes de gestão e relacionamentos, transparentes e responsáveis, nas relações com os diversos públicos (funcionários, docentes e discentes).	X	X	X	X	X
Implantar um Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania.	X	X	X	X	X

1.10.4 Metas para a comunicação com a sociedade

META 1	Aprimorar o processo de comunicação da instituição com a comunidade interna eexterna.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Utilização das redes sociais como veículo de comunicaçãocom a sociedade.	X	X	X	X	X
Divulgação sistemática das ações, eventos e produções dacomunidade acadêmica através de periódicos.	X	X	X	X	X
Atualização permanente das informações institucionais napágina eletrônica da instituição, de forma a garantir um intercâmbio eficiente das informações necessárias ao cotidiano acadêmico.	X	X	X	X	X
Promover a divulgação/comunicação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
Fortalecer e difundir a imagem institucional.	X	X	X	X	X
Divulgar na comunidade interna e externa os valoresinstitucionais.	X	X	X	X	X
Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa.	X	X	X	X	X
Garantir o acesso dos alunos ao sistema de registro acadêmico para melhor acompanhamento de sua vida escolar.	X	X	X	X	X
Incentivar a comunidade acadêmica a utilizar o site institucional como meio de informação e comunicação.	X	X	X	X	X

Incentivar a participação individual e coletiva, permanente eresponsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.	X	X	X	X	X
Fortalecer a imagem pública da Instituição através do desenvolvimento de programas para mídia local, incluindo vídeo, áudio e textos os quais expressam sua missão, finalidade e objetivos.	X	X	X	X	X
Empregar, de maneira harmonizada, todos os recursos materiais e humanos adequados ao levantamento e ao conhecimento das necessidades de formação profissional e às expectativas pessoais de seus discentes, por meio de modernos expedientes de planejamento e gestão do marketing educacional.	X	X	X	X	X
Modernização do Sistema de Sinalização nas Unidades.		X	X		
Modernização dos murais de comunicação aos alunos.	X	X	X	X	X
Ampliação da disponibilidade de internet sem fio à comunidade acadêmica.		X	X	X	X
Reestruturação e modernização do vídeo institucional.	X	X	X	X	X
Fortalecimento da imagem pública da Instituição por meio da realização de programas para mídia local, incluindo vídeo, áudio e textos os quais expressam sua missão, finalidade e objetivos.	X	X	X	X	X
Divulgação dos resultados do processo de autoavaliação institucional realizado pela CPA.	X	X	X	X	X
Utilização do WhatsApp para a comunicação interna na instituição, como forma de aprimorar o engajamento do público interno e resolver as demandas que se apresentam, direcionando o público externo para o setor competente.	X	X	X	X	X
Buscar conquistar cobertura editorial na mídia, com apelo noticioso e não-comercial, relacionando ao mesmo tempo com diversos públicos-alvo: comunidade educacional, formadores de opinião e sociedade, consolidando, ao longo do tempo, uma reputação positiva, que se traduz em valorização da imagem.	X	X	X	X	X
Investir nos profissionais que atuam na Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos para ateendimento à comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X

1.10.5 Políticas para o corpo docente e técnico-administrativo

META 1	Consolidar as políticas e diretrizes que norteiam as ações de gestão do corpo docente e técnico administrativo.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Desenvolvimento contínuo da formação teórico-prática.	X	X	X	X	X

Implantar o Plano de Carreira do Corpo Técnico administrativo.	X	X			
Proceder ao enquadramento dos funcionários nas categorias e níveis do Plano de Carreira.	X	X	X		
Oferecimento de, no mínimo, duas atividades de atualização pedagógica anual para os docentes.	X	X	X	X	X
Identificar fatores que interferem na qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores por meio dos indicadores da Avaliação Institucional.	X	X	X	X	X
Desenvolver ações que promovam a integração entre setores, como eventos institucionais, reuniões periódicas para discutir e planejar procedimentos.	X	X	X	X	X
Divulgação no sítio da instituição sobre as pesquisas Realizadas.	X	X	X	X	X
Redistribuição das atribuições de aulas levando em conta a obtenção de regimes de docentes em Integral e Parcial.	X	X	X	X	X
Incentivo a dedicação do docente a instituição.	X	X	X	X	X
Instituir o Programa de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo que terá por objetivo a melhoria do desempenho das atividades inerente ao cargo e o desenvolvimento profissional e pessoal.	X	X	X	X	X
Promover ações culturais e sociais.	X	X	X	X	X
Promover a qualificação do corpo técnico administrativo por meio de cursos, palestras e seminários.	X	X	X	X	X
Disponibilizar infraestrutura para investigação científica: laboratórios, equipamentos de informática, ambiente de trabalho, bibliotecas, etc.	X	X	X	X	X
Oferta de bolsas de estudos integrais e ou parciais para os cursos de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação desenvolvidos pelo UNIFIP.	X	X	X	X	X
Contratar professores com titulação *stricto sensu.*	X	X	X	X	X
Instituir Programa de Incentivo a Formação Continuada, que terá por objetivo capacitar os docentes visando à melhoria das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e apoiando os esforços institucionais de capacitação e aprimoramento da qualificação.	X	X	X	X	X
Incentivar a participação dos docentes em programas de pós-graduação *stricto sensu*.	X	X	X	X	X
Promoção de incentivos para a realização de cursos para a aquisição de competências especifica de acordo com asfunções atribuídas.		X	X	X	X

1.10.6 Metas para organização e gestão da instituição

META 1	Consolidar o modelo de gestão democrática e participativa da instituição.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Potencializar a ação do planejamento e consequentemente o desenvolvimento das atividades didáticas e técnico-pedagógicas nos cursos.	X	X	X	X	X
Ativação de um sistema de Ouvidoria acadêmica - na página eletrônica institucional – de modo a viabilizar a resolução dos problemas e a melhoria dos serviços.		X	X	X	X
Construir comissão específica para identificar as fragilidades e potencialidades dos processos de gestão.		X	X		
Fortalecer a participação de representantes dos órgãos colegiados nas instâncias de decisão.	X	X	X	X	X
Promover atividades de atualização e capacitação de coordenadores acadêmicos e administrativos.	X	X	X	X	X
Fazer uma avaliação da situação da Instituição, por meio da análise da Matriz SWOT, que é uma ferramenta que identifica forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas.	X	X	X	X	X
Estabeelecer e manter coerente a gestão da organização acadêmica e administrativa.	X	X	X	X	X
Incentivar e aprimorar o diálogo entre o corpo docente, o corpo discente e a gestão administrativa.	X	X	X	X	X
Consolidar os mecanismos coletivos de gestão.	X	X	X	X	X
Implementação dos resultados da autoavaliação pelos gestores institucionais.	X	X	X	X	X

META 2	Diversificar os mecanismos de ingresso e otimizar a ocupação de vagas ociosas.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Ampliar gradualmente a matrícula on-line.	X	X	X	X	X
Estudar a viabilidade de diversificar as formas de ingresso na IES.	X	X	X	X	X
Adotar como meio para ingresso na Instituição o desempenho do candidato no Sisu.	X	X	X	X	X
Estudar procedimentos a serem utilizados para preenchimento de vagas ociosas.	X	X	X	X	X
Ampliar e aperfeiçoar as formas de ingresso, ofertando demandas de cursos com demandas nos suportes contextuais, ampliando a oferta de cursos noturnos, ampliando o número de vagas e criando cursos de graduação.		X	X	X	X

META 3	Aprimorar a comunicação com a comunidade interna e com a sociedade.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Ampliar a divulgação dos diversos cursos, especialmente osde extensão, junto à comunidade.	X	X	X	X	X
Criar parcerias com mídias locais.	X	X	X	X	X
Ampliar a publicação de informativos eletrônicos diários no site institucional.		X	X	X	X
Ampliar a publicidade dos resultados das avaliações interna e externa.	X	X	X	X	X
Promover a atualização dos conteúdos do site da IES, bem como divulgar eventos de interesse acadêmico-administrativos.	X	X	X	X	X
Promoção de discussões com o corpo discente sobre as decisões dos colegiados de cursos e do Núcleo Docente Estruturante.	X	X	X	X	X
Implementação as ações conjuntas dos órgãos colegiados e a Reitoria.		X	X	X	X
Estimular os funcionários a capacitação na área da gestão.	X	X	X	X	X

1.10.7 Metas para a infraestrutura física e tecnológica

META 1	Dotar a Instituição da infraestrutura e dos recursos necessários ao funcionamentoadequado de cursos e à prestação de serviços.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Reestruturação do ambiente já existente para facilitar oacesso com pessoas com deficiência.	X	X	X	X	X
Investir na infraestrutura física de forma a traduzir o padrão de qualidade do Centro Universitário que a diferencia de outras instituições.	X	X	X	X	X
Dotar a Instituição de processo de informação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com recursos de tecnologia *on line* e em rede, para atuar com disciplinas *on- line* e acompanhar aulas via *web* em tempo real e em ambiente virtual.		X	X	X	X
Aperfeiçoar a estrutura física, laboratórios e salas de aula,focando na interdisciplinaridade dos cursos.	X	X	X	X	X
Modernizar as salas de aula para estimular a utilização denovas metodologias de ensino.	X	X	X	X	X
Aquisição de obras necessárias para atendimento dasnecessidades de cada curso a ser implantado.	X	X	X	X	X
Manutenção e atualização da infraestrutura de laboratórios de modo a atender ao crescimento contínuo das demandasacadêmicas.	X	X	X	X	X
Expandir a quantidade e aprimorar a qualidade da plataforma computacional da instituição.	X	X	X	X	X

Construir novos espaços (salas de aula, laboratórios) com o objetivo de acompanhar as necessidades dos cursos jáexistentes e daqueles que estão previstos neste PDI.	X	X	X	X	X
Aquisição dos equipamentos de informática destinados aoslaboratórios específicos.	X	X	X	X	X
Aquisição dos equipamentos destinados aos laboratórios específicos e as Clínicas.	X	X	X	X	X
Construção da Clínica de Veterinária e do Hospital Day.	X				
Manutenção, modernização e ampliação dos serviços ofertados pela Clínica Escola de Fisioterapia.	X	X	X	X	X
Manutenção, modernização e ampliação dos serviços ofertados pela Clínica Escola de Psicologia.	X	X	X	X	X
Manutenção, modernização e ampliação dos serviços ofertados pela Enfermagem no Hospital Day.	X	X	X	X	X
Manutenção, modernização e ampliação dos serviços ofertados pelo Núcleo de Práticas Jurídicas.	X	X	X	X	X
Diversificação dos serviços ofertados pelo Hospital Day, com a aquisição de modernos equipamentos e a contratação de profissionais competentes.	X	X	X	X	X
Contínua adequação da infraestrutura física aos requisitosde acessibilidade a pessoas com necessidades especiais	X	X	X	X	X
Adequação das dependências acadêmicas para acomodar oscursos na modalidade EAD.	X	X	X		
Redimensionamento dos espaços físicos para atender os novos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogos.		X	X	X	X
Redimensionamento dos espaços físicos para atender os novos programas de Pós Graduação.	X	X	X	X	X
Modernização das condições de acesso a pessoas com necessidades especiais	X	X	X	X	X
Manutenção e estoque de material de consumo para atender um período superior a um mês.	X	X	X	X	X
Estabelecimento contínuo de um Plano de Avaliação do Espaço Físico e Plano de Gerenciamento da Manutenção Predial.	X	X	X		

META 2	Implantar melhorias dos serviços prestados pela biblioteca.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Promover o crescimento das bibliotecas na proporção da expansão física e dos cursos.	X	X	X	X	X
Aquisição de novas bases de dados.		X	X		
Otimização do sistema de Comutação Bibliográfica.		X	X		
Contratação de pessoal técnico e administrativo de acordocom a demanda dos novos cursos e parâmetros legais.	X	X	X	X	X

Promoção da capacitação dos bibliotecários e auxiliares.		X	X	X	X
Manutenção e aprimoramento do processo de informatização do sistema de bibliotecas.	X	X	X	X	X
Promoção da divulgação e disseminação do acervo para a comunidade acadêmica.		X	X	X	X

1.10.8 Metas para o planejamento e avaliação

META 1	Contribuir para a melhoria da qualidade do processo de formação e produção de conhecimentos.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Adoção de novas metodologias de ensino-aprendizagem.	X	X	X	X	X
Aprimoramento e avaliação do processo aprendizagem.	X	X	X	X	X
Promoção das atividades de pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
Envolvimento da comunidade acadêmica em atividades científico-culturais.	X	X	X	X	X
Manutenção do princípio da autonomia.	X	X	X	X	X
META 2	Consolidar o programa de autoavaliação institucional.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Manter Comissão Própria de Avaliação nos moldes do SINAES.	X	X	X	X	X
Manter a Comissão Própria de Avaliação articuladaao acompanhamento da execução e da adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional.		X	X	X	X
Desenvolvimento de um Sistema Integrado de Gerenciamento (software) para a CPA.				X	X
Desenvolver ações de sensibilização com a finalidade degarantir a participação de pelo menos 75% da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação.	X	X	X	X	X
Implementação das ações necessárias para atender as demandas identificadas nos processos de autoavaliação.		X	X	X	X
Divulgação dos resultados das avaliações e das ações implementadas.	X	X	X	X	X
Aprimorar a Avaliação Institucional como ferramenta de gestão e processo de melhoria contínua por meio doenvolvimento da comunidade educativa e da sociedade.	X	X	X	X	X
Articular os insumos da Ouvidoria com o Projeto de Avaliação Institucional.		X	X	X	X

Realização de seminários para exposição dos resultados gerais do processo de autoavaliação à toda comunidadeacadêmica.	X	X	X	X	X

1.10.9 Metas para política de atendimento aos discentes

META 1	Promover o acesso e a permanência nos estudos, na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino superior.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Aperfeiçoar as políticas para expansão de programas quefacilitem o acesso à Educação Superior.	X	X	X	X	X
Oportunizar aos alunos a participação em atividades deensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
Incentivo a participação dos alunos nos órgãos colegiados eestudantil	X	X	X	X	X
Fomentar oportunidades curriculares e extracurriculares deinserção no mercado de trabalho.	X	X	X	X	X
Realizar ações de acompanhamento aos alunos que necessitam de atendimento especial;	X	X	X	X	X
Ampliar e intensificar os mecanismos de nivelamento eatendimento psicopedagógico ao estudante.	X	X	X	X	X
Incentivo à participação e organização de eventos internos eexternos.	X	X	X	X	X
Garantir meios de acompanhamento ao egresso.	X	X	X	X	X
Atendimento de pleitos de prorrogação do tempo máximode integralização curricular do curso de graduação.	X	X	X	X	X
Estímulos à educação continuada, oferecendo cursos de Pós-Graduação lato sensu, com descontos especiais para egressos do UNIFIP.		X	X	X	X
Consolidação das ações e serviços da Ouvidoria.	X	X	X	X	X
Fortalecimento do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)	X	X	X	X	X
Consolidação das ações e serviços do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.	X	X	X	X	X

1.10.10 Metas para a sustentabilidade financeira

META 1	Garantir a sustentabilidade econômica e financeira da instituição.				
AÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Priorização dos recursos financeiros às atividades de ensino, iniciação científica, extensão e administração, atrelados aos aspectos sociais.	X	X	X	X	X
Priorização dos projetos e atividades conforme disponibilidade financeira.	X	X	X	X	X

Estudos sobre demanda de mercado com vistas à criação denovos cursos.	X	X	X	X	X
Aperfeiçoamento do sistema de gestão econômica para obras, patrimônio, materiais, veículos, combustíveis e gestão de pessoas.	X	X	X	X	X
Elaborar o orçamento para cada exercício e executar a proposta visando à utilização dos recursos na consecuçãoda missão, objetivos e metas do Centro Universitário.	X	X	X	X	X
Viabilização financeira para a implantação dos novos cursos e programas.		X	X	X	
Viabilização financeira antes de pedido de credenciamento para campus fora de sede.	X	X	X		
Estabelecer uma Comissão para propor estudos de monitoramento e acompanhamento de distribuição de créditos.	X	X	X	X	X

1.11 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social ao longo dos anos passou a ser fundamental para o desenvolvimento e crescimento das organizações, visto que, a sociedade exige uma postura ética e social das mesmas, em especial, nas Instituições de Ensino Superior, que devem ensinar além de conhecimentos, valores humanitários aos seus alunos. Na visão de Chiavenato (2004, p. 332), ”a responsabilidade social significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses”.

Dessa forma, a Responsabilidade Social do UNIFIP é composta por vários projetos sociais que trabalham em prol de atividades voluntárias, voltadas à comunidade e às pessoas em situações socioeconômicas vulneráveis, contribuindo para a promoção do desenvolvimento social. Nesse caso, a Responsabilidade Social pode ser compreendida como um meio para melhorar os problemas sociais existentes na comunidade, decorrentes do próprio dinamismo econômico e social, que gera essa condição vulnerável, bem como, da incapacidade do governo de gerenciar as políticas públicas que atenda a toda a sociedade comprometendo o bem-estar social.

As atividades são desenvolvidas pela instituição através de seus professores e alunos em colaboração com a sociedade e governo e em parcerias com outras instituições, tornando-se uma nova filosofia de atuação, ou seja, uma nova orientação para a complementariedade do fazer pedagógico.

Atenta aos problemas sociais da cidade de Patos e região por ela polarizada, o UNIFIP

desenvolve várias atividades de extensão através de projetos, junto às comunidades mais necessitadas, ao mesmo tempo em que, forma o profissional melhor preparado para solucionar os problemas sociais. Isto decorre da exposição do estudante à prática, o que possibilita a construção de uma visão mais humanitária e realista de mundo.

Essas atividades priorizam quatro grandes eixos de atuação: a sustentabilidade, que reúne atividades relacionadas à gestão ambiental e desenvolvimento sustentável; a valorização, onde se trabalha promoção da pessoa humana enquanto cidadão; a qualidade de vida, através dos serviços desenvolvidos nas práticas cotidianas da instituição, e através de ações sociais realizadas junto à comunidade; e a solidariedade, através das doações de alimentos, brinquedos, artigos de higiene e limpeza, doação de sangue e outras atitudes que chegam a salvar vidas.

O desenvolvimento das atividades visa priorizar fatores indispensáveis a qualidade de vida, com ênfase na construção de valores de co-responsabilidade, levando em consideração as relações étnico-raciais; a preservação ambiental; a promoção de programas de saúde preventiva e corretiva, ea redução da pobreza. Sendo assim, cabe ao UNIFIP direcionarem seus alunos ao conhecimento problemas da sociedade em geral e de forma particular da sua região ou cidade para que através destes possam ser criadas soluções viáveis, inovações e atitudes de co-responsabilidade com a participação cidadã consciente.

Responsabilidade Social tem como objetivos:

- sensibilizar a comunidade acadêmica para a proteção à vida e ao meio ambiente;
- práticas individuais e sociais responsáveis;
- a redução das desigualdades sociais;
- a promoção da saúde (Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Biomedicina);
- a busca da justiça e cidadania;
- ações de socialização do conhecimento, através de palestras, oficinas, debates apresentados a diversos setores da sociedade;
- projetos permanentes: setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, venha fazer direito, distribuição de cestas básicas com comunidades economicamente vulneráveis.

A responsabilidade Social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra. O UNIFIP preocupa-se com a inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, permitam responder aos muitos desafios de

uma sociedade em constantetransformação.

Em suas relações com a comunidade o UNIFIP tem como responsabilidade, entre outras: atuar junto a entidades de classe, construindo uma imagem favorável de si mesma; promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições; identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição; identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação; atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente dos seus cursos de graduação e pós-graduação, por meio do Plano de Autoavaliação Institucional.

O UNIFIP desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes, por meio do Programa de Descontos de Mensalidade e de Bolsas de Estudo. Tem como objetivos: possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados na Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional; e proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa. Procedendo desta forma o UNIFIP cumpre seu compromisso de estar contribuindo para a inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social local e regional.

A responsabilidade Social do UNIFIP é composta por vários projetos sociais que trabalham em prol de atividades voluntárias, voltadas à comunidade e às pessoas em situações socioeconômicas vulneráveis, contribuindo para a promoção do desenvolvimento social, podendo ser compreendida como um meio para minimizar os problemas sociais existentes na comunidade, decorrentes do próprio dinamismo econômico e social, que gera essa condição vulnerável, bem como, da incapacidade do governo de gerenciar as políticas públicas que atenda a toda a sociedade comprometendo o bem-estar social. As ações poderão ser realizadas das seguintes formas:

- Por meio de eventos realizados no campus do UNIFIP;
- Eventos realizados em outros ambientes (praças, espaços escolares e não-escolares, outros);
- Em parceria com outros grupos, mas que estejam de acordo com o Projeto de Responsabilidade Social;
- Na forma de cursos, palestras, grupos de estudo, seminários e semanas temáticas,

atividades lúdicas e culturais;

- Através dos serviços prestados pelas Clínicas-escolas;
- Em campanhas de arrecadação de alimentos e donativos;
- Na Superação Social do UNIFIP , por meio de serviços itinerantes que são levados a comunidades carentes de modo itinerante todos os serviços que são realizados realizados pelos cursos por ela mantidos. Envolve professores, alunos e colaboradores.

São atividades desenvolvidas pela instituição através de seus professores e alunos em colaboração com a sociedade e governo e em parcerias com outras instituições, tornando-se uma nova filosofia de atuação, ou seja, uma nova orientação para a complementariedade do fazer pedagógico. A Responsabilidade no UNIFIP adotou a modalidade de Programa Institucional e tem seu próprio Regulamento.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E ÉTNICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

A identidade do UNIFIP constroi-se continuamente, a partir dos referenciais ético-políticos, epistemológicos, educacionais e técnicos presentes nos seus princípios e diretrizes de ação. Tais referenciais, que refletem uma opção do UNIFIP, passam a constituir quadro de referência para as ações nele desenvolvidas, favorecendo assim para que se efetive, no âmbito do ensino, um Projeto Pedagógico Institucional que a diferencie de outras instituições de igual natureza.

Quanto aos **referenciais ético-políticos**, compreende-se o posicionamento em face dos valores éticos e políticos que norteiam o comportamento em sociedade e que fornecem a ideia de cidadania e participação. Assim, o UNIFIP se propõe à formação profissional de seus estudantes, refletindo-se nos valores e nas atitudes que posicionam a comunidade acadêmica no contexto da sociedade.

O UNIFIP tem o compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento que possibilite ao sujeito atuar na sociedade, compreendendo e levando a efeito o seu papel social. Essa identidade se manifesta, no caso do ensino, na forma como este é proposto - sempre relacionado com as outras dimensões que envolve, nos modelos de relação entre as pessoas e destas com o conhecimento, ou seja, no modo como são assimilados os valores democráticos e os conceitos de cidadania, de avaliação e de liberdade na formação de um

indivíduo crítico, reflexivo eparticipativo, capaz de compreender o contexto histórico-cultural, de dar respostas às demandas sociais e de ser um agente de transformação na sociedade.

Os referenciais ético-políticos embasam o planejamento e as ações institucionais, pois levamem consideração o respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão e membro da Instituição, e enquanto parte integrante das comunidades interna e externa; o respeito à diversidade do pensamento assegurando a convivência na diversidade; o compromisso com a missão e os objetivos do UNIFIP, privilegiando-os em detrimento de interesses particulares, individuais ou de grupos; a convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças, tendo presente às divergências; a busca da inovação científico-tecnológica e cultural, de forma criativa, competente, crítica e participativa, nos contextos regional e internacional; a construção de novos conhecimentos científicos, que respondam às demandas sociais, reafirmando o compromisso com a comunidade e, ao mesmo tempo, garantindo a necessária autonomia no exercício de sua função e a busca constante da qualificação institucional, que permita inovar sempre, por meio dos recursos humanos, dos programas, das ações e da estrutura organizacional, não perdendo de vista sua identidade e seu caráter regional e comunitário.

Em relação aos **referenciais epistemológicos, educacionais e técnicos** têm de estar em constante revisão e recriação, procurando definir criticamente, para cada ramo da ciência, que métodos são mais confiáveis e pertinentes ao seu objeto de estudo, quais proporcionam melhores condições de crítica sistemática e objetiva, desenvolvida pela comunidade científica.

Se, epistemologicamente, a opção do UNIFIP recai sobre esse novo paradigma científico, as atividades de ensino, inseridas nos projetos pedagógicos de seus cursos, têm de estar em consonância. Isto significa dizer que traçar objetivos de ensino não pode mais equivaler a objetivar conteúdos (característica própria da pedagogia tradicional e da ciência dogmática); consiste antes em identificar situações-problema com as quais o estudante deverá lidar, para o que deverá acessar, sistematizar (selecionando, descrevendo, analisando, sintetizando, dentre outros) e utilizar os conhecimentos disponíveis e necessários.

Os princípios pedagógicos que embasam o ensino do UNIFIP têm como diretriz norteadora uma proposta pedagógica que implica uma concepção crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, além de uma sólida formação geral e profissional, uma integração do ensino no contexto real da vida da comunidade e uma prática educativa transformadora e participativa.

Destacamos abaixo políticas a serem adotadas para viabilizar os objetivos e o atendimento dos princípios filosóficos da Instituição:

I. Currículos integrados e flexíveis, acompanhando as inovações de cada área de conhecimento, as mudanças da sociedade e as necessidades comunitárias locais;

II. A trans, a multi e a interdisciplinaridade entendida como um esforço que busca uma visão global e sistêmica, como superação do pensamento simplificado e fragmentado da realidade, beneficiado por uma ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;

III. Uma prática docente centrada na construção do conhecimento e na aprendizagem crítica e ativa dos conteúdos, significativos e atualizados;

IV. Desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, conforme caracterização das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação.

Todas as ações do UNIFIP serão permeadas pelo compromisso com a qualidade e com a inovação pedagógica constante. O objetivo destas ações inovadoras será sempre promover o desenvolvimento de tecnologias úteis para a comunidade acadêmica e sociedade civil, acessíveis no que se refere à possibilidade de assimilação em todos os sentidos e que gerem produtos eficazes para o desenvolvimento social, econômico e educacional da região.

Sob essa ótica, o foco do ensino desloca-se para as relações do aprendiz com a situação-problema, ou seja, para as competências, sendo o aprendiz capaz de descrevê-la, analisá-la e interpretá-la à luz dos conhecimentos necessários e disponíveis, sistematizando-os, ou ainda, quando for o caso, questionando-os, tornando-os uma situação-problema. Fundem-se assim, no ensino, o processo científico e o pedagógico: uma pedagogia que, fundamentada na cientificidade, traduz-se essencialmente pelo ato de facilitar, de criar condições para que o estudante aprenda a produzir conhecimento. Além disso, o UNIFIP identifica-se por um caráter regional comprometido com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural da região de Patos/PB, compromisso ratificado em todas as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão.

Assim sendo, esta IES possui como missão promover a formação de profissionais competentes, compromissados com os valores éticos, culturais e sociais contribuindo para a construção de uma sociedade justa, voltada para as necessidades regionais e nacionais, buscando contribuir sempre para o bem-estar da sociedade, de modo a participar no esforço pela melhoria da qualidade de vida, defendendo a expressão e o cumprimento da verdade. Em função dessa concepção, concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente; formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da

sociedade moderna.

O objetivo maior do UNIFIP é capacitar profissionais éticos e competentes para o desenvolvimento da região, resgatando a compreensão da inter-relação humana, na busca sistemática pela excelência educacional, e busca alcançar seu objetivo a partir de percepções compartilhadas dos problemas regionais, especiamente por está localizada em uma região com vulnerabilidades sociais e conômicas, independente do perfil de algumas microrregiões , por exemplo Borborema e Litoral.

Com fulcro nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, que são documentos que fixam os propósitos e metas a serem alcançados durante a formação dos alunos, os critérios que apontam para a definição do perfil do egresso pautam-se por uma visão humanista, que internaliza valores como responsabilidade social, justiça, ética profissional e respeito aos valores culturais e do meio ambiente, de maneira a integrar produtivamente conhecimentos, competências, habilidades e talentos na formação do futuro profissional.

De forma suscinta, o UNIFIP tem por finalidades principais:

- formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- desenvolver a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição;
- estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

2.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Fruto dos princípios qu norteiam o ensino no UNIFIP, bem como a necessidade de se

adequar às profundas transformações que o mundo atravessa, a Instituição, por meio dos seus órgãos de coordenação pedagógica, pelos Núcleos Institucionais, tem incentivado que os seus docentes desenvolvam práticas inovadoras, norteadas pela necessidade de atingir a excelência no ensino superior, articulação entre as diretrizes curriculares emanadas do Ministério da Educação e práticas da própria Instituição. Faz parte da história da sua prática educacional, realizar semestralmente econtros de planejamento e ao longo do semestre palestras, encontros e webinar, lives, tanto para docentes, discentes, técnico administrativos e população extra muros da Instituição.

O atendimento a essas diretrizes norteadoras das atividades de ensino, pesquisa e extensão tem sido trabalhada continuamente, a princípio, pela oferta de cursos de capacitação gratuitos em metodologias ativas e para educação a distância. Basicamente há uma premência em se manter atualizado, pois de forma frequente inovações vão sendo incorporadas à política da educação superior, a exemplo da curricularização da extensão, do percentual de carga horária que pode ser ofertada na modalidade EAD assim como o uso de tecnologias da comunicação e informação não somente para mediar a ensino, mas também para promover uma comunicação eficiente entre a comunidade interna e externa, viabilizando melhor os fluxos para atendimento das demandas que surgem.

2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A principal área de atuação do UNIFIP é o ensino, contemplando a graduação e a pós-graduação, na modalidade presencial até o presente, embora já tenha protocolado e avaliada a Instituição para a oferta de EAD. Ressalta-se, ainda, que decorrentes das atividades de ensino e com elas articuladas, o UNIFIP atua na oferta de serviços assistenciais, de atividades culturais e no desenvolvimento científicoe tecnológico nas áreas da Saúde, Humanas e Sociais e Tecnologia.

A Instituição passou a atuar ao longo da sua evolução, com Cursos nas seguintes áreas do conhecimento: Licenciaturas em Ciências Humanas (História, Geografia, Pedagogia, Educação Física), Linguística, Letras e Artes (Letras), Sociais Aplicadas (Serviço Social, Direito, Ciências Econômicas, Jornalismo, Arquitetura e Urbanismo), Ciências Exatas e da Terra (Sistemas de Informação), Ciências da Saúde (Enfermagem, Fisioterapia, Biomedicina, Psicologia, Educação Física, Nutrição, Medicina, Odontologia, Medicina Veterinária, Tecnólogo em Radiologia). Todos os cursos funcionando na modalidade presencial no município de Patos-PB.

A Instituição mantém um Programa de Pós-Graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, com mais de 50 cursos nas áreas de Saúde, Educação, Direito, Engenharia de Segurança do Trabalho e Geoprocessamento, sempre vinculados a um dos seus cursos de graduação e com periodicidade de oferta eventual.

2.4 O PDI E AS ATIVIDADES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

A política do ensino de graduação está voltada para a formação global do aluno que lhe permita construir competências, hábitos, habilidades e atitudes de forma crítica e criativa, com valores e ética, estimulando-o a resolver problemas, estudar casos, intervir em realidades, prever crises, fazer predições sempre de forma ágil, versátil e ética, buscando seu autoaprimoramento e auto-realização como pessoa e como cidadão. Parte do pressuposto de que adotando essa política, contribui para a qualificação profissional de forma sistêmica e conscientizando-o de suas responsabilidades, usando para isso os recursos do conhecimento em seus vários níveis e modalidades, além das vivências e intervenções em realidades do seu cotidiano próximo ou remoto.

Nessa perspectiva, deve contar com professores permanentemente preparados para desafiar seus alunos à construção interativa do aprendizado, utilizando metodologias e recursos diferenciados, para que o incentive a ser protagonista do seu próprio conhecimento. Para tanto, deve propor formas de avaliação que possibilite a mediação entre o objeto a ser conhecido investigado e a disposição do aluno para aprender.

Para tanto, pretende consolidar suas políticas estabelecendo os seguintes princípios gerais para o ensino, além do cumprimento das metas anteriormente citadas:

1) articular o ensino, a investigação científica e a extensão;
2) centrar o ensino na interdisciplinaridade e na transversalidade;
3) estimular o relacionamento interpessoal e a comunicação eficaz, propiciando o trabalho em grupo e em equipes;
4) fomentar práticas de aprendizagem para formação da pessoa e do profissional comprometidos com um mundo melhor;
5) desenvolver ações que contemplem a responsabilidade social, amparada em valores nos quais se assentam a sustentabilidade, a empregabilidade e o empreendedorismo;
6) oferecer soluções educacionais que atendam exigências de formação cidadã para o presente e futuro, provendo, por meio de suas ações, competências, habilidades e atitudes requeridas pela sociedade;

7) garantir educação continuada e profissional aos egressos;
8) organizar a produção de conhecimento dos discentes e docentes;
9) proporcionar educação de qualidade;
10) incentivar a práticainvestigativa;
11) capacitar todos os envolvidos em suas ações sistematizando a tomada de decisão e prontidão às mudanças e a flexibilidade.

Tanto para o ensino de graduação como para o de pós graduação, algumas inovações consideradas significativas são adotadas, especialmente quanto à flexibilidade doscomponentes curriculares, tais como as oportunidades diferenciadas de integralização curricular abaixo elencadas.

a) delimitação de unidades curriculares intercursos, com concentração de disciplinas comuns a vários cursos, de forma harmônica, com uma Coordenação própria que é o Núcleo de Integração Disciplinar (NID);

b) institucionalização da oferta de disciplinas semipresenciais e utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (máximo de 40% da carga horária);

c) biblioteca com parte do acervo virtual: a biblioteca virtual possui um amplo acervo bibliográfico para acesso, consulta, análise, pesquisa e estudo dos conteúdos propostos nas ementas, bem como de conteúdo complementar.

d) desenvolvimento de ações intercurso e entre IES e comunidade: essas atividades se dinamizam por meio de eventos, entre os quais: eventos científicos, responsabilidade social, atividades de extensão: oferecem aos discentes a possibilidade de dialogar com outras áreas e estimulam a participação da comunidade externa.

e) desenvolvimento de metodologias que estimulam o diálogo entre os componentes curriculares, a prática social e as demandas do mundo do trabalho (ativas);

f) ênfase na atenção à diversidade e na sustentabilidade: todos os cursos tem o componente de socioantropologia e alguns o de Direitos Humanos e Direito Ambiental.

A política do ensino da Pós-Graduação é preparar o aluno para aprofundamento na área de estudo escolhida, incentivando o gosto pela pesquisa e pela ação criadora, a fim de efetivar processos de investigação científica que possam conduzi-lo a um entendimento diferenciado na resolução e respostas a situações-problema do cotidiano profissional. Prepara ainda discentes para atuarem como pesquisadores em áreas específicas envolvidas pelos cursos e programas, visando a integração da instituição com a comunidade local e regional.

Os cursos de pós-graduação *Lato sensu* (Especialização) tem seus Projetos Pedagógicos

estruturados de acordo com as orientações emanadas da legislação pertinente. Para que o discente possa ingressar em um dos cursos de especialização, a exigência mínima é a apresentação do diploma do curso superior, ou seja, graduação, mas também a análise de currículo e entrevista com os candidatos, em conformidade com os requisitos estabelecidos na Resolução e no Edital de cada curso oferecido por esta IES.

O UNIFIP considera a emergência de novas formas de produção do conhecimento e a importância da formação de recursos humanos para atuar em atividades científicas e tecnológicas, munindo os educandos de concepções, técnicas e métodos que o auxiliarão tanto na sua formação individual, profissional quanto como pesquisador.

O grande empenho e desafio do UNIFIP é o de acompanhar esse contexto, oferecendo cursos de especialização, visando atender demandas crescentes na cidade de Patos – PB e regiões circunvizinhas, em virtude do reconhecimento da Instituição no contexto local e regional e a credibilidade dos cursos ministrados (Print da página do e-MEC onde estão protocolados os Cursos ofertados pelo UNIFIP – Pós-Graduação).

O comprometimento do UNIFIP além do ensino, da pesquisa e da extensão, é também, com a responsabilidade social, com o contexto regional e a formação ética e humanizada, no âmbito da política de ensino. Assim sendo, se faz necessário que a referida política adotada pelo UNIFIP possa consolidar, a partir dos seus anseios educacionais, numa formação científica, humanística, significativa e de qualidade, mas também, numa proposta de efetivação da produção de conhecimento capaz de atender às exigências inerentes à formação social e acadêmica. Esse compromisso se transforma na potencialização dos recursos humanos e financeiros, concebendo um crescente número de vagas para aqueles que almejam adentrar no ensino superior, na criação de novos cursos, seja na modalidade presencial e/ou à distância, e na consolidação dos cursos já existentes para que se otimize a qualidade e excelência da formação dos estudantes.

2.5 POLÍTICA PARA AS ATIVIDADES DE ENSINO

Compreende-se o acadêmico como um agente da construção do próprio conhecimento, participante ativo de um processo organizado, sistêmico. Para tanto, a instituição oferece a ele os instrumentos de mediação, os recursos de acesso, apropriação de conteúdos e o gerenciamento do percurso para que desenvolva determinados conhecimentos. É no acadêmica que se concentram todas atividades docentes e técnico-administrativas, procurando sempre atender às especificidades de cada um, contribuindo todos para sua formação, para o início ou a melhoria de

seu desempenho profissional, pessoal e social. Para tanto, toda a estrutura organizacional do UNIFIP deverá estar atenta, acompanhando de forma pessoal as necessidades de aprendizagem decorrentes de características pessoais, sem perder de vista os compromissos aqui estabelecidos na missão da Instituição

As políticas de ensino do UNIFIP são prumadas por uma perspectiva ética do ato de ensinar/aprender, enquanto um prolongamento sistemático e especializado da intenção educativa, visando à dignidade humana e à transformação social.

O ensino deve ser alicerçado pelos princípios que regem a Educação brasileira, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, permeados pelas características ambientais locais revelados e aplicados pela IES, no que se relaciona a a metodologias, disponibilidade de laboratórios, bibliotecas e demais recursos necessários. Os componentes curriculares alcançam maior eficácia quando apoiados em trabalhos multidisciplinares, atividades complementares e demais tarefas que correspondam ao exercício ensino-aprendizagem.

Como Centro Universitário, a instituição promoverá pesquisa, fazendo, uso das metodologias e promovendo esforço entre os docentes e discentes para aplicação e desenvolvimento da iniciação científica. As estruturas curriculares deverão propiciar, desde o início do curso, o comprometimento com todas as recomendações presentes no Projeto Pedagogico Institucional, preservando os aspectos éticos e mantendo o alinhamento com a amplitude laboral oportunizada ao acadêmico e com a solução de problemas sociais. Para tanto, deve-se dar suporte contínuo às práticas profissionais e sociais como elementos integrantes do processo formativo. Este compromisso social do estudante deve ser o ponto de partida e chegada para a formação.

Nesse sentido, devem ser envidados esforços a fim de que a recepção do acadêmico seja marcada pelo compromisso com sua formação profissional, ética e social. Os cursos de graduação do UNIFIP tem como instrumentos norteadores de suas ações didático-pedagógicas os seguintes documentos:

a) Projeto Pedagógico Institucional (PPI): contempla a política geral da instituição e abrange as políticas de ensino, iniciação científica e extensão, e de educação inclusiva, articulando-os na forma de uma política pedagógica global do UNIFIP. O PPI, parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional é avaliado e revisado por uma comissão designada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição.

b) Projeto Pedagógico do Curso (PPC): é elaborado e proposto pelo NDE e aprovado pelo Colegiado do Curso, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, a legislação vigente,

o Regimento Geral da Instituição e os demais regulamentos internos. O PPC é o instrumento orientador das ações acadêmicas, dando direção à gestão e às atividades pedagógicas no interior dos cursos do UNIFIP, estando a sua elaboração, execução e aperfeiçoamento, previstos em regulamento próprio.

c) Planos de ensino das disciplinas: para cada disciplina/componente curricular é elaborado, antes do início do período letivo, pelo respectivo professor, o plano de ensino, que é aprovado pelo Colegiado de Curso, passando a fazer parte do PPC.

1) Competências e habilidades

As principais competências definidas pelo UNIFIP a serem desenvolvidas são:

a) Comunicação: os profissionais egressos devem ser acessíveis e capazes de interagirem com outros profissionais e o público em geral. Essa competência ajuda o profissional a se posicionar e criar alianças;

b) Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, como forma de manterem atualizados e capazes de atenderem as demandas da sociedade;

c) Gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, exercer a criatividade, e estarem abertos às mudanças tendo consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional. Para tanto, a maioria dos cursos tem na sua matriz curricular a disciplina Empreendedorismo;

d) Inovação: os profissionais devem ser capazes de ter ideias criativas e inovadoras. Relaciona-se com adoção de práticas e procedimentos que oportunize a criação ou desenvolvimento de produtos ou ideias e que permitam a melhoria do processo apontando para ganhos de eficiência e para a adaptação inédita de situações;

e) Liderança: no trabalho em equipe, os egressos deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

f) Tomada de decisão: o trabalho dos profissionais egressos deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando o uso apropriado, da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas;

g) Visão sistêmica: algumas empresas não pensam apenas nas metas, mas no processo. Aqueles que têm visão sistêmica entendem a importância de cada área e a interdependência entre

as partes. Essas competências comuns e as específicas são destacadas por cada Projeto Pedagógico e supõem a formação de atitudes e de valores, e o desenvolvimento e domínio de conhecimentos e habilidades gerais e específicos que levem em conta a realidade local e regional

2) Atividades de estágio e de prática profissional

O estágio é parate integrante do currículo pleno do curso e sua organização é prevista no projeto pedagógico e fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Todo curso, por meio do seu colegiado, deve elaborar um regulamento para as atividades de estágio supervisionado, prevendo a forma de organização, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades realizadas, respeitadas as políticas de estágio supervisionado da instituição. As atividades de estágio devem ser capazes de propiciar ao acadêmico a oportunidade de aplicar seus conhecimentos, de forma supervisionada, em situações de prática.

No UNIFIP são reconhecidas duas possibilidades de estágio para os alunos: a) Estágio Extra Curricular – tipo de estágio que só poderá ser realizado quando o aluno concluir as disciplinas específicas de cada área do curso. b) Estágio Curricular Obrigatório – estágio obrigatório que está integrado à matriz curricular, realizado em organizações, instituições públicas e privadas e empresas, parceiras ou conveniadas pela IES, com uma carga horária de acordo com o Projeto do Curso, podendo completar em aulas práticas, preceptorias e estágios supervisionados.

O estágio supervisionado, é uma atividade intrinsecamente articulada com as demais atividades acadêmicas, propicia a complementação do ensino-aprendizagem e é realizado em conformidade com os currículos e programas dos cursos, como instrumento de integração, treinamento, aperfeiçoamento profissional e de relacionamento humano.

2) Atividades Complementares

Compreendem as práticas acadêmicas que transcendem à matriz curricular de disciplinas obrigatórias e optativas. Objetivam enriquecer o histórico dos alunos, contribuindo para uma formação mais eficaz; complementar e sintonizar o currículo pedagógico vigente; ampliar os horizontes do conhecimento bem como de sua prática para além da sala de aula e trabalhar suas vocações.

2.6 O PDI E AS PRÁTICAS DE EXTENSÃO

A extensão se expressa e se valoriza de forma dinâmica e se concretiza por meio da produção de conhecimentos que acontece na interface entre instituição e comunidade, colocando dessa maneira, processo de aprendizagem produzido no espaço de sala de aula à disposição da comunidade.

Um dos principais objetivos da extensão é promover uma relação transformadora, como instrumento de mudança em uma relação de mão dupla de troca de saberes com a sociedade. A extensão se fortalece como prática acadêmica vinculada às atividades de ensino e pesquisa/iniciação científica, as quais se traduzem na articulação e devolução do saber, construindo um novo saber a partir do confronto com as situações concretas, considerando que os projetos devem surgir a partir do diagnóstico da realidade das comunidades a serem beneficiadas.

A extensão, pela sua própria natureza, deve conduzir ao fortalecimento da Instituição de Ensino Superior na sociedade, e suas atividades devem ser planejadas para o benefício efetivo da comunidade. Partindo desta premissa, a Instituição tem como um dos objetivos consolidar a Extensão como fator de inserção do UNIFIP de Patos na sociedade. Para atingir este objetivo, as seguintes metas foram estabelecidas:

Os objetivos para a Extensão são os seguintes:

1) Estabelecer relações de intercâmbio entre o Centro Educacional de Patos e a sociedade, quanto aos objetivos institucionais;

2) Ampliar a possibilidade de pessoas, instituições utilizarem o conhecimento existente no desempenho de suas atividades;

3) Avaliar as contribuições do Centro Educacional de Patos para o desenvolvimento da sociedade;

4) Agilizar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade local.

As atividades de extensão devem contar com a participação de alunos regulares da graduação e, futuramente, de pós-graduação, sob a supervisão docente, devendo ser realizadas através de nossas agências de contato com a comunidade, conforme disciplinamento específico de cada projeto pedagógico.

Definidas as condicionantes acima, a Extensão deve, então, ser desenvolvida por intermédio das seguintes atividades principais:

- Publicações que visem tornar o conhecimento acessível à população, pesquisadores, profissionais, etc;

- Eventos de caráter cultural e/ou científico ou de outros tipos, que tenham como objetivo a criação de condições para que a sociedade possa conhecer ou usufruir dos bens científicos, técnicos ou culturais disponíveis;

- Serviços oferecidos através de atendimento direto à população, ou de forma indireta, por agências, desde que sejam realizados de acordo com os objetivos da instituição;

- Assessorias e consultorias com o objetivo de orientar pessoas ou instituições a utilizarem, em determinadas situações, o conhecimento existente, da melhor forma possível;

- Cursos de atualização científica ou de formação universitária, de aperfeiçoamento profissional, de ampliação cultural, de especialização técnica e outros que possibilitem acesso mais amplo ao conhecimento existente;

- Intercâmbio de docentes ou técnicos do Centro Educacional de Patos com o fim de prestar assistência e desenvolver áreas carentes em outras instituições universitárias;

- Estudos e/ou pesquisas para ampliar conhecimentos da população em geral sobre os processos de utilização do conhecimento, bem como do acesso ao mesmo;

- Serão aceitas sugestões de programa de extensão, cabendo à unidade acadêmica, a que esteja vinculado, deliberar a respeito;

- Após consideração, a proposta deve ser encaminhada ao órgão superior de coordenação das atividades extensionistas, para análise e decisão, quando for o caso;

- Aprovado o programa, cabe à unidade acadêmica respectiva executá-lo; quando o programa envolver mais de uma unidade, cabe à coordenação superior da extensão disciplinar a sua execução.

Os custos da Extensão devem ser financiados por recursos próprios da Instituição ou por meio de alocação de recursos externos, convênios ou parcerias com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

A participação de alunos dos cursos de graduação nos programas e projetos, permanentes outemporários, sob a supervisão docente, asseguram a articulação com a pós-graduação.

Os serviços prestados por docentes ou discentes do UNIFIP à comunidade externa ou interna, também constituem atividades de extensão e ação social. Os eventos internos admitem a forma de semanas acadêmicas, mesas redondas, exposições, feiras, festas, grupos de estudo, apresentações artísticas/ culturais, palestras de interesse coletivo, campanhas dentre outros eventos. Já existe um calendário de atividade na Instituição, que são trabalhadas de forma multiprofissional,a exemplo do abril azul, setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul, com

a participação de representantes da comunidade externa.

Dada a natureza multidisciplinar das atividades de extensão e ação social, a propositura de tais ações são feitas por diferentes setores do UNIFIP, o que caracteriza a integração do projeto comas comunidades interna e/ ou externa, unindo por objetivos comuns com benefícios para ambas.

O UNIFIP facilitará todas as ações que promovam a participação da população nas atividades acadêmicas, como objeto ou recurso de aprendizagem, objetivando o diálogo, a troca em busca de conquista e benefícios aferidos, a partir de procedimentos técnico-científicos que possam contribuir para o êxito das atividades acadêmicas e a melhoria do padrão de vida social, cultural, intelectual de todos os envolvidos. Proporá, ainda, preparo permanente de docentes e discentes no sentido de identificar campos, sujeitos e estratégias para ações extensionistas que possam disseminar novos conhecimentos, novas interpretações e formas de intervenção nas realidades estudadas. Desta forma a extensão está articulada com o ensino e representa um compromisso da instituição com a comunidade.

Com fundamento Resolução Nº 07, de 18 de dezembro de 2018, o UNIFIP assumiu o compromissão, por meio de regulamentação própria, de instituir em todos os Cursos por ela mantidos, as atividades curriculares de extensão nas seguintes modalidades:

I. Programa
II. Projetos
III. Cursos e Oficinas
IV. Eventos
V. Prestação de Serviços

2.61 O PDI E AS ATIVIDADES DE PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL

As diretrizes pedagógicas de todos os cursos por ela mantidos tem um dos pontos destacados, a "implementação de atividade de ensino, iniciação científica e programas de extensão que contribuam para agregar conhecimentos, habilidades e gerar mudanças de atitudes no educando, estimulando-os para tomada ágil e competente de decisões, desenvolvimento da criatividade pessoale estímulo ao autodesenvolvimento".

A pesquisa é um recurso estimulador da aprendizagem e de produção de novos conhecimentos. Partindo deste pressuposto, o UNIFIP assumirá como política institucional desenvolver o gosto pela pesquisa, a ação criadora, responsável e ética, a partir de uma postura de investigação, reflexão, de curiosidade perante o novo e o diferente, buscando novos

conhecimentose procedimentos que possam complementar e estimular o ensino-aprendizagem a alcançar graus mais elevados de excelência e melhorar a qualidade de vida da população envolvida. Para tanto, deve:

1) Capacitar seus professores para a elaboração e implementação de projetos de pesquisa.
2) Buscar recursos próprios, da mantenedora, para apoiar projetos de pesquisa e iniciação científica.
3) Promoção de congressos e outros eventos de natureza científica ou técnico profissional.
4) Ampliar e Institucionalizar Programa de Iniciação Científica.
5) Estímulo e apoio a seus professores e alunos a fim de participarem de eventos de caráter científico, técnico, cultural e educacional.
6) Disponibilização dos laboratórios para desenvolvimento de pesquisas.
7) Convênios com instituição públicas e privadas.
8) Criar mecanismos de incentivo à publicação e difusão da produção científica em revistasindexadas de circulação nacional e internacional.
9) Estimular formas de cooperação científica com grupos de pesquisas de outras instituiçõesde reconhecida competência acadêmica.
10) Valorização e divulgação dos Projetos de Pesquisa da COOPEX.

Quanto à memória e ao patrimônio cultural, a Instituição promove atividades institucionais que contemplam as artes visuais (mostra de fotografias, exibição de filmes, dentre outros), os costumes e os fatos históricos regionais que caracterizam a Região onde está inserida e demais regiões brasileiras, por meio de feiras de nutrição e de produtos, danças, vestimentas. Já existem atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão, englobando o resgate e a preservação da cultura nordestina destacando-se como linhas de ações da cultura: incentivo à pesquisa da cultura regional, impressão de livros e incentivo para impressão de obras de pesquisa e defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, proporcionando a estes a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local, adequando-os à sua própria história. Vale destacar que a Instituição localiza-se em pleno semiárido nordestino, palco de uma grande diversidade de elementos culturais materiais e imateriais.

A implantação do curso de Bacharelado em Medicina no segundo semestre do ano de 2014 adicionado a outros cursos na área da saúde (Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física, Odontologia,) dinamizou a pesquisa com humanos e ensejou o incremento das atividades do

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). Estando ligado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), o CEP já existe há alguns anos e é uma instância colegiada interdisciplinar autônoma, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem por finalidade defender os interesses dos seres humanos enquanto sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir para seu desenvolvimento em conformidade com os padrões éticos.

Este conjunto de medidas reforça a base de fomento, apoio e incentivo as práticas investigativas e a produção intelectual na Instituição, associada ao ensino e à extensão, com o fim de fortalecer o processo de aprendizagem e de ampliar e renovar o acervo de conhecimentos ministrados em seus cursos.

No âmbito dos Cursos de Graduação, os resultados das pesquisas são apresentados nas qualificações e defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). A IES vem semestralmente lançando editais de processos seletivos para a contratação de professores com título de mestrado e doutorado para atuarem nas diversas áreas de conhecimento atendidas pelo UNIFIP, com o objetivo de ampliar as pesquisas existentes e as que serão desenvolvidas. A Instituição estimula o envolvimento da graduação com a iniciação científica, estando empenhada na capacitação dos docentes com relação às metodologias de ensino que tenham a pesquisa como instrumento.

Os alunos de iniciação científica executam um trabalho minucioso estruturando relatórios a serem apresentados a COOPEX. Após a apresentação das propostas dos temas de pesquisas dos docentes, atendendo a Edital próprio anual, são desenvolvidas as etapas de análises e avaliação dos projetos encaminhados mediante a criação de uma comissão composta por professores qualificados da área de cada tema, desvinculados de quaisquer propostas apresentadas para avaliação. Por intermédio da criação desta sistemática de trabalho às atividades de Pesquisa, pretende-se demarcar na filosofia e cultura institucional a relevância de atividades que primem pelo desenvolvimento da iniciação científica, fato que pode ser plenamente viabilizado, considerando que a Instituição dispões de recursos humanos, materiais e infra estruturais para o desenvolvimento da iniciação científica.

2.6.2 PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS NO QUE SE REFERE À DIVERSIDADE, AO MEIO AMBIENTE, À MEMÓRIA CULTURAL, À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E AO PATRIMÔNIO CULTURAL

O UNIFIP desenvolve continuamente atividades que abordam a Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural, organizadas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Instituição tem como um dos seus princípios, a

promoção da igualdade de condições e direitos, contemplando as políticas de diversidade e a inclusão; quanto às questões pedagógicas e de aprendizagem, os projetos pedagógicos dos cursos contemplam todos os aspectos que envolvem a integração completa das pessoas com necessidades especiais, no plano de uma política de integração e de valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos, compromisso com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Em setembro de 2019 foi o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania, Relações Étnico-Raciais e Meio Ambiente a que cabe zelar pela implementação de ações ligadas à defesa dos Direitos Humanos, Cidadania Relações Étnico-Raciais no ambiente acadêmico e nas relações interpessoais, em respeito às Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos (Resolução 01/2012, do Conselho Pleno de CNE), dedicando-se especialmente à Educação Ambiental, a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana tendo como base a Lei 10.639/2003 e Indígena baseada na Lei 11.645/2008.

Promove a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição é uma das metas da Instituição. Nessa perspectiva, nas atividades de extensão, os cursos atuam como espaço para a reflexão sobre questões de ordem política, social e cultural da sociedade brasileira, com ênfase maior na cultura local e regional. Há a preocupação crescente com a identificação de remanescentes de minorias como ciganos e quilombolas. Para viabilizar as ações institucionais, são desenvolvidas atividades pelos professores tais como: Seminários, Colóquios, Cursos de Extensão, Mesas Redondas dentre outras atividades, de forma interdisciplinar, com vistasà promoção da integração entre os cursos.

Os projetos e ações desenvolvidos têm o objetivo de potenciar a valorização da diversidade das manifestações culturais e artísticas dos nossos alunos, professores e funcionários, além de buscar a melhor interatividade com os alunos e a instituição, disseminar a cultura e apoiar os talentos internos.

Em parceria com a Coordenação das Atividades Complementares, mobiliza coordenadores, professores e alunos participantes a promoverem ciclo de atividades (palestras, workshops, feiras, filmes, comemoração de datas festivas e outros) que abordem temais transversais com vistas à formação para a cidadania e o respeito aos direitos humanos de todos os povos e nações.

Com essas iniciativas objetiva-se promover atitudes cidadãs positivas para que os futuros

formandos possam se engajar em estudos e no exercício da educação em direitos humanos, especialmente para populações minoritárias e excluídas, que representam um importante contingente, cujos direitos são violados nas mais diferentes regiões do país.

2.6.3 O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O UNIFIP, cumprindo as diretrizes de sua política de desenvolvimento econômico e social, assume um compromisso com a região em que está inserido em atender aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como instituição de âmbito regional. A instituição prevê ações que contemplam a contribuição institucional para o desenvolvimento econômico e social, melhoria das condições e qualidade de vida da população através de projetos de inovação e responsabilidade social.

A integração do UNIFIP e a comunidade regional tem sequência natural tomando maior consistência e intensificando-se ainda mais, à medida que as ações de extensão e iniciação científica vêm sendo desenvolvidas de forma contínua. Dessa forma aplicam-se as seguintes metas:

- Promover parcerias com organizações públicas ou privadas da sociedade civil para melhor atender, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão as necessidadespara o desenvolvimento regional;
- Propiciar a execução de programas, projetos e ações de extensão como fundamentocurricular que contribuam para o desenvolvimento regional;
- Estimular o envolvimento da comunidade acadêmica nos programas, projetos e ações deextensão;
- Firmar convênios de cooperação técnica, científica, cultural e de prestação de serviços,com segmentos diversos da sociedade.

Para viabilizar o desenvolvimento econômico e social, já conta com uma infraestrutura de equipamentos de saúde, a exemplo das Clínicas de Fisioterapia, Enfermagem, Clínica Escola de Psicologia, Odontologia, Biolab, o Hospital Day (mantido pelo Curso de Medicina) e o Hospital Veterinário (mantido pelo respectivo curso) que, além de cenários de práticas também estão à disposição da comunidade, praticando preços compatíveis com o poder aquisitivo da população mais carente.

Vinculado ao Curso de Direito, existe o PRAJUR, aonde ocorrem ações de conciliação e arbitragem, além do desenvolvimento de atividades de apoio jurídico para comunidades menos favorecidas e, também as minorias. Por outro lado, as ações de responsabilidade social,

promovem o desenvolvimento social no plano do desenvolvimento e disseminação do conhecimento. A Responsabilidade Social pode sercompreendida como um meio para melhorar os problemas sociais existentes na comunidade, decorrentes do próprio dinamismo econômico e social, que gera essa condição vulnerável, bem como, da incapacidade do governo de gerenciar as políticas públicas que atenda a toda a sociedade comprometendo o bem-estar social.

As atividades são desenvolvidas pela instituição através de seus professores e alunos em colaboração com a sociedade e governo e em parcerias com outras instituições, tornando-se uma nova filosofia de atuação, ou seja, uma nova orientação para a complementariedade do fazer pedagógico.

Atenta aos problemas sociais da cidade de Patos e região por ela polarizada, o Centro desenvolve várias atividades de extensão através de projetos, junto às comunidades mais necessitadas, ao mesmo tempo em que, forma o profissional melhor preparado para solucionar os problemas sociais. Isto decorre da exposição do estudante à prática ainda no Centro Universitário e, o que possibilita a construção de uma visão mais humanitária e realista de mundo.

Além das atividades realizadas no UNIFIP, que envolvem a comunidade interna e externa, os cursos mantidos pela IES, também desenvolvem, sistematicamente as seguintes ações/atividades:

- IES na praça: aconselhamento jurídico; ajuda na elaboração de orçamentos domésticos; aferição de pressão arterial; recreação infantil; consultas médicas; serviços de maquiagem, depilação e corte de cabelos; palestras sobre DST; ações preventivas da Defesa Civil; distribuição de alimentos e brinquedos.
- Mostra de Cinema e Direitos Humanos;
- Trabalho Educativo sobre Leis de Trânsito;
- Ações preventivas – Mês Outubro Rosa;
- Ações preventivas – Mês Novembro Azul;
- Trote Solidário: coleta de alimentos e brinquedos e distribuição em entidades sociais;
- Palestras para a comunidade: Câncer de Mama e Câncer de Próstata;
- Produção audiovisual no interior da Paraíba – Coordenação do Curso de Jornalismo;
- Curso para funcionários: Liderança e Gestão de Pessoas;
- Curso de Direito: Conciliação no Mutirão DPVAT em parceria com o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB);

- Curso de Direito: caminhada em alusão ao Dia da Mulher com atendimento às participantes desse ato público;
- Curso de Direito: Serviço de Assessoria Jurídica á comunidade carente;
- Curso de Direito: atualização das guias dos apenados do Presídio Romero Nóbrega, localizado em Patos-PB, pelo Núcleo de Advocacia Voluntária em parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB);
- Curso de Direito: atendimentos na ONG Operação Resgate referente ao PRAJUR Itinerante;
- Curso de Direito: Dia de Fazer Direito;
- Curso de Sala de Vacinação;
- Atendimento a pacientes com problemas respiratórios na Clínica de Fisioterapia;
- Sinalização do ambiente interno para pessoas com necessidades especiais (visual –Braille);
- Programa de Educação Ambiental: Contribua com o Meio Ambiente.
- Semana de Ciência e Tecnologia (mês de outubro).

2.6.4 O PDI E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:INCLUSÃO SOCIAL

Dentre as várias metas para atendimento aos discentes, destaca-se a de promover o acesso e a permanência nos estudos, na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensinosuperior. Nessa perspectiva foram deliCEADas as seguintes ações:

a) Aperfeiçoar as políticas para expansão de programas que facilitem o acesso à Educação Superior.

b) Oportunizar aos alunos a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

c) Incentivo a participação dos alunos nos órgãos colegiados e estudantil

d) Fomentar oportunidades curriculares e extracurriculares de inserção no mercado de trabalho.

e) Realizar ações de acompanhamento aos alunos que necessitam de atendimento especial;

f) Ampliar e intensificar os mecanismos de nivelamento e atendimento psicopedagógico ao estudante.

g) Incentivo à participação e organização de eventos internos e externos.

h) Garantir meios de acompanhamento ao egresso.

i) Atendimento de pleitos de prorrogação do tempo máximo de integralização curricular do curso de graduação.

j) Estímulos à educação continuada, oferecendo cursos de Pós-Graduação lato sensu, com descontos especiais para egressos do UNIFIP.

k) Consolidação das ações e serviços da Ouvidoria.

l) Consolidação das ações e serviços do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

O UNIFIP procura conscientizar seus alunos, futuros profissionais, a importância da escola deixar de ser um espaço fechado de transmissão de conhecimentos e habilidades para transformar- se em espaço polivalente e aberto, facilitador da construção interativa dos conhecimentos, hábitos, habilidades e atitudes necessárias à vida em sociedade e ao exercício de uma profissão que exige não apenas especialização, mas cultura geral e específica, capazes de possibilitar a adequação flexível e competente às variações do mercado de trabalho e aos indicadores de qualidade de vida.

O UNIFIP desenvolve ações sociais, sistematicamente, democratizando assim, o acesso à educação, à saúde, à informática, à cultura e ao lazer. Tais ações permitem um atendimento focado no resgate da cidadania e se pauta no direito do cidadão aos serviços de cunho social, além de permitir aos acadêmicos uma formação holística e vivência da realidade social.

A análise dos aspectos da ética, da cidadania e da responsabilidade social na prática de diversas organizações, setores da sociedade e nas relações humanas em geral tendo como referência os valores universais da democracia e da justiça, auxilia o aluno a desenvolver novas competências profissionais – a ética e a solidariedade – para que ele possa competir com vantagem no mercado detrabalho e para que essas competências se mostrem no seu desempenho profissional, nas suas relações humanas, na sua vida em todas as situações. Falar de responsabilidade social significa, também, falar no compromisso permanente que a instituição tem de cumprir sua missão, isto é, a garantia de boa qualidade de ensino para os cidadãos que adquirem os serviços educacionaisoferecidos no âmbito da graduação.

2.6.5 O PDI E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus

processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, algo defendido e praticado No UNIFIP.

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, algo defendido e praticado no UNIFIP.

Para a promoção da Educação em Direitos Humanos guiar-se-á pela Resolução nº 1/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que é um marco nacional em educação na perspectiva de assegurar e efetivar os direitos fundamentais, tão caros e necessários nos dias atuais e tão promissores para o futuro de todos os povos.

Considerando o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação , bem como outros documentos nacionais e internacionais quevisem assegurar o direito à educação a todos(as),

Neste sentido, os Cursos do UNIFIP desenvolverão ações educativas e formativas como vistas a promover a Educação em Direitos Humanos, e em consonância com o marco legal, com a finalidade de colaborar na promoção da educação e contribuir para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, da laicidade do Estado, da democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, e sustentabilidade socioambiental na perspectiva das sociedades atuais e futuras.

Na perspectiva da Educação em Direitos Humanos, compreende-se, consoante marco legal, que ela consiste num processo sistemático e multidimensional, que orienta a formação integral dos sujeitos de direitos, e articula-se à apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; à afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; à formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; à desenvolvimento de processos metodológicos participativos ede construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos

contextualizados; e ao fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor dapromoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Espera-se, com as ações, atividades e projetos educacionais e formativos, colaborar para a consecução do objetivo central da Educação em Direitos Humanos, que é a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Nesta perspectiva, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos do UNIFIP estão contemplados a inserção desta abordagem nas ementas das disciplinas que compõem a matriz curricular dos referidos cursos. Em parceria com a Coordenação das Atividades Complementares, com o Núcleo de Responsabilidade Social e o Núcleo de Direitos Humanos, pretende-se mobilizar coordenadores, professores e alunos participantes a promoverem ciclo de atividades (palestras, workshops, feiras, filmes, comemoração de datas festivas e outros) que abordem temais transversais com vistas à formação para a cidadania e o respeito aos direitos humanos de todos os povos e nações.

Com essas iniciativas objetiva-se promover atitudes cidadãs positivas para que os futuros formandos possam se engajar em estudos e no exercício da educação em direitos humanos, especialmente para populações minoritárias e excluídas, que representam um importante contingente, cujos direitos são violados nas mais diferentes regiões do país.

2.6.6 INTERNACIONALIZAÇÃO: COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS

Como meta para o Desenvolvimento Institucional, o UNIFIP pretende estabelecer o Programa de Mobilidade Acadêmica (Nacional e Internacional). Este Programa terá por finalidade proporcionar ao/a discente de graduação regularmente matriculado/a, a possibilidade de cursar atividades/componentes curriculares em outras Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais, sem prejuízos para integralização do seu curso de origem. O UNIFIP poderá figurar tanto como instituição de origem, nos casos em que envia seus/suas discentes de graduação para realizarem mobilidade em outras instituições de Ensino Superior (IES), ou como Instituição Receptora, quando recebe discentes de outras IES para o desenvolvimento de atividades/componentes curriculares no Centro. A intenção da instituição é firmar convênios com Instituições do Sul da América do Sul. Para tanto, já está implantando um Curso Especial em Língua Espanhola para minimizar os impactos da língua para o intercambista. O objetivo do

Programa de parceria com países do Cone Sul, é poder contribuir com seus conhecimentos para a melhoria da qualidade de vida daquela população, levando experiências exitosas, ao mesmo tempo em que também absorverá experiências desses países.

Uma das metas primordiais do UNIFIP é aprimorar o ensino, propiciando aos seus estudantes a possibilidade de estabelecerem e desenvolverem relações com Instituições de Ensino Superior Estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica internacional, porque entende que o contato com culturas estrangeiras constitui-se num importante instrumento de formação intelectual de seus estudantes. Grupos de alunos da Universidade de Oswego (Nova York - USA) já estiveram no Brasil, bem como professores daquela Instituição, bem como alunos também já estiveram na nossa Instituição. O objetivo do intercâmbio era estudar a obesidade infantil. Infelizmente, por motivos alheios à vontade da nossa Instituição, o programa nãoteve prosseguimento.

O UNIFIP tem interesse em incentivar intercâmbios e parcerias nacionais e internacionais para a concretização do Programa Mobilidade Estudantil. Esse projeto encontra-se em estudo para melhor atender o corpo discente. Está em estudo a realização de parceria com o Banco Santander que possui um programa denominado Bolsas Ibero-Americanas para estudantes de graduação, que tem por finalidade propiciar aos estudantes indicados pelas IES conveniadas, a oportunidade de acesso a culturas estrangeiras, realizando atividades em renomadas instituições.

Com os objetivos de fortalecer as relações internacionais e a atuação da Instituição, a UNIFIP instituiu o Núcleo de Relações Internacionais-NRI/UNIFIP, que será regido por Regulamento próprio. Uma das metas primordiais do Centro Universitário de Patos (UNIFIP) é aprimorar o ensino, propiciando aos seus estudantes a possibilidade de estabelecerem e desenvolverem relações com Instituições de Ensino Superior Estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica internacional, porque entende que o contato com culturas estrangeiras constitui-se num importante instrumento de formação intelectual de seus estudantes. Grupos de alunos da Universidade de Oswego (Nova York - USA) já estiveram no Brasil, bem como professores e alunos daquela Instituição também já estiveram na nossa Instituição. O objetivo do intercâmbio era estudar a obesidade infantil. Infelizmente, por motivos alheios à vontade da nossa Instituição, o programa não teve prosseguimento. Uma outra ação que a Instituição já adota passos para a internacionalização é o de aceitar professores estrangeiros para integrar o corpo docente.

2.7 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA MODALIDADE PRESENCIAL

A organização didático-pedagógica das ações desenvolvidas pelos cursos ofertados pelo

UNIFIP consolida-se de forma a evidenciar e fazer cumprir a missão de promover a formação de profissionais competentes, compromissados com os valores éticos, culturais e sociais contribuindo para a construção de uma sociedade justa, voltada para as necessidades regionais e nacionais. Aseguir apresentam-se os pressupostos que norteiam a prática pedagógica dos cursos das IES.

2.7 REFERENCIAIS ÉTICO-POLÍTICOS

O UNIFIP se propõe à formação profissional de seus estudantes, tendo como base norteadora a reflexão de valores e atitudes que posicionam a comunidade acadêmica no contexto da sociedade. Assim sendo, assume o compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento que possibilite ao sujeito atuar na sociedade, compreendendo e levando a efeito o seu papel social. Essa identidade se manifesta, no caso do ensino, na forma como este é proposto - sempre relacionado com as outras dimensões que as envolve, - nos modelos de relação entre as pessoas e destas com o conhecimento, ou seja, no modo como são assimilados os valores democráticos e os conceitos de cidadania, de avaliação e de liberdade na formação de um indivíduo crítico, reflexivo e participativo, capaz de compreender o contexto histórico-cultural, de apresentar respostas às demandas sociais e de ser um agente de transformação na sociedade. Uma vez que, o que deve ser se valorizado nas pessoas são as ações, sendo o conteúdo de valorização, não de ordem teórica, mas de ordem prática. Logo, o ético reside no âmbito das práticas humanas, pois como assegura Freire[1] (2002, p. 16) "[...] Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão [...]".

Os referenciais ético-políticos devem embasar, pois o planejamento e a ação institucionais.

No UNIFIP, esses referenciais são:

− **Respeito à pessoa** enquanto indivíduo, cidadão e membro da Instituição, ou seja, como parte integrante das comunidades interna e externa;

− **O respeito à diversidade do pensamento** assegurando a convivência na diversidade;

− **O compromisso com a missão e os objetivos do UNIFIP**, privilegiando-os em detrimento de interesses particulares, individuais ou de grupos;

− **A convivência na diversidade**, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças, tendo presente às divergências;

− **A busca pela inovação científico-tecnológica e cultural**, de forma criativa, competente, crítica e participativa, nos contextos regional e internacional;

− **A construção de novos conhecimentos científicos**, que respondam às demandas sociais, reafirmando o compromisso com a comunidade e, ao mesmo tempo, garantindoa necessária autonomia no exercício de sua função;

− **A busca constante da qualificação institucional**, que permita inovar sempre, por meio dos recursos humanos, dos programas, das ações e da estrutura organizacional, não perdendo de vista sua identidade e seu caráter regional e comunitário.

Observados esses referenciais, a credibilidade e a confiabilidade emergem como marcas desta Instituição enquanto presença indispensável no processo de desenvolvimento que deverá ser sustentado na produção do conhecimento científico.

Se, epistemologicamente, a opção do UNIFIP recai sobre esse novo paradigma científico, as atividades de ensino – inseridas nos projetos pedagógicos de seus cursos – todos têm de estar em consonância. Isto significa dizer que traçar objetivos de ensino não pode mais equivaler a objetivar conteúdos (característica própria da pedagogia tradicional e da ciência dogmática); consiste antes em identificar situações-problema com as quais o estudante deverá lidar, para o que deverá acessar, sistematizar (selecionando, descrevendo, analisando, sintetizando, dentre outros) e utilizar os conhecimentos disponíveis e necessários.

Sob essa ótica, o foco do ensino desloca-se para as relações do aprendiz com a situação-problema, ou seja, para as competências, sendo o aprendiz capaz de descrevê-la, analisá-la e interpretá-la à luz dos conhecimentos necessários e disponíveis, sistematizando-os, ou ainda, quando for o caso, questionando-os, a fim de torná-los uma situação-problema. Fundem-se assim, no ensino, o processo científico e o pedagógico, respaldados numa pedagogia que, fundamentada na cientificidade, traduz-se essencialmente pelo ato de facilitar, e de criar condições para que o estudante aprenda a produzir conhecimento.

2.9 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

2.9.1 PERFIL DO EGRESSO

As estratégias metodológicas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos conduzem a uma formação de profissionais qualificados e reflexivos, humanistas e éticos nas diversas áreas e campos de trabalho profissional. Esse egresso contribuirá para o desenvolvimento de cidadãos conscientes de suas responsabilidades por meio da problematização e compreensão dos papéis individuais e coletivos privilegiando ações voltadas para as necessidades humanas, que

promovam transformação social, contribuindo assim para o bem estar e qualidade de vida das pessoas.

Na prática, todos os cursos do UNIFIP construíram o perfil do egresso desejado contemplando as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a demanda e exigência do mercado, dos novos princípios e da velocidade das mudanças tecnológicas e de informação. Todos os cursos da Instituição asseguram no perfil profissional desejado, sólida formação geral e humanística, capacidade de análise, domínio dos conceitos de sua área aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica.

2.10 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS ESPECIALMENTE QUANTO CONSIDERADAS À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O currículo dos Cursos do UNIFIP oferece aos educadores possibilidade de flexibilização, isto é, oportuniza-os ampliar os horizontes do conhecimento, pois os direcionado a partir de uma visão holística no sentido de contribuir para aquisição de uma visão crítica e reflexiva que lhe permita extrapolar o seu campo profissional. Esta concepção foi fundamentada em dois eixos: no conceito de currículo e na estrutura do currículo.

Com relação ao primeiro eixo acredita-se que deve ser suficiente para refletir todo o processo de aprendizagem. Assim, o currículo pode ser definido como "qualquer conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização do curso". As atividades acadêmicas previstas são aquelas consideradas relevantes para que o estudante adquira o saber, as habilidades e competências necessárias à sua formação.

A flexibilização na estrutura do currículo se fundamenta nas seguintes premissas: o curso é percurso em que cada estudante terá certo grau de liberdade para traçar o seu curso; além de uma formação em uma área específica do saber o curso deverá se articular com outras áreas de formação; e, finalmente, os cursos devem ser instrumentos que propiciem o saber de forma articulada. Neste PDI orienta-se que os currículos dos cursos devem enfocar a **interdisciplinaridade** e **flexibilidade** como princípios basilares.

É cada vez mais destacado o valor da flexibilidade como princípio de organização curricular no ensino superior. O Projeto Pedagógico de Curso deve estipular um grau razoável de flexibilidade, capaz de permitir a atualização constante das atividades acadêmicas. A flexibilidade curricular e a indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão possibilitam que:

a) Elementos curriculares adquiram novas formas, que por sua vez, definem e dão sentido aos conteúdos, no pressuposto de que teoria e prática devam constituir uma unidade;

b) Conteúdos sejam aprendidos com um pensamento crítico e reflexivo, capaz de levar a uma sistematização coletiva do conhecimento baseada em problemas postos pela prática social;

c) Relacionamento entre os segmentos da comunidade acadêmica se faça de maneira participativa e consciente do seu papel social;

d) Metodologias sejam variadas e ativas, instrumentalizadas por um fazer educativo politicamente definido;

e) Avaliação reflita à análise do processo, considerando-se o alcance dos objetivos e a reorganização de ações, transformando-se em dinâmica que orienta a prática pedagógica. Estão presentes no planejamento semestral da instituição atividades como semanas acadêmicas, fóruns, viagens técnicas, entre outros eventos em geral, nos quais os projetos são desenvolvidos pela comunidade acadêmica. Além disso, os acadêmicos são convidados a participarem de projetos sociais, contribuindo com propostas e acompanhamento, segundo as políticas sociais da instituição.

A integralização do curso da UNIFIP obedece aos princípios legais do MEC e está regulamentadas no Projeto Pedagógico do curso, bem como no Regimento Geral da Instituição, oferecendo alternativas didático-pedagógicas que possibilitam a integralização além das formas já tradicionalmente conhecidas sendo:

a) Os acadêmicos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos baseadas em premissas legais descritas no Art. 47 da LDBEN. O extraordinário aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho;

b) Aos discentes transferidos de outras instituições que tenham cursado com aprovação disciplinas, com carga horária equivalente ou superior aos componentes curriculares dos cursos da IES. Este processo é regulamentado pelo Regimento Geral;

c) A IES contempla a possibilidade dos acadêmicos realizarem matrícula em período de férias, em regime de dependência ou de adaptação curricular, plano de estudos individuais com aulas presenciais e com aplicação de recursos audiovisuais, utilização de laboratórios de multimídia; Caso o acadêmico necessite de maior tempo para a integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie o seu tempo de formação, observados os parâmetros regimentais, assim como prevê a integralização de curso em menor tempo, de acordo com as orientações

estabelecidas no Regimento Geral, devidamente regulamentado no Projeto Pedagógico do curso.

Ao destacar a interdisciplinaridade, Fazenda (1979, p. 8-9) a considera "[...] uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema de conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do se humano". A mesma vai mais longe, ainda, ao assegurar que o diálogo é a "[...] única condiçãode possibilidade da interdisciplinaridade. "

Assim sendo, a proposta é de um modelo curricular que integre os pontos fortes da interdisciplinaridade, estando: centrados na aquisição de um conhecimento mais globalizado; voltados para interesses de mercado; voltados para o contexto social; voltados para a tecnologia; e voltados para a resolução de problemas.

No que se refere a organização curricular esta resulta da reflexão sobre missão, concepção e objetivos de cada curso e o perfil do egresso, complementada pelo que dispõem as diretrizes curriculares para a formação de bacharel, tecnólogo ou licenciado em qualquer curso mantido pelo UNIFIP. Cada curso tem sua duração, obedecendo a uma estrutura curricular com disciplinas fundamentais e profissionalizantes, além do Estágio Supervisionado. Destaca-se que algumas disciplinas estão submetidas a um sistema de pré-requisitação e que o acesso a estas encontra-se submetido à aprovação em disciplina expressamente relacionada.

A estrutura curricular de cada curso do UNIFIP é organizada de tal forma que se recomenda não ser realizada a matrícula em disciplinas de outro período sem a prévia autorização da Coordenação do respectivo curso, pois a organização acadêmico-pedagógica do curso estabelece a necessidade de um conteúdo mínimo para a matrícula em certas disciplinas.

O UNIFIP incorpora, de forma significativa e crescente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas, destinando o percentual de sua receita anual para a aquisição e atualização das ferramentas utilizadas em atividades práticas do curso. A instituição não somente incentiva a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem para que disseminem este tipo conhecimento, promovendo as inovações no âmbito do curso, como também promove cursos, workshops, seminários que abordam a temática.

2.11 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS

O currículo é o resultado da seleção de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo

nasociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os professores trabalham esses conteúdos conforme sua visão de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais e seus símbolos.

Toda a prática educativa apresenta determinado conteúdo; a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que, estará o seu ensino. A seleção dos conteúdos deve levar em conta sua relevância para o desenvolvimento da competência profissional requerida. É imprescindível garantir a articulação entre o conteúdo e os métodos, não esquecendo, portanto, a importância do tratamento metodológico. Na seleção dos conteúdos, considerar-se-ão os seguintes aspectos:

- ter como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

- refletir sobre a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientamo processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do estudante, tendo em vista a sua transformação.

Com o objetivo de desenvolver a capacidade crítica, a autonomia, a capacidade de tomar decisões e de assumir compromissos consolidando a independência intelectual dos egressos, busca- se ainda condições de integrar os conteúdos formativos, levando em conta novas possibilidades parao desenvolvimento pessoal por meio de conhecimentos que englobam cultura básica geral, cultura acadêmica e cultura profissional. A independência intelectual se constitui a marca da maturidade, valor fundamental na formação universitária.

A seleção de conteúdos tem por base o modelo de formação geral, formação humana e formação profissional proposto pela Instituição, levando em conta a análise da realidade em que a Instituição está inserida, com foco nos aspectos da inserção regional e com referenciais como:

- **Sócioantropológico**, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado.

- **Psicológico**, que se direciona para o desenvolvimento cognitivo do aluno.

- **Epistemológico**, que está voltado para as características próprias das diversas áreas do conhecimento abordados pelo currículo.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo,

com suas representações sociais, entretanto, nessa fase deverão ter em mente a prática profissional, tomando como base suas ideias, suas práticas, a visão de homem, de mundo e de educação que orientam esta prática.

A Instituição observa as seguintes diretrizes na elaboração e revisão dos currículos:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso, com o perfil do egresso e emconsonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Adequação das metodologias de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso.
- Inter-relação e integração entre as disciplinas.
- Dimensionamento da carga horária das disciplinas de acordo com a ementa.
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas.
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

2.12 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos existentes e os dos cursos a serem implantados, no período de vigência deste PDI, devem atender às Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pelo MEC, e oferecerem condições para o desenvolvimento de competências e habilidades adequadas ao perfil profissional de cada carreira. Os projetos devem, ainda, estar em consonância com a realidade local e regional.

Na conjuntura atual, permeada por mudanças vertiginosas e complexas, pensar a inovação pedagógica no ensino superior significa, antes de tudo, situá-la como elemento essencial na busca contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Esta qualidade deve ser entendida como opção política por um projeto educacional plenamente comprometido com a construção de novas formas de existência social. É preciso então que se reflita sobre o ensino de graduação compreendendo-o como um processo histórico que se constrói, se inter-relaciona e interage em um contexto socialmente determinado. É o enfoque nesse quadro referencial que garante que não haja um descompasso entre o discurso formal e a prática educativa no que diz respeito ao compromisso social e à consonância com a dinâmica das exigências da realidade social. Essas exigências não se restringem apenas ao atendimento específico e limitado do mercado de trabalho pela formação profissional, mas que se refiram também, e, sobretudo, à celeridade da transformação social por meio da formação do cidadão.

Diante das inovações pedagógicas que se fazem necessárias para a mudança qualitativa do processo ensino-aprendizagem, é preciso estabelecer uma nova postura frente ao conhecimento, chegando-se a dar mais importância à ciência como criação contínua. Essa mudança no núcleo central da relação ensino-aprendizagem - do saber pronto para o conhecer em construção - passa necessariamente pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O objetivo de todo fazer universitário é o conhecimento e as relações que em torno dele se estabelecem por meio de sua produção, transmissão, apropriação e disseminação, a partir da realidade social. Tendo em vista essas colocações, o UNIFIP adota uma metodologia de ensino quetem como fundamentos expressos:

- a qualificação didático-pedagógica do docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas de ensino que levem em conta as especificidades dos diversos níveis de ensino e de sua clientela, dos diferentes cursos e turnos em funcionamento;

- o resgate da unidade dos cursos pelo fortalecimento de suas instâncias coordenadoras e norteadoras, visando superar o tratamento fragmentado do conhecimento;

- a integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do aluno na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática;

- o aperfeiçoamento pedagógico do sistema de acesso e das condições de permanência do aluno na instituição, de modo a possibilitar a efetiva democratização do ensino;

- o aluno ser o próprio agente da aprendizagem: aprender a aprender, tornando-se um investigador na busca de conhecimentos novos;

- a gradual implantação, em todos os cursos, de Metodologias Ativas,como práticas metodológicas.

2.13 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

Nos currículos dos cursos de graduação do UNIFIP são estabelecidos prazos de integralização dos créditos, concebidos como: prazo mínimo e máximo, de acordo com as DiretrizesCurriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

São oferecidas aos alunos as seguintes oportunidades:

- Orientação individualizada;
- Participação em eventos voltados a áreas profissionais de cada curso;
- Estágios Supervisionados;
- Visitas técnicas;

- Viagens de estudos;
- Semanas Internas;
- Palestras;
- Fóruns;
- Atividades Complementares;
- Componentes curriculares eletivos que proporcionam subsídios complementares àformação acadêmica do aluno.

Na instituição, em especial no Regimento Interno, está estabelecido que o aproveitamento deestudos é concedido e as adaptações determinadas na forma das normas fixadas pelo Conselho de Curso, ouvidas as Coordenações de Curso, quando for o caso, e observadas as demais normas da legislação vigente.

2.14 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA AS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

De acordo com Mauri (2006), o conhecimento é considerado um processo de construção contínuo em que a passagem de um estado de menor desenvolvimento para um mais avançado é sempre caracterizada pela formação de novas estruturas que não existiam antes no indivíduo. Diante dessa afirmativa percebe-se que ensinar e aprender se configuram como processos indissociáveis, pois, ambos, o estudante e o professor nessa relação aprendem mutuamente. Nesse sentido, Coll (1994) assegura que a atividade desenvolvida pelo estudante individualmente já não representa mais uma unidade básica do processo de ensino e aprendizagem, e sim, uma ação conjunta, pois leva em conta também o suporte apresentado pelo professor como parte da interação com o objeto de aprendizagem.

Estando sempre preocupada com a formação dos seus estudantes, o UNIFIP faz opção por adotar uma concepção de ensino e aprendizagem respaldada numa abordagem socioconstrutivista que, para Mizukami (1986), prioriza o desenvolvimento da inteligência a partir da construção das atividades desenvolvidas pelo sujeito, considerando-o como parte integrante e imerso numa situação sociocultural a fim de contemplar uma verdadeira aprendizagem, tendo como suporte o exercício operacional da inteligência, pois, nesse sentido a aprendizagem só ocorre quando o estudante é capaz de elaborar por conta própria seu conhecimento.

O processo de construção do conhecimento se constitui num processo social e se realiza por meio das possibilidades criadas pelas mediações do sujeito num dado contexto sócio

histórico que o rodeia. Nesta concepção, o caráter cooperativo é obtido por meio da interação dos aprendizes entre si e com os professores propiciando aos menos capacitados a possibilidade de aprender com os mais qualificados, e estes por sua vez, avançarem mais na construção de seus conhecimentos. Pois, conforme assegura Bock, Furtado e Teixeira (2001, p. 116): "O homem constrói sua existência a partir de uma ação sobre a realidade, que tem, por objetivo, satisfazer suas necessidades. Mas essa ação e essas necessidades têm uma característica fundamental: são sociais e produzidas historicamente em sociedade".

a) Concepção de avaliação

A avaliação é um dos aspectos mais importantes do Projeto Pedagógico dos Cursos, pois contribui para o cumprimento do perfil traçado pela IES. Deve ser entendida, não como um produto, mas como um processo, com ênfase na dimensão qualitativa, uma vez que, possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados considerando os objetivos, as competências propostas e identificar mudanças no percurso que sejam eventualmente necessárias.

Benvenutti (2002) afirma que a avaliação deve estar comprometida com a escola e esta deverá contribuir no processo de construção do caráter, da consciência e da cidadania, passando pela produção do conhecimento, fazendo com que o estudante compreenda o mundo em que vive, para usufruir dele, mas, sobretudo, que esteja preparado para transformar a realidade que o cerca.

Nesse sentido, a concepção de avaliação adotada pelo UNIFIP, prima por um processo avaliativo que deve ser formativo, contínuo, inclusivo, processual, diagnóstico, integrado, cooperativo, abrangente, construtivo e somativo, como forma de contribuir para a formação de um cidadão crítico, reflexivo e consciente.

Desta feita, o processo avaliativo não deve ser configurado como um processo a ser realizado de forma isolada do processo de ensino e aprendizagem, mas como um momento oportuno para construção, reconstrução e desconstrução de saberes que deverão ser reconduzidos a partir dos erros e acertos, no sentido de caminhar rumo à aprendizagem do estudante. Como afirmam Carminatti e Borges (2012, p. 176), para que este processo se dê de forma a contribuir para a formação crítico-reflexiva do estudante deve haver acima de tudo "[...] coerência entre a concepção de educação, a prática educativa desejada, a prática educativa efetivada e a avaliação. Na busca por essa coerência há que repensar não só a prática, mas fundamentalmente os pressupostos epistemológicos que a permeiam".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96) exige dos sistemas de ensino, sejam públicos ou particulares, que efetivem um processo avaliativo contínuo e qualitativo, mediador, tanto nas escolas de educação básica como nos cursos superiores. O que deve haver de fato, na prática avaliativa é um processo de observação, como também uma reflexão sobre a natureza das manifestações dos estudantes, concebendo um replanejamento e uma tomada de decisões da prática pedagógica docente. Nesse sentido, Hoffmann (2002), assegura: "[...] a prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos".

Diante disso, devem ser considerados os aspectos qualitativos e orientadores da avaliação a partir da inserção do estudante no primeiro ano no ensino superior, aplicando instrumentos e critérios avaliativos capaz de proporcionar uma adaptação ao método, bem como, atividades avaliativas significativas, oportunas e orientadoras capazes de aprimorar a legitimidade da construção do conhecimento, numa dimensão ampla, não somente na socialização dos conteúdos propriamente ditos, como também de posturas e atitudes.

Faz-se necessário um processo avaliativo que contemple instrumentos e critérios eficazes no sentido de proporcionar melhorias naquilo que se pretende ensinar, a ponto de se poder inferir, sem dúvida, uma das mais importantes funções da avaliação que é fornecer subsídios para o aperfeiçoamento do ensino, sobretudo a produção de conhecimentos dos estudantes através da pesquisa.

As discussões dos conceitos mencionadas ressaltam um ponto de concordância destacado que se refere aos diversos instrumentos, a exemplo, provas escritas, seminários, atividades escritas individuais e em grupo, debates, entre outros que pretendem verificar, principalmente, a qualidade do processo de ensino aprendizagem, mostrando as dificuldades, desafios, potencialidades e limitações dos estudantes como forma de reorientar a prática pedagógica docente. Vale destacar que, o aspecto de quantidade do processo avaliativo, deve estar em sintonia com o aspecto qualitativo. Nesse sentido, se faz necessária a avaliação quantitativa, mas, também qualitativa aplicada por avaliações formativas. A partir daí, busca-se evitar que o estudante transforme-se em um mero copiador, um depósito de conteúdos e transforme-se em um ser pensante, pesquisador, produtor de conhecimentos, capaz de reconstruir e desconstruir conceitos, sobretudo sujeitos críticos e reflexivos.

A visão sobre o estudante e o docente, sujeitos avaliado e avaliador, com base num processo avaliativo mediador e dialógico compreende seres sociais e políticos, com

competências necessárias para os diversos saberes, atos e fatos, dotados de experiências e em conformidade com o senso crítico, sujeitos de seu próprio desenvolvimento. Haja vista uma avaliação concebida e aplicada de forma adequada é capaz de proporcionar o desenvolvimento crítico.

b) Competências

De acordo com Perrenoud (1999, p. 7), "[...] competência é uma capacidade de agir eficazmente num determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles, é preciso que alunos e professores se conscientizem das suas capacidades individuais que melhor podem servir o processo cíclico de Aprendizagem-Ensino-Aprendizagem".

O UNIFIP, no sentido de primar pela construção e efetivação de competências junto aos professores e estudantes, assume o compromisso de mobilizar esforços no sentido de que os mesmos possam na condição que assumem, ora como professor ora como estudantes, atuar deforma que possam:

- organizar-se em prol de situações que contribuam para a construção do conhecimento, a fim de que sejam capazes de administrar suas aprendizagens;
- ter condições de correlacionar sempre a teoria com a prática;
- desenvolver atividades de cooperação entre professores/professores, estudantes/estudantes, estudantes/professores, estudantes/professores e sociedade;
- participar ativamente das ações desenvolvidas em seus ambientes de trabalho;
- fazer uso das tecnologias de informação e comunicação em prol da aprendizagem;
- ser capaz, de forma ética, de analisar e discutir os deveres, direitos e dilemas da sua atuação profissional e,
- ter consciência da importância de se aperfeiçoar permanentemente.

Estas competências só serão efetivadas no âmbito do dia a dia das ações do UNIFIP - seestiverem contempladas nos PPCs dos cursos que esta IES oferece.

c) Sistema de avaliação da aprendizagem na modalidade presencial

O sistema de avaliação adotado no UNIFIP, na forma do Regimento Interno Capítulo V), "visa à aferição do desempenho do aluno de forma continuada, oportunizando a avaliação do processo e do resultado comportamental esperado, conforme definido no projeto pedagógico do

curso". O texto da avaliação do desempenho acadêmico consta no Capítulo V do Regimento Interno, especificamente dos Artigos 118 ao 126.

d) Sistema de avaliação da aprendizagem na modalidade EAD

O sistema de avaliação usado nos Cursos do UNIFIP, na modalidade EAD, está descrito no Plano de Gestão do CEaD.

2.15 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA OFERTA EDUCACIONAL

Na atualidade são muitos os avanços tecnológicos que podem e devem ser utilizados na educação. O UNIFIP investirá continuamente na atualização tecnológica e na inserção desta nas práticas pedagógicas, em função do novo paradigma determinado pelas tecnologias, com a finalidade de formar profissionais preparados para atuarem com competência na era da informaçãoe do conhecimento.

O UNIFIP preocupa-se em atender as exigências do mundo contemporâneo e para isso tem procurado inserir o maior número de novas tecnologias possíveis no ensino. Os avanços tecnológicos representam uma oportunidade que a Instituição proporciona para que seus alunos vivenciem as tecnologias mais atualizadas e que têm contribuído para a evolução da sociedade. Nesse sentido, os profissionais formados na instituição tornam-se cada vez mais especializados nas suas respectivas áreas de conhecimento.

No que concerne à tecnologia, todos os laboratórios possuem regulamento de funcionamento, utilização e segurança afixado no quadro de aviso. Além disso, possuem portas com dimensionamento adequado para cadeirantes e mobiliário segundo as normas de acessibilidade e sinalização adequada para cadeirantes. Vale ressaltar que é realizada manutenção preventiva semestral nos equipamentos.

Para tanto, a Instituição tem se preocupado em implementar ações que viabilizem a inovação no processo de aquisição e produção de conhecimentos. Dentre essas ações pode-se destacar:

a) Investimento na informatização das atividades acadêmicas de comunicação e informação;

b) Utilização de recursos tecnológicos em todas as suas salas de aula, biblioteca, laboratório, secretarias, salas ambientes de docentes;

c) Dimensionar o acesso à internet nas suas instalações;

d) Disponibilizar o acervo de e-book na biblioteca de maneira bastante ampla;

e) Implantar, no tempo certo, o acervo de trabalhos acadêmicos via online visando sua divulgação;

f) Implantar via sistema Studus[12], um ambiente virtual de aprendizagem para uso das disciplinas curriculares e de exercícios domiciliares;

g) Orientar o uso de redes sociais e fontes de informação para toda comunidade escolar;

h) Utilização da plataforma Moodle nas práticas de ensino presencial;

i) Oferta de até 40% da carga horária dos cursos na modalidade à distância, em consonância com o que determina a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019;

j) Utilização de tecnologias atuais de informação e de comunicação – videoconferência, lousa digital e outras para promover a melhoria significativa do ensino–aprendizagem;

k) Realização de eventos ligados à Inovação Tecnológica;

l) Prover o site da instituição com canais de divulgação das atividades realizadas por docentes e discentes;

m) Implantar gradativamente o portal virtual das disciplinas onde o aluno encontra o material de apoio, artigos, plano de disciplinas, avisos, resumos, dentre outros.

A Instituição, na atualidade, já conta com data show em cada sala de aula. No âmbito da Biblioteca, observa-se que a apropriação dos recursos tecnológicos será operacionalizada por meio dos serviços, tais como consultas, empréstimos, reserva e renovação online, levantamento bibliográfico automatizado, pesquisa na internet, treinamento e orientação bibliográfica aos usuários. No ambiente na biblioteca, registra-se a disponibilização do serviço de Biblioteca Virtual, que compreende centenas de títulos de diversas editoras, nas diferentes áreas do conhecimento, paraque alunos e professores possam acessá-los online.

2.16 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA MODALIDADE EAD

2.16.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular proposta para os cursos de graduação em EaD observa as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, os perfis profissionais dos egressos e, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a diversidade, acessibilidade metodológica e a compatibilidade da carga horária total do curso. O percurso formativo proposto evidencia a articulação da teoria com a prática. A partir das matrizes curriculares será possível verificar a oferta da disciplina de LIBRAS em caráter optativo, ou obrigatório nos casos das licenciaturas, e os mecanismos de familiarização com a modalidade a

distância, além de mostrar plenamente a articulação entre os componentes curriculares e apresentar elementos comprovadamente inovadores, conforme segue.

Alguns cuidados foram observados quando da elaboração dos currículos, como a preocupação em estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno e, encorajando-o ao reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, bem como fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão são incluídas como parte da carga horária.

2.16.2 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A flexibilidade curricular implica na formação do discente em um cenário aberto às novas demandas dos diferentes campos de conhecimento, de atuação profissional e do contexto social.Isso significa imprimir a dinamicidade e a diversidade aos currículos dos cursos de graduação, permitindo que o discente tenha opção de lapidar o seu perfil profissional, sem detrimento da sua formação generalista, além de contribuir para a sua autonomia intelectual.

A organização curricular dos cursos de graduação em EAD, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, irá contemplar a flexibilidade curricular nos seguintes aspectos:

1. **Estágios Supervisionados,** que promovem a integração teoria/prática, propiciando a complementação do processo ensino-aprendizagem. Trata-se de um instrumento de inserção profissional, que proporciona aos estudantes a participação em situações reais de vida e trabalho, por meio de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

2. **Atividades Interdisciplinares Virtuais (AIV)** que são parte integrante das Atividades Complementares, que contemplam temas da atualidade e assuntos relacionados às áreas e subáreas do curso, além de disporem de ferramentas tecnológicas de ensino e aprendizagem que viabilizam a prática de estudos independentes.

3. **Atividades de Extensão** desenvolvidas pelo curso, permitem ao aluno optar por acompanhar um projeto voltado à construção de conhecimento para o desenvolvimento social da comunidade na qual está inserido.

4. **Cursos, Minicursos, Palestras, Semanas do Conhecimento, Visitas Técnicas, Programas de Iniciação Científica** e demais atividades que são periodicamente ofertados aos alunos.

5. **Articulação da teoria com a prática** quando são adotadas as **Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem** utilizadas no curso. Estas metodologias têm algumas características principais:

   a. O aluno é responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender;

   b. O currículo é integrado e integrador, e fornece uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado. Essa linha se traduz nas Unidades de Aprendizagem e nos problemas que deverão ser discutidos e resolvidos nos grupos tutoriais;

   c. A IES oferece uma grande variedade de oportunidades de aprendizado através de laboratórios, campos de estágios organizacionais e comunitários, bibliotecas virtuais e acesso ao AVA;

   d. O aluno é precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional;

   e. O aluno é constantemente avaliado em relação à sua capacidade cognitiva e ao desenvolvimento formativo de habilidades necessárias à profissão;

   f. O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional são estimulados;

   g. A assistência ao aluno é individualizada, de modo a possibilitar a acessibilidade metodológica para que ela discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e o estímulo à aprendizagem, quando necessário.

II **Diversidade e Acessibilidade Metodológica, Pedagógica e Atitudinal,** quando são trabalhados **componentes curriculares** com temas relacionados à inclusão, à diversidade, à educação ambiental, à educação das relações étnico-raciais e a educação para os direitos humanos. Dessa forma, essas discussões se integram às disciplinas da estrutura curricular dos cursos, de modo transversal, contínuo e permanente. Os temas serão levados à formação dos alunos, propiciando formar profissionais conscientes e críticos sobre as relações humanas, à equidade e o respeito à natureza.

III **Disciplinas Optativas** previstas na matriz do curso, que promovem a flexibilização do currículo por meio de um elenco de disciplinas à escolha dos alunos, para que tenham a oportunidade de aprofundar em uma determinada área da sua atividade profissional.

2.16.3 INTERDISCIPLINARIEDADE

A interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento e uma mudança de atitude em busca do indivíduo como ser integral. Trata-se de uma proposta onde a

forma de ensinar leva em consideração a construção do conhecimento pelo aluno, garantindo a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites dos conteúdos curriculares. Não se trata de unir as unidades curriculares, mas utilizar uma prática de ensino em que cada um destes conteúdos estejam interligados e façam parte da realidade do aluno. Assim, as disciplinas continuam separadas, mas o aluno compreende que os conteúdos fazem parte de uma totalidade.

Seguindo essa linha, é possível inferir que uma organização curricular da IES parte do pressuposto que o conhecimento adquirido em uma determinada disciplina não deve ter um fim em si mesmo, mas deve servir de base para a assimilação de conteúdos que serão abordados em outras atividades formativas. Assim, o desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes não se faz a partir de uma única fonte de conhecimento, e sim pelo sinergismo entre conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais provenientes das mais variadas disciplinas e áreas do conhecimento.

Na organização curricular proposta, a interdisciplinaridade é trabalhada principalmente nos seguintes elementos:

I. Nas **ferramentas de ensino e aprendizagem** utilizadas pelos docentes e tutores, as quais buscam estabelecer interfaces e conexões entre as disciplinas que ministram com as demais.

II. Em atividades práticas, denominadas **"Atividades Interdisciplinares Virtuais – AIVs**" que cobram dos alunos a solução de problemas, reais ou contextualizados, demandando a mobilização de conceitos provenientes de várias disciplinas e áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade apresenta-se essencialmente como uma crítica à "compartimentalização" do saber e ao isolamento das disciplinas em grades, pois busca o acesso à totalidade e à complexidade do conhecimento no diálogo e na interação entre as várias disciplinas das diferentes áreas, visando à superação da dicotomia entre o teórico e o prático e à constituição de novos espaços de investigação. É nessa vertente que no UNIFIP propõe as "AIVs", compondo parte da carga horária de Atividades Complementares presentes em todos os cursos de Graduação da IES, sejam eles bacharelados, licenciaturas e graduações tecnológicas.

As "AIVs" motivam o engajamento de educadores de diferentes áreas do conhecimento comprometidos com o diálogo, com a reciprocidade e com o compartilhamento de conhecimentos, ao apresentarem orientações para promoção de práticas realistas que estimulem os alunos a definir um problema, a examinar várias alternativas para tratá-lo e a integrar as várias áreas do conhecimento na elaboração de propostas de intervenção. O sucesso dessa atividade

pressupõe a mediação contínua dos professores e tutores ao longo de todo o processo.

O papel do professor e do tutor nessa tarefa é fundamental para promoção da autonomia e da responsabilidade social do aluno. Por meio de mediações didáticas e práticas pedagógicas reflexivas e críticas, tanto o professor quanto o tutor, apoiados pelo aparato tecnológico disponível no AVA, incentivarão o aluno à consciência sobre as questões sociais reais e os convida a fazer parte do compromisso de transformar, em alguma medida, o seu entorno.

O trabalho interdisciplinar é obrigatório, coletivo, e será orientado e avaliado pela equipe de docentes e tutores das disciplinas das diferentes áreas do conhecimento com as quais o aluno dialoga. A cada início de semestre, os professores do curso, representados pelo seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, definirão os temas e subtemas interdisciplinares a serem trabalhados nas "AIVs", os quais deverão ser pensados a partir das unidades de aprendizagem e dos temas transversais que compõem a estrutura curricular do curso estabelecendo uma relação entre teoria e prática.

A coletivização dos trabalhos realizados é feita no AVA, no campo destinado às "AIVs". Ali, os alunos postarão seus trabalhos, permitindo que todos os colegas da turma os visualizem e interajam, conforme mediação do professor e do tutor. A avaliação relativa ao trabalho interdisciplinar será considerada na contabilização das horas de atividades complementares destinadas a cada semestre, seguindo as orientações do NDE do curso.

Em cada período, o conjunto das "AIVs" proporcionará ao aluno a possibilidade de trabalhar em equipe e de construir o conhecimento apoiado em base científica, permitindo-lhe a análise e a tomada de decisão de forma democrática, clara e sustentada, sempre pautada nos princípios éticos.

2.17 A DINÂMICA DO ENSINO NA MODALIDADE EAD

Para atender à metodologia proposta, o UNIFIP está organizado de forma a atender plenamente a legislação, com infraestrutura adequada, acessibilidade, recursos didáticos necessáriose tecnologias de informação e comunicação - TICs modernas.

As disciplinas são cursadas por módulos. Cada semestre é composto por dois módulos e cada módulo é composto por duas ou três disciplinas. Cada módulo possui a duração de 10 semanasletivas. Exemplo de calendário semestral:

Primeiro Trimestre										
	Semana 01	Semana 02	Semana 03	Semana 04	Semana 05	Semana 06	Semana 07	Semana 08	Semana 09	Semana 10
Horário 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01
Horário 02	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01	Disciplina 01
Horário 03	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02
Horário 04	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02	Disciplina 02
Horário 05										
Horário 06										
Segundo Trimestre										
	Semana 01	Semana 02	Semana 03	Semana 04	Semana 05	Semana 06	Semana 07	Semana 08	Semana 09	Semana 10
Horário 01	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03
Horário 02	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03	Disciplina 03
Horário 03	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04
Horário 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04	Disciplina 04

Durante o semestre, o aluno dirige-se ao UNIFIP, uma vez por semana, para participar com sua turma das atividades que serão orientadas com o apoio do Tutor Presencial. A metodologia foi desenvolvida de forma que os encontros integrem as Unidades de Aprendizagem da disciplina estruturada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Cada disciplina terá:

a. Material didático institucional: vídeos, infográficos, exercícios, conteúdo teórico, bibliotecavirtual composta por livros e periódicos digitais;

b. Encontros semanais,

c. Tutoria presencial e a distância, com profissionais especializados nos conteúdos em estudo;

d. Provas presenciais obrigatórias;

e. Participação em atividades online, por meio do AVA.

As atividades de tutoria do UNIFIP serão ofertadas em dois formatos: tutorias *on line* e tutorias presenciais.

As disciplinas oferecidas pelo UNIFIP são estruturadas em 02 (dois) ciclos avaliativos e neste período o **Tutor *on line*** fará a disponibilização do material da disciplina para os alunos, o esclarecimento das dúvidas de conteúdo, a abertura e a mediação dos Fóruns de discussão e *chats*, a correção das questões abertas das atividades a distâncias, de acordo com o gabarito elaborado pelo docente e suas instruções.

Os temas dos Fóruns serão predefinidos pelo professor responsável pela disciplina. Agindo assim, os tutores irão dinamizar a interação entre os alunos, otimizar a experiência de aprendizagemplanejada para as disciplinas, acessando o AVA diariamente, ou seja, não devendo permanecer maisde 24 horas sem acessar a sala de aula e contatar os alunos – exceção feita aos

feriados nacionais e aos finais de semana.

O **Tutor presencial** tem um importante papel, ao realizar os encontros semanais com os alunos. Neste modelo é utilizada metodologia ativa que, diferentemente do modelo tradicional, o aluno é engajado de maneira ativa na construção do conhecimento e não como mero "receptor" de informações. Teoria e prática andam juntas e visam desenvolver a capacidade de construção e análise crítica do conhecimento. Esse tipo de método caracteriza-se por se um modelo de aprendizagem baseado em problemas.

Outro ponto que merece destaque é a inversão da sala de aula, ou seja, realocar as atividades de aprendizagem e redistribuir os tempos de estudo. Diferentemente dos modelos tradicionais, o contato com o conteúdo de base (instrução direta) acontece fora do espaço-tempo da sala de aula, por meio de desafios, vídeos, infográficos, textos e outros. Em sala, o tempo é empregado na discussão e debate sobre os conteúdos, na resolução de problemas através da aplicação de uma metodologia ativa de aprendizagem denominada *Peer Instruction*.

O *Peer Instruction* é uma metodologia ativa criada pelo professor Eric Mazur, do departamento de Física da Universidade de Harvard e possui dois objetivos básicos:

01. Promover a interação entre os estudantes

02. Trabalhar os conceitos que sirvam de fundamento para a solução de problemas.

Nos momentos presenciais, os **tutores presenciais** trabalharão os principais conceitos do conteúdo disponibilizado no AVA através da aplicação dos testes conceituais. Os testes conceituais possuem o seguinte formato:

01. Problema proposto pelo tutor;

02. Reflexão individual (cerca de um minuto para os alunos pensarem na questão e elaborarem a resposta);

03. Respostas individuais (sem que haja discussão com os colegas);4- Discussão entre os alunos (cerca de 2 minutos);

04. Nova rodada de respostas individuais;

05. Explicação da resposta correta pelo tutor e breve exposição sobre o tema.

Se o percentual de respostas corretas na primeira rodada de respostas for inferior a 30%, o tutor deve intervir, explicando o conceito com mais detalhes, o que tomará um pouco mais de tempo. Se o conceito não ficou muito claro para os alunos, dificilmente a discussão será profícua. Neste caso, apenas após uma explicação detalhada o tutor deve seguir com a rodada de

respostas individuais do teste conceitual. Por outro lado, se o percentual de respostas corretas na primeira rodada de respostas for superior a 80%, o tutor pode passar para o problema seguinte, sem a necessidade de discussão entre os colegas.

Isso significa que o conceito já está bem assimilado por boa parte da turma, não havendo necessidade de discussão. Este modelo educacional configura uma inversão no formato da sala de aula.

Desta forma os encontros presenciais semanais são utilizados para desenvolvimento de atividades ativas e não para simples reprodução de vídeos, pois assistir vídeos é uma atividade a qual pode ser feita pelo aluno quando do melhor horária de sua conveniência.

As metodologias ativas de aprendizagem fazem com que a exposição de conteúdo deixe de prevalecer nos momentos presenciais, permitindo a aplicação prática desses conteúdos através da problematização.

Com base nos princípios metodológicos expostos, **os tutores presenciais** devem articular os conteúdos com as questões vivenciadas pelos alunos em sua vida profissional e social, relacionando os temas trabalhados com as outras disciplinas, permitindo ao aluno compreender a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, priorizando a utilização de técnicas que privilegiem asolução de problemas, integrando teoria e prática.

Os tutores presenciais estarão à disposição dos alunos nas salas de aula dos Polos de Apoio Presencial, nos dias e horários dos encontros predefinidos no calendário acadêmico, que será disponibilizado ao aluno no portal da instituição. O principal objetivo **dos tutores presenciais** será promover a interação presencial entre os alunos e aplicar as metodologias ativas previstas para os encontros presenciais, conforme planejamento de cada disciplina.

2.17.1 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

Na Modalidade de Ensino a Distância é imperativo a criação de sistemas de controle tanto na produção, quanto na distribuição e avaliação dos materiais didáticos ofertados aos estudantes. Torna-se, portanto, essencial o desenvolvimento de ferramentas e materiais de significativa qualidade e com formas eficazes e eficientes de distribuição e acesso pelos estudantes. Nesse sentido, o UNIFIP firmou parcerias com empresas referências no mercado de EaD, bem como crioue capacitou uma equipe de técnicos para atuarem com as demandas postas a essa modalidade.

2.17.2 Desenvolvimento de materiais didáticos para EAD

O material didático para a oferta de cursos a distância do UNIFIP foi devidamente elaborado e preparado por equipe de conteudistas da empresa contratada, especializada em suas áreas de formação. O corpo docente do UNIFIP é responsável pelo levantamento do conteúdo a ser contratado e por sua validação.

De acordo com o instrumento de avaliação de avaliação externa do INEP (presencial e a distância), publicado em outubro de 2017, no campo do indicador 4.5, não existem impedimentosou orientações de que o material não possa ser elaborado por terceiros, contratados pela Instituição, ou que seja obrigatória sua preparação por equipe da própria Instituição. Assim reza o instrumento de avaliação de cursos de graduação do INEP, no indicador 4.5:

> O sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que possibilitem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

Desta forma, o UNIFIP atende exigências para a elaboração do material didático, uma vez que o material que será disponibilizado aos estudantes foi confeccionado por profissionais da área, atendendo aos conteúdos curriculares do Projeto Pedagógico de cada curso da Instituição, devidamente demandados e validados pelos docentes das disciplinas.

A equipe multidisciplinar de profissionais que elaborou o material faz parte da empresa SAGAH, contratada como fornecedora de conteúdo digital. Foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços, devidamente documentado.

2.17.3 Equipe multidisciplinar

Para fins de qualificação do processo de implantação e gestão da Modalidade de Ensino a Distância o UNIFIP criou e estruturou a Coordenação de Educação à Distância – CEAD, coordenação esta inclusa no organograma institucional, ligado à Pró-reitoria Acadêmica e à Reitoriada Instituição.

A CEaD é responsável pela organização e estruturação pedagógica dos componentes EAD, além do atendimento a professores e estudantes, visando as melhores práticas pedagógicas

e satisfação do estudante. Assim, é possível manter a uniformização dos objetivos pedagógicos, bem como a integração das diversas instâncias institucionais. A CEaD é composto por uma equipe multiprofissional que visa a estruturação contínua dos processos internos, relacionados a manutenção dos componentes curriculares que serão ofertadas em EAD. Esse núcleo será composto por docentes e técnicos do UNIFIP, os quais desempenharão as funções de coordenadores, docentes, secretários e suporte, conduzindo as disciplinas de acordo com sua área de formação, bem como os processo de formação continuada do corpo docentes e técnico e discentes do UNIFIP.

A equipe multidisciplinar atua em parceria com a Coordenação de Educação a Distância – CEAD do UNIFIP e é formada por profissionais de diferentes competências envolvidas no desenvolvimento de projetos de educação a distância, sendo responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias e metodologias inovadoras, elaboração e acompanhamento do plano de ação, do fluxo processual e dos trabalhos realizados para a oferta do curso em EAD.

Com aparato tecnológico moderno, a equipe multidisciplinar trabalha com a finalidade de garantir a qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a criação, produção, distribuição e monitoramento, até a avaliação da disciplina a distância, promovendo a autoaprendizagem, a aprendizagem significativa, ativa e colaborativa, suportadas pelo uso sistemático das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação. Nessa equipe, vinculada ao Grupo SAGAH, trabalham de forma articulada os seguintes profissionais:

Gerente de produção (1 funcionário): responsável por todo gerenciamento da equipe que desenvolve os conteúdos, controle de prazos, controle de qualidade, prospecção de professores, entre outros.

Analista de projetos - (3 funcionários): responsável por fazer a análise de projetos, análise de riscos das entregas evidenciando as disciplinas que estão mais propensas a atrasos. Também articula todo processo produtivo juntamente com equipe de produção.

Analista de prospecção – (3 funcionários): responsável por prospectar equipe de professores que desenvolve os conteúdos.

Designer Instrucional – (30 funcionários): responsável por fazer todo processamento pedagógico e análise da metodologia.

Designer Gráfico/ Webdesigner – (45 funcionários): responsável pela criação de peças gráficas dos objetos educacionais, programação e diagramação dos conteúdos.

Controle de Qualidade – (6 funcionários): responsável por fazer o controle de qualidade detodos os conteúdos realizados.

Coordenadores de área – (4 funcionários): responsável por analisar tecnicamente a qualidade dos conteúdos produzidos.

Revisores técnicos – (28 funcionários): responsável por revisar todos os conteúdos desenvolvidos pelos professores e sugerir alterações quando necessário.

Revisor gramatical – (25 funcionários): responsável por revisar gramaticalmente todosobjetos educacionais produzidos.

Editores – (5 funcionários): responsável por todo acompanhamento e produção do materialimpresso, quando necessário.

Editorador – (10 funcionários): responsável por fazer a editoração de todos os conteúdosimpressos

Revisor Bibliográfico – (10 funcionários): responsável por revisar a bibliografia de todos osconteúdos produzidos.

Professores Conteudistas – (150 funcionários): responsável pela produção do conteúdo.

Cada disciplina possui um conjunto de materiais instrucionais que auxiliam no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos. Esses materiais são planejados e escritos levando em consideração a bibliografia adequada às exigências de formação, aprofundamento e coerência teórica e indicada no Plano de Desenvolvimento da Disciplina (PDD). Segue descrição da produção:

2.17.4 Produção do material didático

O material é analisado e revisado pela área responsável pela gestão da EAD, o CEaD do UNIFIP. São materiais instrucionais:

a) **Material contratado do fornecedor SAGAH** (detalhamento no texto que trata do "desenvolvimento de materiais didáticos para EaD").

b) **Manual do Acadêmico:** é o documento que o aluno recebe assim que ingressa no UNIFIP. Nele constam todas as informações necessárias para que ele se familiarize com a modalidade a distância e com as políticas institucionais.

c) **Unidades de Aprendizagem:** correspondem a "caminhos" virtuais de aprendizagem, capazes de promover o desenvolvimento de competências no que concerne ao conhecimento, à habilidade, à atitude, à interação e à autonomia. Estão disponíveis no AVA e apresentam os materiais instrucionais de maneira virtual e interativa.

Cada disciplina foi dividida em 10 unidades de aprendizagem. Cada unidade de aprendizagem é composta por objetos de aprendizagem que viabilizam ao aluno um papel ativo

no processo de construção do conhecimento.

A Unidade de Aprendizagem (UA) é composta por objetos de aprendizagem que permitem ao aluno desempenhar um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Os estudos sobre aprendizagem demonstram que a taxa de aprendizagem cresce com a realização de atividades pelos alunos. Assim, as unidades foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade: textos, vídeos e exercícios de fixação.

2.17.5 Itens que compõem uma Unidade de Aprendizagem

1) **APRESENTAÇÃO**

Contém os **Objetivos de Aprendizagem** da unidade de aprendizagem, em termos de conteúdo, habilidades e competências. Esses objetivos de aprendizagem servem como norteadores para a elaboração dos demais itens que compõem a unidade.

Os objetivos são precisos, passíveis de observação e mensuração. A elaboração de tais objetivos:

a) delimita a tarefa, elimina a ambiguidade e facilita a interpretação;
b) assegura a possibilidade de medição, de modo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizado podem ser determinadas;
c) permite que o professor e os alunos distingam as diferentes variedades ou classes de comportamentos, possibilitando, então, que eles decidam qual estratégia de aprendizado tem maiores chances de sucesso; e
d) fornece um sumário completo e sucinto do curso, que pode servir como estrutura conceitual ou "organizadores avançados" para o aprendizado.

2) **DESAFIO DE APRENDIZAGEM:**

Desafiar é contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando-se significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto, mas sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se, nesta atividade, elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica.

Este desafio exige do aluno a entrega de algum resultado: um artigo, um projeto, um relatório, etc. Ou seja, o aluno deverá produzir algo que comprove a realização da atividade e que permita a avaliação do seu desempenho. O resultado da atividade é entregue no ambiente virtual de aprendizagem. Os seguintes itens constam no desafio:

a) **descrição do desafio**: descrição detalhada da atividade a ser realizada
b) **orientação de resposta do aluno**: explicação do que o aluno deve entregar como resultado do desafio; e
c) **padrão de resposta esperado**: modelo padrão de resposta a ser entregue pelo aluno e que sirva de orientação para a correção da atividade.

3) INFOGRÁFICO:

É uma síntese gráfica, com o objetivo de orientar o aluno sobre os conteúdos disponibilizados no material. São elementos informativos que misturam textos e ilustrações para que possam transmitir visualmente uma informação.

4) CONTEÚDO DO LIVRO:

Cada unidade de aprendizagem é composta por um trecho do livro selecionado Esses trechos serão produzidos em *flipbook* e disponibilizados aos alunos por intermédio de um *link* que o direciona para o material.

5) DICA DO PROFESSOR:

A dica do professor é um vídeo de curta duração sobre o tema principal da unidade de aprendizagem.

A dica do professor tem por objetivo apresentar o conteúdo em um formato dinâmico, complementando os demais objetos de aprendizagem.

6) EXERCÍCIOS

São questões objetivas que abordam os pontos principais do conteúdo. São exercícios que reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São disponibilizadas cinco questões em cada unidade de aprendizagem. Cada exercício é apresentado e, após a resolução pelo aluno, a resposta correta é assinalada. Todas as opções de respostas possuem feedback, inclusive os distratores.

7) NA PRÁTICA

É a aplicação e contextualização do conteúdo. Um meio de demonstrar a teoria na prática. A aplicabilidade prática de cada conceito desenvolvido na unidade de aprendizagem é exemplificada. Ao contextualizar a teoria, a metodologia favorece o desenvolvimento das competências profissionais pelo conhecimento das situações reais da vida profissional.

8) SAIBA MAIS

Permite a leitura complementar e mais profunda dos diversos assuntos abordados na unidade de aprendizagem. São artigos científicos, livros, textos, vídeos e outros materiais que estimulam a continuidade da leitura e o interesse de aprofundamento dos conteúdos.

2.17.6 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS no processo ensino-aprendizagem

Com o objetivo de atender ao modelo pedagógico de Educação a Distância do UNIFIP, será utilizada uma plataforma de acesso e funcionamento integral via web, a qual garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

O Moodle foi preparado para fornecer o suporte adequado ao UNIFIP, sendo o recurso responsável por garantir o acesso do aluno ao material didático da disciplina, além das avaliações de aprendizagem por meio de algumas atividades fornecido pelo nosso AVA. O Moodle torna-se responsável pelo registro de notas dentro do próprio AVA, além da geração de relatório em formato CSV. O professor incorpora manualmente as notas do aluno em nosso sistema acadêmico. Reserva- se à plataforma de Educação a Distância a atribuição de operacionalizar os cursos e fornecer um meio de transferir os resultados (notas).

a) **Manutenção da Plataforma: a** plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em servidor externo terceirizado pela Empresa Madri Produções, para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do setor de EaD compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas e aos alunos.

b) **Acesso e segurança: a** plataforma permite acesso identificado por meio de *login* e senha pessoal. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo setor de TI da Coordenação de Educação a Distância do UNIFIP.

c) **Recursos do ambiente: s**ão definidos e organizados nas seguintes categorias: Textos e Ferramentas de Orientação, Conteúdos, Atividades Avaliativas e Interação.

2.17.7 Atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem

a) Atividades individuais a distância

A Educação a Distância impõe ao aluno o hábito de investimento em estudos e registros individuais, ainda que apoiado por ferramentas coletivas. Podemos citar como exemplos das rotinas individuais:

a) Desenvolvimento de estudos sistemáticos dos conteúdos e preparação através de pesquisas para os trabalhos.

b) Momentos de estudos e resolução de atividades dissertativas e de múltipla escolha. Os alunos, com seus ritmos e temporalidades próprias, criam autonomia para execução das atividades desde que preservem o conteúdo e os prazos estabelecidos para o bom andamento do curso.

c) Materiais midiáticos, suportes tecnológicos e informatizados fazem parte de conjunto de subsídios para auxiliar nesse processo de autonomia e automotivação para aprendizagem.

b) Atividades coletivas a distância

Podemos compreender como atividade coletiva a distância a participação e colaboração nas atividades propostas dentro do ambiente virtual. Responder, argumentar, contra-argumentar, pesquisar e intervir nos processos de troca coletiva através de fóruns avaliados pelos nossos professores e tutores, são comportamentos orientados aos alunos em busca do seu crescente envolvimento nas discussões e atividades. Exemplo disso são as "AIVs" e tantas outras que serão propostas conforme o plano de ensino de cada disciplina.

c) Ferramentas

Para atingir os objetivos propostos o Centro Universitário de Patos (UNIFIP) disponibilizaos seguintes instrumentos *Mídias Web*:

- Material didático *on line*
- Fóruns;
- Exercícios de fixação;
- Vídeos-aulas;
- Biblioteca virtual;
- Sala de aula virtual;
- Mural;
- E-mail interno;
- Cronograma da disciplina.

Todas as partes de oferta da Tecnologia estão descritas no Plano Diretor de Tecnologia – PDTI (a copia está à disposição na Coordenação de Educação a Distância – CEaD).

2.17.8 Mmecanismos de interação entre Docentes, Tutores e Esudantes

O moodle é um software livre de apoio à aprendizagem, pode ser instalado em várias plataformas que consigam executar a linguagem php tais como Unix, Linux, Windows. MAC OS. Como base de dados podem ser utilizados MySQL, PostgreSQL, Oracle, Access, Interbase ou ODBC. Seu desenvolvimento é de forma colaborativa por uma comunidade virtual, a qual reúne programadores, designers, administradores, professores e usuários do mundo inteiro e está disponível em diversos idiomas. A plataforma vem sendo utilizada não só como ambiente de suporte à Educação a Distância mas, também, como apoio a cursos presenciais, formação de grupos de estudo, treinamento de professores.

2.17.9 A convergência dos modelos de Ensino Presencial e a Distância

Refletir sobre o Projeto Pedagógico Institucional no UNIFIP é pensá-lo no contexto da sociedade e nas relações com o país. Nos dias atuais de crise e busca de superação, é importante inovar, repensar, fazer rupturas, estabelecer novos paradigmas, criar uma nova formulação dos vínculos entre educação e sociedade para orientar o trabalho teórico/prático e as decisões políticas institucionais. É necessário que a Instituição, permanentemente, busque desafios para a própria superação.

Os alunos hoje circulam livremente no mundo virtual por um repositório de conteúdos que eles mesmos ajudam a construir, como; *websites, blogs*, redes sociais, *Wikipédia*, etc. Essas possibilidades potencializam o acesso ao conhecimento. É esse contexto que inspira a proposta de educação a distância da faculdade.

Sabe-se que modelo educacional precisa de importantes ajustes. A educação brasileira trabalha em um modelo *Just in Case*, sabendo que o modelo *Just in Time* funciona melhor. É muito provável que nossos alunos não se lembrem nem de 30% do conteúdo visto no semestre anterior, como apresentado na figura abaixo.

Nesse contexto, por que ainda somos tão fascinados em cobrir todo o conteúdo de determinadas disciplinas em sala de aula, sabendo que boa parte deste conteúdo nunca será utilizado pelos alunos e, se utilizado, estará ultrapassado ou terá que ser revisto? Não há carga horária que seja suficiente neste modelo altamente ineficiente.

Já é possível constatar que cada aluno possui um ritmo individual de aprendizagem. Por exemplo, um aluno pode ter muita dificuldade em língua portuguesa e facilidade em matemática, enquanto seu colega pode ter muita dificuldade em matemática e facilidade em língua portuguesa, mas ambos têm plenas condições de atingir o nível máximo de complexidade desses dois conteúdos. A diferença é que o primeiro precisará de mais tempo para aprender língua portuguesa e o segundo demandará mais tempo para aprender matemática.

No modelo presencial tradicional, em que o professor tem como principal objetivo a oferta de conteúdo e os alunos são agentes passivos, um mesmo ritmo de ensino é imposto para todos, desrespeitando as individualidades inerentes ao processo de aprendizagem. Nosso modelo educacional presencial fixa o tempo que cada aluno tem para aprender e flexibiliza a aprendizagem. Isso é visto em todas as IES do Brasil, em todos os cursos. Os cursos são divididos em semestres, que são divididos em disciplinas, cada uma com uma determinada carga horária. Se uma disciplina possui 80 horas, o aluno terá 80 horas-aula em sala de aula para aprender um determinado conteúdo. Alguns aprenderão quase tudo, alguns quase nada, a maioria ficará próxima à media, mas aqueles que obtiverem um desempenho superior a 60%, na maioria dos casos, é aprovado. Isso significa que um aluno que deixou de aprender 40% do que está

previsto em um conteúdo programático é aprovado. O tempo para a aprendizagem é extremamente rígido, mas o tanto que cada aluno aprende é muito flexível. A lógica está invertida! Deveríamos garantir a aprendizagem e flexibilizar o tempo que o aluno leva para atingi-la, já que tem um ritmo único. Em outras palavras, pode serque estejamos ensinando de uma forma que os alunos não aprendem. Acabam aprendendo algo, dado a enorme carga horária à qual são submetidos nas suas graduações, mas, definitivamente, o modelo presencial tradicional não é o mais eficiente quando se trata de aprendizagem.

2.18 PDI E OS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A educação não pode ser considerada dissociada das relações sociais que a envolvem, pois estão numa relação dialética, a sociedade faz a educação que a forma, portanto, o contexto histórico deve ser considerado para o entendimento do processo educacional vigente. Neste sentido, o PDI do UNIFIP contempla os requisitos legais e normativos, conforme descritos a seguir.

2.18.1 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

O Alvará é uma licença concedida pela Prefeitura, permitindo a localização e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas, prestadores de serviços, bem como de sociedades, instituições, e associações de qualquer natureza, vinculadas a pessoas físicas ou jurídicas. No Instrumento de Avaliação Institucional Externa está inserido nos requisitos legais e normativos que são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Entretanto, por se tratar de disposições legais, esse item é de atendimento obrigatório.

2.18.2 AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB)

De acordo com a legislação de segurança contra incêndio e pânico, a validade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é de 05 (cinco) anos, com exceção das edificações de recepção de público, cujo AVCB possui validade de 03 (três) anos. Assim, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro é realizado anualmente. O projeto foi analisado e aprovado de acordo com a Lei Nº 13.556 de 29 de dezembro de 2004 e seu regulamento (Decreto Nº 28.085, de janeiro de 2006), com as seguintes exigências: Projeto de Prevenção; SPDA; Sinalização de

Emergência; Saída de Emergência; Iluminação de Emergência; Extintores; Canalização Preventiva; Brigada de Incêndio; Alarme de Incêndio.

2.18.3 MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO

Para atender as exigências da Portaria nº 1.224/2013, o UNIFIP criou o Setor de Guarda do Acervo Acadêmico, que é um órgão que toma providências de organização, manutenção, guarda, conservação, fácil acesso e pronta consulta do Acervo Acadêmico para atender os órgãos reguladores, nas atividades de regulação, avaliação e supervisão pelo MEC.

A manutenção e a guarda do acervo acadêmico do Centro Universitário ficará sob a responsabilidade de um Setor de Secretaria, liderado por funcionário (a) específica (a) para esse fim, e devidamente informado (a) ao MEC nos termos da Portaria N° 1.224/2013. O depositário do acervo acadêmico é responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico da instituição.

O registro da documentação acadêmica seguirá critérios de indexação e padronização para que as informações sejam completas e de fácil acesso aos usuários. Esse processo obedecerá ao disposto na Portaria N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Todo acervo será organizado em meio físico e digital seguindo as regras de arquivamento e descarte conforme previsto nesta portaria obedecendo aos prazos de guarda, destinações finais e observações previstas na tabela de temporalidades e destinação de documentos de arquivo relativo às atividades-fim das instituições federais de ensino superior que consta no sítio do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal.

O registro da documentação acadêmica seguirá critérios de indexação e padronização para que as informações sejam completas e de fácil acesso aos usuários. A guarda do acervo acadêmico funciona os três expedientes, a Secretaria Geral encaminha diariamente toda documentação parafins de arquivo, e ao fim do semestre é encaminhado de acordo com a entrega dos professores, as cadernetas com registros de aulas, atas de comparecimento e notas. Haverá, para este processo, a implantação de rotinas de digitalização da pasta de documentos dos alunos, não eliminando a necessidade de guarda física dos documentos. O processo visará sempre a qualidade e eficiência no fluxo de documentos físicos, quando tais documentos forem digitalizados e recuperados em concordância com as exigências legais do MEC.

2.19 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Em cumprimento à Portaria nº. 1679 de 2 de dezembro de 1999, o UNIFIP providenciou uma série de medidas destinadas a assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso às suas instalações. Os requisitos envolvendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, a reserva de vagas em estacionamentos e a construção de rampas e corrimãos para portadores de deficiência física foram todos contemplados. Do mesmo modo, foram adaptados portas, banheiros, telefones públicos e os demais equipamentos de uso coletivo para facilitar o acesso dos 4 (quatro) estudantes cadeirantes que estão cursando atualmente os cursos de Direito, Biomedicina e Educação Física, assim como futuros alunos que possuam estas demandas.

As edificações do UNIFIP contemplam os acessos às pessoas com necessidades especiais. Sinalização vertical e horizontal possibilita desde o acesso de veículo a cadeiras de rodas, einvestido nos pisos táteis e na distribuição de rampas e elevadores.

Quanto às questões pedagógicas e de aprendizagem, os Projetos Pedagógicos dos Cursos contemplam todos os aspectos que envolvem a integração completa dos portadores de necessidades especiais, no plano de uma política de integração e de valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.

A IES está instituindo um programa de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de acordo com o disposto na Constituição Federal em seus artigos 205, 206 e 208 na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2 009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Compromisso formal foi assumido, ainda, no sentido de proporcionar o atendimento de eventuais solicitações por parte de pessoas com deficiência auditiva, o que implicou na disponibilização de intérpretes de língua de sinais para aplicação de atividades didático-pedagógicas complementares, como também capacitação dos professores para utilização dos elementos básicos da mesma linguagem. Soma-se a isso, além da valorização do conteúdo técnico e semântico dos trabalhos elaborados, o aperfeiçoamento do aprendizado e domínio da língua portuguesa e do vocabulário próprio à formação nas áreas atendidas pelo UNIFIP. É válido ressaltar que atualmente no UNIFIP possuem 2 (dois) alunos com deficiência auditiva compondo o corpo discente dosCursos de Odontologia e Fisioterapia.

A Biblioteca Central, por sua vez, está elaborando o Plano de Aquisição de um Acervo Bibliográfico em *braille*, em fitas de áudio e em multimídia especializada.

O UNIFIP pretende cumprir com suas obrigações legais, bem como adaptar e aperfeiçoar, cada vez mais, as suas instalações às necessidades específicas de alunos portadores de alguma deficiência que estão estudando em seus cursos atualmente ou àqueles que venham a estudar. Deste modo, todos os prédios foram reformados com a incorporação de novos equipamentos (tais como elevadores) para acesso amplo aos ambientes, laboratório e demais serviços didático-pedagógicos oferecidos pela instituição. Dentre as prioridades futuras estão a aquisição de computadores com componentes, assessórios e *softwares* adaptáveis e específicos para utilização dos portadores.

A IES desenvolve ações e projetos institucionais visando assegurar o acesso e permanência com deficiência em suas várias modalidades ou necessidades educativas especiais. Neste sentido, tem ampliando a sua concepção acerca do conceito de acessibilidade, ampliando seu olhar sobre a acessibilidade normativa para atender alunos no processo seletivo e para sua avaliação, reunindo em seu quadro docente profissionais com especialidade na educação inclusiva.

Na perspectiva da educação inclusiva, visa desenvolver critérios de ingresso para a inclusão de alunos de escolas púbicas e criar programas e ações de extensão voltadas à realidade da comunidade local. Visa ainda organizar programas educacionais voltados a acadêmicos com necessidades especiais, bem como adequar a estrutura física que é indispensável ao ingresso e permanência do acadêmico em seu curso. Não obstante, tem uma política de conscientização e capacitação do seu corpo docente para a melhoria da aprendizagem do acadêmico com necessidadesespeciais.

2.20 NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAIN)

1) Caracterização

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIN) caracteriza-se como uma iniciativa do UNIFIP, cujo objetivo é promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial., de modo que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência[13] define acessibilidade e inclusão como "condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas

e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência".

No tocante ao Apoio psicopedagógico dispensado aos acadêmicos para a viabilização do direito de acesso à educação, este se dá por meio de uma planificação pedagógica diferenciada queproporciona acesso ao currículo e aos elementos curriculares essenciais à sua formação.

Todavia, deve-se ter como premissa a caracterização de desenvolvimento de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam necessidades educacionais especiais no processo pedagógico, seja total ou parcialmente.

A base legal versa ainda sobre acessibilidade compreendendo-a como "possibilidade e condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida".

Do ponto de vista social, o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um instrumento basilar na elucidação e condução do exercício dos direitos da pessoa com deficiência. O UNIFIP compreende e defende o "direito ao acesso", reconhecendo sua relação direta ao "direito à eliminação de barreiras" que acabam por impedir as pessoas de ir e vir e de usufruir do espaço social. De acordo com a lei mencionada, barreiras são "qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas".

Nesse ínterim, o UNIFIP projeta ações para a eliminação de barreiras corroborando para um entendimento que perpassa o trabalho psicopedagógico e atende ao princípio da equidade, reconhecendo as diferenças e reavendo a respectiva necessidade de condições diferenciadas, valorando o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

As instituições de ensino terão que lidar com a eliminação de barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as de caráter metodológico e atitudinal. Por isso, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIN) propõe e gerencia a eliminação de barreiras arquitetônicas, metodológicas, comunicacionais, atitudinais e digitais, presentes nos diversos espaços e dependências do UNIFIP, viabilizando recursos e estratégias que promovam o acesso e a permanência dos acadêmicos e funcionários com deficiência em todo espaço educacional e laboral.

1) **Objetivo Geral**

Firmar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e comunicacional no âmbito do O UNIFIP.

2) **Objetivos Específicos**

- Propiciar a política de Acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no UNIFIP;
- Promover a eliminação de barreiras arquitetônica, metodológica, comunicacional. atitudinal e digital;
- Otimizar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- Adquirir e asseverar a tecnologia assistiva e a comunicação alternativa;
- Apoiar funcionários, colaboradores e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;
- Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência.

3) **Ações do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIN)**

- Eliminação de barreiras físicas nas edificações do UNIFIP;
- Uso pleno dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores erampas;
- Adaptação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
- Acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados;
- Lupa eletrônica, "Ledor" e de interprete para a língua de sinais – Libras;
- Áreas de atendimento e sala de aula com mobiliário adequado;
- Promoção de formação e capacitação em serviço de professores e funcionários do UNIFIP em Atendimento Inclusivo;
- Promoção de Programas de sensibilização junto a comunidade acadêmica acerca daInclusão e Acessibilidade.
- Semestralmente, realizar levantamento de dados relativo à estudantes de graduação epós-graduação, professores e funcionários com deficiência ou baixa mobilidade.
- Comunicação e Eventos sobre Inclusão e Acessibilidade.

O UNIFIP lança sua política de Acessibilidade e inclusão por meio do Núcleo de

Acessibilidade e Inclusão (NAIN) e, à luz do compromisso com a justiça social e os valores democráticos construídos historicamente. Desse modo, cria-se oficialmente o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIN) do UNIFIP, priorizando:

a) O cumprimento da base legal relativa ao direito à educação e acessibilidade;

b) A educação especial na perspectiva da educação inclusiva;

c) As finalidades e princípios Institucionais, presentes em seu Regimento Interno e noPlano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

A inclusão e a acessibilidade devem ser entendidas institucionalmente como um valor que corrobora para um espaço plural que respeita a diversidade humana. Não obstante, ao implementar uma Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão no UNIFIP considera-se pertinente uma retomada sucinta das dificuldades enfrentadas no cumprimento das normas legais de acessibilidade.

A urgência em definir uma Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão, para além de um cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade é um compromisso do UNIFIP com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

As condições de acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência são aqui expressas a partir da constatação de que os serviços oferecidos em ambientes de uso coletivo e de uso público, os mobiliários e a arquitetura das edificações dos múltiplos espaços que constituem o UNIFIP, devem possibilitar que as pessoas com deficiência possam acessá-los, e se locomover com liberdade, autonomia, independência e segurança.

A propósito, a política do NAIN corrobora para o processo de inclusão das pessoas com deficiência, o que precede a ampla concretização dos envolvidos, em reconhecimento e respeito às diferenças e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O UNIFIP investe na mobilidade e acessibilidade através de ações de adequações em todos os espaços físicos da Instituição, visando a garantia de acesso, assistido ou não, da comunidade acadêmica a todas as instalações do campus, por meio de rampas, piso tátil, sinalizações em braile, elevador, banheiros adaptados., entre outros que se fizerem necessários.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Dispor-se a tratar e respeitar o usuário diante de suas limitações, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas em geral é ima premissa da acessibilidade atitudinal. A atitude humana, por vezes, faz com que as pessoas com deficiência se sintam incapazes, o que as impede de seguir em frente com seus objetivos. Isso se dá, por consequência emmeio as atitudes impulsionadas pelas pessoas a sua volta que adotam esse tipo de conduta.

Ter uma atitude acessível diante das pessoas com deficiência é ser reflexivo diante das diferenças humanas, é ser compreensivo as necessidades das pessoas com deficiência. O UNIFIP entende que a acessibilidade atitudinal está relacionada às características humanitárias bem como à conscientização das pessoas e também da família frente a esta realidade. Contudo, é preciso tornar possível e revelar uma atitude realmente acessível a quem dela precisar.

Programas institucionais como a Tutoria acadêmica e o Núcleo de Apoio Didático-pedagógico (NADIP) visam o desenvolvimento de ações para humanização nas relações junto a funcionários, professores e estudantes, com vistas a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que otimiza a remoção de barreiras.

ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA

A acessibilidade pedagógica remete a refletir sobre as necessidades das práticas pedagógicasdiante de um planejamento flexível e acessível às necessidades do aluno, no intuito de promover e adaptar os currículos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 1998).

As estratégias de ensino e as condições de aprendizagem no contexto institucional devem primar por uma pedagogia acessível ao aluno com deficiência, impulsionando uma ação sócio-educativa que contemple os aspectos sensoriais, motores e cognitivos.

A acessibilidade pedagógica implica na ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, relacionando-se diretamente a ação docente. Portanto, a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irão determinar, ou não, aremoção das barreiras nesse âmbito.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos possuem a disciplina de Libras inserida em suas Matrizes Curriculares ora de forma optativa, no que concerne os cursos de Bacharelado ou

Tecnólogos, ora como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura.

ACESSIBILIDADE DIGITAL

Como direito do aluno, a acessibilidade digital é uma ferramenta, e, relacionar-se com um mundo tecnológico, apta a ser usada para na construção dos conhecimentos acadêmicos; Há uma quebra de barreiras diante do uso do aparelho tecnológico, equipamentos e programas acessíveis que esta entre os recursos mais adequados as necessidades de cada aluno e que é fundamental para oprocesso ensino-aprendizagem, se utilizando de forma adequada e acessível, na obtenção das informações e conhecimentos, independentemente de sua deficiência.

A acessibilidade digital pressupõe a eliminação de barreiras na comunicação, o investimento em tecnologias assistivas, englobando equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

Existem softwares específicos instalados em equipamentos dos laboratórios de informática e na biblioteca. Os softwares são: Dosvox e NVDA

2.21 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Com o advento da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, teve-se um grande salto na perspectiva da educação inclusiva e para construção de uma escola voltada à diversidade, à equidade e à justiça.

Considerando tais dispositivos, ao UNIFIP buscará desenvolver discussões acadêmicas a respeito, a exemplo de ações educativas contínuas acerca do dia 02 de abril, visto que este é considerado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Além disso, serão inseridos nos eventos acadêmicos atividades que abordem esta temática contando com o apoio de profissionais especialistas na área.

Além das ações educativas contínuas, por meio do Núcleo de Assistência Psicopedagógica e Psicológica (NAPP) e do Serviço Escola de Psicologia, também são atendidas pessoas com necessidades especiais por profissionais especializados, composto por pedagogos, psicopedagogos que de forma interdisciplinar desenvolvem ações referentes às questões que envolvam o aluno com necessidades especiais.

Entre as ações planejadas destacam-se: suporte pedagógico ao professor, quando

necessário; reestruturação do ambiente já existente, facilitando o acesso; organização de cursos de capacitação dirigidos a professores e funcionários; estimular e envolver a questão junto à comunidade acadêmica (corpo discente, corpo docente e administrativo), apoiando projetos de iniciação científica, cursos de extensão sobre a temática.

2.22 OFERTA DE LIBRAS

A Lei nº 10.436, de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, como "meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados". Segundo a lei, entende-se como Língua Brasileira de Sinais "a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitue um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil".

Em todos os Projetos Pedagógicos de Curso do UNIFIP há a oferta, como módulo obrigatório para as Licenciaturas e optativo para os bacharelados e tecnólogos com 20 horas semstrais. Outros cursos de libras poderão ser oferecidos para a comunidade acadêmica com cargas horárias diferenciadas, como certificação de extensão.

2.23 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

O UNIFIP no compromisso de cumprir com o disposto nas Diretrizes Nacionais da Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira, africanae indígena, vem incorporando tais diretrizes, políticas e dispositivos legais e normativos. Assim, considerando o que preconiza o Ministério da Educação, acerca da pauta de políticas afirmativas do Governo Federal, cujo foco é a implementação de um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

O UNIFIP tem se preocupado em oferecer diferentes atividades a fim de suprir esta necessidade na formação de seus acadêmicos, contidos nos ementários, bem como nas práxis dos componentes curriculares, por exemplo, de disciplinas como:Antropologia, Sociologia e Políticas Públicas Educacionais. De forma interdisciplinar, os cursos realizam palestras e minicursos sobre a referida temática e estas atividades são contabilizadas na carga horária das

atividades complementares. Outro ponto a destacar será a inclusão do tema das relações étnico-raciais nas semanas acadêmicas dos cursos que contemplará público externo e interno (professores, funcionários e alunos) do UNIFIP.

O UNIFIP desenvolverá, continuamente, atividades que abordam a Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural, organizadas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Instituição tem como um dos seus princípios, a promoção da igualdade de condições e direitos, contemplando as políticas de diversidade e a inclusão; quanto às questões pedagógicas e de aprendizagem, os projetos pedagógicos dos cursos contemplam todos os aspectos que envolvem a integração completa das pessoas com necessidades especiais, no plano de uma política de integração e de valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos, compromisso com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Promove a extensão, aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição é uma das metas da Instituição. Nessa perspectiva, nas atividades de extensão, os cursos atuam como espaço para a reflexão sobre questões de ordem política, social e cultural da sociedade brasileira, com ênfase maior na cultura local e regional. Há a preocupação crescente com a identificação de remanescentes de minorias como ciganos e quilombolas. Para viabilizar as ações institucionais, são desenvolvidas atividades pelos professores tais como: Seminários, Colóquios, Cursos de Extensão, Mesas Redondas dentre outras atividades, de forma interdisciplinar, com vistasà promoção da integração entre os cursos.

Os projetos e ações desenvolvidos têm o objetivo de potencializar a valorização da diversidade das manifestações culturais e artísticas dos nossos alunos, professores e funcionários, além de buscar a melhor interatividade com os alunos e a instituição, disseminar a cultura e apoiar os talentos internos.

Em parceria com a Coordenação das Atividades Complementares, mobiliza coordenadores, professores e alunos participantes a promoverem ciclo de atividades (palestras, workshops, feiras, filmes, comemoração de datas festivas e outros) que abordem temais transversais com vistas à formação para a cidadania e o respeito aos direitos humanos de todos os povos e nações.

Com essas iniciativas, objetiva-se promover atitudes cidadãs positivas para que os futuros formandos possam se engajar em estudos e no exercício da educação em direitos humanos, especialmente para populações minoritárias e excluídas, que representam um importante

contingente, cujos direitos são violados nas mais diferentes regiões do país.

2.24 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O UNIFIP tem progressivamente implementado ações interdisciplinares com a temática Educação Ambiental, por exemplo nas ações levadas a cabo na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, pois "O atributo ambiental" na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental" (Resolução Nº 2, de 15 de Junho de 2012).

Compreende-se que o despertar da consciência ambiental permitirá aos egressos atuarem de forma ética e convicta na busca de ações ecológicas e sustentáveis na sua prática profissional, como no seu fazer diário. Assim, o UNIFIP promoverá debates, palestras e minicursos nas atividades complementares voltadas para a temática educação ambiental.

Pautadas nessas reflexões, diferentes cursos de graduação adotam discussões sobre esta novaética e sua efetivação em comportamentos compatíveis com a preservação ambiental. Além disso, é neste sentido, que a incorporação da dimensão ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso deve incluir uma revisão dos conteúdos programáticos e o tratamento de temas de forma transversal, reunindo diferentes componentes com o objetivo de dar início a práticas interdisciplinares.

2.25 DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A IES estabeleceu critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável através da previsão de aquisição de bens e contratação de serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade.

As contratações deverão atender aos critérios de menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Também constitui expediente para aquisição de bens que os mesmos sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. Exigir-se-á do contratado que adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

2.26 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, algo defendido e praticado no UNIFIP.

Considerando o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as),

Neste sentido, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos do UNIFIP estão contemplados a inserção desta abordagem nas ementas das disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos.

2.27 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O UNIFIP fará investimentos não apenas para cumprir suas obrigações legais, mas tambémpara adaptar e aperfeiçoar, cada vez mais, as suas instalações às necessidades específicas das pessoas com deficiência que a mesma venha se vincular. No ítem 3.9.4 mostra detalhadamente as condições de acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, enfatiza também a importância do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIN) que propõe e gerencia a eliminação debarreiras arquitetônicas, metodológicas, comunicacionais e atitudinais, presentes nos diversos espaços e dependências do UNIFIP , viabilizando recursos e estratégias que promova o acesso e a permanência dos acadêmicos e funcionários com deficiência em todo

espaço educacional e laboral.

2.28 PDI E A POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O UNIFIP tem por princípios: promoção da igualdade de condições e direitos, contemplando as políticas de diversidade e inclusão; igualdade de condições para o acesso e permanência com qualidade na educação superior; preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; defesa dos direitos humanos; exercício pleno da cidadania; compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região; pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; participação integrada e solidária no processo de desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico do Estado, da Região e do País; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade adequada a nova sociedade da era digital, ela oferece ao aluno uma oportunidade de aprendizagem diferenciada e inovadora, ao mesmo tempoque a flexibilidade nos horários permite ao aluno adequar seus compromissos com os estudos. A utilização dessas tecnologias em cursos presenciais, como parte do currículo em cursos de graduação reconhecidos, até o limite de 20% da carga horária total do curso (Portaria n° 1.134/2016), pode incrementar uma cultura acadêmica que tenha no uso de recursos tecnológicos avançados um instrumento útil para a melhoria na aprendizagem e a otimização da gestão universitária, abrindo novas possibilidades de ensino.

Pelo Decreto nº 5.622/2005, a Educação a Distância é caracterizada como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, professores e tutores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A Instituição terá o compromisso de desenvolver seu EAD baseado em atividades obrigatórias, conforme sua metodologia, promovendo: Material didático; - Atividades presenciais obrigatórias; Atividades de tutoria; Atividades de auto estudo; Prova presencial; Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Dessa forma, o UNIFIP optou por implantar disciplinas ofertadas na modalidade EaD, sendo esse modelo orientado pedagogicamente por Metodologias Ativas de ensino. O modelo de ensino do UNIFIP busca apropriar-se das melhores estratégias de ensino existentes na modalidade presencial, aliada às melhores práticas existentes no ensino a distância, a partir da

utilização de tecnologias da informação e da comunicação visando potencializar o processo de ensino aprendizagem.

As atividades presenciais obrigatórias fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, onde a presença do aluno é essencial para o aprendizado do conteúdo. Essas atividades se misturam com as atividades de tutoria, afinal, o tutor será o intermediador desse processo: Estudo x Professor x Aluno. O tutor com formação na área do curso ou da disciplina, com experiência profissional no EAD é peça essencial no processo de comunicação.

As atividades de autoestudo, de caráter individual, compreendem o cumprimento das atividades propostas pelo professor e pelo tutor mediador, a partir de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação e comunicação.

Conforme prevê a legislação educacional, as provas finais serão obrigatórias e presenciais, desta forma, o UNIFIP compromissada com a qualidade, e em obedecer às normas, terá suas provas nos locais de oferta do curso, em polos, devidamente credenciados pelo MEC.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA é o local em que o aluno terá à sua disposição todos os recursos de materiais para efetivar o processo de ensino-aprendizagem do EAD. Por meio do AVA haverá a continuidade da relação do aluno com seu mediador, o tutor, onde por meio de fóruns e chats a relação terá seguimento, além da sala de aula.

No AVA são disponibilizados aos alunos todos os materiais didáticos on-line, inclusive as aulas, o que permite ao aluno acessar o conteúdo da disciplina a qualquer momento e quantas vezes desejar. Esse material será disponibilizado pelo professor junto com o plano de ensino e estará sendo sempre atualizado, com materiais complementares: capítulos de livros, cases, vídeos e atividades que contribuam para o aprendizado do aluno.

Plataformas de Educação a Distância são ambientes virtuais de aprendizagem onde estudantes, professores e moderadores podem interagir usando diversas ferramentas, como: chats, tarefas online, atividades de pesquisa, fórum de discussão e muitas outras. É possível substituir integralmente ou parcialmente as ferramentas utilizadas presencialmente na aula tradicional. Sendo assim, tais plataformas podem ser utilizadas como suporte de cursos presenciais, manutenção de cursos semipresenciais e como base integradora de suporte a cursos totalmente à distância ou semipresenciais.

Para tanto, o UNIFIP estruturou a Coordenação de Educação a Distância (CEaD) com o intuito de garantir a qualidade dos serviços EAD oferecidos pela instituição. Essa coordenação será o setor responsável por garantir a gestão estratégica das disciplinas no modelo à distância

inseridas nos cursos presenciais, bem como, toda a estrutura física, tecnológica e pedagógica necessária paraa efetivação dessa modalidade de ensino.

Os componentes curriculares ofertados na modalidade a distância nos cursos presencias do UNIFIP, terão enquanto orientação acadêmica a centralidade em processos pedagógicos mais horizontais e participativos, o mediador principal será o professor, pois é por meio dele que se garante a inter-relação personalizada e contínua do aluno no sistema e na articulação entre os elementos do processo educativo. O docente será o ator que conduzirá os encontros presenciais mediado por metodologias ativas de ensino e realizará concomitantemente ação tutorial, garantindo um fluxo contínuo de comunicação, acompanhamento pedagógico e a avaliação de todo o projeto pedagógico em EAD.

O professor realizará também atividades de tutoria presencial e a distância, atividade essa que se define pela tarefa orientadora mais centrada no papel motivador e pela tarefa acadêmica maiscentrada no atendimento didático-formativo do aluno, quer nos momentos a distância, quer nos momentos presenciais. Nesta tarefa orientadora, ele levará em conta as dimensões pessoais do aluno, considerando os ritmos diversos de aprendizagem de cada um. Sua orientação se fará de modo contínuo e ao longo do processo sem interrupções. Os aspectos fundamentais da função docente estão em informar, esclarecer, motivar, assessorar e orientar os alunos:

a) A distância: quando o aluno, sozinho ou em pequenos grupos, buscará o contato como professor na Plataforma EAD do UNIFIP.

b) Nos momentos presenciais: realizando atividade pedagógicas de ensino mediado por metodologias ativas que conduzam o processo de ensino aprendizagem de modo construtivista a partir de métodos como: PBL, TBL, peer instruction, mapa mental, entre outros.

A CEaD do UNIFIP também garantirá atendimento integral aos alunos dos cursos com componentes curriculares EAD, por meio de profissionais capacitados como docentes, pedagogos e educomunicadores, os quais garantirão suporte ao docente e ao discente nas demandas apresentadas,tal suporte consistirá em duas modalidades de acompanhamento:

a) Atendimento local (presencial) - será realizada presencialmente no campus, pela a equipe CEaD, a fim de desenvolver os atendimentos individuais e/ou coletivos previstos.

b) Atendimento a distância - será realizada por meio da Plataforma de EAD do UNIFIP, utilizando ferramentas como: fórum, chat e mensagem on-line.

c) Outras Formas de Atendimento à distância - Será disponibilizado e-mail de suporte e relacionamento do CEaD, bem como número para contato via WhatsApp com resposta em até 24 horas de segunda a sexta-feira.

2.28.1 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES

Os professores e coordenadores são capacitados para utilizar todas as ferramentas didático-pedagógicas oferecidas pela Plataforma EAD do UNIFIP; os mesmos são acompanhados de perto, "passo a passo", desde o início da montagem e preparação dos materiais até a inscrição dos estudantes na Plataforma de EAD. Após o início das aulas, esses professores são acompanhados pela CEaD durante todo o semestre letivo, recebendo todo o suporte para o bom andamento do curso.

As capacitações são coordenadas e sistematizadas pelo CEaD e acontecem de forma contínua, ocorrendo em reuniões mensais e cursos durante a semana pedagógica que ocorre semestralmente, além de cursos EAD promovidos sistematicamente.

a) Conteúdo

Nessa abordagem, os estudantes, já no primeiro período do curso, participam de discussões e atividades online. São disponibilizados, links, artigos, vídeos, jogos simuladores, textos, vídeo- aulas, pacotes de conteúdo, entre outros materiais para estudo. Cada unidade programática contém pacotes de conteúdo e avaliações, sendo cada estudo dirigido, avaliado e acompanhado pelo CEaD e pelos professores participantes. Os estudantes, obrigatoriamente, fazem avaliações online (questionários, textos online, fóruns avaliados, etc.) sobre os conteúdos discutidos.

Buscando a excelência nos conteúdos ofertados nessa modalidade de ensino, ao UNIFIP em parceria com o Grupo A Educação, subsidiará as disciplinas no modelo à distância com os conteúdos existentes e organizados em Unidades de Aprendizagem no repositório de conteúdo SAGAH. Tais conteúdos foram elaborados por docentes das mais diversas áreas do conhecimento de forma a garantir um conteúdo de qualidade com alta performance tecnológica.

Os temas abordados nos Estudos Dirigidos a Distância fazem parte do conteúdo programático cobrado nas avaliações presenciais. As avaliações presenciais são vinculadas aos objetivos de aprendizagem apresentados na Plataforma EAD, sendo geradas na Plataforma Qstione.

Os Estudos Dirigidos a Distância integram professores e estudantes na discussão de temas específicos, tornando os professores mais disponíveis para a resolução de dúvidas e aumentando a interatividade entre os próprios estudantes. Isto leva a um acompanhamento pedagógico contínuo e personalizado, aumentando assim o nível de informação relativa ao

desempenho acadêmico de cadaestudante, respeitando as suas nuances acadêmicas.

b) Inscrição dos Estudantes

Esta etapa pode ser executada de duas formas: (1) Inscrição manual dos estudantes; (2) Auto-inscrição. Na inscrição manual, a CEaD faz a inscrição do estudante na plataforma Moodle e, envia para a coordenação de cada curso, o login e senha de cada estudante inscrito, bem como para o estudante por e-mail, já na auto-inscrição, o próprio estudante se cadastra, sendo seu cadastro enviado para o CEaD para validação. É importante ressaltar que o aluno cadastrado nessa modalidade para as disciplinas à distância deverão estar obrigatoriamente matriculado na referida disciplina no sistema acadêmico do UNIFIP, o Studus.

A estratégia para inscrever os estudantes na Plataforma de EAD é elaborada antes do início das aulas, os professores e a coordenação devem estar cientes de todo o processo de inscrição. Os estudantes recebem no primeiro dia aula um manual digital ou impresso (vídeo tutorial e/ou texto), explicando o acesso e manuseio da Plataforma de EAD. Todo o processo de cadastro dos estudantes é acompanhado de perto pela coordenação de EAD, já que este é um momento crucial para o início das atividades.

c) Suporte

Todos os professores e estudantes recebem o suporte presencial em setor específico (CEaD) na própria instituição e/ou pólo, ou se preferir, online através da própria Plataforma de EAD. O suporte buscará ofertar de forma qualificada a resolução de problemas relacionados ao uso do AVA e dos conteúdos ofertados a distância, bem como as dificuldades pedagógicas que forem apresentadas, serão encaminhadas para rápida resolução. Bem como fará todo controle do processo de gestão e acompanhamento das ações no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle - oUNIFIP Virtual.

O Moodle, um Sistema Open Source de Gerenciamento de Cursos - Course Management System (CMS), também conhecido como Learning Management System (LMS) ou um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É um software livre, de apoio a aprendizagem, executado num ambiente virtual. Esta plataforma foi a escolhida para basear as atividades EAD dos cursos presenciais do UNIFIP.

O foco do projeto Moodle é sempre disponibilizar aos educadores as melhores ferramentas para gerenciar e promover a aprendizagem, mas há muitas maneiras de se utilizar o Moodle:

- O Moodle possui características que lhe permitem usabilidade em grande escala para centenas de milhares de estudantes, mas também pode ser usado para uma escola primária ou um entusiasta da educação.

- Muitas instituições utilizam como plataforma para realização de cursos totalmente on-line, enquanto outros simplesmente usam como contato em seus cursos (conhecido comoblended learning ou ensino híbrido).

- Muitos usuários gostam de usar os módulos de atividade (como fóruns, chats, hipertextos, wikis e bancos de dados) para construir comunidades amplamente colaborativas de aprendizagem em torno de seu tema (na tradição construcionista social), enquanto outros preferem utilizar o Moodle como um meio de fornecer conteúdo aos alunos (tais como pacotes padrão SCORM) e avaliar a aprendizagem utilizando tarefas ou testes (Fonte: moodle.org).

d) Perfil dos Tutores

O modelo que será implantado no UNIFIP irá atribuir as funções de tutoria presencial aos docentes de cada curso, sendo esses também os professores responsáveis pelas disciplinas.

Para garantir a construção de vínculos pedagógicos, as atividades de tutoria a distância serão realizadas por Tutores on-line com formação aderente a disciplina e/ou curso ofertado e devidamente capacitados acerca da EaD e das ferramentas pedagógicas utilizadas. Esse profissional será ligado ao CEaD e acompanhará e orientará as ações realizadas pelos estudantes no AVA, para tanto será orientado pelo professor da disciplina, e seguirá as ações propostas por este.

Portanto, não será apenas o tutor de forma isolada, mas enquanto um professor que está,mas ambos formaram um elo de ligação, suporte e acompanhamento ao estudante de forma contínua, acompanhando o estudante em seu processo de aprendizagem nos diversos espaços onde aeducação acontece nessa modalidade.

Critérios de seleção e contratação

Para o ingresso na Carreira do Magistério tanto na função de Professor quanto de Tutor na UNIFIP, além do processo seletivo e dos títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a matéria a ser por ele lecionada, será exigido:

I. Como requisito básico o diploma de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

II. Para admissão de professor adjunto ou promoção a este nível, exige-se título de doutor, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, reconhecido na forma da lei;

III. Para admissão de professores assistente ou promoção a este nível, exige-se título de mestre, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, reconhecido naforma da lei;

IV. Para admissão de professor auxiliar, exige-se como titulação acadêmica mínima, certificado de cursos de especialização obtido nas condições para este fim, definidas peloórgão competente do Ministério da Educação.

A contratação de Professor e do Tutor será feita mediante solicitação do Reitor à Mantenedora, ouvidos os Coordenadores de Cursos, respeitada a legislação vigente e mediante processo de seleção pública, através de Concurso de Provas e Títulos, conforme edital específico.

3 POLÍTICAS ACADÊMICAS INSTITUCIONAIS

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

A política de ensino de graduação do UNIFIP corresponde às exigências conferidas às instituições de ensino superior, no âmbito nacional e mundial. A referida política está baseada em diretrizes curriculares, sobretudo em consonância com os documentos institucionais e com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Em decorrência do diálogo entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) se originam os currículos de forma integrada, possibilitando dentre a socialização e mediação de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades básicas específicas e globais do estudante, embasados numa visão reflexiva e crítica, assim como na postura ética, social e humanística, construindo um perfil crítico do âmbito profissional.

O comprometimento do UNIFIP além do ensino, da pesquisa e da extensão, é também, com a responsabilidade social, com o contexto regional e a formação ética e humanizada, no âmbito da política de ensino. Assim sendo, se faz necessário que a referida política adotada pelo UNIFIP possa consolidar, a partir dos seus anseios educacionais, numa formação científica, humanística, significativa e de qualidade, mas também, numa proposta de efetivação da produção de conhecimento capaz de atender ás exigências inerentes á formação social e acadêmica. Esse compromisso se transforma na potencialização dos recursos humanos e financeiros, concebendo um crescente número de vagas para aqueles que almeja adentrar no ensino superior, na criação de novos cursos, seja na modalidade presencial e/ou à distância, e na consolidação dos cursos já existentes para que se otimize a qualidade e excelência da formação dos estudantes.

Nesse sentido, é indispensável a integração dos cursos de graduação que constituem o atual cenário educacional do UNIFIP, como também a integração com a comunidade científica interna e externa, sem descartar as modalidades de ensino da Educação Básica e os diversos segmentos que formam a sociedade civil patoense e cidades circunvizinhas, como tradução de responsabilidade e qualidade social vislumbrada para o acadêmico a ser formado profissionalmente.

Vale destacar que, a trajetória do processo de ensino e aprendizagem não deve perder de vista a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a integração com ás inovações tecnológicas e metodológicas e, sobretudo, com a interdisciplinaridade, a contextualização, a indissociabilidade entre teoria-prática e o ensino em serviço, haja vista a mobilização e incentivos a um currículo flexível e aberto ás demandas exigidas na formação de um cidadão ético, estudioso e produtor de conhecimentos, sobretudo, que some a todos esses fatores acima citados a efetivaçãodas atividades complementares.

Nesta direção, a política de melhoria dos cursos de graduação do UNIFIP pauta-se num processo avaliativo criterioso do conjunto de ações e iniciativas em andamento, concebendo reflexões a partir de um diagnóstico que permita o constante aprimoramento do desempenho do professor e do estudante, a fim de contribuir para traçar um perfil do profissional exigido pelas demandas acadêmicas e sociais; de um currículo adequado ás exigências educacionais do ensino superior; de procedimentos metodológicos que conduzam à aprendizagem, entre outros.

Para aprimorar a política de ensino do UNIFIP, o referido Centro tem alicerçado a Graduação em diretrizes, tais como:

1) Implementação de novas formas de ensino estruturadas em recursos tecnológicos inovadores que contribuam para a eficácia da informação e comunicação, estando comprometidos como o aprimoramento da qualidade de ensino, mas também das demandas de produção do conhecimento e a intensidade na sua publicação;
2) Incentivos à pesquisa, tendo como meta primordial a produção do saber, as possíveis soluções de problemas no tocante as instituições parceiras e sociedade em geral;
3) Integração ensino e aprendizagem, teoria e prática e interdisciplinaridade;
4) (4) Implementação da (re)elaboração dos PPCs de graduação articulando-os ás diretrizes curriculares, á realidade e as particularidades regionais;
5) Incentivo as ações didático- pedagógicas que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento;
6) Desenvolvimento de uma política institucional de apoio aos estágios

profissionalizantes, contemplando a prospecção de oportunidades;

7) Desenvolvimento de programas de apoio aos estagiários dos cursos de formação de professores;
8) Incentivo a política de estímulo para que as atividades de pesquisa e extensão sejam incorporadas à cultura de todos os cursos que integram ao UNIFIP;
9) Garantia de uma infraestrutura adequada ao bom funcionamento dos cursos;
10) Mobilização junto a comunidade acadêmica do desenvolvimento de atitudes democráticas, de respeito à pluralidade de ideias, à diversidade, nas suas múltiplas expressões;
11) Garantia da integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, mediante a efetivação como compromisso e responsabilidade social do UNIFIP;
12) Promoção de uma contínua atualização curricular, tendo em vista as necessidades viabilizadas pelas demandas da vida acadêmica, pessoal e profissional;
13) Ampliação das oportunidades de conhecimento para um número significativo da população, assim como, o acesso àparticipação ativa na sociedade;
14) Valorização do desempenho dos recursos humanos que integram e atuam nos diversos setores do UNIFIP;
15) Continuação do processo de implementação e integração da biblioteca em um sistema informatizado;
16) Garantia dos meios convencionais e tecnológicos de informação para todos os setores do UNIFIP;
17) Implementação de apoio a todas as dimensões que contemplam a Avaliação da Educação Superior desenvolvida pela Instituição;
18) Integração entre os PPCs dos Cursos de Graduação e o Projeto Pedagógico Institucional do UNIFIP;
19) Iniciativas de fomento à melhoria qualitativa e quantitativa dos Cursos de Graduação;
20) Implementação de uma política de relacionamento com os egressos por meio de programa específico denominado de PROAEG;
21) Garantia de mecanismos que ampliem o campo de estágio supervisionado, mediante alternativas de parcerias e convênios;
22) Agilização de ações didático-pedagógicas que viabilizem uma contínua reflexão sobre a relação teoria/prática; e
23) Intensificação da política de atividades de extensão junto às cidades circunvizinhas.

Nesse sentido, como instância de Educação Superior, estando sempre dispostas a investir emprol da melhoria da formação profissional dos seus estudantes e de atender aos requisitos da política de ensino de graduação aos quais se propõe acima, o UNIFIP continua num constante processo de crescimento a fim de promover e divulgar os conhecimentos científicos desenvolvidos, tendosempre a preocupação de assegurar o seu compromisso com a sociedade.

3.2 INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

As formas de integralização dos cursos do UNIFIP são definidas pelas características dos cursos. Os cursos são noturnos, integrais e semestrais com poucas alternativas para a integralização dos cursos.

A estrutura curricular de cada curso de graduação, integrado por disciplinas e práticas, com aseriação estabelecida, cargas horárias respectivas, duração dos prazos mínimo e máximo de integralização, é formalizado no Projeto Pedagógico do Curso encaminhado ao Ministério da Educação, via Sistema E-MEC. A integralização curricular, tal como formalizado, qualifica à obtenção do diploma.

Entende-se por componente curricular/eixo o conjunto homogêneo e delimitado de conhecimentos ou técnicas, correspondentes a um programa de estudos e atividades, desenvolvido em determinado número de horas/aula distribuídas ao longo do período letivo. A duração da hora/aula para qualquer turno será a determinada pela legislação federal vigente.

É obrigatório o cumprimento integral dos conteúdos programáticos e da carga horária no plano de cada disciplina, bem como o horário estabelecido para a integralização curricular. A integralização curricular é feita pelo sistema de créditos.

Nos cursos de graduação ofertados no turno noturno, será estabelecido o TDE (trabalho docente efetivo), objetivando complementar o tempo da hora/aula, conforme portaria aprovada pelo Conselho de Curso.

A cada disciplina é atribuído um número de créditos, correspondendo sua unidade a vinte horas/aula, sendo esses créditos concedidos, sem fracionamento, ao aluno que for aprovado na disciplina.

O tempo máximo de integralização curricular será de 50% (cinquenta por cento) a mais do número de períodos previstos no projeto pedagógico do curso para integralização curricular;

Durante e entre os períodos letivos regulares, poderão ser executados programas de ensino extracurriculares, programas de pesquisa e de extensão, objetivando a utilização dos

recursosmateriais e humanos disponíveis, respeitadas todas as condições pedagógicas.

3.3 POLITICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Num cenário contemporâneo marcado pela dinamicidade das mudanças e pela inovação educacional e tecnológica nos processos sociais, a Educação Superior, sem a mítica ideia de redenção e messianismo, possui um lugar de vanguarda social. Há, no entanto, rumos impostos que poderão ser adotados para aprofundar a relação Universidade/Sociedade, em benefício de ambas – aPós-Graduação. Um destes caminhos de progressão embasado no nível de qualificação é o da Pós- Graduação *Lato Sensu*, que compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration).

Em decorrência deste sistema, os cursos de Pós-Graduação do UNIFIP, em nível de Especialização, multiplicam-se ano a ano, assegurando, uma posição de vanguarda no Estado da Paraíba. Assim, os projetos dos cursos estão estruturados a partir do roteiro básico do Projeto Pedagógico do curso regido pelas normas e diretrizes em apresentadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Resolução N° 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996,e dá outras providências..

O programa de Pós-graduação *lato sensu* do UNIFIP desenvolve cursos de especialização dirigidos a profissionais com formação em nível superior, com a finalidade de atender à necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais que estão no mundo do trabalho ou que desejem ampliar os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica, promovendo o processo de interação entre qualidade de ensino, aperfeiçoamento profissional em produção científica.

Com a sua política de pós-graduação em nível de especialização, o UNIFIP visa uma formação de profissionais especializados, principalmente de professores e profissionais, voltada às necessidades do mundo contemporâneo. O Programa de Pós-Graduação surgiu em 1997, com o primeiro curso denominado Metodologia do Ensino Superior – concebendo a formação de professores com alicerce fundamental para a melhoria da qualidade do ensino no ensino superior. Os cursos de especialização em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* do UNIFIP estão alicerçados namodalidade presencial, regido pela Resolução do CNE/CES Nº 1, de 6 de abril de 2018, cujo Art. 7ºreza que "para cada curso de especialização será previsto Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes: I - matriz curricular,

com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, com o respectivo plano de curso, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia; II - composição do corpo docente, devidamente qualificado; III - processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes."

Para que o discente possa ingressar em um dos cursos de especialização, a exigência mínima é a apresentação do diploma do curso superior, mas também a análise de currículo e entrevista com os candidatos, em conformidade com os requisitos estabelecidos na Resolução e no Edital de cada curso oferecido por esta IES. O UNIFIP considera a emergência de novas formas de produção do conhecimento e a importância da formação de recursos humanos para atuar em atividades científicas e tecnológicas, munindo os educandos de concepções, técnicas e métodos que o auxiliarão tanto na sua formação individual, profissional quanto como pesquisador.

O grande empenho e desafio do UNIFIP é o de acompanhar esse contexto, oferecendo cursos de especialização, visando atender demandas crescentes na cidade de Patos, PB e regiões circunvizinhas, em virtude do reconhecimento da Instituição no contexto local e regional e a credibilidade dos cursos ministrados.

Em um trabalho estruturado a partir do levantamento sobre a necessidade crescente de qualificação dos profissionais, o UNIFIP oferece cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, como educação, saúde, ciências jurídicas, tecnologia, economia, arquitetura, engenharias, entre outros. A Instituição objetiva oportunizar, aos discentes, espaços para refletir a práticametodológica dentro de um nível de qualidade exigido hoje pela sociedade.

Os cursos do UNIFIP abrigam estudos diversos sobre as novas tendências do ensino-aprendizagem associados à formação conceitual, teóricas concepções e inovações educacionais e tecnológicas, por meio de modelos, práticas e técnicas pedagógicas e à construção do conhecimento universitário nas diversas áreas cientificas, cujo enfoque incide sobre formação de professores e profissionais das mais diversas áreas, sob o ponto de vista das políticas para o ensino superior e das práticas pedagógicas desenvolvidas neste nível.

O UNIFIP pensa um perfil profissional inovador para os bacharéis e licenciados nas áreas citadas, para que atuem satisfatoriamente e de forma comprometida, compromissando-se eticamentecom o ambiente inserido, com a Profissão e com o desenvolvimento regional e local. Neste sentido, é inquestionável sua contribuição para a melhoria dos padrões educacionais do Estado da Paraíba, da Região Nordeste e de outras regiões do país. Pode-se mesmo dizer que a

formação dos recursos humanos para a Educação tem constituído, ao longo do tempo, não apenas uma ação institucional efetiva, mas, sobretudo, uma linha de compromissos com desdobramentos em vários espaçosorganizacionais, ocupacionais e operacionais.

Como já citado, os cursos de pós-graduação em nível de especialização surgem a partir da demanda sócio cultural da própria comunidade, sendo que estão em consonância com a propostados cursos de graduação. A estrutura curricular dos cursos enquanto um corpo teórico-conceitual sistematizado aprofunda estudos sobre os diferentes campos do conhecimento sem deixar de considerar questões de natureza prática.

O projeto de criação de cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, além de ser proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional, será submetido à apreciação do Colegiado de Curso e à aprovação do Conselho de Curso. As atividades de pós-graduação *lato sensu* se caracterizam por não apresentarem atividades de pesquisa sistemáticas. Nestes casos, o objetivo principal é formar especialistas em áreas selecionadas do conhecimento por meio de disciplinas concatenadas de formacoerente e a elaboração de uma monografia de fim de curso. Ressalta-se que todas estas atividades têm forte correlação com as atividades de graduação. Esta interação pode ocorrer de forma direta, por meio de programas institucionais de iniciação científica e programa de ações afirmativas para inclusão social, ou indiretamente, pela participação de docentes, altamente qualificados e continuamente se aperfeiçoando com suas atividades de pesquisa, ministrando aulas na graduação. Nesse contexto, as políticas incluem:

- incentivo à ampliação dos programas de pós-graduação existentes (infraestrutura e número de docentes, com o consequente aumento do número de estudantes);
- implantação de novos programas de pós-graduação;
- incentivo à criação de novos cursos de especialização (pós-graduação lato sensu);
- fortalecimento dos programas institucionais de pesquisa, em particular, o programa institucional de iniciação científica e programa de ações afirmativas para inclusão social;
- coordenação da política de qualificação de pessoal da instituição;
- incentivo à captação de recurso para a pesquisa pelos docentes por meio da submissão deprojetos à agências de fomento e convênios com empresas; e
- incentivo à agregação de docentes/pesquisadores de alta qualificação buscando a criação de núcleos de excelência em áreas selecionadas.

Neste contexto, com estas políticas objetiva-se: (I) formar pessoal altamente qualificado em nível de especialista; (II) oportunizar aos estudantes de graduação qualificar-se para melhor

atuar nomercado de trabalho.

3.4 POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão alarga as ações do UNIFIP para o campo de realizações de projetos de pesquisa e de extensão, atividade que integra os corpos docentee discente, através de um Programa de Pesquisa (Iniciação Científica) e de Extensão. Idealizada pela Direção no ano 2004, a COOPEX foi instituída para consolidar uma base de sustentação, não só para a fixação de docentes qualificados, como também para possibilidades futuras no âmbito da pesquisa e da extensão.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão conta com projetos orientados por mestres e doutores representando os Cursos do Centro Universitário nas modalidades presenciais e a distância. nas diversas áreas do conhecimento. Hoje, existem vários projetos de pesquisa e de extensão que passaram por um processo de seleção, sempre regulamentado por Edital, que possibilitam a participação dos alunos e que versam sobre diferentes áreas do conhecimento.

Também faz parte das atividades da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, a divulgação e publicação das produções científicas oriundas de tais projetos, através da Revista Científica COOPEX (ISSN: 2177-5052), tendo obtido Qualis "C" da CAPES. Adicionalmente esta Coordenação participa de eventos como Mostras de Pesquisa, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semanas Internas do UNIFIP, entre outras atuações.

Com as ações promovidas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, o UNIFIP está atendendo a comunidade acadêmica e promovendo assim, o ensino, a pesquisa e a extensão, atuando principalmente na comunidade em geral e, promovendo, assim, extensão no Sertão Paraibano. Portanto, os projetos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão desenvolvem um importante papel na comunidade uma vez que atuam em escolas, clínicas, hospitais, presídio, Unidades Básicas de Saúde, entre outras ações extensivas no âmbito social.

3.4.1 POLÍTICAS DE PESQUISA

Com relação à Pesquisa, o UNIFIP dispõe do mesmo órgão específico, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão que tem como finalidades:

a) a produção do conhecimento, integrando as atividades de estudo, pesquisa, ensino e extensão através de projetos específicos;

b) o desenvolvimento de atividades de caráter multidisciplinar, interdisciplinar e

transdisciplinar que mobilizem professores e alunos, em torno de seu respectivo polo temático; e

c) a contribuição para o desenvolvimento científico-cultural, econômico-social, político e educacional da Região e do País, através da divulgação e aplicação dos conhecimentosem sua área de interesse.

Neste contexto, a política de iniciação à pesquisa do UNIFIP, orientada por regulamento próprio, disciplina a participação de alunos nos projetos de pesquisa, e se dispõe a:

a) incentivar a pesquisa científica entre estudantes de graduação, por meio de sua participação em projetos de pesquisa orientados por pesquisadores qualificados e experientes; e

b) possibilitar aos pesquisadores iniciantes a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, contribuindo assim para o aprimoramento de seu espírito crítico.

A articulação da pesquisa com a extensão desenvolve-se através da participação dos profissionais em cursos de graduação e, posteriormente, nos programas de pós-graduação. A Instituição disponibiliza horas administrativas remuneradas para professores orientadores de projetos; para os alunos de graduação que participam de programas de iniciação científica, a carga horária da pesquisa é aproveitada na atividade complementar, como também os mesmos alunos participam dos projetos de Pesquisa e Extensão em caráter voluntário.

Cabe à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, elaborar as diretrizes prioritárias das atividades de pesquisa e extensão no âmbito do UNIFIP. As bases que dão sustentação aos projetos pedagógicos dos cursos estão alicerçadas nos três grandes suportes acadêmicos: o ensino, a pesquisa e a extensão. Com o objetivo de estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e incentivar e apoiar o trabalho de pesquisa e investigação científica, a Coordenação pretende implementar ações e metas subordinadasàs seguintes diretrizes gerais:

- Cultivar, de forma generalizada, atitude científica indispensável a qualquer forma de atuação universitária no ensino, na extensão ou na gestão acadêmica;
- Teorizar as próprias práticas ou explicitar continuamente a dimensão de produção de conhecimentos nas práticas da extensão, do ensino e da gestão acadêmica;
- Formar recursos humanos qualificados, em programas de pós-graduação stricto sensu;
- Viabilizar convênios com instituições visando estimular programa de iniciação científicae de pesquisa;
- Manter intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando, assim, os contatos entre pesquisadores;
- Promover congressos, simpósios, seminários ou encontros para estudos e debates de

temas ou de áreas específicas, bem como a participação em iniciativas semelhantes;

- Ampliar a participação da pós-graduação na COOPEX, através de projetos e produçãode artigos científicos.
- Propor metas de produção intelectual para os docentes e tutores pesquisadores conforme indicadores de qualidade da CAPES;
- Publicar *papers* elaborados por professores e alunos no AVA;
- Realizar encontros virtuais e *chats* de divulgação de estudos científicos realizados a partir das práticas de ensino e estágio.
- Mobilizar a solicitação de apoio à pesquisa nas agências de fomento para cursos ofertados na modalidade EAD;

Os projetos de pesquisa e de extensão são inscritos mediante publicação de edital previamente aprovado pelo Reitor e Pró-Reitoria Acadêmica do UNIFIP.

A articulação da pesquisa com a graduação deve ser desenvolvida: a) através da participação do professor, em programas de graduação e, posteriormente, pós-graduação; b) com a distribuição de horas-atividade para os docentes-pesquisadores exercerem as funções de professores- orientadores conforme o plano de carreira de cada docente.

3.4.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

O objetivo geral da extensão é o de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da instituição, através de sua própria produção, pela sistematização ou estudo do conhecimento universal disponível.

Os objetivos para a Extensão são os seguintes:

- Estabelecer relações de intercâmbio entre o UNIFIP e a sociedade, quanto aos objetivos institucionais;
- Ampliar a possibilidade de pessoas, instituições utilizarem o conhecimento existente no desempenho de suas atividades;
- Avaliar as contribuições do UNIFIP para o desenvolvimento da sociedade;
- Agilizar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade local. As atividades de extensão devem contar com a participação de alunos regulares da graduação e, futuramente, de pós-graduação, sob a supervisão docente, devendo ser realizadas através de nossas agências de contato com a comunidade, conforme disciplinamento específico de cada projeto pedagógico.

Definidas as condicionantes acima, a Extensão deve, então, ser desenvolvida por intermédio das seguintes atividades principais:

- Publicações que visem tornar o conhecimento acessível à população, pesquisadores, profissionais, etc;

- Eventos de caráter cultural e/ou científico ou de outros tipos, que tenham como objetivoa criação de condições para que a sociedade possa conhecer ou usufruir dos bens científicos, técnicos ou culturais disponíveis;

- Serviços oferecidos através de atendimento direto à população, ou de forma indireta, por agências, desde que sejam realizados de acordo com os objetivos da instituição;

- Assessorias e consultorias com o objetivo de orientar pessoas ou instituições a utilizarem, em determinadas situações, o conhecimento existente, da melhor forma possível;

- Cursos de atualização científica ou de formação universitária, de aperfeiçoamento profissional, de ampliação cultural, de especialização técnica e outros que possibilitem acesso mais amplo ao conhecimento existente;

- Intercâmbio de docentes ou técnicos do UNIFIP com o fim de prestar assistência e desenvolver áreas carentes em outras instituições universitárias;

- Estudos e/ou pesquisas para ampliar conhecimentos da população em geral sobre os processos de utilização do conhecimento, bem como do acesso ao mesmo;

- Serão aceitas sugestões de programa de extensão, cabendo ao Curso a que esteja vinculado, deliberar a respeito;

- Após consideração, a proposta deve ser encaminhada ao órgão superior de coordenação das atividades extensionistas, para análise e decisão, quando for o caso;

- Aprovado o programa, cabe à unidade acadêmica respectiva executá-lo; quando o programa envolver mais de uma unidade, cabe à coordenação superior da extensão disciplinar a sua execução.

- Oferecer cursos livres em EaD e outros para fins de capacitação e atualização de profissionais;

- Fortalecer os programas institucionais nas áreas social, cultural, esportiva e ambiental com foco nas políticas de educação ambiental.

- Incentivar projetos de educação continuada e responsabilidade social;

- Estimular a participação de alunos e professores em atividades extensionistas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais;

- Motivar a criação de programas voltados à diversidade de gênero, orientação sexual, igualdade étnica e racial, que estejam direcionados à promoção da igualdade e da equidade, incentivando o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena e às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos

Humanos.

As atividades de Extensão devem ser financiados por recursos próprios da Instituição ou através de alocação de recursos externos, convênios ou parcerias com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

A participação de alunos dos cursos de graduação nos programas e projetos, permanentes outemporários, sob a supervisão docente, asseguram a articulação com a pós-graduação.

3.4.3 RESULTADOS IMPLANTADOS E METAS ATINGIDAS

Desde a sua implantação muitos foram os resultados obtidos com as ações implantadas, o que implicou nas seguintes metas atingidas:

- Estabeleceu a linha de pesquisa geral, no qual contemplou todos os Cursos da Instituição, como também formulou junto aos coordenadores as linhas prioritárias de pesquisa e extensão de cada Curso da IES, compromissadas com a missão e a visão institucionais e coerentes com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- Divulgação, de forma sistemática, através de artigos científicos, os resultados fruto dos projetos de pesquisas e extensão;
- Conquista do Qualis "C" da CAPES na Revista COOPEX, estimulando ainda mais a produção científica no UNIFIP; e
- Aumento do número de publicações na Revista COOPEX.

3.4.4 ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Como forma de conferir unidade teórica às atividades desenvolvida pela COOPEX, foi determinada pelo Conselho de Curso do UNIFIP, uma área de concentração que norteia e fundamenta as áreas especificas de cada curso, cabendo ao curso desenvolvê-las e aprofundá-las.

CURSOS	LINHAS DE PESQUISA
ARQUITETURA E URBANISMO	Qualidade ambiental Urbana: Análise da infraestrutura, das facilidades urbanas, das áreas verdes e da macroacessibilidade, com o intuito de construir os indicadores de qualidade de vida urbana; Qualidade ambiental da Arquitetura: Estudo dos aspectos acústicos, lumínicos e térmicos, focando a eficiência energética das edificações. Analisa-se também a acessibilidade, o desenho universal e os princípios ergonômicos, sob a ótica do conforto

	humano; Memória da Arquitetura e da Cidade – Estudo do processo de produção da arquitetura e do espaço urbano e a sua evolução ao longo da história.
BIOMEDICINA	Aspectos epidemiológicos de doenças genéticas, infecciosas e crônico-degenerativas; Saúde pública; Doenças degenerativas e idosos; Infecção hospitalar; Microbiologia médica.
DIREITO	Direito, Estado e Sociedade: Constituição, Cidadania e Direitos Humanos; Sociedade, Controle Social e Sistemas de Justiça; Exclusão e Políticas Públicas. Teoria do Direito: Teoria, Filosofia e História do Direito; Ensino do Direito. Novos e Velhos Paradigmas da Dogmática Jurídica: Transformações das Relações Jurídicas Privadas e Sociais; Tutela Jurídica Penal e Estudos Criminológicos; As transformações no mundo do Trabalho.
EDUCAÇÃO FÍSICA	Atividade física e saúde.
ENFERMAGEM	A Enfermagem no Contexto Social Brasileiro; História da Enfermagem Brasileira; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde do Trabalhador; Saúde do Idoso; Saúde do Homem; Saúde Mental; Saúde Coletiva; Enfermagem Hospitalar e pré-hospitalar; Fundamentos do Cuidado de Enfermagem nas doenças agudas e crônico degenerativas; Epidemiologia; Saúde e Meio Ambiente.
FISIOTERAPIA	Saúde Coletiva; Reabilitação e condicionamento físico; Biociência.
JORNALISMO	Fundamentos teóricos e metodológicos da comunicação; Veículos decomunicação no mercado regional; Marketing e publicidade; Comunicação organizacional; Comunicação e cidadania; Gênero e identidade.
LETRAS	Literatura: teoria e ensino; Língua e ensino.
MEDICINA	Clínica Médica: Investigação clínica; Processos fisiológicos; Processos patológicos; Processos diagnósticos e terapêuticos. Promoção da Saúde: Epidemiologia e vigilância em saúde; Política, planejamento e gestão em saúde; Educação em saúde; Atenção primária à saúde; Saúde e doença nas etapas do desenvolvimento humano; Ciências sociais e humanas em saúde; Comunicação em saúde; Qualidade de vida. Educação Médica: Metodologias tradicionais de ensino-aprendizagem na

	formação médica; Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação médica; Metodologias ativas e currículo das escolas médicas; Instrumentos de avaliação de aprendizagem na formação médica; Metodologias ativas e interdisciplinaridade na formação médica.
ODONTOLOGIA	Procedimentos Clínicos e Estudos Comparativos em saúde coletiva, Odontologia preventiva e cariológica; Procedimentos Clínicos e Estudos Comparativos, em área básica, aplicados à odontologia; Procedimentos Clínicos e Estudos Comparativos nas áreas dentística, estomatologia, prótese, oclusão, biomateriais, endodontia, cirurgia, traumatologia, implantodontia e odontologia legal; Procedimentos Clínicos e Estudos Comparativos nas áreas de ortodontia, odontopediatria, odontologia para bebês, pacientes especiais e gerontologia.
PEDAGOGIA	Estado e políticas educativas; Educação e desenvolvimento: sociedade, escola e cidadania; Novas tecnologias aplicadas à educação.
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Engenharia de software; Redes de computadores e sistemas distribuídos;Sistemas de informação e banco de dados; Modelos computacionais e cognitivos.
PSICOLOGIA	Psicologia, Processos Educacionais e do Desenvolvimento Humano: Fundamentos e processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem no ciclo de vida; Formação em psicologia e a formação escolar; Processos psicossociais, culturais e interacionais em educação. Psicologia e Processos Organizacionais e do Trabalho: Relações e processos organizacionais; Saúde e qualidade de vida no trabalho; Gestão de pessoas e recursos humanos. Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção em Saúde: Prevenção de doenças e saúde populacional; Promoção de saúde e qualidade de vida; Saúde Coletiva e Políticas de Saúde. Psicologia e Processos Clínicos: Abordagem clínica nos processos patológicos; Clínica ampliada e a atenção à saúde; Psicologia e Neurociências: Neuropsicologia e comportamento humano; Psicofarmacologia e neuropsiquiatria; Psiconeurofisiologia. Avaliação Psicológica: Desenvolvimento e validação de instrumentos psicológicos; Avaliação Psicológica e planejamento de intervenção clínica; Avaliação Psicológica e planejamento de intervenção em prevenção e promoção de

NUTRIÇÃO	Clínica: Avaliação Dietética e Nutricional de Populações; Nutrição e Saúdenos Ciclos de Vida; Nutrição em Especialidades Clínicas. Saúde Coletiva: Desenvolvimento da Educação Alimentar e a Prática Educativa no Âmbito da Saúde Coletiva; Epidemiologia das Doenças Nutricionais; Controle Social e Políticas Públicas. Alimentos: Análises bioquímicas e físico-químicas de alimentos; Tecnologia, Processamento e Controle de Qualidade de Alimentos; Aplicação de Programas em Unidades de Alimentação e Nutrição.
SERVIÇOSOCIAL	Fundamentos, Formação e Prática Profissional do Serviço Social: Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; Estado, Questão Social e Serviço Social; Processo de trabalho e Serviço Social; Formação Profissional. Políticas Sociais e Direitos Sociais: Concepção, avaliação e gestão das políticas e programas sociais; Ética, Direitos Humanos e Cidadania; Terceiro Setor, Classes Sociais e Movimentos Sociais; Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis.
TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA	Proteção Radiológica; Controle de Qualidade em Radiodiagnóstico; Instrumentação; Radiologia na Comunidade; Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes; Radiobiologia.

3.5 POLÍTICA DE ESTÁGIO

O Estágio compreendido como um componente curricular significativo na formação profissional deve ser capaz de integrar o aluno com a realidade da profissão e complementar seu aprendizado acadêmico os quais podem ser realizados por meio de estágios não obrigatório – extracurricular e o estágio curricular - obrigatório.

Não existindo, portanto, uma homogeneidade de proposta de estágio a ser adotada por todos os cursos, mas sim, uma política única para as duas modalidades de ensino (presencial e a distância)ofertadas pela instituição, que deve norteá-los.

O Estágio tem como metas conduzir a competência profissional futura através da reflexão e da resolutividade de situações problemas, sistematizando, ampliando e efetivando conhecimentos embasados nas teorias analisados e discutidos em sala de aula, das respectivas disciplinas. As atividades a serem realizadas, devem ser planejadas, acompanhadas, supervisionadas e avaliadas por um professor/orientador (supervisor), mediante as políticas de saúde brasileira, e/ou particularidades regionais relatório de estágio.

O estágio curricular supervisionado dos estudantes dos cursos de graduação do UNIFIP constitui-se, de um conjunto de atividades discentes que visa à complementação do ensino e da aprendizagem, buscando ampliar os conhecimentos e habilidades por partes dos professores, em

conformidade com a matriz curricular de cada curso, os programas, o calendário escolar e a Lei N° 11.788/08 que dispõe sobre o estágio dos discentes, a fim de se constituir em instrumento de integração dos alunos à atividade profissional, por intermédio de treinamento, de prática e de aperfeiçoamento técnico, científico, cultural e de relacionamento humano.

O UNIFIP reconhecem duas possibilidades de estágio para os alunos:

1. **Estágio Extra Curricular** – tipo de estágio que só poderá ser realizado quando o aluno concluir as disciplinas específicas de cada área do curso.
2. **Estágio Curricular Obrigatório** – estágio obrigatório que está integrado à matriz curricular, realizado em organizações, instituições públicas e privadas e empresas, parceiras ou conveniadas pela IES, com uma carga horária de acordo com o Projeto do Curso, podendo completar em aulas práticas, Preceptorias e estágios supervisionados

3.6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

Em conformidade com os PPCs dos cursos e em consonância com Legislação Superior pertinente, é que no UNIFIP se organiza o Programa de Atendimento ao Discente no sentido de propiciar a capacidade organizativa e visão de futuro, acompanhamento, motivação, promoção, aconselhamento, incentivos às práticas da docência, pesquisa, extensão e difusão cultural.

Do ponto de vista didático pedagógico são oferecidos aos alunos, além de suas aulas teóricase práticas:

- Programa de Apoio Acadêmico
- Programa de monitoria, regido por regulamento próprio, nele admitindo-se alunos regulares, selecionados através do processo seletivo de acordo com critérios estabelecidos na resolução própria do programa.
- Estágios curriculares supervisionados por professores da IES e por profissionais lotados nos campos de estágio;
- Oportunidade de participar das atividades de investigação realizadas pelo núcleo de pesquisas acadêmicas;
- Ensejo de engajar-se nos serviços de extensão, realizando cursos e prestando serviços à comunidade.

No quesito que se refere a atender os alunos que sentem dificuldades em se manterem nos cursos por limitações de ordem financeira, a Instituição dispõe do Núcleo de Atendimento ao Estudante, que, além de lhes apresentar os programas de descontos

(dependendo de alguns critérios e que estão claros em Regulamento próprio), entra em contato com os setores competentes, visando minimizar o número de evasão e possibilitar aos alunos mais carentes, a conclusão de um curso superior. Existe na Instituição, o Programa de Menor Aprendiz (alunos da rede pública de ensino) e Programa para estagiários (alunos de diversos cursos da própria IES). Existem profissionais efetivos na Instituição (professores e técnico administrativos) que foram egressos de alguns dos Cursos do UNIFIP, cujo ingresso ocorreu após participarem de alguns desses programas.

3.7 PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA

O Programa de Monitoria para o UNIFIP representa uma importante iniciativa para a melhoria da qualidade do ensino e dos conteúdos ministrados nas disciplinas, assim como da relação professor/aluno. Este Programa é importante também para reduzir problemas como a repetência e abandono de disciplinas básicas dos Cursos, se constitui importante recurso para promover o desenvolvimento das atividades de ensino e de iniciação científica, uma vez que oferece suporte teórico-prático para os alunos que estejam cursando disciplinas que apresentam problemas de repetência e evasão.

O trabalho de orientação e integração entre discente e docentes pode resultar em maior motivação do aluno e aproveitamento do conteúdo das disciplinas aumentando o interesse pela ampliação da sua formação acadêmica e pela qualidade do ensino e da pesquisa.

Cabe ao Coordenador de Monitoria de cada curso, fazer o levantamento das disciplinas mais adequadas para que possam ser desenvolvidas as atividades de monitoria. Além dos benefícios esperados com a execução do Programa de Monitoria para o UNIFIP, este também é importante porconstituir uma das exigências básicas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na avaliação do curso, como incentivo à iniciação docente e melhoria na qualidade do ensino. A Monitoria Acadêmica tem como objetivos gerais

- Despertar no aluno o interesse pela iniciação a docência e pela pesquisa;
- Promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes;
- Minorar problemas crônicos de repetência e falta de motivação comuns em diversas disciplinas;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino; e,
- Preparar estatísticas e análise que permitam uma avaliação quantitativa doprograma.

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação do UNIFIP tem descritos o Regulamento de Monitoria Acadêmica.

3.8 ESTIMULOS A PERMANÊNCIA DO CORPO DISCENTE

3.8.1 NÚCLEO DE APOIO E ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA AO CORPO DISCENTE - NAPPE

O Núcleo Psicopedagógico (NAPPE) foi desenvolvido para atender aos discentes do UNIFIP. A sua criação partiu do pressuposto de que o mercado de trabalho, hoje, busca profissionais com qualidades que vão muito além da competência técnica, liderança, ética e capacidade de argumentação são algumas delas.

O Núcleo de Apoio e Orientação Psicopedagógico ao Corpo Discente do UNIFIP , tem como finalidades:

- Orientar o aluno em suas questões pessoais, afetivo-emocionais, acadêmicas, profissionais, ou em sua administração financeira, harmonizando suas atividades com vistas à melhoria de seu desempenho acadêmico.
- Fornecer ao aluno, condições para que efetivamente alcance seu desenvolvimento pessoal e interpessoal.
- Proporcionar ao aluno condições de melhoria no aproveitamento de seu investimento educacional, ressaltados os aspectos biopsicossociais.
- Conscientizar o aluno da importância do equilíbrio congruente nas situações sociais, familiares, afetivas, cognitivas e físicas, visando uma administração pessoal tranquila, consciente e eficaz.

O Núcleo de Apoio e Orientação Psicopedagógico ao Corpo Discente do UNIFIP oferece programas que favorecem o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação do futuro profissional. Para tanto, o UNIFIP oferece quatro programas de suporte pedagógico, psicológico, cultural e profissional, que vão auxiliar o aluno a desenvolver uma postura ativa em relação à própria formação pessoal, social, cultural e profissional.

O UNIFIP, desde a sua criação, parte do pressuposto de que se o aluno não se relacionar bem com a turma, apresentar dificuldade em acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, faltar muito e/ou apresentar sintomas de depressão, está precisando de ajuda de um profissional. Dessa forma, entende que um profissional frustrado, mal preparado, deprimido e sem realização, influi na qualidade dos seus serviços, necessitando do olhar atento à subjetividade do atual discente e futuro profissional, priorizando a promoção da formação

direcionada às necessidades do aluno.

O Programa de Apoio Psicopedagógico oferece apoio psicológico ao discente em questões de ordem afetiva e/ou comportamental que possam interferir no seu processo de aprendizagem e/ou convívio pessoal. Especial atenção se oferece aos calouros devido à sua inserção, acarretando mudança da rotina e novas exigências, promovendo sua integração e criando espaços de reflexão sobre as ansiedades relacionadas com a conclusão do Curso.

Vale salientar que o NAPPE desenvolve ações junto ao acadêmico e em consonância com as coordenações dos cursos de graduações, promovendo um atendimento e acompanhamento participativo, à qual oportuniza o suprimento das necessidades pedagógicas individuais dos alunos eidentificadas por este serviço.

Para a operacionalização do apoio psicopedagógico são realizadas entrevistas e testes específicos, por uma equipe coordenada por um psicólogo, especialista em psicopedagogia, buscando identificar os obstáculos enfrentados pelos alunos, seja de ordem pedagógica e/ou psicológica e, em seguida, será iniciado e trabalho de intervenção, dando o atendimento personalizado ao aluno.

O efetivo acompanhamento dos discentes que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou de relacionamento, bem como a realização de cursos, palestras, mesas redondas, seminários e similares, abrangendo diversos aspectos da aprendizagem e das relações interpessoais, e que propiciem debates, trocas de informações e de experiências, são algumas das estratégias a serem utilizadas, visando o apoio nas esferas de aprendizagem e relacionamento acadêmico.

3.8.2 MECANISMOS DE NIVELAMENTO

A crise do ensino no Brasil se revela cada vez mais grave. Para superá-la faz-se necessário que as Instituições de ensino Superior consigam estruturar eficientes mecanismos que possibilitem nivelar aqueles alunos com evidentes problemas de aprendizado e/ou conhecimentos e que, por conta disso, não conseguem acompanhar o nível da turma ou, acabam por diminuir sensivelmente a velocidade de desenvolvimento da turma. O efeito imediato, em qualquer das duas situações é o desinteresse e a frustração por parte dos alunos.

Para equacionar problemas dessa natureza o UNIFIP estruturou um eficiente programa de nivelamento de seus alunos, utilizando-se sobremaneira de instrumentos, quais sejam: cursos, disciplinas de nivelamento, atendimento ao discente individual e coletivo, construção de escalas nos mserviços escolas que promovam a integração entre os acadêmicos em variados níveis e

programa de monitoria.

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o corpo docente, Coordenação de Curso e Conselho de Curso, os quais em conjunto definem estratégias de trabalho. As ações podem ser implantadas dependendo da necessidade, como a autorização de aulas extras para nivelamento, modificação no PPC para implantar discipliona após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, visto ao longo doprimeiro ano letivo do curso.

Em todos os casos descritos, o planejamento e execução dos cursos estão a cargo de profissionais competentes e experientes, preparados a lidar com estes tipos de deficiências.

A monitoria também se coloca como um mecanismo de apoio e nivelamento ao aluno, centrando a atuação na compreensão dos conteúdos ministrados. A monitoria somente será utilizada em casos especiais, sobretudo nas disciplinas em que o índice de reprovação seja elevado e nas disciplinas que apresentam aulas teóricas e práticas, proporcionando assim, meio para o desenvolvimento de habilidades.

Para que tais atividades tenham efeito real, o núcleo de acompanhamento dos alunos, em atuação com os professores do curso, oportunizará a participação de todos os alunos, contudo há atenção especial aos alunos que apresentam maiores dificuldades, sendo estes identificados durante as aulas, sendo estes devidamente acompanhados. Os cursos serão ofertados sem quaisquer ônus para os alunos, desde que fique demonstrada a real necessidade do aluno. Este mecanismo tem Regulamento próprio.

3.8.3 PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO E MOTIVAÇÃO PARA ESTUDOS DO ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem como objetivo mensurar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

O exame é obrigatório para os alunos concluintes em cada ciclo avaliativo, determinado peloINEP e é condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Visando conscientizar os alunos sobre a importância do ENADE como instrumento de avaliação das Instituições de Ensino Superior, o UNIFIP instituiu nas ações do PACEP o programa de aperfeiçoamento e

motivação para estudos do ENADE, cujos objetivos são:

- Promover a integração entre os coordenadores no sentido de intensificar as ações voltadas para o ENADE;
- Montar junto aos cursos discussão e determinação de estratégias de superação das dificuldades visando elevar os conceitos do ENADE;
- Promover ações de sensibilização e formação de todos os envolvidos no processo do ENADE conscientizando-os para ações contínuas visando resultados positivos e duradouros;
- Promover palestras, seminários, mesa redonda, debates e simulados visando estudo continuado de temas gerais e específicos.

Através das oficinas de preparação continuada, o programa visa uma preparação dos alunos para ENADE, bem como para o mercado de trabalho e para a cidadania, como propõe os objetivos da educação, a partir de uma sistemática de diálogo entre as áreas de formação, tendo como foco a interdisciplinaridade.

As oficinas de formação continuada acontecem constantemente para todos os cursos do UNIFIP de forma integrada, e de maneira específica para os que serão submetidos ao exame no ano em curso, propondo os seguintes objetivos:

- Esclarecer a importância do ENADE para a formação dos alunos;
- Sensibilizar os alunos para reconhecimento do ENADE como um processo de exigências contínuas ao longo do processo acadêmico;
- Mostrar a importância da co-responsabilidade do aluno no ENADE e na formação do conceito do curso;
- Elencar as influências e vantagens do processo positivo, com reconhecimento no mercado de trabalho.

3.8.4 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - PACEP

O Programa de Atualização e Complementação de Estudos Pedagógicos – PACEP tem por finalidade contribuir com a formação geral dos alunos do UNIFIP, visando o aperfeiçoamento continuo e melhoria no desempenho acadêmico, e na atuação profissional e social, com a consciência de que a formação continuada e a atualização profissional permanente se configuram como uma das exigências voltadas para o profissional na contemporaneidade.

Entende-se que na contemporaneidade a exigência por conhecimentos gerais são extremamente necessários para a formação integral dos acadêmicos, além dos específicos

adquiridos no curso ao longo da graduação, por isso a importância do estabelecimento de um programa que desenvolva ações de natureza interdisciplinar e por vezes multidisciplinar, visando o aprendizado amplo e a atualização constante, despertando os alunos para a importância dos estudos complementares.

Desenvolvido por meio de projetos, palestras, mini-cursos, visitas técnicas, congressos, workshops, realiza preparação dos alunos para as atividades acadêmicas, para o mercado de trabalho e para a cidadania, para as ações de responsabilidade social e para o ENADE, a partir de uma sistemática de diálogo entre as áreas de formação, tendo como foco a interdisciplinaridade.

Os temas serão delineados de acordo com as diretrizes curriculares e são trabalhados de maneira integrada com os diversos cursos da instituição, com prioridade para a motivação para o estudo; formação, sucesso profissional e responsabilidade social.

Visando estimular a consciência social, promove além dos debates, ações concretas, através dos seus diversos projetos de cunho social, contribuindo dessa forma para a qualidade de vida dos seus colaboradores e da sociedade em geral.

3.8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

No UNIFIP as atividades Complementares compreendem as práticas acadêmicas que transcendem à matriz curricular de disciplinas obrigatórias e optativas. Objetivam enriquecer o histórico dos alunos, contribuindo para uma formação mais eficaz; complementar e sintonizar o currículo pedagógico vigente; ampliar os horizontes do conhecimento bem como de sua prática para além da sala de aula; favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais e favorecer a tomada de iniciativa nos alunos.

As Atividades Complementares são aquelas que o estudante realizará de forma independente, fora do horário regular de aula, a partir de um elenco de sugestões que o curso oferecerá, e que serão acompanhadas e validadas por um professor orientador visando promover a autonomia intelectual do estudante, proporcionando-lhe oportunidades de realizar atividades de seu interesse, trabalhar suas vocações, desenvolver suas aptidões, decidir sobre os rumos de sua carreiraprofissional.

As Atividades Complementares terão a sua carga horária e regulamentos estabelecidos no Projeto Pedagógico de cada curso de graduação do UNIFIP. São consideradas Atividades Complementares, aquelas que representem instrumento válido para o aprimoramento da formação básica e profissional do aluno e/ou de seu aperfeiçoamento pessoal, em proveito da

primeira.

Compõem as Atividades Complementares, nos Cursos de Graduação deste UNIFIP, os seguintes grupos de atividades:

a) Cursos de atualização e de complementação dos conteúdos curriculares;

b) Projetos e programas de pesquisa orientados por docente do UNIFIP ;

c) Projetos e programas de extensão coordenados por docentes do UNIFIP ;

d) Monitorias;

e) Estágios não obrigatórios;

f) Atividades comunitárias;

g) Participação em eventos como: seminários, simpósios, workshops, congressos, conferências e outros de mesma natureza;

h) Participação em comissões de apoio e eventos de informática do UNIFIP ;

i) Publicação e/ou apresentação de trabalhos em eventos da área.

j) Participação em curso ou evento de extensão, de ciência e de cultura;

k) Ministrante de curso de extensão, palestras, mesas redondas;

l) Apresentação de trabalho em evento científico;

m) Cursar disciplinas não pertencentes à grade curricular do curso;

n) Atuação como monitor em disciplinas ou atividades que tenham afinidade com o Curso;

o) Realização de visitas técnicas ou similares (como viagens de estudos), quando se tratar de eventos validados pela Coordenação do Curso, porém não integrantes de atividades ou disciplinas da sequência curricular do Curso;

p) Participação em encontros para estudo, organizadas pelo UNIFIP, por outra instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;

q) Publicação de artigo de opinião, assinado, em área que tenha afinidade com o curso, em periódicos de divulgação popular, em jornal ou em revista não científica.

OBSERVAÇÃO:

O aproveitamento da carga horária das atividades, desde que devidamente comprovadas, está sujeito à análise da Coordenação de Curso, conforme natureza do evento, trabalho ou publicação e deve ser solicitado por requerimento ao Núcleo de Atividades Complementares do Curso, ao qual o aluno esteja vinculado, anexado cópia da documentação e apresentando a viaoriginal para autenticação.

3.8.6 PROJETO DE CONHECIMENTO INTEGRADO - PCI

Compreende a realização de várias ações extraclasse, por meio de simulados, estas atividades no AVA, podem ser através de: cursos intensivos, de aprofundamento e integração de conhecimentos específicos e de formação geral, alinhando o que dispõe as DCNs, os PPCs, as matrizes curriculares. Focando sempre no ensino e aprendizagem dos alunos. Realiza orientação para os alunos sobre o SINAES e sensibilização para participação responsável no exame (ENADE)e preparando-os também para concursos

3.8.7 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O mundo do trabalho caracteriza-se por profundas modificações que representam novos desafios para a educação. No caso específico do ensino universitário, as Instituições de Ensino Superior – IES, apresentam-se frente a este cenário com uma função de grande relevância, formar com qualidade seu futuro egresso e acompanhá-lo depois da diplomação até a sua inserção no mercado de trabalho, permitindo a Instituição constatar os aspectos que deverão ser aprimorados nos processos de acesso, a adequação continuada das matrizes curriculares às dinâmicas tecnológicas e a incorporação de demandas sociais por meio de instrumentos previstos nas próprias matrizes - estágios, pesquisas, extensão.

Neste contexto e atenta às exigências da sociedade e do mercado de trabalho, o UNIFIP reafirma seu compromisso de gestão de qualidade e instituem o Programa de Acompanhamento de Egressos (PROAEG), uma ferramenta de pesquisa e avaliação que possibilita o acompanhamento dos alunos diplomados desta IES (por um período de 02 anos), e a sua inserção no mercado de trabalho, oferecendo oportunidades de aperfeiçoamento e incorporando, ao processo de ensino- aprendizagem, elementos da realidade externa que facilitam a troca de experiências e a integração entre a Instituição de Ensino e aluno buscando assim garantir uma formação mais adequada frenteàs necessidades do mercado de trabalho.

Assim, para o cumprimento deste objetivo, o PROAEG, elaborou algumas especificidades que auxiliaram o planejamento e execução sistemática das suas atividades funcionais direcionadas ao público-alvo do Programa, descritos da seguinte forma:

I. Manter contato com os egressos da Instituição, promovendo um canal aberto deinformação para implantação e desenvolvimento de cursos, palestras, oficinas;

II. Desenvolver e manter um banco de dados atualizados com informações dos egressosda Instituição através de questionário/ formulário;

III. Avaliar o desempenho da Instituição através do acompanhamento da vida profissional dos egressos;

IV. Proporcionar a participação de egressos em atividades de extensão (eventos acadêmico e científico);

V. Oferecer e divulgar a política de benefícios direcionada aos egressos do UNIFIP.

O Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egressos do UNIFIP esta estabelecido no Projeto Pedagógico de cada Curso de Graduação. Além de todas as ações relacionadas aos egressos, com o intuito de melhor acompanhá-los, o UNIFIP está elaborando um plano de acompanhamento de egressos, que compreende a administração de banco de dados (Projeto Sistemas de Informação), o acompanhamento das empresas empregadoras dos egressos e a realização de um encontro anual, quando serão analisados os seguintes aspectos:

- Promover a manutenção do intercâmbio entre o UNIFIP e os egressos dos seus cursos;
- Avaliar o nível de satisfação dos egressos com a formação acadêmica adquirida;
- Avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos à demanda do mercado;
- Levantar e analisar trajetórias profissionais;
- Levantar e avaliar situações profissionais;
- Acompanhar os alunos dos cursos de graduação do UNIFIP que já estão em contato como mercado de trabalho;
- Saber da inserção, ou não, em programas de educação continuada (pós-graduação ecursos de curta duração etc).

3.9 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL

As ações do UNIFIP, integrando ensino, pesquisa e extensão, devem promover e fomentar a inovação tecnológica e contribuir para a consolidação e ampliação das políticas de proteção à propriedade intelectual. Essas ações devem ser realizadas, de forma integrada, em todos os setores, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e devem ser trabalhadas para estreitar a relação UNIFIP com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da região na qual a IES está inserida.

O UNIFIP procurará sempre investir na inovação tecnológica para melhor atender o corpo docente, discente e técnico administrativo de forma integrada. Por isso possui um plano de incorporação dos avanços tecnológicos possibilitando melhoria no processo de ensino.

As secretarias de cursos possuem seus registros e fornecem documentos oficiais através

de sistemas informatizados, mantidos atualizados de acordo com as normas oficiais e da necessidadeda gestão acadêmica. Os equipamentos de informática e internet são atualizados e em número adequado para a quantidade de usuários. Os terminais são localizados nas bibliotecas, laboratórios de informática, secretarias, sala dos professores, coordenação e setores administrativos.

Além disso, as salas dos professores e coordenação possuem acesso à internet wireless. Os discentes têm acesso, por meio do sistema Studus, para consulta acadêmica de notas e faltas, alémde permitir o recebimento de materiais didáticos e respostas pelo mesmo sistema.

Os professores podem utilizar os computadores nas salas a eles destinadas, com impressora e acesso à internet. Também podem utilizar os computadores da biblioteca. A consulta do acervo dosistema de bibliotecas pode ser realizada nos terminais de computadores, da biblioteca, além de acessar de qualquer lugar onde tenha acesso a internet. As consultas podem ser realizadas pela busca do nome do autor ou do título, sendo possível verificar se o livro está disponível.

O Sistema de Informática da Biblioteca, dos setores acadêmicos e do sistema financeiro éum sistema próprio do UNIFIP, desenvolvido pela equipe de sistemas do Grupo de Apoio a Tecnologia e Inovação - GATI

Com o investimento da Pesquisa, ao longo dos quatro anos de vigência do PDI, algumas atividades relacionadas à inovação tecnológica e propriedade intelectual, serão empreendidas e, haverá a acuidade da Instituição para que a propriedade seja protegida.

3.10 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

De acordo com o Artigo 163 do Regimento do UNIFIP, o corpo discente tem os órgãos de representação estudantil, na forma definida pela legislação vigente e que compete ao órgão máximo de representação discente (Diretório Acadêmico) indicar os representantes estudantis, com direito a voz e voto, nos órgãos deliberativos e normativos do UNIFIP. Portanto, o Regimento Interno ampara que os alunos regulares podem criar seus próprios órgãos de representação. A organização estudantil destina-se a promover a integração da comunidade acadêmica no universo de sua atuação. Para além disso, é assegurado pelo Regimento, no Parágrafo Único do Artigo 149 que ”Compete ao órgão máximo de representação discente indicar os representantes estudantis, com direito a voz e voto, nos órgãos deliberativos e normativos do Centro, vedada a acumulação em mais de um órgão.”

O Diretório Acadêmico é constituído por alunos regulares do UNIFIP, eleitos em processo eleitoral em que o voto é facultativo e privativo aos alunos regulares que estejam frequentando as atividades acadêmicas. O UNIFIP apoia todas as iniciativas políticas no âmbito da educação, contudo, não admite a intervenção político-partidária ou religiosa no seu espaço acadêmico. Respeita e admite todos os credos religiosos sem qualquer discriminação.

Cada turma na Instituição conta com seus representantes que são, entre outros, mediadores nas reivindicações dos alunos à administração. Também são estimulados à criação de agremiações, tais como centros de estudos e/ou diretórios centrais até porque os acadêmicos estão representados nos conselhos deliberativos da IES.

Em relação aos espaços para convivência, a Instituição possui ampla área para que os alunostenham a possibilidade de maior integração e de harmoniosa permanência na IES. Além do espaço destinado à alimentação, contam com áreas livres, áreas para a prática esportiva e espaços cobertos concebidos para essa finalidade.

3.11 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação Institucional é uma ferramenta que objetiva permitir aos diversos atores que integram os coletivos da organização exercer melhor suas atividades. E, dessa forma, toda a comunidade acadêmica é convocada a assumir o papel de emissor e receptor de mensagens e conteúdo, competindo à instituição criar os meios para isso. Dessa forma busca-se alinhar o UNIFIP ao movimento global (e globalizante) que remodela aquilo que, até as últimas décadas, chamávamos de "Comunicação de massa", permitindo uma comunicação diversa e plural.

O UNIFIP desenvolve uma verdadeira efetivação da comunicação interna e externa como instrumento de integração, de democracia e da identidade institucional, com o aperfeiçoamento das ações dos órgãos de apoio que compõem a comunicação enfatizando seu papel na divulgação da produção acadêmica e na socialização de informações, apoiando às práticas de comunicação de iniciativa da comunidade e dos espaços colegiados como momentos privilegiados de comunicação.

Com isso ao UNIFIP se credencia nos meios de comunicação como uma Instituição de excelência acadêmica, ampliando cada vez mais a visibilidade e sua legitimação ante a sociedade, consolidando assim sua imagem com a divulgação de eventos, ações e produções acadêmicas. Neste sentido, os utilizamos diferentes mídias para projetar uma imagem institucional consistente produzido pela Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos. As

ações institucionais para a comunicação interna e externa estão regulamentadas em um Plano de Comunicação com a sociedade interna e externa.

O UNIFIP utiliza atualmente os seguintes canais para divulgação de todos os seus projetos e ainda para o desenvolvimento de ações promocionais e de relacionamento:

- Portal da Instituição na Internet;
- Ouvidoria online;
- Webgiz (Sistema Online de Controle Acadêmico; Sistema Online de Lançamento de Notas e Faltas - Studus);
- Internet;
- Painel de notícias;
- Revistas Cientificas Eletrônicas;
- Link "fale conosco";
- Webaluno;
- Webmail;
- Facebook; e
- Outros meios de comunicação (Instagram - Youtube - Programa de TV).
- A RADIO UNIVERSITÁRIA FM tem a missão de levar boa música e informação imparcial aos seus ouvintes.O sinal da emissora está sendo gerado diretamente do Campus Sede do UNIFIP. O espaço físico da emissora foi projetado especialmente para atender as necessidades da rádio com estúdios, redação, cabine de gravação e departamento comercial.A Rádio Universidade FM Patos tem uma ampla cobertura, alcançado 38 municípios dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ao todo, mais de 420 mil pessoas podem sintonizar a 105,1 FM. Além disso já consta com mídias sociais a exemplo do @unifipoficial, sendo que cada curso mantém seu instagram e tem a página oficial da IES, com informações sobre cursos, programa, vestibular, regulamentos, editais e outras informações, que são atualizadas continuamente.

1 - COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA

O UNIFIP estabeleceu como meta para aprimorar o processo de comunicação da instituição com a comunidade externa, as seguintes ações:

a) Criar parcerias com mídias locais.

b) Ampliar a publicação de informativos eletrônicos diários no site institucional.

c) Ampliar a publicidade dos resultados das avaliações interna e externa.

d) Manter a produção de materiais institucionais de divulgação e de produção acadêmica nas diferentes mídias.

e) Promover a atualização dos conteúdos do site da IES, bem como divulgar eventos e interesse acadêmico-administrativo.

f) Utilização das redes sociais como veículo de comunicação com a sociedade.

g) Divulgação sistemática das ações, eventos e produções da comunidade acadêmica por meio de periódicos.

h) Atualização permanente das informações institucionais na página eletrônica da instituição, de forma a garantir um intercâmbio eficiente das informações necessárias ao cotidiano acadêmico.

i) Promover a divulgação/comunicação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

j) Fortalecer e difundir a imagem institucional.

k) Divulgar na comunidade interna e externa os valores institucionais.

l) Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa.

m) Garantir o acesso dos alunos ao sistema de registro acadêmico para melhor acompanhamento de sua vida escolar.

n) Incentivar a comunidade acadêmica a utilizar o site institucional como meio de informação e comunicação.

o) Aperfeiçoar continuamente o Plano Estratégico de Comunicação, realizando o controle periódico da implementação das ações.

p) Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

q) fortalecer a imagem pública da Instituição através do desenvolvimento de programas para mídia local, incluindo vídeo, áudio e textos os quais expressam sua missão, finalidade e objetivos.

r) Modernização do Sistema de Sinalização nas Unidades.

s) Padronizar a identidade visual do UNIFIP em todos os automóveis pertencentes à Instituição

t) Modernização dos murais de comunicação aos alunos.

u) Ampliação da disponibilidade de internet sem fio à comunidade acadêmica.

v) Reestruturação e modernização do vídeo institucional.

w) Fazer um diagnóstico da comunicação interna e propor, até o final de 2019, projetos de relações públicas.

2 - COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA

Uma das metas prioritárias do UNIFIP é aprimorar o processo de comunicação da instituição com a comunidade interna, priorizando serviços, produtos e clima organizacional satisfatório, de tal forma que todos os segmentos (docentes, discentes, técnico-administrativos e fornecedores) se sintam acolhidos no ambiente da Instituição. Para tanto, o UNIFIP definiu as seguintes ações para a comunicação com a comunidade interna:

a) Utilização das redes sociais como veículo de comunicação;
b) Divulgação sistemática das ações, eventos e produções da comunidade acadêmica através de periódicos.
c) Atualização permanente das informações institucionais na página eletrônica da instituição, de forma a garantir um intercâmbio eficiente das informações necessárias ao cotidiano acadêmico.
d) Promover a divulgação/comunicação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
e) Garantir o acesso dos alunos ao sistema de registro acadêmico para melhor acompanhamento de sua vida escolar.
f) Incentivar a comunidade acadêmica a utilizar o site institucional como meio de informação e comunicação.
g) Fortalecer a imagem pública da Instituição através do desenvolvimento de programas para mídia local, incluindo vídeo, áudio e textos os quais expressam sua missão, finalidade e objetivos.
h) Divulgar permanentemente as decisões dos órgãos colegiados nos murais, site.
i) Divulgar os resultados das avaliações através de murais e sistema acadêmico.
j) Divulgar os cursos através de murais, site, mídias sociais, panfletos, cartazes, outdoor, rádio, TV, jornais e brindes.
k) Manter a Ouvidoria como canal de comunicação receptivo.
l) Para atingir essas ações, os diversos setores devem trabalhar para o fortalecimento da comunicação, por meio do estabelecimento de uma política que tenha como princípios a transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional.
m) Para atingir a meta de comunicação interna, o UNIFIP deve adotar algumas outras ações, como por exemplo:
   - Fazer eventos de integração com alunos de outros cursos.
   - Permitir ao aluno escolher por qual tipo de ferramenta quer receber as informações.
   - Enviar um boletim bimestral com informações relevantes em vez de vários e-mails.
   - Acolher os novos alunos e orientá-los sobre o UNIFIP.

Sinteticamente, pode-se afirmar que comunicação interna é o processo por meio dos quais os membros da IES podem agir de maneira segura e assertiva em busca de seus objetivos

institucionais. No UNIFIP trabalha-se a comunicação correta dos fluxos, processos e atividades vislumbrando que todos consigam trabalhar em torno da missão, visão e valores institucionais, por ser um local de constante fluxo de pessoas, todos devem estar aptos a informar e/ou orientar àqueles que buscam informações. Essa comunicação se dá pela transparência das informações no site institucional, onde se pode ter informações sobre: Calendário Institucional; Recursos Humanos; Editais; Regimentos; Áudios e vídeos institucionais; Banco de Imagens; Ouvidoria; CPA; Matrizes Curriculares e Informações sobre Cursos de Graduação e Pós-Graduação (lato sensu). No interior das unidades do UNIFIP há a sinalização de todos os setores, tanto para facilitar para o público interno quanto para o externo.

3.12 GERÊNCIA DE MARKETING, COMUNICAÇÃO E EVENTOS

Ligada administrativamente à Reitoria, a Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos é responsável pela divulgação da missão e das ações promovidas pela IES, dando visibilidade através da produção de conteúdo informativo e publicitário. Compete ao Coordenador da Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos:

a) Promover através de seus canais de comunicação, a interação com a comunidade acadêmica, informando sobre o que acontece na Instituição;

b) Manutenção do site e mídias digitais da empresa, abrangendo a inserção de notícias, fotos e mensagens, designer da página, etc. Visando divulgar sua imagem;

c) Estabelecer, manter e fortalecer a relação do UNIFIP com seu público interno e externo. Planejar, coordenar e supervisionar atividades para promoção e divulgação dos serviçose imagem da empresa visando reforçar ou ampliar seu posicionamento no mercado;

d) Buscar conquistar cobertura editorial na mídia, com apelo noticioso e não-comercial, relacionando ao mesmo tempo com diversos públicos-alvo: Comunidade educacional, formadores de opinião e sociedade. Consolidando, ao longo do tempo, uma reputação positiva, que se traduz em valorização da imagem;

e) Participar junto a equipe de design da criação de novas peças, visando atender as necessidades do mercado quanto às novidades de estilo, cores, etc. Bem como informa- se sobre novos projetos para antecipar o desenvolvimento de material publicitário;

f) Colaborar para a compreensão da sociedade do papel da IES;

g) Atender à imprensa, divulgando as demandas institucionais;

h) Detectar o que é de interesse público e o que pode ser aproveitado como material jornalístico e publicitário;

i) Preparar o mapa da mídia, com informações relevantes para disponibilizar para a comunidade educacional e imprensa, mantendo-os constantemente atualizados;

j) Desenvolver uma relação de confiança com os veículos de comunicação;

k) Fazer ativações em eventos, feiras, exposições e ações de propagandas. Criações de textos e imagens publicitárias, bem como orçar e negociar valores referentes às despesas;

l) Periodicamente prepara relatórios e mapas demonstrativos sobre o desempenho da área para apreciação do superior. Participa de reuniões com demais áreas da empresa expondo resultados e planos de ação.

3.13 OUVIDORIA

A Ouvidoria do UNIFIP foi reestruturada em agosto de 2012 e até então os encaminhamentos eram direcionados ao endereço eletrônico. Esta encontra-se credenciada no Fórum Nacional de Ouvidores Universitário – FNOU. Entre os dias 08 e 10 de agosto de 2012, a Ouvidora participou do Encontro Nacional do FNOU sediado em Vitória – ES. Foi uma oportunidade ímpar pela interação e troca de experiências entre ouvidores de todas a s regiões do país.

O serviço da Ouvidoria pode ser acessado pelos alunos, professores, funcionários, egressos ou integrantes da comunidade, que podem manifestar democraticamente suas opiniões sobre os serviços prestados pelo UNIFIP. O setor está ligado diretamente à Reitoria do UNIFIP, funcionando como um elo entre a instituição e seu público. Através desse canal é possível reclamar, sugerir, elogiar ou consultar sobre qualquer situação ou aspecto relacionado ao UNIFIP. Os usuários podem acessar o serviço pessoalmente, por e-mail, pelo telefone ou por correspondência endereçada o UNIFIP.

Quando a Ouvidoria recebe uma solicitação, entra em contato com os setores responsáveis pelo assunto em questão, para que possa fornecer uma resposta ou retorno ao usuário. Essa resposta pode ser a resolução de um problema, a implantação de uma sugestão ou a explicação referente a um determinado assunto. Quem procura a Ouvidoria tem a garantia de que terá sua solicitação – de qualquer natureza – encaminhada e, terá um retorno sobre o feito. Vale salientar que nem sempre garante ao solicitante a resolução imediata ou mesmo a mudança repentina através das sugestões oferecidas, porém cada caso será analisado de maneira diferenciada tomando-se as devidas providências pelo setor competente.

A Ouvidoria disponibiliza bimestralmente a Reitoria do UNIFIP um relatório de

atividades com os dados gerais do setor, tais como: número de solicitações por tipo, por proveniência, meio de acesso, setores mais citados, entre outros. Através deste relatório, demonstram-se as manifestações dos usuários dos serviços do UNIFIP, tendo como princípio que, quando se trata de Ouvidoria, nenhuma pergunta pode ficar sem resposta e que toda e qualquer manifestação dos usuários deveser considerada de extrema relevância.

A Ouvidoria é o canal de comunicação direta dos membros da comunidade acadêmica e externa com a a Reitoria do UNIFIP e sua atuação não se resume ao recebimento de manifestações. É primordial também perceber a Ouvidoria como setor responsável pela confiabilidade dos registros, encaminhamento para análise e qualidade das respostas a todas as manifestações. Além disso, as informações obtidas a partir das interações com a sociedade representam importantes subsídios para a avaliação da instituição.

Seguindo seus princípios a Ouvidoria do UNIFIP, recebe contato de alunos, funcionários e comunidade externa, dentro dos seguintes motivos:

a) Críticas – o solicitante pode reclamar sobre quaisquer serviços prestados pelo UNIFIP;

b) Sugestões – o solicitante pode sugerir alternativas para melhorar os serviços prestados e/ou as instalações do UNIFIP;

c) Dúvidas – o solicitante pode obter variadas informações sobre todo e qualquer assunto relacionamento ao UNIFIP;

d) Elogios – o solicitante pode tecer elogios aos serviços oferecidos, aos colaboradores – técnico-administrativos e/ou docentes, instalações entre outros que considere eficientes no UNIFIP;

e) Denúncias – o solicitante pode denunciar quaisquer fatos que ameacem ou venham ameaçar o seu papel como sujeito de direito.

3.14 PROGRAMAS DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E À PRODUÇÃO DISCENTE

Além das atividades realizadas no interior do UNIFIP, que envolvem a comunidade interna e externa, os cursos mantidos pela IES, também desenvolvem, sistematicamente as seguintes ações/atividades:

a) CEESP na praça: aconselhamento jurídico; ajuda na elaboração de orçamentos domésticos; aferição de pressão arterial; recreação infantil; consultas médicas; serviços de maquiagem, depilação e corte de cabelos; palestras sobre DST; ações preventivas da Defesa Civil; distribuição de alimentos e brinquedos.

b) Mostra de Cinema e Direitos Humanos;

c) Trabalho Educativo sobre Leis de Trânsito;

d) Ações preventivas – Mês Setembro Amarelo;

e) Ações preventivas – Mês Outubro Rosa;

f) Ações preventivas – Mês Novembro Azul;

g) Trote Solidário: coleta de alimentos e brinquedos e distribuição em entidades sociais;

h) Palestras para a comunidade: Câncer de Mama e Câncer de Próstata;

i) Produção audiovisual no interior da Paraíba – Coordenação do Curso de Jornalismo

j) Curso para funcionários: Liderança e Gestão de Pessoas;

k) Curso de Direito: Conciliação no Mutirão DPVAT em parceria com o Núcleo de Conciliação doTribunal de Justiça da Paraíba (TJPB);

l) Curso de Sala de Vacinação;

m) Atendimento a pacientes com problemas respiratórios na Clínica de Fisioterapia;

n) Sinalização do ambiente interno para pessoas com necessidades especiais (visual – Braille);

o) Programa de Educação Ambiental: Contribua com o Meio Ambiente;

p) Semana de Ciência e Tecnologia (mês de outubro);

q) Trabalhos de Pesquisa e extensão com grupos de minorias: ciganos, quilombolas.

A Instituição conta com o Setor de Eventos, trabalhando em conjunto com os etores da Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos, que tem a finalidade de planejar, gerenciar, organizar e executar eventos científicos, socioculturais e desportivos do UNIFIP. O setor busca normatizar o processo de elaboração e realização de eventos acadêmicos, destacando que tais ações devem cumprir consonância direta com os aspectos previstos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no tocante a promoção de Atividades Complementares, atividades de pesquisa e extensão.

3.15 PROPOSTAS DE CURSOS PARA SEREM PROTOCOLADOS PELO UNIFIP

NOME DO CURSO	MODALIDADE	GRAU	VAGAS ANUAIS	Nº TURMAS	TURNO	ANO ABERTURA
ADMINISTRAÇÃO	EAD	Bacharelado	80	02	Noturno	2022
CIENCIAS CONTABEIS	EAD	Bacharelado	80	02	Noturno e Diruno	2022

PEDAGOGIA	EAD	Licenciatura	80	02	Noturno	2022
FILOSOFIA	PRESENCIAL	Licenciatura	50	02	Noturno e Diurno	2023
FONOAUDIOLOGIA	PRESENCIAL	Bacharelado	50	02	Noturno e Diurno	2023
LETRAS LIBRAS	PRESENCIAL	Licenciatura	50	02	Noturno	2023
QUÍMICA	PRESENCIAL	Licenciatura	50	02	Noturno	2024
SOCIOLOGIA	PRESENCIAL	Licenciatura	50	02	Noturno	2025

3.16 PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS TECNÓLOGOS

NOME DO CURSO	LOCAL	MODALIDADE	VAGAS ANUAIS	Nº TURMAS	TURNO	ANO ABERTURA
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	UNIFIP	EAD	80	02	DIURNO	2022
SECRETARIADO	UNIFIP	EAD	50	02	NOTURNO	2023
GESTÃO COMERCIAL	UNIFIP	EAD	50	02	NOTURNO	2024

3.17 PROPOSTA PARA ABERTURA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO (BACHARELADO E TECNÓLOGOS) EM CAMPUS FORA DE SEDE

NOME DO CURSO	MODALIDADE	GRAU	VAGAS ANUAIS	Nº TURMAS	TURNO	ANO ABERTURA
Biomedicina	Presencial	Bacharelado	80	02	Noturno	2020
Educação Física	Presencial	Bacharelado	80	02	Noturno	2021
Enfermagem	Presencial	Bacharelado	100	02	Noturno	2021
Fisioterapia	Presencial	Bacharelado	120	02	Noturno	2021
Medicina	Presencial	Bacharelado	60	02	Integral	2022
Nutrição	Presencial	Bacharelado	100	02	Noturno	2021
Odontologia	Presencial	Bacharelado	100	02	Integral	2020
Psicologia	Presencial	Bacharelado	100	02	Noturno	2020
Radiologia	Presencial	Tecnólogo	80	02	Noturno	2021

3.20 PROPOSTA PARA ABERTURA DE CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU

NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA	GRAU	MODALIDADE	VAGAS ANUAIS	Nº TURMAS	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	LOCAL FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA SOLICITAÇÃO
Arquitetura e Design de Interiores	395	*Lato sensu*	Presencial	50	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Direito Administrativo e Gestão Pública	450	*Lato sensu*	Presencial	50	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Direito do Trabalho e Previdenciário	450	*Lato sensu*	Presencial	50	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Educação Infantil: saberes necessários à prática educacional	360	*Lato sensu*	Presencial	100	2	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Endodontia	876	*Lato sensu*	Presencial	12	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Fisiologia do Exercício	380	*Lato sensu*	Presencial	50	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Gestão, Supervisão e Orientação Educacional	360	*Lato sensu*	Presencial	100	2	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Metodologias Ativas da Aprendizagem	360	*Lato Sensu*	Presencial	50	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018
Implantodontia	1.155	*Lato sensu*	Presencial	12	1	Diurno/Vespertino	UNIFIP	2018

4 GESTÃO INSTITUCIONAL

O Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda, na qualidade de mantenedor, é o órgão responsável perante a comunidade acadêmica do UNIFIP, orientando as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, considerando a legislação vigente da educação e o seu regimento interno, garantindo, dessa forma, a adequada condição de funcionamento da instituição e as condições de oferta dos cursos sob a sua manutenção.

O UNIFIP utiliza-se do modelo de gestão participativa e democrática, privilegiando a opinião de todos, através da atuação nos sues Conselhos Superiores (CONSUNI, CONSEPE,

Colegiados de Cursos, Núcleos Docentes Estruturantes), composto por representatividade de todos os setores institucionais que atua de forma deliberativa e decisiva ao tratar com humanização, transparência e democratização todos os processos administrativos e acadêmicos.

A gestão tem foco a condução estratégica da inovação, da criatividade, dos custos e a adoçãode instrumentos de gestão acadêmica visando elevar os padrões de qualidade. Utilizando-se desse modelo a gestão se posiciona de maneira estratégica, aberta as inovações e mudanças significativas estimuladas pelo dinamismo de um mundo globalizado em constante mutação.

A qualidade da educação aborda de forma sistêmica todos os Processos de gestão educacional, como: a organização e a gestão do trabalho educativo, condição de trabalho, dinâmica curricular, formação e profissionalização dos colaboradores em todos os níveis.

Visando contribuir na formação integral do aluno como cidadão e profissional, reúne as melhores condições materiais, físicas, pedagógicas e humanas para criar um ambiente propício à aprendizagem, valorizando o ensino, a pesquisa, a extensão, e as ações de responsabilidade social, onde todos os envolvidos devem integrar-se e participar ativamente de um projeto de escola e de sociedade.

Na condução tanto dos processos organizacionais como acadêmicos a instituição está sempre centrada nos resultados, objetivando a eficiência dos processos e consequentemente efetividade em suas ações concretas.

A evolução da instituição dependerá do esforço contínuo da gestão em buscar novos caminhos e oportunidades, de possuir um diferencial competitivo de ações presenciais de qualidade, para sobreviver dignamente no mercado, relacionando da melhor forma recursos financeiros com asestratégias de uma atuação competitiva.

4.1 CORPO DOCENTE

O UNIFIP conta com um Plano Institucional de Capacitação Docente como parte do Planode Carreira Docente. O objetivo deste plano é promover e sustentar o padrão de qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência institucional, por meio da oferta parcial ou integral de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, aperfeiçoamento, atualização e graduação, cursos de extensão, de treinamento e atualização profissional, todos voltados para a comunidade interna, oferecendo oportunidades a professores e pessoal técnico e de apoio administrativo para o aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

Para alcançar tais metas, o UNIFIP oferecerá os seguintes incentivos aos seus professores e pessoal não-docente, obedecido a decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa, ouvida a Direção Acadêmica:

O Programa aplica-se a funcionários e professores dos cursos oferecidos pelo UNIFIP até atingir, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) dos professores do quadro, com titulação pós- graduada, em níveis de mestrado ou doutorado.

4.1.1 REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO

No UNIFIP existem quatro regimes de trabalho.

1. Tempo Integral: 40 horas semanais, com 20, na docência, no máximo;
2. Tempo Parcial: 30 horas semanais, sendo no máximo 22 horas na docência;
3. Tempo Parcial: 20 horas semanais, com 15 horas na docência, no máximo;
4. Horista: quando as atividades acadêmicas forem inferiores a 11 horas semanais, nos termosda CLT.

4.1.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

O ingresso na Carreira do Magistério no UNIFIP será realizado por meio de processo seletivo realizado por meio de prova didática, avaliação de títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a matéria a ser por ele lecionada, será exigido:

- Como requisito básico o diploma de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.
- Para admissão de **professor adjunto** ou promoção a este nível, exige-se título de doutor, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, reconhecido na forma dalei;
- Para admissão de **professores assistente** ou promoção a este nível, exige-se título de mestre, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, reconhecido na forma da lei;
- Para admissão de **professor auxiliar**, exige-se como titulação acadêmica mínima, certificado de cursos de especialização obtido nas condições para este fim, definidas pelo órgão competente do Ministério da Educação.

A contratação de Professor será feita mediante solicitação do Reitor à Mantenedora, ouvidos os Coordenadores de Cursos, respeitada a legislação vigente e mediante processo de seleção pública, através de Concurso de Provas e Títulos, conforme edital específico.

4.1.3 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O UNIFIP elaborou um Plano de Capacitação Docente que se concretiza nos seguintesníveis formativos:

- Cursos de pós-graduação "*strictu sensu*" (mestrado e doutorado);
- Cursos de pós-graduação "*lato sensu*" (aperfeiçoamento e especialização);
- Cursos de pós-doutoramento;
- Atividades de curta duração: Congressos, Seminários, Cursos, Estágios, Treinamentosou atividades compatíveis com as funções docentes.

O UNIFIP adota programa de qualificação profissional para os seus docentes, considerandoo conjunto de atividades que realiza, e que garanta aos docentes da Carreira Única do Magistério as seguintes condições, desde que aprovado previamente pela Comissão Geral de Avaliação:

- Manutenção das vantagens e benefícios da carreira durante o período de afastamento para realização do curso, inclusive manutenção de contagem de tempo interstícios e períodos aquisitivos;
- Auxílio constituído de bolsas e ajuda de custa para transporte e despesas escolares;
- Contratação de professor substituto durante o afastamento do docente, quando não forpossível a substituição no âmbito do Curso ao qual o docente está vinculado.
- O tempo de afastamento para as atividades de capacitação depende do nível de qualificaçãoa que esteja sendo submetido.
- Especialização: liberação parcial
    - Mestrado: liberação total (24 meses)
    - Doutorado: liberação total (36 meses)
    - Pós-Doutorado: liberação total (12 meses)

O docente com afastamento remunerado firmará compromisso com o UNIFIP para permanecer vinculado ao mesmo por um período correspondente ao dobro do afastamento. Passado o prazo determinado no artigo anterior, o docente poderá solicitar prorrogação ao seu período de afastamento, cujo período dependerá do nível de qualificação a que está sendo submetido. Mestrado: 6 meses e Doutorado: 12 meses. Se, após o período de prorrogação de afastamento, o pós-graduado não concluir o seu trabalho não terá direito a nova liberação, exceto em casos especiais plenamente justificados.

4.1.4 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

ANO	TOTAL DE PROFESSORES
2021	452
2022	482
2023	511
2024	547
2024	582

4.1.5 POLÍTICAS PARA QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

O UNIFIP, como parte do seu projeto administrativo-pedagógico preocupa-se, entre outros aspectos, com o delineamento dos seus Cursos. Uma das preocupações relaciona-se com o corpo docente. Com o objetivo de situar o professor no universo em que vai trabalhar e pautando-se nas considerações a seguir é que implantou o Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico aos Docentes – NADIP.

As determinações da Lei 9.394/96, Art. 43, inciso III, que trata da melhoria do ensino-pesquisa-extensão, com a adoção de novas metodologias e a exigência de qualificação permanente do corpo docente, incluindo entre estas a titulação de mestrado e doutorado; Esta nova realidade, que exige cada vez mais dos docentes, uma qualificação permanente, que lhe proporcione instrumentos didático-pedagógicos para o pleno exercício do ensino-pesquisa-extensão, torna-se necessário suprir as deficiências com apoio técnico-científico, específico da área pedagógica.

A otimização do potencial do corpo docente com a incorporação de técnicas e métodos didáticos para melhoria da aprendizagem e do tratamento dado aos conteúdos, a presença do assessoramento direto ao professor em regência de sala, proporcionará um aumento de produtividade e melhoria da qualidade do ensino, com reflexos diretos no relacionamento acadêmico, maior compromisso do docente em relação ao seu papel de agente de formação científica e de lideranças para as demandas sociais;

O art. 43, inc. I da Lei 9.394/96 - LDB - do desenvolvimento cultural, do espírito científico e do pensamento reflexivo, exige cada vez mais dos agentes, capacidade técnica e de

adaptação a novas situações de aprendizagem, por haver a necessidade de se garantir a qualidade do ensino, vinculado à extensão e à pesquisa. Sob uma coordenação que dirija as atividades atinentes ao assessoramento pedagógico, o UNIFIP propõe a criação do Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico aos Docentes – NADIP - como suporte às atividades docentes, como medida concreta para assegurar o padrão de qualidade ao ensino.

O NADIP é um espaço de estudos e ações educacionais voltados ao desenvolvimento de uma prática docente comprometida e de qualidade. Através deste núcleo serão desenvolvidas atividades que permitirão aos professores aprofundar os seus conhecimentos pedagógicos, sistematizar suas práticas, buscar novos caminhos e redimensionar seu próprio papel. É, portanto, um espaço de estudo, de questionamento e, acima de tudo, de crescimento profissional.

O NADIP tem como objetivos:

- Acompanhar e orientar os professores sobre questões de caráter didático-pedagógico.
- Possibilitar ao professor ingressante maior ambientação e integração nao UNIFIP;
- Aprimorar o processo educativo através do aperfeiçoamento constante do corpo docente e pelo acompanhamento da evolução de métodos e práticas pedagógicas;
- Propiciar ao corpo docente, espaço para formação e capacitação, no qual ele possa continuamente preparar-se para o exercício da docência;
- Programar ações de enriquecimento das experiências, pesquisas e práticas de aprendizagem, bem como promover cursos, palestras, seminários e workshops, contemplando os saberes e práticas pedagógicas, a partir de projetos específicos;
- Constituir-se em suporte didático-metodológico ao docente na realização do trabalho em sala de aula, com o fim de garantir a melhoria da qualidade técnica, mediante a aplicaçãoda didática aos conteúdos ministrados;
- Mobilizar o corpo docente quanto à importância da integração das atividades acadêmicas;
- Estimular a busca do aperfeiçoamento, visando à oferta de cursos de capacitação no âmbito didático-pedagógico;
- Construir, coletivamente, um espaço de discussão e estudo, tendo como referências a memória pedagógica e as questões que envolvem a docência no ensino superior.

A este Núcleo compete:

1) Elaborar o seu plano de trabalho semestral, encaminhando-o à Coordenação Acadêmica;

2) Proporcionar, orientação básica aos docentes em planejamento didático e planos de aula, definição de sugestões de técnicas e métodos aplicáveis aos conteúdos ministrados;

3) Resolver conflitos de matéria didático-pedagógicas, surgidos entre discentes e docentes, objetivando o equacionamento dos interesses para a garantia da aprendizagem de qualidade, cabendo ao NADIP julgar necessária a apreciação do mérito pelo Conselho do(s) curso(s), com decisão fundamentada;

4) Convocar, sempre que necessárias reuniões pedagógicas com os docentes;

5) Realizar o estudo de novas técnicas e métodos inovadores e suas aplicações ao processo ensino-aprendizagem;

6) Convocar, sempre que necessárias reuniões pedagógicas com os docentes;

7) Realizar o estudo de novas técnicas e métodos inovadores e suas aplicações no processo de ensino-aprendizagem;

8) Apresentar semestralmente à Coordenação Acadêmica, relatório do trabalho desenvolvido no exercício de cada semestre letivo;

9) Propor a realização de palestras, seminários, conferências, painéis, murais, cursos de extensão, projetos de pesquisa e extensão.

10) Tomar, no âmbito de sua competência, as medidas necessárias ao efetivo cumprimento destas normas.

Além do NADIP, o Plano de Capacitação Docente, que se concretizará no Plano de Cargos eSalários da instituição, contempla:

- Cursos de pós-graduação "*stricto sensu*" (mestrado e doutorado);
- Cursos de pós-graduação "*lato sensu*" (aperfeiçoamento e especialização);
- Cursos de pós-doutoramento;
- Atividades de curta duração: Congressos, Seminários,Cursos, Estágios,Treinamentos ou atividades compatíveis com as funções docentes.

O UNIFIP adotará programa de qualificação profissional para os seus docentes, considerando o conjunto de atividades que realiza, e que garanta aos docentes da Carreira Única do Magistério as seguintes condições, desde que aprovado previamente pela Comissão Geral de Avaliação:

- Manutenção das vantagens e benefícios da carreira durante o período de afastamento para realização do curso, inclusive manutenção de contagem de tempo interstícios e

períodos aquisitivos;

- Auxílio constituído de bolsas e ajuda de custa para transporte e despesas escolares;
- Contratação de professor substituto durante o afastamento do docente, quando não for possível a substituição no âmbito do Curso ao qual o docente está vinculado.

4.1.6 PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Em 14 de maio de 2014, foi homologado o Quadro de Carreira do Pessoal Docente do UNIFIP, pela Superintendência Regional do Trabalho do estado da Paraíba, publicado no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2014, página 86.

4.1.6.1 FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Por ser uma ação que apresenta algumas especificidades, a atuação do docente é única em cada sala de aula e, sendo assim, é essencial que o planejamento das atividades desenvolvidas ao longo do semestre seja uma ação recorrente para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma eficaz.

A Coordenação Acadêmica e a Coordenação de Curso são as responsáveis pelo desenvolvimento, juntamente com o corpo docente, do planejamento do ensino, baseando-se nos objetivos dos cursos.

As Coordenações dos Cursos acompanham e avaliam as atividades docentes por meio do Relatório Semestral de Atividades Docentes (RSAD), do cumprimento do programa e consecução dos objetivos propostos em consonância com a proposta de avaliação institucional, considerando o plano de curso, no qual o professor dimensiona a carga horária da disciplina, a ementa, os objetivos,a metodologia, o cronograma e as bibliografias básica e complementar.

OBS: Os professores, obrigatoriamente, nas primeiras aulas, devem apresentar e discutir o plano com a turma e mostrar todos os critérios para a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

Algumas estratégias didático-pedagógicas serão semestralmente realizadas, cujas atividades serão as que se seguem:

1) Planejamento no início do semestre letivo, cujas estratégias constam de discussões com os professores sobre os problemas encontrados na prática e, a partir dessas discussões, estabelece-se metas para o semestre que está iniciando. Neste

planejamento também ocorrem palestras e oficinas abordando temas relacionados ao ensino superior.

2) Discussão e análise dos indicadores da avaliação institucional que nortearão as ações pedagógicas.

3) Avaliação institucional por meio da Comissão Própria de Avaliação (docente pelos alunos; docentes pelos chefes imediatos). Após a sistematização dos resultados, os resultados são discutidos de um modo geral com todos os docentes e as especificidades são discutidas individualmente.

4) Acompanhamento e/ou orientação do docente nos casos em que ele demonstrar alguma dificuldade no desenvolvimento de suas atividades.

Para subsidiar estas estratégias, efetivamente atuam o NADIP, a CPA, a Coordenação do Curso e a Coordenação Acadêmica.

4.1.6.2 QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS

O Decreto 5626/05, no Artigo 7º descreve os critérios legais para o profissional lecionar a disciplina Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) no Ensino Superior:

– Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

– Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

– Professor ouvinte bilíngue: Libras-Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Em todos os Projetos Pedagógicos de Curso do UNIFIP há a oferta da disciplina Libras, como componente obrigatório para as Licenciaturas e optativo para os bacharelados e tecnólogo. Outros cursos de Libras poderão ser oferecidos para a comunidade acadêmica com cargas horárias diferenciadas, como certificação de extensão. Os docentes de Libras também estarão contemplados nas políticas de qualificação continuada da instituição.

4.1.6.3 REGIME DE TRABALHO E PROCEDIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE PROFESSORES

Os professores são contratados sob o regime horista, parcial e integral. O valor da carga horária e ou/ hora-aula para os contratados fica assegurado em caráter permanente, o adicional

por qualificação/ formação profissional, sobre os seus vencimentos mensais, na área de educação, observada a legislação que rege a espécie de acordo com critérios estabelecidos pela CLT.

Nos casos de substituição eventual de professores buscar-se-á, primeiramente, no próprio curso, um profissional que tenha aderência à disciplina e carga horária com disponibilidade para esse acúmulo temporário. Casos de licenças e outros afastamentos são previstos e solucionados quando dos planejamentos semestrais dos(as) coordenadores(as). Quando não se encontra disponibilidade para tais substituições eventuais na IES busca-se no mercado de trabalho profissionais qualificados para tanto, através do processo de contratação de Professor, que será feita mediante solicitação do Reitor à Mantenedora, ouvidos os Coordenadores de Cursos, respeitada a legislação vigente e mediante processo de seleção pública, através de Concurso de Provas e Títulos, conforme edital específico.

4.2 TÉCNICO ADMINISTRATIVO

4.2.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Apesar de não adotar concurso público à admissão de técnico administrativos, o processo ocorre mediante um rigoroso processo de seleção, com análise de currículos. O candidato passa por estágio durante quinze dias e demonstrando competências e habilidades no serviço será contratado pela IES. As promoções, estabelecidas no Plano de Carreira do Pessoal Técnico administrativo, serão verticais e horizontais e dar-se-ão por antiguidade ou merecimento, explicitadas no plano. (ANEXO)

4.2.2 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

Visando à contínua qualificação do seu corpo técnico administrativo, o UNIFIP incentivará, de várias formas, o progresso intelectual dos servidores. Uma delas é contribuir para o aperfeiçoamento dos seus funcionários assegurando todos os direitos e vantagens àquele que se afastar de suas funções para: 1) aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras; e; 2) participar de cursos, congressos, seminários e outros eventos de natureza científica, cultural outécnica, relacionados com as suas atividades no UNIFIP.

Especificamente, a política de recursos humanos da Mantenedora, para os próximos 5 anos,contempla várias iniciativas e diretrizes, a saber:

- estabelecimento de incentivos funcionais, sob a forma de acréscimo percentual aos salários, mediante progressões horizontais, por merecimento;

- permissão e encorajamento, a um número crescente de funcionários, para que façamcursos;

- estabelecimento de convênios, com entidades públicas e particulares, do País e do exterior, que permitam a oferta de cursos, estágios e treinamentos aos funcionários;

- estímulo à participação em eventos de natureza técnica;

- aumento e diversificação dos cursos que visem à capacitação e ao aprimoramento dopessoal.

1 - AS PROMOÇÕES

As promoções, estabelecidas no Plano de Carreira do Pessoal Técnico administrativo, serão verticais e horizontais e dar-se-ão por antiguidade ou merecimento.

A Tabela I, anexa ao Plano, estabelece as classes e os níveis objeto de promoção vertical e horizontal.

As indicações para promoção resultam da avaliação por uma comissão constituída por um representante da Mantenedora, como seu presidente, pelo Diretor da Unidade de Ensino e por um Coordenador de Curso.

As promoções verticais, subordinadas à existência de vaga, dar-se-ão por merecimento que autorize o seu ingresso no nível um da classe, imediatamente, superior.

As promoções horizontais dar-se-ão por antiguidade ou por merecimento.

A cada período de trinta e seis meses de efetivo exercício, o funcionário fará jus, por antiguidade, à promoção horizontal de um nível.

As promoções horizontais por merecimento decorrerão de avaliações feitas mediante critérios objetivos fixados no Plano de Carreira. A avaliação será feita, periodicamente, a cada doze meses, de preferência em final de semestre letivo, e será realizada por uma comissão especialmente designada. Os critérios para avaliação serão a produtividade, o desempenho e a capacidade técnica, medidos por meio de instrumentos objetivos de aferição e registrados conforme a Tabela II, abaixo.

Fará jus a uma promoção horizontal, por merecimento, o funcionário que obtiver média igual ou superior a sete como resultado das avaliações realizadas em dois anos consecutivos. Não poderá ser utilizado, para efeito do cálculo da média de que trata o parágrafo terceiro, escore já computado para anterior promoção.

O funcionário que atingir, por merecimento ou antiguidade, o último nível de sua classe, poderá, na avaliação seguinte, obter, também por merecimento ou antiguidade, promoção vertical para o nível inicial da classe imediatamente seguinte.

TABELA I - Anexo ao Plano de Carreira do Pessoal Técnico administrativo

CATEGORIAS	NÍVEIS				
Agente Administrativo 1	1	2	3	4	5
Agente Administrativo 2	1	2	3	4	5
Agente Administrativo 3	1	2	3	4	5

TABELA II - Plano de Carreira do Pessoal Técnico administrativo

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Produtividade	de 1 a 10
Desempenho	de 1 a 10
Capacidade Técnica	de 1 a 10

Procedimento de Cálculo:

a) apurar a pontuação de cada critério;
b) somar os três resultados obtidos;
c) dividir a soma por três;
d) arredondar, para mais, decimais iguais ou superiores a 0,5.

4.2.3 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Considerando a expansão das atividades acadêmicas, a implementação dos cursos autorizados, a oferta de novos Cursos e a necessidade de ofertar serviços de qualidade para os alunos da IES, está previsto a expansão do corpo técnico administrativo, que atenda nos próximos anos de vigência do PDI.

ANO	TOTAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO
2021	277
2022	300
2023	321
2024	361
2025	395

4.3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

4.3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional administrativa do UNIFIP, de acordo com o Regimento Geral da instituição é composta de órgãos Colegiados, Executivos, de Apoio Acadêmico, Apoio Técnico e Administrativo, assim dispostos:

I - Órgãos Deliberativos:

a) Conselho Universitário;
b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
c) Colegiado de Curso;
d) Núcleo Docente Estruturante – NDE.

II - Órgãos Executivos:

a) Reitoria;
b) Vice-Reitoria;
c) Pró-Reitoria Acadêmica;
d) Pró-Reitora de Ensino;
e) Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
f) Pró-Reitora Adjunta Acadêmica;
g) Pró-Reitoria Adjunta de Ensino;
h) Coordenação de Educação a Distância.

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Secretaria Geral;
b) Coordenações de Cursos;
c) Pesquisador Institucional;
d) Comissão Própria de Avaliação - CPA;
e) Núcleo Psicopedagógico NAPPE;
f) Biblioteca;
g) Núcleo de Apoio Pedagógico - NADIP;
h) Núcleo de Acessibilidade - NAIN;
i) Núcleo de Direitos de Direitos humanos;
j) Núcleo de Educação Ambiental;
k) Comitê de Ética em Pesquisa;
l) Ouvidoria.

IV Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

a) Gerência de Recursos Humanos;
b) Gerência de Tecnologia da Informação;
c) Departamento de Compras e Patrimônio;

d) Gerência Financeira;
e) Gerência de Marketing, Comunicação e Eventos.

§ 1º- Os órgãos suplementares e de apoio, de cunho técnico e/ou administrativo, serão definidos e regulamentados pela Reitoria, desde que sejam respeitadas as decisões dos órgãos colegiados superiores e obedecido o plano anual de atividade.

§ 2º- As Pró-Reitorias são órgãos de assessoria do Reitor e seus titulares serão por ele designados e nomeados.

§ 3º- As Pró-Reitorias Adjunta de Ensino e Adjunta Acadêmica serão designadas especificamente para atuarem nos campus fora de Sede que vierem a ser credenciados pelo Ministério da Educação.

§ 3º- Nos campus fora de Sede, a estrutura administrativa – órgão deliberativos e órgãos executivos são os mesmos da Unidade Sede, sendo, entretanto, designadas Pró-Reitor (a) Adjunto (a) de Ensino e Pró-Reitor (a) Adjunto(a) Acadêmico (a) para exercerem as atribuições nas respectivas unidades fora de Sede, com as mesmas atribuições dos Pró-Reitores da Unidade Sede, no que se refere ao âmbito de ensino e acadêmico.

Os Órgãos de Apoio Acadêmico, Técnico e Administrativo destinado a complementarem a Pró-Reitoria Acadêmica e Administrativa, para o pleno exercício das funções de ensino, extensão e pesquisa, serão regidos por regulamentos próprios, emitidos pela Reitoria.

DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Art. 7°. O Conselho Universitário, órgão superior, de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, será integrado pelos seguintes membros:

I. Pelo Reitor, seu Presidente;
II. Pelo Vice- Reitor
III. Pelos Pró-Reitores;
IV. Por representantes das seguintes categorias, escolhidos por seus pares, em lista tríplice:
   a) 3 (três) coordenadores de curso;
   b) 3 (três) docentes;
   c) 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo;
   d) 1 (um) representante do corpo discente.
V. Por um representante da Entidade Mantenedora, indicado por esta;
VI. Por um representante da comunidade, indicado pela Entidade Mantenedora.

Parágrafo único. O mandato dos representantes será de quatro anos, com direito a recondução, exceto a representação discente, cujo mandato será de 1 (um) ano, sem direito a recondução.

Art. 8°. Compete ao Conselho Universitário:

I. Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do UNIFIP;
II. Formular o planejamento, as diretrizes, políticas e normas gerais do UNIFIP;
III. Regulamentar as atividades dos órgãos da Instituição;
IV. Aprovar a criação, desmembramento, fusão ou extinção de unidades acadêmicas, administrativas ou suplementares, ouvidos a Reitoria, as Pró-Reitorias e demais órgãos interessados, respeitado o que dispõe este Estatuto;
V. Aprovar alterações neste Regimento Geral da Instituição e nos regimentos e regulamentos das unidades acadêmicas ou administrativas;
VI. Aprovar e modificar a estrutura organizacional, no que se refere aos órgãos executivos, aos órgãos suplementares e aos órgãos de apoio técnico-administrativo;
VII. Homologar sobre normas disciplinares à comunidade acadêmica no âmbito da instituição, oriundas dos órgãos executivos;
VIII. Determinar o recesso parcial ou total das atividades de cada curso ou de todos, ouvido o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEPE);
IX. Aprovar pedidos de auxílio para qualificação docente e do pessoal técnico-administrativo;
X. Superintender, coordenar e deliberar sobre os Planos de Carreira Docente;
XI. Exercer o poder disciplinar, originalmente ou em grau de recursos como instância superior;
XII. Aprovar, por indicação do Reitor e/ou Pró-Reitores, a concessão de títulos de Professor Emérito, de Professor *Honoris Causa*, de Benemérito, de Mérito Cultural e de Mérito Universitário;
XIII. Deliberar sobre representações ou recursos que lhe forem encaminhados pela Reitoria;
XIV. Aprovar projetos provenientes das Pró-Reitorias Acadêmicas e de Ensino, de Pesquisa e Extensão que envolvam questões financeiras, precedidas de autorização da Mantenedora;
XV. Aprovar regulamentos do Diretório Central de Estudantes, Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos, por curso ou área;
XVI. Deliberar sobre intervenção nos demais órgãos do UNIFIP, esgotados os meios ordinários, bem como evocar as atribuições a ele conferidas;
XVII. Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão e ação comunitária e de cooperação internacional;
XVIII. Aprovar a instituição de bandeiras, símbolos e marcas no âmbito da Instituição;
XIX. Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades do UNIFIP, bem como deliberar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos;
XX. Apreciar o Relatório Anual de atividades dos órgãos do UNIFIP;
XXI. Deliberar sobre o Plano Anual de Atividades e sobre a proposta orçamentária anual;
XXII. Homologar contratos, acordos, e convênios firmados;
XXIII. Resolver os casos omissos de acordo com os costumes, a analogia e os princípios gerais do direito;
XXIV. Exercer as demais atribuições de sua competência, por força da lei e deste Estatuto.

DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Art. 9°. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) órgão central de supervisão das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, possuindo atribuições deliberativas,

normativas e consultivas, será integrado pelos seguintes membros:

I. Pelo Vice-Reitor, seu Presidente;
II. Pelo Pró-reitor de Ensino;
III. Pelo Pró-Reitor Acadêmico;
IV. Por representantes das seguintes categorias, escolhidos por seus pares:
    a) 6 (seis) coordenadores de curso;
    b) 6 (seis) docentes, escolhidos por seus pares;
    c) 2 (dois) representantes do corpo discente, escolhido por seus pares.

§1º O mandato dos representantes será de quatro anos, com direito a recondução, exceto a representação discente, cujo mandato será de 1 (um) ano, sem direito a recondução.

§2º As decisões do CONSEPE que envolverem questões financeiras devem ser precedidas de autorização da Mantenedora e aprovação do Reitor.

§3º O CONSEPE reunir-se-á 2 (duas) vezes a cada semestre letivo e, tantas vezes quanto necessárias, quando convocado por seu Presidente.

§4º As decisões do CONSEPE podem, conforme a natureza, assumir forma de Resolução, Parecer ou Portaria.

Art. 10. As matérias deliberadas pelo CONSEPE deverão ter aprovação de sua maioria simples.

Art. 11. Das decisões do CONSEPE caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, na esfera administrativa, para o Conselho Universitário, em instância final.

Art. 12. Compete ao CONSEPE:

I. superintender e coordenar, em nível superior, as atividades de ensino, de pesquisa e extensão, deliberando sobre:
a) ampliação, redistribuição e diminuição de vagas;
b) elaboração da programação dos cursos;
c) as normas gerais dos processos de seleção para matrícula nos cursos ou disciplinas;
d) o calendário acadêmico anual, os turnos e o horário de funcionamento dos cursos de graduação;
e) as normas acadêmicas complementares às do Regimento, em especial as relativas a programas de ensino, matrículas de graduados e outras, transferências, trancamentos de matrícula, reopções de curso, adaptações, avaliação do processo ensino-aprendizagem, processo seletivo para os diversos cursos, aproveitamento de estudos e outras, que se incluem no âmbito de sua competência;
f) os currículos plenos dos cursos de graduação, decidindo sobre questões relativas a sua aplicabilidade;
g) o conteúdo e a duração dos cursos de pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* e aperfeiçoamento;
h) a programação das pesquisas e das atividades de extensão;
i) as normas sobre contratação e dispensa de docentes;
j) as propostas de avaliação institucional;
k) regulamentar a solenidade de outorga de grau e outras solenidades promovidas pelo Centro Universitário;

l) aprovar edital de vestibular e fixar, por encaminhamento do(a) Reitor(a), o número de vagas em cada curso de graduação, de acordo com a capacidade institucional e as oportunidades de atuação;
m) aprovar medidas destinadas a solucionar questões de natureza didático-científica, pedagógica ou disciplinar;
n) acompanhar a execução de política educacional do centro universitário, propondo medidas que sejam necessárias ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento;
o) aprovar os projetos pedagógicos currículo e ementário dos diferentes cursos e programas de educação superior, assim como as alterações propostas a cada um deles, observadas as diretrizes curriculares nacionais;
p) aprovar planos e projetos experimentais, inclusive de educação a distância, observada a legislação vigente;
q) aprovar normas complementares ao Regimento referentes a seleção e matricula de estudantes, verificação do rendimento acadêmico, aproveitamento de estudos, transferências e outros assuntos de registro e controle acadêmico em todos os âmbitos do ensino superior, nas modalidades presencial e a distância, observada a legislação vigente;
r) estabelecer as normas para concursos e provas de seleção de docentes e discentes;
s) aprovar pedidos de auxílio para qualificação docente e do pessoal técnico-administrativo;
t) aprovar normas para o desenvolvimento e verificação de estágios, trabalhos de conclusão de curso, monografias e outras modalidades, com características especiais dos cursos e programas de educação superior, propostas pelos colegiados dos cursos;
u) julgar recursos contra decisões dos colegiados de curso, no caso de arguição de ilegalidade, em matéria de sua competência, exceto quanto ao mérito de verificação do rendimento acadêmico cuja instância final é o próprio colegiado de curso;
v) deliberar como instancia superior sobre matéria de recursos previstos em lei e no Regimento;
w) elaborar o seu Regimento Interno;

II. deliberar, naquilo que lhe compete, sobre as alterações deste Regimento Geral;
III. constituir comissões;
IV. aprovar, encaminhando para apreciação do Conselho Universitário, a concessão de dignidades acadêmicas e prêmios;
V. exercer o poder disciplinar, no âmbito de suas funções;
VI. exercer outras competências a ele atribuídas pela Lei, por este Estatuto ou pelo Regimento.

DA REITORIA E VICE-REITORIA

Art. 15. A Reitoria, órgão executivo da administração superior do UNIFIP é exercida pelo Reitor, escolhido e designado pela Entidade Mantenedora, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido ao cargo.
Parágrafo único - Em suas faltas e impedimentos eventuais, o Reitor será substituído pelo Vice-Reitor.

Art. 16. São atribuições do Reitor:

I. Superintender todas as atividades do UNIFIP e representá-lo perante as autoridades educacionais, a sociedade e a Entidade Mantenedora, assegurando o exercício da autonomia institucional;

II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Geral, as Resoluções dos órgãos colegiados superiores, normas e legislação vigente;
III. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, com direito a voto e veto, além do voto de qualidade;
IV. Presidir a todos os atos universitários a que estiver presente;
V. Conferir graus, expedir diplomas, certificados e títulos profissionais;
VI. Celebrar e assinar acordos, convênios ou contratos, após aprovação pelo órgão competente, observada a existência de recursos orçamentários e sua inclusão no plano anual de atividades;
VII. Promover a elaboração do planejamento anual de atividades, a elaboração da proposta orçamentária e a sua execução;
VIII. Indicar, à Entidade Mantenedora, a admissão do pessoal docente e técnico-administrativo, após o cumprimento dos requisitos, estabelecidos neste Regimento na CLT e demais normas aplicáveis;
IX. Encaminhar ao Conselho Universitário a prestação de contas e o relatório das atividades do ano findo;
X. Tomar decisões, quando necessárias, *ad referendum* dos respectivos Conselhos;
XI. Propor ao Conselho Universitário, a concessão de títulos honoríficos, bem como de prêmios;
XII. Autorizar qualquer pronunciamento público que envolva, sob qualquer forma, o UNIFIP;
XIII. Constituir comissões, auditorias ou assessorias para resolver matérias de interesse do UNIFIP;
XIV. Nomear membros dos colegiados, Pró-Reitorias, Assessorias, Coordenadorias e outros cargos previstos neste Regimento Geral e no Estatuto;
XV. Exercer o poder disciplinar, de acordo com as normas vigentes;
XVI. Delegar competências;
XVII. Exercer quaisquer outras atribuições previstas em Lei, neste Regimento Geral e no Estatuto.

Parágrafo único - O Vice-Reitor poderá, ainda, exercer outras atribuições delegadas pelo Reitor.

Art. 17. A Reitoria será auxiliada pelas seguintes Pró-Reitorias:
I. Pró-Reitoria de Ensino.
II. Pró-Reitoria Acadêmica.
III. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.
IV. Setor de Marketing, Comunicação e Eventos.
V. Pesquisador Institucional.
VI. Pró-Reitoria Adjunta de Ensino (fora de sede).
VII. Pró-Reitoria Adjunta Acadêmica (fora de sede).

DA PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

Art. 18. A Pró-Reitoria Acadêmica, designada por ato do Reitor, para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido ao cargo, é responsável pela organização e coordenação da execução das atividades de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão, do UNIFIP, dando suporte aos Coordenadores de Curso e aos professores na realização de seus planos e atividades como forma de garantir a excelência acadêmica no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Art. 19. A Pró-Reitoria Acadêmica é órgão de natureza executiva que superintende, coordena e supervisiona as atividades do ensino, da pesquisa e da extensão do UNIFIP e a ela estão subordinadas:

I. A Coordenação de Ensino.
II. As Coordenações dos Cursos de Graduação.
III. Secretaria Geral.

Art. 20. São atribuições da Pró-Reitoria Acadêmica:

I. coordenar o funcionamento dos Campus Fora de Sede na ministração dos cursos de graduação;
II. Submeter ao CONSEPE textos normativos visando ao fortalecimento e desenvolvimento da política de ensino de graduação;
III. Fundamentar e submeter ao CONSEPE propostas de criação, extinção, agregação ou alteração de cursos, bem como alteração do número de vagas.
IV. Atuar no Planejamento Estratégico e operacional do UNIFIP;
V. coordenar as atividades referentes à movimentação e capacitação docente;
VI. manter atualizados os dados diretamente ligados ao critério de promoção do corpo docente;
VII. coordenar as atividades referentes ao ensino de graduação e pós-graduação, registro e controle acadêmico;
VIII. planejar e coordenar a execução da política de ensino;
IX. coordenar a elaboração de processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação;
X. emitir parecer sobre casos de equivalência e adaptações de currículos, em processos de transferência de alunos, quando solicitado;
XI. manter arquivo atualizado sobre a legislação pertinente aos currículos adotados nos Campus Sede e fora de Sede;;
XII. normatizar e sistematizar os procedimentos para organização, controle e acompanhamento das atividades acadêmicas;
XIII. definir, orientar e supervisionar as unidades de ensino, sobre as normas que assegurem a manutenção atualizada e permanente da escrituração escolar e do arquivo;
XIV. disseminar princípios e políticas que garantam a inclusão social e assegurar condições de acesso e permanência a estudantes com deficiências;
XV. definir, orientar e supervisionar as unidades de ensino, sobre normas que garantam a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade de sua vida escolar;
XVI. propor as diretrizes para orientação de matrícula dos alunos;

XVII. elaborar atos normativos necessários ao cumprimento das finalidades do UNIFIP;
XVIII. orientar e acompanhar processos relativos ao ingresso de alunos extra-vestibular; e,
XIX. desenvolver outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Art. 21. A Pró-Reitoria de Ensino, designada por ato do Reitor, é responsável pela organização e coordenação da execução das atividades de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão, do UNIFIP, dando suporte à Pró-Reitoria Acadêmica, aos Coordenadores de Curso e aos professores na realização de seus planos e atividades como forma de garantir a excelência acadêmica no âmbito da graduação.

Art. 22. O Pró-Reitor de Ensino é escolhido e designado pelo Reitor da instituição, para mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido.

Art. 23. São atribuições da Pró-Reitoria de Ensino:

I. subsidiar a definição das políticas de ensino;
II. elaborar o calendário acadêmico;
III. promover o aprimoramento de técnicas pedagógicas para o ensino superior;
IV. orientar e assessorar as atividades didático-científicas e as coordenadorias de curso, na elaboração e desenvolvimento de projetos de melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão;
V. desenvolver sistemática de acompanhamento, controle e avaliação voltada para a produtividade e para a qualidade do ensino ministrado juntamente com a Comissão Própria de Avaliação da Instituição;
VI. coordenar a atualização e a observância dos currículos e dos programas das unidades de ensino, assegurando à unidade, a coerência e a qualidade do ensino ministrado e da execução de estágios curriculares;
VII. acompanhar, supervisionar e, quando necessário, providenciar assistência técnico-pedagógica ao corpo docente, visando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem;
VIII. definir, orientar e supervisionar as coordenações de cursos, sobre as normas que assegurem a manutenção atualizada e permanente dos índices do Exame Nacional do Desempenho do Estudante (ENADE) e de outras avaliações relativas ao Conselho Profissional dos Cursos;
IX. propor critérios para verificação da assiduidade e do rendimento escolar, assegurando o seu cumprimento;
X. Desenvolver ações de melhoria contínua da qualidade do UNIFIP no âmbito do ensino;

XI. Promover e incentivar a avaliação e melhoria do Projeto Pedagógico Institucional;
XII. Desenvolver outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.
XIII. Propor alterações nas normas acadêmicas e regulamentos vigentes;
XIV. Supervisionar a execução dos Programas Acadêmicos Institucionais;

Parágrafo único: Para os campus fora de sede serão designados Pró-Reitor Adjunto de Ensino e Pró-Reitor Adjunto Acadêmico, que ficarão diretamente vinculados às Pró-Reitorias da Unidade Sede.

DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 24. O Colegiado de Curso, órgão de natureza normativa, consultiva e deliberativa da organização didático-científica dos cursos do UNIFIP é constituído:

I. pelo coordenador do curso, que o preside;
II. por três representantes do Corpo Docente do curso;
III. por um representante do Corpo Discente, eleito pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 25. Compete ao Colegiado de Curso:

I. acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do Projeto Pedagógico de Curso e submetê-lo ao CONSEPE;

II. aprovar o perfil profissional e o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor o seu regimento interno;

IV. discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso,Analisar e emitir parecer sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

V. Emitir parecer sobre os projetos acadêmicos que lhes forem apresentados, para decisãofinal da Reitoria;

VI. Propor, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a criação de disciplinas e modificação de conteúdosprogramáticos;

VII. Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do curso, elaborado pelo coordenador;

VIII. Propor e incentivar a participação dos discentes nos projetos de iniciação científica e deextensão.

IX. propor ações pedagógicas com base nos resultados da avaliação institucional;

X. apresentar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;

XI. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino;

XII. deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazos para Trabalhos de Conclusão de Curso;

XIII. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões "ad referendum" do Presidente do Colegiado do Curso;

XIV. deliberar sobre questões acadêmicas, tais como frequência, equivalência e adaptações de disciplinas e revisão de provas;

XV. atuar de forma consultiva e deliberativa, em primeira instância, nas áreas de Ensino, desde que não conflite com o que preceitua o Regimento e as demais normas do UNIFIP (sede e campus fora de sede);

XVI. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento do UNIFIP ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas.

Parágrafo Único: Cada Colegiado de Curso será regido por Regulamento próprio.

DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 26 .O Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de graduação, normatizado pela Resolução Nº 01 de 17 de junho de 2010, de natureza consultiva e propositiva, constitui-se de grupo de docentes, com *atribuições acadêmicas*, que tem por finalidade assessorar o Colegiado de Curso em assuntos de natureza acadêmica, alterações de matriz curricular, além de outros assuntos relacionados à consolidação e contínua avaliação e atualização da matriz curricular

§ 1º. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 27. O Núcleo Docente Estruturante, de caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, constituído por membros 05 (cinco) membros do corpo docente do curso, sendo presidido pelo Coordenador do Curso, terá as seguintes atribuições:

I. elaborar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
II. estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
III. avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
IV. conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
V. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
VI. analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas e sua articulação com o Projeto Pedagógico do Curso;
VII. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.

Observação: Cada Colegiado de Curso será regido por Regulamento próprio, com base na Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007. A composição deve atender o melhor critério que constra no Instrumento de Avaliação para os Atos Regulatórios do INEP.

DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 28. A Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão é exercida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, para um mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido ao cargo.

Art. 29. A Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão é um órgão executivo que promove, coordena e controla os processos de Pesquisa e Extensão Universitária, com suas atribuições, funções e estrutura prevista em Regulamentação Própria, e pelos dispositivos legais emanados pelo órgão federal competente.

Art. 30. São atribuições do Pró-Reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

I. promover o contínuo aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação e atividades de pesquisa;
II. propor diretrizes para a elaboração, implantação e execução dos cursos de pós-graduação, das atividades relacionadas à pesquisa e a extensão universitária;
III. coordenar a organização acadêmica e os processos relativos aos cursos de pós-graduação, exercendo o controle de desempenho docente e discente nestes cursos;
IV. coordenar a organização da pesquisa institucional;
V. supervisionar as atividades de coordenação dos cursos de pós-graduação;
VI. supervisionar os programas de pesquisa e extensão na instituição;
VII. organizar, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional, PPI, assim como nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), o planejamento das áreas de pesquisa e cursos de pós-graduação e extensão

universitária, encaminhando aos órgãos competentes para apreciação e/ou para aprovação;

VIII. propor normas para elaboração e publicação de trabalhos científicos;

IX. assinar certificados de cursos de pós-graduação e extensão expedidos pelo UNIFIP;

X. emitir parecer, sobre propostas dos programas e cursos de pós-graduação com suas alterações, bem como sobre propostas de pesquisa encaminhando-as aos órgãos competentes;

XI. participar dos processos de avaliação acadêmica dos cursos de pós-graduação;

XII. publicar guias acadêmicos dos cursos de pós-graduação;

XIII. supervisionar o registro de pesquisa do UNIFIP;

XIV. zelar pelos aspectos de propriedade intelectual;

XV. cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas dos órgãos superiores;

XVI. propor a contratação de coordenadores de cursos de pós-graduação, assim como de docentes e pesquisadores no âmbito da pós-graduação e pesquisa;

XVII. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelos órgãos superiores;

XVIII. participar das reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e outros órgãos colegiados, com direito a voz e voto, e desempenhar as atividades que lhes forem conferidas;

XIX. zelar pelo correto encaminhamento dos procedimentos de pós-graduação e pesquisa em conformidade com os as normas estabelecidas pelo comitê de ética em pesquisa e pela legislação pertinente.

DOS ÓRGÃOS DE APOIO ACADÊMICO

Art. 31. São **órgãos** que, estão integrados ao processo educacional desenvolvido pela instituição, e objetiva dar suporte técnico-científico-informacional, logístico e sociocultural às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

SECRETARIA GERAL

Art. 32. As atividades da Secretaria Geral são executadas sob a direção e responsabilidade de um Secretário Geral designado pelo Reitor.

Art. 33. São atribuições da Secretaria Geral:

I. Prestar apoio e assessoramento em assuntos de interesse imediato da Reitoria;

II. Organizar os serviços da Secretaria;

III. Redigir atas de reuniões;

IV. Promover o controle das transferências de estudantes para outra Instituição de Ensino Superior (IES);

V. Providenciar correções de lançamentos no Sistema Acadêmico, quando autorizadas pelos professores e coordenadores;

VI. Manter atualizado o registro de discentes, identificando os alunos regularmente matriculados, com matrícula trancada, formados, desperiodizados, com matrícula cancelada, os desistentes e os em situação de abandono;
VII. Supervisionar o registro dos programas de disciplina, dos conteúdos ministrados, da frequência e das notas dos alunos;
VIII. Manter em dia a escrituração escolar;
IX. Expedir correspondências, declarações, certificados, transferências de alunos e outros documentos;
X. Assinar, juntamente com o Reitor, documentos escolares para os quais haja exigência de sua assinatura;
XI. Responder pela autenticidade e regularidade dos registros escolares;
XII. Processar as transferências de alunos, bem como os trancamentos e cancelamentos de matrícula;
XIII. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente e as determinações da Reitoria;
XIV. Exercer outras atividades inerentes ao cargo que lhe sejam atribuídas pelo Reitor.

Art. 34. O Secretário Geral é responsável perante a Reitoria pelos documentos que assinar e pelas informações que prestar, respondendo, administrativa e/ou judicialmente, por omissão, dolo ou culpa no exercício de suas funções.

Art. 35. Os demais funcionários lotados na Secretaria Geral são responsáveis pelos documentos que elaborarem e pelas informações que prestarem e/ou registrarem, respondendo, administrativa e/ou judicialmente, pelas omissões, dolo ou culpa no exercício de suas atividades.

Art. 36. Para a boa execução dos serviços, a Secretaria Geral contará com funcionários, em tempo integral, admitidos pela Mantenedora.

Art. 37. A Secretaria Geral não está autorizada a fornecer endereço, telefone ou e-mail de alunos, docentes ou pessoal administrativo, pois tais informações são consideradas pessoais.

Art. 38. Eventuais solicitações de professores e funcionários que tenham caráter pessoal não poderão ser atendidas pela Secretaria Geral.

Art. 39. Todo documento deve ser solicitado à Secretaria Geral mediante requerimento próprio ou por procuração devidamente autenticada.

Parágrafo único. Nenhum documento poderá ser retirado da Secretaria sem o devido protocolo, devendo ser dada ciência à Secretária Geral, sob pena de recair qualquer responsabilidade sobre o colaborador que permitir a saída indevida.

Art. 40. A Secretaria Geral, dependendo da natureza do documento, tem prazos diferenciados para a expedição de documentos solicitados, podendo ser dilatados mediante adequada justificação.

Art.41. À Secretaria Geral do UNIFIP compete realizar as atividades de apoio acadêmico, cabendo-lhe o registro, arquivo, controle e certificação dos dados pessoais e acadêmicos, referentes aos membros da comunidade acadêmica, cujos procedimentos por ela realizados estão normatizados em Regulamento próprio.

O Secretário Geral é responsável perante a Reitoria pelos documentos que assinar e pelas

informações que prestar, respondendo, administrativa e/ou judicialmente, por omissão, dolo ou culpa no exercício de suas funções. Os demais funcionários lotados na Secretaria Geral são responsáveis pelos documentos que elaborarem e pelas informações que prestarem e/ou registrarem, respondendo, administrativa e/ou judicialmente, pelas omissões, dolo ou culpa no exercício de suas atividades.Para a boa execução dos serviços, a Secretaria contará com funcionários, em tempo integral, admitidos pela mantenedora.

A Secretaria não está autorizada a fornecer endereço, telefone ou e-mail de alunos, docentesou pessoal administrativo, pois tais informações são consideradas pessoais. Eventuais solicitações de professores e funcionários que tenham caráter pessoal não poderão ser atendidas pela Secretaria Geral.

Todo documento deve ser solicitado à Secretaria mediante requerimento próprio ou por procuração devidamente autenticada. Nenhum documento poderá ser retirado da Secretaria sem o devido protocolo, devendo ser dada ciência à Secretária Geral, sob pena de recair qualquer responsabilidade sobre o colaborador que permitir a saída indevida. A Secretaria Geral, dependendo da natureza do documento, tem prazos diferenciados para a expedição de documentos solicitados, podendo ser dilatados mediante adequada justificação.

DAS COORDENAÇÕES DE CURSO

Art. 42. As Coordenações de Curso são as menores unidades da estrutura do UNIFIP, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e pedagógica do pessoal docente.

Parágrafo único. As Coordenações de Curso vinculam-se, para fins de ordem didático-científica e pedagógica, à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria Acadêmica.

Art. 43. Cada Coordenação de Curso é dirigida por um Coordenador designado pelo Reitor, para um mandato de três anos, permitida a recondução, para um mandato de igual tempo.

Parágrafo único. Em suas faltas ou impedimentos, o Coordenador de Curso será substituído por um docente designado pelo Reitor.

Art. 44. Compete ao Coordenador de cada Curso:

I. superintender todas as atividades do Curso, representando-o junto às autoridades e órgãos do UNIFIP;

II. coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do Curso, promovendo a integração com os demais Cursos oferecidos do UNIFIP;

III. acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;

IV. coordenar a integralização curricular, em conformidade com a proposta pedagógica delineada para o Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais, mantendo o alinhamento e os direcionamentos definidos pela Pró-Reitoria de Ensino;

V. pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos, ouvindo, quando necessário, os professores do Curso;

VI. propor, mediante justificativa à Pró-Reitoria Acadêmica, a contratação de docentes para o Curso;

VII. cumprir e fazer cumprir decisões, resoluções, normas e procedimentos definidos no colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e nos órgãos e instâncias superiores da Instituição de Ensino Superior;

VIII. convocar e presidir as reuniões do NDE e do Colegiado do Curso;

IX. estabelecer condições necessárias para a orientação dos corpos discente e docente, exercendo o controle disciplinar no âmbito do curso;

X. solicitar ao Colegiado do Curso o desenvolvimento de atualização de conteúdos e de metodologias, relacionadas aos programas de ensino e planejamento das atividades articuladas ao ensino;

XI. acompanhar os procedimentos de matrícula e rematrícula, no âmbito do curso, em articulação com a secretaria geral;

XII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente nele lotado;

XIII. tomar decisões ad referendum do NDE e do Colegiado de Curso;

XIV. acompanhar o processo de seleção de monitores para disciplinas do Curso sob sua Coordenação, obedecendo ao que foi estabelecido pelo Colegiado do Curso;

XV. acompanhar os indicadores qualitativos e quantitativos do Curso sob sua responsabilidade;

XVI. apresentar, semestralmente, ao Colegiado do Curso e à Pró-Reitoria Acadêmica, relatório de suas atividades;

XVII. manter mecanismos permanentes de parceria e convênios que garantam uma boa relação institucional com a sociedade e com o mercado de trabalho;

XVIII. estimular a participação discente nas atividades complementares e de enriquecimento sociocultural e profissional, assim como nas de extensão;

XIX. encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos de graduação e de pós-graduação, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de programas de extensão ou eventos extracurriculares;

XX. zelar pela ordem e disciplina no âmbito do curso, devendo apresentar, por escrito,

ao Pró-Reitor Acadêmico, sempre que as normas disciplinares previstas neste Regimento ou nos atos de órgãos superiores do UNIFIP forem descumpridas;

XXI. Exercer outras atividades correlatas, delegadas pela Reitoria, pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Pró-Reitoria de Ensino.

A Coordenação de cada Curso de Graduação semestralmente deve elaborar seu Plano de Ação contemplando atividades que tenham aderência, especialmente, com os cenários da organização didático-pedagógica, infraestrutura e que potencializem a integração dos corpos docente, discente e administrativo do Curso e da Instituição. Este Plano deve estar atento às políticas institucionais e do PPC, bem como ser flexível a ajustes eventualmente necessários; demonstrar originalidade e senso de responsabilidade com os escopos do Curso e da IES; e ter plena capacidade de execução, devendo estar atrelado a cenários factíveis de serem realizados, sem perder de norte a ousadia responsável própria de planejamentos.

Em especial, por meio do seu Plano de Ação, o Curso, seja na unidade sede seja na unidade fora de sede, deverá também contar com especial atenção ao planejamento da administração do corpo docente, a fim de favorecer a integração e a melhoria contínua. Nesse caso, é importante a realização de atividades que abriguem constante qualificação docente, discussões crítico-reflexivas e criação de espaços e momentos que acomodem um cenário em que os Professores estejam alinhados ao PPC do Curso e, notadamente, à importante formação de um ambiente sadio, coeso e efervescente e ideias e práticas a serem continuamente fomentadas, avaliadas e melhoradas.

O citado Plano de Ação deve ser documentado físico e virtualmente, exposto à análise do NDE e Colegiado de Curso, com consequente compartilhamento e publicidade junto às comunidades discente, docente e administrativa do Curso e da Instituição interessada.

Além disso, o Plano de Ação deve ser valiado por meio de indicadores de desempenho, para se visualizar o índice de satisfação em relação ao que fora planejado. Citado índice será visualizado por meio de reuniões com representantes de turma, docentes e demais colaboradores do Curso e da IES, com, inclusive, aplicação de questionários para quantificação e análise qualitativa dos resultados. Ademais, assim como o Plano de Ação, todo o resultado também deverá ser compartilhado e disponibilizado publicamente, para fins de transparência e amadurecimento da gestão.

DO PESQUISADOR INSTITUCIONAL

Art. 45. O Pesquisador Institucional (PI) é o responsável pela manutenção das informações do sistema E-MEC e dos processos regulatórios correspondentes, bem como pelos elementos de avaliação e inclusão de informações necessárias à realização do ENADE.

Art. 46. Fica sob a responsabilidade do Pesquisador Institucional a exatidão e fidedignidade das informações fornecidas, no limite de suas atribuições institucionais.

Art. 47. São atribuições do Pesquisador Institucional:

I. Articular os diferentes setores institucionais para que os dados sejam fidedignos e coerentes entre si;
II. Acompanhar a tramitação eletrônica dos processos de regulação – credenciamento e recredenciamento do UNIFIP, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos;
III. Responder as diligências nos prazos para interposição de recursos e/ou apresentar contrarrazão de recursos interpostos referentes a decisões conclusivas das diversas fases da tramitação;
IV. Inserir nos atos constitutivos da instituição (Estatuto, Contrato Social, ou Declaração de empresa individual, entre outros) do comprovante de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal, da Certidão de Regularidade Relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do balanço patrimonial ou do balanço financeiro atestado por profissionais competentes;
V. Acompanhar o preenchimento do Censo de Educação Superior do UNIFIP;
VI. Orientar os Coordenadores no desenvolvimento das atividades relacionadas aos atos regulatórios;
VII. Atualizar, no Sistema E-MEC os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação;
VIII. Manter atualizado o cadastro de coordenadores de cursos, assim como abrir e acompanhar o processo de atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento e Estatuto junto ao MEC e um conjunto de padrões que permitem sua expansão, facilitando a entrada de novos coletores, novos fornecedores de dados, novos serviços e novos clientes;
IX. Atualizar a composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) junto ao MEC;
X. Acompanhar as visitas *in loco* para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

4.3.2 SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO

O Sistema Acadêmico desenvolvido pelo Grupo de Apoio a Tecnologia e Inovação (GATI) realiza o controle de toda a vida acadêmica do aluno, desde seu ingresso na Instituição até a conclusão do curso. Possui funcionalidades como gerenciamento de dinâmicas curriculares, renovação de matrícula online de forma automatizada, aproveitamentos de disciplinas,

gerenciamento de estágios e atividades complementares, geração automática de matrículas em disciplinas, gerenciamento de programas de ensino, cadastro de grade horária, gerenciamento de ocorrências (trancamento de matrícula, desistência do curso etc.) e de licenças, entre outros. O Sistema Acadêmico gerencia cerca de 10.000 usuários e se encontra em constante evolução.

Atende a todos os cursos de graduação presenciais e atividades online do UNIFIP, cursos de pós-graduação *lato sensu*. É utilizado por vários tipos de usuário, como Professores, Coordenadores de Curso, Diretores Financeiros, Secretaria de Curso, Coordenação Acadêmica, Discentes, Comissão de Vestibular, Avaliação Acadêmica (CPA), Setor de Contabilidade, CPSA (Fies) e Direção da Instituição.

4.4 ÓRGÃOS DE APOIO AS ATIVIDADES ACADÊMICAS

4.4.1 BIBLIOTECA

A Biblioteca do Centro Universitário oferece serviço de atendimento ao usuário, consulta, empréstimo (renovação e reserva de material emprestado), acesso à internet, levantamento bibliográfico, orientação bibliográfica e na normatização de trabalhos acadêmicos, ficha catalográfica, cooperação interbibliotecária, comutação bibliográfica, visita orientada, serviço de acessibilidade informacional a usuários com necessidades especiais.

As Bibliotecas do UNIFIP têm por objetivos:

- proceder às atividades de coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação;
- selecionar e adquirir o material de interesse para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- efetuar os registros que permitam assegurar o controle e a avaliação do material documental;
- tratar o material bibliográfico de acordo com os processos técnicos;
- fazer circular, para fins de disseminação de informação junto aos usuários, as coleções bibliográficas e audiovisuais;
- oferecer serviços de reprografia, documentação e informação para apoio aos programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

A Biblioteca do UNIFIP conta com Plano de Contingência que visa a garantir a continuidade dos serviços aos usuários em casos de eventualidades que fogem da normalidade. O

escopo é oferecer segura e constante acessibilidade com segurança. Nesse sentido, seus objetivos gerais são, especialmente: detectar riscos; determinar medidas preventivas; proteger pessoas, bens e Biblioteca; estabelecer medidas de contingência como plano de evacuação, instruções gerais de segurança, primeiros socorros, reposição de normalidade e política de expansão; e mostrar medidas para casos de acidentes ou danos.

O referido plano está devidamente documentado e adequado para garantia do acesso e dos serviços da Biblioteca, sendo divulgado à comunidade, que recebe também orientação no que a ela eventualmente for pertinente.

4.4.1.1 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A elaboração de uma política formal de aquisição, atualização, manutenção e infraestrutura do acervo bibliográfico para a Biblioteca do Centro Universitário de Patos, João Pessoa, faz-se necessário para que se estabeleçam diretrizes para a composição do seu acervo, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), os interesses de informação dos seus discentes, à missão e os objetivos da Instituição da qual ela faz parte.

A Biblioteca, de acordo com os seus recursos orçamentários, deverá adquirir diferentes tipos de materiais com a finalidade de atender aos cursos de graduação oferecidos à comunidade pela Biblioteca do Centro Universitário de Patos, João Pessoa.

O(A) bibliotecário(a) deverá administrar a seleção e a aquisição dos materiais informacionais.

O desenvolvimento e a manutenção do acervo serão de responsabilidade do(a) bibliotecário(a) em parceria com o corpo docente, tendo em vista os professores serem conhecedores da literatura, podendo assim selecionar criteriosamente o material a ser adquirido.

Será necessário realizar avaliações periódicas dos acervos, com a finalidade de manter a sua consistência, de acordo com a política proposta pela Instituição – esta responsável pela infraestrutura da Biblioteca.

4.4.1.2 ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA AQUISIÇÃO DO ACERVO

A formação do acervo deverá ser constituída considerando os recursos orçamentários designados para cada curso e contemplar os diversos tipos de materiais bibliográficos nos diferentes suportes, dando subsídio às áreas de interesse das atividades fim que servirão de suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

A biblioteca adota a Classificação Decimal Universal (CDU) para ordenar os livros nas estantes. Sua filosofia baseia-se em agrupar o acervo em áreas do conhecimento com o objetivo de reunir livros de assuntos similares em um mesmo lugar.

A catalogação segue de acordo com as normas do AACR2 – Código de Catalogação Anglo – Americano.

Todo acervo encontra-se disponível para consulta, renovação e reserva on-line através do Sistema de Automação de Bibliotecas SIABI.

2) SELEÇÃO

A seleção dos materiais que vão compor o acervo é realizada através de critérios estabelecidos pela instituição. A definição e seleção das bibliografias básicas e complementares são de responsabilidade do corpo docente, coordenação de curso e NDE.

2.1 Critérios para seleção

- Relevância: estar incluído na bibliografia básica e complementar dos cursos oferecidos pelo Centro Universitário de Patos, João Pessoa;
- Autoridade do autor: apurar sobre autoridade e reputação do autor nas áreas de domínio;
- Atualidade da obra: em algumas áreas ocorrem modificações constantes e bastante significativas, sendo essencial a observação do ano de publicação mais atual;
- Carência de material sobre o assunto na coleção: avaliar se a quantidade do material já existente é suficiente ou existe em excesso, e no caso de títulos que não estão disponíveis no mercado, ou seja, livros esgotados, é preferível a substituição, devido ao custo exorbitante no mercado de sebos, além de na maioria das vezes não atingirem, o número de exemplares suficientes;
- Viabilização do idioma: em outro idioma quando não existir material adequado com tradução em português ou em caso de literatura exigida pelo plano de ensino, que considere imprescindível;
- Quantidade do acervo que atenda a demanda do usuário, proporcional às vagas ofertadas pelo curso.

2.2 Responsável pela Seleção

Sobre a responsabilidade pela seleção:

- as respectivas coordenações de cursos, por intermédio de seu corpo docente;
- corpo discente, por meio das sugestões apresentadas à Coordenação de Curso;

- a Biblioteca, por meio da demanda e de acordo com estatística;
- outros segmentos do Centro Universitário de Patos, João Pessoa, por meio das necessidades de cada projeto específico.

2.3. Fontes de Informação para a Seleção e Aquisição

Sobre as fontes de informação:

- bibliografias fornecidas pelo corpo docente;
- bibliografias gerais e especializadas;
- catálogos de editoras;
- sugestões dos usuários.

2.4. Critérios do Procedimento

Todo material solicitado para aquisição deverá ser encaminhado pelos coordenadores de curso ao (à) bibliotecário (a) responsável, impresso e por *e-mail*, para ser avaliado se o número de exemplares solicitados é viável, fazendo uma pesquisa no acervo, do número de exemplares existentes ou não. Esta listagem deverá ser formatada por disciplina.

São critérios do procedimento:

- analisar a adequação do material às necessidades e interesses dos usuários;
- manter atualizado o acervo de fontes de informação necessárias à aquisição de material bibliográfico;
- realizar contato periódico com os professores e coordenadores, no sentido de receber sugestões para aquisição e mantê-los informados sobre o andamento de seus pedidos;
- verificar as deficiências do acervo e indicar o material a ser adquirido;
- selecionar o material bibliográfico recebido por doação e/ou permuta a ser incorporado ao acervo.

3 AQUISIÇÃO

A aquisição das obras que farão parte do acervo da Biblioteca do Centro Universitário de Patos, é realizada através de compras, doação e obedece a seguinte sistemática:

4 COMPRA

As solicitações de compra deverão ser repassadas aos coordenadores de cursos pelo professor, onde deverá especificar se o material consta na bibliografia básica ou complementar da disciplina, indicando também a quantidade necessária do material.

No início de cada semestre estabelece-se programação de aquisições, que pode sofrer alteração durante seu andamento para inclusão de itens não previstos e que sejam necessários para desenvolvimento das atividades acadêmicas.

4.1. Livros – Quantidades de exemplares

A quantidade de exemplares se dá em conformidade com a quantidade de vagas anuais autorizadas por curso.

A bibliografia básica, deve contar com no mínimo três títulos por unidade curricular, de acordo com o plano de adequação das bibliografias básicas e complementares elaboradas pelo NDE de cada curso do Centro Universitário de Patos, João Pessoa. No mínimo 1 (um) título virtual por unidade curricular, e estar disponível na proporção média de 1 (um) exemplar para cada 5 (cinco) alunos.

A bibliografia complementar deve possuir, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.

Evitar na bibliografia básica, indicação de capítulo de livro, artigo de periódicos, sites ou arquivos disponíveis na internet, bem como dissertação ou tese. Se tiver relevância para o curso, indicar como complementar.

4.2. Obras de Referência

Os tipos de materiais para obras de referência são dicionários gerais e especializados, enciclopédias, códigos, catálogos, sumários, compêndios, periódicos, etc. Será da competência do(a) bibliotecário(a) selecionar esses documentos em parceria com especialistas da área específica.

4.3 Assinatura de periódicos

A assinatura de periódicos será realizada de acordo com a indicação dos docentes, após aprovação do Coordenador do Curso e submissão da Direção Geral.

Os periódicos especializados (revistas científicas) devem ser indexados e estar correntes (atualizados em relação aos últimos 03 anos);

Cabe à biblioteca assegurar a não duplicação de assinatura de títulos de periódicos.

Com relação aos periódicos correntes, impressos e eletrônicos, a biblioteca realizará anualmente avaliação das estatísticas de utilização, com o objetivo de colher subsídios para tomada de decisões para a renovação dos mesmos.

5 DOAÇÃO

Obras editadas por órgãos públicos, instituições particulares, poderão ser solicitadas pelas coordenações de cursos e Biblioteca.

As doações recebidas podem ser incorporadas conforme a adequação do acervo.

6 PERMUTAS

A incorporação ao acervo de materiais adquiridos por permuta é permitida desde que esteja dentro do recorte especializado da biblioteca e atenda a necessidade de alguma área acadêmica não contemplada na montagem do acervo.

7 ACOMPANHAMENTO DA AQUISIÇÃO

O bibliotecário é responsável por acompanhar todo o processo de aquisição desde a seleção, cotação até o recebimento e conferência das publicações, além de monitorar o processo de aquisição a biblioteca também deve manter os solicitantes informados sobre o status da aquisição (em andamento, recebida, esgotada, etc.).

As edições esgotadas ou problemas de recebimento em função da dificuldade de acesso ao fornecedor da publicação são sanados da seguinte forma:

- Edições esgotadas: caberá à coordenação de curso realizar a readequação da ementa do curso substituindo aquelas bibliografias não encontradas por outras de igual importância no mercado e que a edição em vigor seja a mais atual;
- Edições não localizadas: a coordenação de curso ou solicitante deverá informar qual site especializado ou editora que se encontra a publicação.

8 AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ACERVO

A manutenção do acervo é de responsabilidade da biblioteca, com acompanhamento da direção geral.

Constitui atividade constante de manutenção do acervo as avaliações periódicas com a

finalidade de manter a sua consistência, de acordo com as áreas acadêmicas da instituição.

Material que apresente avaria na sua condição física deve ser recuperado ou substituído mediante a relevância da obra para o acervo.

9 DESCARTE

Deverá atender a criteriosa avaliação para proceder ao descarte do material do acervo, levando-se em consideração:

a) Quanto ao acervo de livros:

- A devida inadequação do conteúdo do material em relação às áreas que compõe o acervo.
- Obras desatualizadas que não sejam consideradas de valor histórico e que foram substituídas por edições mais recentes.
- material bibliográfico em condições físicas irrecuperáveis (deterioradas).
- Material que não são consultadas.

b) Periódicos

- Coleções não correntes que não são apresentem demanda.
- Periódicos recebidos em duplicata não pesquisados.
- Periódicos em condições físicas irrecuperáveis.
- Periódicos informativos semanais com mais de 3 anos.

4.5 INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA

Para pesquisa, estudos e outras necessidades de frequência ao espaço e acomodações, os usuários da Biblioteca do Centro Universitário de Patos, João Pessoa, disponibilizam de uma ampla estrutura física, conforme quadro abaixo:

DADOS DA INFRAESTRUTURA BIBLIOTECA	
Espaço físico	130m²
Estantes	04
Salas de estudos em grupo	01
Computadores em rede- laboratório	20
Mesas de estudos	04
Assentos	30

Investimentos em infraestrutura são objetivos permanentes do Centro Universitário de

Patos, para contínuo desenvolvimento das ações da Biblioteca Universitária, não só de apoio a comunidade acadêmica, bem como atendimento comunitário e ao cidadão extra instituição, sempre que possível e quando procurada.

OBSERVAÇÃO: As Bibliotecas do UNIFIP e das Faculdades Integradas de Patos/Campina Grande têm Plano de Contingência, Regulamento próprio e Manual da Biblioteca.

11 CRESCIMENTO DO ACERVO

O acompanhamento e controle da aquisição do acervo são efetuados pela Coordenação do Curso pela Adminsitração Central,, com objetivo de ordenar o crescimento racional do acervo, para que este tenha consistência e mantenha o equilíbrio no desenvolvimento dos recursos informativos, resultando na composição de uma coleção com elevado grau de excelência, tanto qualitativa, quanto quantitativa, procurando melhor atender aos interesses da comunidade universitária do Centro Universitário de Patos.

4.6 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

A segurança no trabalho é um processo funcional e operacional de fundamental importância em ambientes ocupacionais, não só por abordar medidas de controle de acidentes para proteção dos usuários (trabalhadores, estudantes e população), mas também por ter um papel fundamental na promoção da consciência preventiva e ambiental na comunidade onde atua.

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é um instrumento que os trabalhadores dispõem para tratar da prevenção de acidentes do trabalho, das condições do ambiente do trabalho e de todos os aspectos que afetam sua saúde e segurança. A CIPA é regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos artigos 162 a 165 e pela Norma Regulamentadora 5 (NR-5), contida na portaria 3.214 de 08.06.78 do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A CIPA do UNIFIP é dimensionada de acordo com a NR-5, seus membros se reúnem mensalmente e suas principais atribuições são identificar os riscos existentes no processo de trabalho, elaborar os mapas de risco, investigar os acidentes ocorridos, trazer sugestões de melhorias, eliminar ou neutralizar as condições inseguras no ambiente de trabalho, fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual, além da conscientização dos trabalhadores quanto as boaspráticas laborais.

No UNIFIP, a CIPA também conta com o apoio de um técnico de segurança que compõe o quadro de funcionários, de uma Coordenação de Biossegurança e também do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), preconizado pela NR-4, todos objetivando a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, além de tornar compatível as atividades ocupacionais, com a preservação da vida, a promoção da saúde e do meio ambiente.

4.7 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A Mantenedora - Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda, é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pelo Centro Universitário - UNIFIP, ficando sob sua responsabilidade tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento. Compete, precipuamente, à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento da mantida, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros.

Para prover a Mantida, a Mantenedora capta recursos financeiros junto ao corpo discente, através da cobrança de mensalidades, taxas e outras contribuições escolares geradas pelos atos e fatos das atividades escolares, sendo fixadas em função da necessidade de custeio, melhoramentos e investimentos. Existem setores - Clínicas, Laboratórios e Hospital Day que mantém-se com a prestação de serviços, com tabela de cobranças por esses serviços, aquém do que é cobrado em laboratórios e serviços particulares.

A previsão de receitas e despesas para o prazo de vigência deste PDI é a vigente no quadro protocolado no processo de Credenciamento da IES, junto ao Sistema e-MEC. A gestão financeira do UNIFIP trabalha focada em sua sustentabilidade econômica, considerando metas plurianuais para o permanente projeto de expansão institucional. Esse planejamento, trabalhado diante da conjuntura econômica nacional, considera o comportamento inflacionário dos últimos três anos, projetando os investimentos da IES para os próximos cinco anos.

A previsão orçamentária para os próximos cinco anos foi projetada com base na receita principal, constituída pelas mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação. Nesta previsão orçamentária foram contemplados os percentuais de despesas com investimentos em infraestrutura física, biblioteca, laboratórios e equipamentos, pessoal docente e técnico administrativo, entreoutros.

Na elaboração de cada PDI da Instituição, são projetados os gastos para o próximo quinquenio e disponibilizado recursos que viabilizam a manutenção e o desenvolvimento

organizacional das políticas de ensino, pesquisa e extensão, assim como investimento na infraestrutura e equipamentos. O planejamento financeiro permite que ocorra a otimização da aplicação dos recursos e a qualidade dos gastos. Apesar da previsão financeira para o insterstício de inco anos, a cada ano são feitas revisões da prosposta, com a finalidade de corrigir possíveis distorções e se adeuar as mudanças conjunturais da economia, das politicas educacionais de intercorrências a exemplo da pandemia que o mundo enfrenta, dentre outros.

4.7.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO

Os investimentos previstos para o quinquênio 2021-2025 foram calculados de forma a suprir programas de readaptação, adaptação, benfeitorias e ampliação da infraestrutura física e de apoio, bem como aquisição, melhoria e ampliação dos laboratórios, serviços prestados, manutenção e aquisição de novos equipamentos, expansão do acervo bibliográfico e capacitação periódica profissional, divididos da seguinte forma:

1) Investimento com infraestrutura física: absorverá 30% do lucro líquido;
2) Investimento com laboratórios absorverá: 10% do lucro líquido;
3) Investimento com o acervo bibliográfico: absorverá 18% do lucro líquido;
4) Investimento com a capacitação docente: demandará 10% do lucro líquido durante a vigência do PDI;
5) Investimento com a capacitação do quadro técnico administrativo: demandará 7% do lucro líquido;
6) Investimento com acessibilidade e prestação de serviços direcionados à comunidade compreendendoatividades de responsabilidade social: demandará 9% do lucro líquido.

Os recursos financeiros do UNIFIP são gerados principalmente de mensalidades pagas pelos estudantes de graduação e pós-graduação; da remuneração por serviços prestados, taxas referentes a prestação de serviços acadêmicos e receitas eventuais. Toda movimentação de recursos financeiros está sob a responsabilidade da Reitoria, assessorada pela Gerência Financeira da Instituição e pelo Setor de Recuros Humanos e Pessoal. Para que os recursos arrecadados sejam suficientes para sua sustentabilidade financeira, o UNIFIP tem como política elaborar e tornar viável o planejamento financeiro. Assim, a gestão econômico-financeira da Instituição é orientada pelo orçamento anual elaborado entre os meses de outubro e dezembro do ano que antecede sua execução.

As fontes de recursos são ampliadas e fortalecidas a partir da adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) e ao Financiamento Estudantil (FIES) e da oferta de descontos para os estudantes, tanto os que são egresso da escola pública, como para os que tem mais de mais de um irmão estudanto na instituição, como gatilho para captura e retenção dos alunos.

Alem disso, a ampliação de recursos se dará também no investimento nos laboratórios, nas clínicas, hospitais (Hospital Day – humanos e Hvet – não humanos), Biolab, Escritório Elabore (Arquitetura e Urbanismo), que prestam serviços à comunidade loco-regional a preços acessíveis, mas que ainda geram receitas.

Atualmente a Mantenedora do UNIFIP está elaborando uma proposta orçamentária tendo por base a consciência do mantenedor sobre responsabilidade civil, social, judicial e econômica. A base para essa proposta são as informações levantadas, também, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que indicam quais setores carecem de mais investimentos.

Com o protocolo do processo para credenciamento de campus fora de sede e do processo de credenciamento para educação a distância, essa proposta está sendo aprimorada e para elaboração do orçamento, o Conselho Universitário Superior (CONSUNI), Gerência de Recursos Humanos, o Departamento de Compras e Patrimônio e a Gerência Financeira, a Coordenação do CEAD, a Gerência de Tecnologia da Informação têm sido consultados sobre a oferta de Cursos, implementação dos laboratórios dos recursos tecnológicos, contratação de pessoal e sobre a produção de ferramentas pedagógicas para o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo a formação do egresso com competências e habilidades inerentes à sua profissão.

Para que as instância gestoras e acadêmicas estejam cientes e aptas a participar e acompanhar a gestão dos recursos, foi designada uma Comissão Institucional que trabalha em conjunto com a Gerência de Recursos Humanos, a Gerência Financeira, em conjunto com as instâncias pedagógicas (Vice-Reitoria, Pró-Reitoria Acadêmica, Pró-Reitoria de Ensino) para elaborar estudos de orçamento e dos resultados operacionais pelo menos duas vezes no semestre, visando alinhar o desenvolvimento dos cursos e demais setores que prestam serviços com a sua sustentabilidade financeira. No plano institucional, observa-se que os resultados dessa política são satisfatórios, tendo em vista o bom nível de investimentos existentes em infraestrutura, aquisição e manutenção dos equipamentos e seu espaço físico.

O UNIFIP dispõe de um sistema acadêmico integrado ao sistema financeiro-contábil, de forma a promover o acompanhamento da situação gerencial da Instituição e individual do aluno com relação ao pagamento de mensalidades, devoluções ou apoio financeiro para eventos e

atividades acadêmicas.

O princípio de sustentabilidade financeira do Centro Universitário compreende as necessidades para o bom funcionamento da estrutura acadêmica, constituída pelos Cursos de Graduação (presencial e a distância), Pós-graduação, Atenção Docente e Discente, Produção Laboratorial, Ações de Responsabilidade Social e práticas inerentes à Pesquisa e Extensão.

4.7.2 PLANO DE INVESTIMENTO

A Mantenedora adota como estratégias de gestão econômico-financeira a promoção de adequadas condições de funcionamento das atividades da Mantida, prioritariamente aquelas que dizem respeito ao ensino colocando à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

O princípio de sustentabilidade financeira do UNIFIP compreende as necessidades para o bom funcionamento da estrutura acadêmica, constituída pelos Cursos de Graduação, Pós-graduação, Atenção Docente e Discente, Produção Laboratorial, Hospital Day, Hospital Veterinário, estrutura do Curso de Educação Física, PRAJUR, Ações de Responsabilidade Social e práticas inerentes à Pesquisa e Extensão, dentre outros. Para isso, a gestão financeira faz um prognostico considerando:

1) Contratação e capacitação dos recursos humanos (professores e pessoal não-docente), além da estruturação de um plano de carreira para todos os colaboradores

2) Projeção de desempenho econômico-financeiro;

3) Análise do comportamento da inflação nos últimos três anos;

4) Análise dos preços e serviços educacionais nas IES da região e inserção geográfica;

5) Levantamento dos custos operacionais e dos investimentos necessários ao cumprimento do plano de ampliação, melhoria e consolidação do ensino (cursos de graduação e pós- graduação) da pesquisa e da extensão, enfatizando os aspectos a seguir:

6) Contratação e capacitação de professores e pessoal não-docente, bem como a implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores Técnico Administrativos;

7) Ampliação e atualização dos serviços da biblioteca;

8) Ampliação e atualização tecnológica de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e serviços técnicos, sobretudo, recursos de computação e informática;

9) Ampliação e atualização dos laboratórios e aquisição permanente de equipamentos;

10) Reforma, readaptação e ampliação da infraestrutura física e de apoio, considerando os aspectos inerentes à política de acessibilidade;

11) Implementação e consolidação dos processos de avaliação institucional;

12) Atendimento às normas de biossegurança e adaptação da infraestrutura física aos requisitos necessários ao acesso de pessoas com necessidades especiais.

4.7.3 PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

ESPECIFICAÇÃO	PERIODO DE VIGENCIA DO PDI				
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS	72.300.000,00	73.500.000,00	75.300.000,00	77.100.000,00	79.500.000,00
Alunado					
Outras					
TOTAL DAS RECEITAS					
DESPESAS					
Pessoal Docente	27.600.000,00	28.100.000,00	29.200.000,00	30.100.000,00	32.000.000,00
Pessoal Administrativo	6.120.000,00	6.300.000,00	6.700.000,00	6.900.000,00	7.200.000,00
Encargos e Benefícios	11.127.600,00	11.352.000,00	11.847.000,00	12.210.000,00	12.936.000,00
Auxílio Moradia	27.000,00	28.200,00	28.500,00	28.700,00	29.000,00
Auxílio Refeição	225.000,00	226.500,00	226.900,00	227.600,00	228.300,00
Serviços Terceiros	175.000,00	178.000,00	179.300,00	180.000,00	180.400,00
Água, Luz, Telefone e Internet	1.295.000,00	1.355.000,00	1.385.000,00	1.405.000,00	1.407.000,00
Despesas operacionais	6.900.000,00	6.980.000,00	7.005.000,00	7.105.000,00	7.203.000,00
Manutenção de Informática	80.000,00	82.000,00	84.100,00	86.300,00	88.100,00
Capacitação Profissional	5.500,00	6.800,00	6.900,00	7.100,00	8.200,00
Outras Despesas	4.160.000,00	4.180.500,00	4.190.000,00	4.206.000,00	4.305.000,00
Credenciamento Fora de Sede-CAMPINA GRANDE	590.000,00	610.000,00	615.000,00	620.000,00	625.000,00
Credenciamento Fora de Sede-JOAO PESSOA	110.000,00	115.000,00	120.000,00	130.000,00	135.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	58.415.100,00	59.514.000,00	61.587.700,00	63.205.700,00	66.345.000,00
Lucro Bruto	**16.884.900,00**	**16.986.000,00**	**16.712.300,00**	**16.894.300,00**	**16.155.000,00**
Lucro Liquido	16.884.900,00	16.986.000,00	16.712.300,00	16.894.300,00	16.155.000,00
INVESTIMENTOS	1.850.000,00	1.900.000,00	1.950.000,00	2.000.000,00	2.050.000,00
Construções no Campus	970.000,00	995.000,00	1.050.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
Laboratórios	95.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00
Acessibilidade	45.000,00	50.000,00	55.000,00	58.500,00	60.000,00
Acervo da Biblioteca	30.000,00	32.000,00	34.000,00	36.000,00	38.000,00
Capacitação do Corpo Docente	50.000,00	52.500,00	55.000,00	56.500,00	59.000,00
Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo	25.000,00	27.000,00	29.000,00	31.000,00	33.000,00
Avaliação Institucional	11.000,00	12.100,00	14.350,00	16.000,00	17.350,00
Eventos Acadêmicos	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	24.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS	**3.096.000,00**	**3.194.600,00**	**3.319.350,00**	**3.436.000,00**	**3.601.350,00**
Lucro Liquido – Investimentos	10.788.900,00	10.791.400,00	10.392.950,00	10.458.300,00	9.553.650,00

5 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

5.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A evolução do UNIFIP está demonstrada pelo cumprimento das diversas atividades que estão contempladas no PDI e vem sendo acompanhadas no processo de Autoavaliação Institucional.A saber, cita-se aqui essa evolução com base nos dados dos 03 [três] últimos anos:

- **Criação de novos Cursos**, pois além dos 16 [dezesseis] já existentes em 2015, em 2017 foi implantado o de Engenharia Civil, em 2018 foi implantado o Curso de Licenciatura em Educação Física e o Bacharelado em Farmácia. Em 2019 o Bacharelado em Medicina Veterinária e os Tecnólogos Superiores em Análises e Desenvolvimento de Sistemas, Marketing e Gestão Hospitalar..

- **Manutenção e aprimoramento dos Cursos existentes**, com investimentos em laboratórios, infraestrutura física e convênios firmados com outras instituições para apoio aos estágios supervisionados e atividades extracurriculares.

- **Consolidação do Programa de iniciação à pesquisa**, que resultou num aumento significativo de projetos, pois conforme a evolução do seu quantitativo, fazendo uma análise, em 2015 eram apenas 29 projetos que aumentaram em 2017 para 87, sendo acrescidos, portanto, 33 novos projetos. Já no ano de 2018 houve um decréscimo, pois passou de 87 para 72 projetos.

- **Implementação do Plano de Extensão**, que se consolida como um ponto de grande relevância para essa IES, pois conforme os dados de 2016, no UNIFIP já existiam 70 projetos, e em 2017 foram acrescidos para 80, em virtude da expansão de 10 novos projetos de extensão.Em 2018 no UNIFIP tiveram 69 projetos.

- **Implantação do Plano de Cargos e Salários,** que ocorreu em 14 de maio de 2014, homologado no sentido de organizar o Quadro de Carreira do Pessoal Docente do UNIFIP pela Superintendência Regional do Trabalho do estado da Paraíba, publicado no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2014, página 86.

- **Ampliação da estrutura física**, com ênfase na melhoria dos seguintes espaços físicos: inauguração da Clínica Escola de Psicologia; construção de um auditório com capacidade para 300 pessoas; criação do Núcleo de Pesquisas Experimentais (NUPE), onde se realizam pesquisas básicas e aplicadas; instalação do Laboratório de Cabeça – Curso de Odontologia; reestruturação de um Centro Poliesportivo – Educação Física; estruturação de garagem para transportes da IES; construção de três laboratórios para o Curso de Educação Física; criação da área verde para o Curso de Medicina; construção e estruturação do Laboratório de Habilidades e Simulação; estruturação de salas para os seguintes programas: Prouni – FIES – CPSA – Ouvidoria e Acervo Acadêmico; montagem de um almoxarifado para atendimento

contínuo das demandas dos Cursos; criação do Laboratório de Simulação de Raio X; reformulação da Assessoria de Comunicação, com contratação de novos profissionais e aquisição de equipamentos para a área comunicacional; manutenção e Monitoramento dos ambientes: sala de aula, laboratórios e clínicas (Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Nutrição e Medicina); Criação de uma sala para atendimentoexclusivo da Reitoria no Bloco A da Unidade I.

- **Ampliação e modernização do acervo bibliográfico,** através da expansão das instalações físicas da biblioteca, bem como da ampliação do acervo bibliográfico.

- **Aquisição de equipamentos para os laboratórios**, pois a Mantenedora ainda se preocupa com a organização, os equipamentos e todo material utilizado nos serviços realizados junto aos laboratórios, que são: Laboratório Morfofuncional I (Anatomia); Laboratório Morfofuncional II (Histologia/Citologia); Laboratório Morfofuncional III (Hematologia); Laboratório Morfofuncional IV (Parasitologia); Laboratório de Habilidades e Simulação em UTI; Laboratório de Habilidades e Simulação em Saúde da Mulher; Laboratório de Habilidades e Simulação em Cirurgia; Laboratório de Habilidades e Simulação em Semiologia; Laboratório de Bioquímica; Laboratório de Ciências Básicas; Laboratório de Psicologia Experimental I (NUPE) e Laboratório de Pesquisa Multidisciplinar I.

- **Apoio à qualificação do pessoal docente**, uma vez que, no início de cada semestre letivo, por iniciativa da Coordenação Acadêmica, por meio do Núcleo de Apoio Didático Pedagógico (NADIP) são promovidos encontros com todos os docentes da IES para discussão de temas, como: Metodologias Ativas, Avaliação do Desempenho do Estudante; Novas Tecnologias no Ensino, entre outros. Como também incentivos de participação dos docentes em programas de Pós-Graduação *(lato sensu)*, na área de educação.

- **Incremento dos programas de prestação de serviços à comunidade e de extensão.** Atenta aos problemas sociais da cidade de Patos e região por ela polarizada, o UNIFIP desenvolve atividades de extensão, junto às comunidade, através de projetos, ao mesmo tempo em que torna o profissional melhor preparado para solucionar os problemas sociais. Isto decorre da exposição do estudante à prática ainda no Centro Universitário, o que possibilita a construção de uma visão mais humanitária e realista de mundo. Essas atividades priorizam 04 [quatro] grandes eixos de atuação: a sustentabilidade, que reúne atividades relacionadas à gestão ambiental e desenvolvimento sustentável; a valorização, onde se trabalha a promoção da pessoa humana enquanto cidadão; a qualidade de vida, através dos serviços desenvolvidos nas práticas cotidianas da instituição, através de ações sociais realizadas junto à comunidade; e a solidariedade, através das doações de alimentos, brinquedos, artigos de higiene e limpeza, doação de sangue e outras atitudes que chegam a salvar vidas.

- **Implementação e consolidação de programas de convênios e parcerias com instituições de promoção da cultura e da educação.** Atualmente, o UNIFIP mantêm convênios com Secretarias Municipais de Saúde e Prefeituras Municipais de mais de 40 (quarenta) cidades circunvizinhas nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, para realização de estágios supervisionados curriculares e atividades extracurriculares. O UNIFIP tem ainda convênios com hospitais, maternidades, clínicas médicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), além de empresas e outras entidades públicas, particulares e filantrópicas, na cidade de Patos-Paraíba, para a realização de estágios curriculares.

- **Fortalecimento da democracia interna do UNIFIP**, aprimorando, principalmente, a comunicação e o clima organizacional, por meio da participação dos coordenadores, docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo em órgãos colegiados, assim como participando de eventos temáticos e de cunho sociocultural, como o São João, Natal, entre outros, que acabam por integrar todos os setores.

- **Atendimento à comunidade externa** por meio das Clínicas (Fisioterapia, Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Medicina), do Núcleo de Prática Jurídica (Prajur) e do Laboratório de Análises Clínicas (BIOLAB).

- **Modernização dos ambientes acadêmicos,** como a ampliação e modernização do Núcleo de Prática Jurídica, onde funcionam os Centros de Conciliação e Arbitragem; onde funciona também uma pequena brinquedoteca; reforma do Bloco B que comporta todas as salas de aula do Curso de Direito, bem como, a Coordenação do Curso, as Coordenações de Programas, Sala de Professores e o Auditório Dr. Paulo Bonavides; construção de um bloco de salas de aula; criação de 10 [dez] salas de aula em formato de Grupos de Trabalho [GTs] para as aulas do Curso de Medicina, que adota a metodologia ativa como estratégia metodológica de ensino, no Bloco A.

- **Fortalecimento dos Programas de Tutoria e Monitoria.** A fim de possibilitar outras formas de participação interna dos estudantes, os Cursos de Graduação do UNIFIP ofertam os Programas de Tutoria e Monitoria Acadêmica, pois representam importantes iniciativas para a melhoria da qualidade do ensino e dos conteúdos ministrados nas disciplinas, assim como da relação professor-aluno. O Programa de Tutoria no UNIFIP é desenvolvido por um (a) Coordenador(a), que responde pelas ações em cada Curso, juntamente com os demais professores-tutores, que Vão desde o acompanhamento do estudante, do professor até o processo de autoavaliação interna, desenvolvendo ações como: Cine-Tutoria, Minicursos, Palestras, voltados para cada Curso. O Programa de Monitoria representa um programa importante, no sentido de reduzir problemas comoa repetência e abandono de disciplinas básicas dos Cursos, uma vez que oferece um reforço ao aprendizado dos estudantes, como também um grande incentivo para aqueles que almejam optarpela docência. Possui um(a) Coordenador(a) Institucional que acompanha as ações dos Cursos que e na maioria das vezes estes fazem opção em desenvolver, além do acompanhamento

sistemático das ações da monitoria, simpósios, workshop, para divulgação e em alguns casos publicação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos a cada semestre letivo.

- **Funcionamento, com representatividade, dos órgãos colegiados: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), NDE, Colegiado de Curso.** Frente às ações de fortalecimento de uma gestão democrática e participativa, ocorrem constantemente no âmbito do UNIFIP, reuniões consultivas e deliberativas envolvendo os Conselhos Superiores; os membros dos Conselhos são eleitos de forma direta, por meio de eleição, cujo colégio eleitoral são os seus respectivos pares (Coordenadores de Curso e Professores); o representante discente para participar dos órgãos colegiados é indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE); revisão do PDI, PPC pelos docentes e órgãos colegiados; reuniões com o Colegiado de Curso para consultar e deliberar processos de aproveitamento de disciplinas, matrícula acadêmica, desempenho docente, entre outros, bem como acompanhamento dos Cursos pela Coordenação Acadêmica, Coordenadores de Curso e Núcleo Docentes Estruturantes (NDEs).

- A despeito de todas as dificuldades enfrentadas pelo setor educacional universitário, especialmente as IES privadas, os resultados da ação institucional são evidenciados pelo reconhecimento que a sociedade dispensa à Instituição, evidenciado pelo número de estudantes, pela procura dos seus setores de serviços, por exemplo, que se traduzem no cumprimento da função social do UNIFIP.

5.3 PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação da qualidade do ensino, que é colocada como um dos pontos básicos da avaliação tem a importância de demonstrar o verdadeiro compromisso que as Instituições de Ensino Superior precisam ter com sua comunidade interna e com a sociedade. Para que essa finalidade seja atingida, precisa-se captar, na realização do seu processo, os elementos culturais e pedagógico neecessários à transformação da Universidade enquanto instituição acadêmica e social. A qualidade do ensino é a que se preocupa com os conteúdos da vida humana, com o relacionamento do homem com a natureza e com os demais indivíduos, e que representa, também, a valorização do que existe de melhor qualidade, de mais intensidade no contexto da produção universitária. Esse processo requer a participação e o engajamento de todos os segmentos da instituição.

Dessa forma, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, como política de Estado responsável pela

educação nacional, é um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, tendo como núcleo a formulação de estratégias e dos instrumentos para que as instituições possam cumprir suas missões, sendo a autoavaliação uma das etapas no desenvolvimento sistemático de programas parao alcance desses objetivos.

O SINAES estabelece que a Comissão Própria de Avaliação (CPA), como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica - docente, discente, corpo técnico- administrativo, representantes da Mantenedora e da sociedade civil organizada - tem por atribuições a condução dos processos internos de avaliação da Instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo INEP, observadas as orientações indicadas pelo SINAES, por meio das diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

O processo de autoavaliação institucional que vem sendo realizado no UNIFIP ocorre em um momento importante da sua consolidação institucional, quando diante das reformas e das mudanças contextuais mais amplas, a Instituição precisa viabilizar a adaptação dos seus objetivos a essas inevitáveis mudanças sociais e tecnológicas, como estratégia para buscar a autolegitimação ea legitimação pela sociedade.

A atividade de avaliação existia de início no cotidiano da instituição de modo informal, fragmentado, focalizado em determinados setores, ou nas opiniões expressas nos corredores. Nos últimos anos, entendendo que a legitimação interna e externa só ocorrem quando a Instituição, de forma madura, busca as suas fragilidades, seus limites e possibilidades para se fortalecer e se aperfeiçoar, esse processo de autoavaliação vem se consolidando ainda mais no âmbito do UNIFIP, a fim de possibilitar a sistematização e participação de todos os envolvidos. É nesse sentido que o papel da avaliação se torna vital e deve ter todo apoio político e administrativo necessário para que possa ocorrer em um clima de participação generalizada, fortalecendo-se assim a democracia interna.

Reconhecendo a necessidade e importância da avaliação institucional como instrumento de gestão, o Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda, através do seu projeto de autoavaliação institucional objetiva prestar contas de suas atividades à sociedade com maior transparência no cumprimento de sua missão, bem como oferecer à comunidade interna subsídiosno processo de reflexão e transformação de seu próprio projeto acadêmico-institucional.

O objetivo precípuo do processo de autoavaliação institucional gira em torno da necessidade de possibilitar a realização de uma reflexão crítica acerca do desempenho da Instituição em suas múltiplas dimensões (política, acadêmica e administrativa), como forma de

desenvolver ações que viabilizem o aperfeiçoamento da gestão institucional e, consequentemente, garantir um padrão excelente de qualidade.

Desta feita, ao longo do processo de autoavaliação, os membros da CPA juntamente com os demais atores sociais que compõem essa IES, mobilizam-se no sentido de alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Promover e estimular a implementação de processos avaliativos em todas as instâncias do UNIFIP de forma a subsidiar a autogestão, o aperfeiçoamento e articulação contínua dos programas e projetos acadêmicos;
- Analisar a gestão acadêmica do UNIFIP em termos da organização dos Projeto Político Pedagógico, programa de pós-graduação, linhas de pesquisa e projetos de extensão;
- Realizar diagnóstico da gestão administrativa, com foco nos aspectos estratégicos e operacionais;
- Explicitar em que medida e quais as evidências que mostram as relações estabelecidas pela formação educativa, na graduação, com a atualidade do mundo do trabalho e da formação cidadã, nos seus aspectos profissionais, éticos, sociais, culturais, ecológicos, econômicos e humanísticos;
- Situar as pesquisas desenvolvidas, em relação á sua inserção e relevância local, regional,nacional e internacional e em relação a diferentes segmentos da sociedade;
- Situar as ações de extensão desenvolvidas, em relação á sua inserção e relevância local, regional, nacional e internacional e em relação a diferentes segmentos da sociedade;
- Avaliar desempenho, alocação e qualificação, buscando a valorização dos técnico-administrativos, com vistas a subsidiar a elaboração da matriz de alocação dos técnico- administrativos;
- Subsidiar as instâncias de decisão com elementos para auxiliar na elaboração da matriz de alocação de vagas de técnico-administrativos;
- Analisar dados da infraestrutura física e de recursos tecnológicos, verificando a compatibilidade com a necessidade das Unidades de Ensino;
- Consultar os egressos da Instituição, em relação á sua atividades profissional, bem como saber sua opinião a respeito da formação obtida no UNIFIP;
- Avaliar as condições para o atendimento dos estudantes e as perspectivas de expansão; e

- Conhecer a opinião e sugestão dos estudantes sobre o curso, a Unidade de Ensino, utilizando, entre outras fontes, as publicações sobre os perfis e representações dos estudantes da graduação e da pós-graduação.

5.4 AUTOAVALIAÇÃO NA MODALIDADE EAD

Entende-se a Educação a Distância como uma modalidade de educação que possibilita novas configurações no processo de aprendizagem (ALONSO, 2005). Na EAD, a relação de ensino- aprendizagem ocorre mediada por meios e tecnologias de informação e comunicação em tempos e espaços diversos. Com o credenciamento da Instituição para oferta de ensino na modalidade EaD, será criada uma subcomissão de avaliação específica para os novos processos. Os tutores serão incluídos no processo, de forma a possibilitar que sejam avaliados pelos estudantes e avaliem o processo que conduzem na tutoria. Haverá a avaliação específica do AVA, dos materiais impressos, das aulas, das mídias alternativas e do atendimento no polo.

Cada curso de EaD deverá promover atividades específicas de autoavaliação, que serão adicionadas ao Relatório Final da Comissão Própria de Avaliação - CPA. Os resultados das avaliações externas (visitas do MEC, ENADE e CPC) também subsidiam o processo de autoavaliação nos cursos a distância.

Outro processo importante para a gestão do curso é a avaliação e a revisão periódica dos projetos pedagógicos através do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, que tem como premissa:

1) Elaborar e acompanhar o Projeto Pedagógico do Curso em colaboração com a comunidade;
2) Avaliar e atualizar o projeto pedagógico de acordo com as necessidades do curso;
3) Apresentar relatório de acompanhamento e avaliação do PPC ao colegiado para conhecimento e providências;
4) Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso, podendo seus membros permanecer por,no mínimo, três anos;
5) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
6) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
7) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mundo do de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

8) Zelar pelo cumprimento das DCNs dos Cursos de Graduação.

5.5 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A Avaliação Institucional é um processo de conhecimento a respeito da realidade institucional, um pensar sobre a sua missão, seus objetivos e sua função social e estão imersos nos aspecto ideológicos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros. O processo de autoavaliação institucional do UNIFIP é construído de forma integrada e participativa, atendendo aos princípiosda globalidade, continuidade, legitimidade e do respeito à identidade institucional, com o fim de que se possam estimular os atores – docentes, técnico-administrativos e discentes, a estarem efetivamente participando. Sendo assim, é fundamental que a cada semestre seja realizado um processo de sensibilização da comunidade enfocando a avaliação como oportunidade de desenvolvimento pessoal e institucional.

A autoavaliação é realizada numa perspectiva crítica, configurando um diagnóstico para explicitação dos vários propósitos institucionais como forma de realizar uma avaliação que proporcione a melhoria e o fortalecimento institucional. Com o diagnóstico alcançado, a partir dos dados da autoavaliação, se construirá a base de dados necessários ao estabelecimento dos indicadores e variáveis específicas levando-se em consideração as dimensões que serão o foco da avaliação, que se encontram explicitados no Art. 3º da Lei 10.861/2004, conforme reprodução abaixo e tendo como parâmetros as diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com os princípios e indicadores estabelecidos pela CONAES.

Portanto, se dá ênfase ao cumprimento das dimensões que devem ser o foco da avaliação:

I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV. A comunicação com a sociedade;

V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e

representatividadedos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII. Infraestrutura física, especialmente, a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos deinformação e comunicação;

VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia daautoavaliação institucional;

IX. Políticas de atendimento aos estudantes;

X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade doscompromissos na oferta da educação superior.

Na autoavaliação institucional no UNIFIP são desenvolvidas as seguintes etapas:

1) Sensibilização da comunidade acadêmica para garantir o acolhimento, a construção eparticipação no processo avaliativo;

2) Realização de reuniões com todos os segmentos da Instituição;

3) Composição de grupos de trabalho;

4) Realização de seminário interno para apresentação do SINAES, da CPA e a construçãodo processo de avaliação;

5) Consolidação da Proposta de Autoavaliação;

6) Divulgação dos instrumentos de coleta de dados: questionários, entrevistas entre outroselementos;

7) Aplicação dos instrumentos de avaliação;

8) Análise e interpretação dos dados;

9) Apropriação dos Resultados

10) Elaboração dos relatórios parciais e finais.

No processo de avaliação institucional, a comunidade acadêmica da Instituição terá participação ativa por via das comissões a serem formadas por representantes de cada categoria, a saber: docentes, discentes (presenciais e EAD), servidores técnico-administrativos e tutores com representatividade dos diferentes setores que constituem o UNIFIP. Cada um dos segmentos da comunidade acadêmica avalia a gestão, a infraestrutura, as formas de interação entre as pessoas, e também se autoavalia. As possíveis fragilidades devem ser apontadas, seguidas de propostas de medidas para a sua correção.

Conforme o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) “o planejamento e a

elaboração da proposta deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica, devendo levar em consideração as características da instituição, seu porte e a existência de experiências avaliativas anteriores". Vale destacar ainda, que além da comunidade acadêmica, a Instituição conta com a participação de um membro da sociedade civil, que externa a visão da comunidade para com a Instituição.

Como forma de conseguir atingir o maior número de respondentes, o questionário será disponibilizado via AVA, e será intensificado o processo de sensibilização que a CPA já vem desenvolvendo frente aos acadêmicos nos últimos anos, visando sedimentar a cultura da avaliação, demonstrando a importância da participação efetiva dos discentes e docentes, que resultará na conquista de melhorias para IES, visíveis a toda comunidade interna e externa.

Com a inserção de disciplinas em EaD nos cursos presenciais e a abertura de cursos na modalidade a distância serão incorporados aos membros da CPA um representante dos tutores e um representante dos estudantes de um dos cursos EaD, escolhido entre os pares.

Cada disciplina em EaD será avaliada quantitativa e qualitativamente, na periodicidade semestral, tanto pelos estudantes matriculados, como pelos tutores das disciplinas, por meio de formulários disponibilizados via web.

O ciclo de avaliação de desempenho inicia-se nas duas últimas semanas do semestre letivo. O processo de autoavaliação na EaD, do UNIFIP ocorre a cada final de semestre, e os instrumentos utilizados serão adequados à realidade dos cursos presenciais e EaD, estando disponíveis no Plano de Gestão da EaD.

5.6 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O processo de autoavaliação institucional do UNIFIP ocorre internamente, no âmbito dos Cursos, conduzido pelo Coordenador do Programa de Tutoria Acadêmica, com total apoio do Coordenador de Curso, que realiza ao longo do semestre letivo a aplicação de questionários com perguntas semiabertas para, em seguida, fazer a análise e discussão dos dados com posterior devolutiva, convocando cada professor individualmente para apresentação do seu desempenho docente apontado pelos estudantes e vice-versa, como também ocorre o processo de autoavaliação externa pelos membros da CPA, que desenvolvem todo o processo com base nos eixos e dimensões propostos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A CPA do UNIFIP terá a mesma constituição da CPA das Faculdades Integradas de Patos que está normatizada desde dezembro de 2004. A CPA atua em diversos processos avaliativos

(Docente pelo Discente; Avaliação dos Funcionários e Avaliação Externa) e ainda, faz o acompanhamento das ações da Ouvidoria; do Relatório Anual da Execução do PDI e Relatório de Autoavaliação Semestral. A CPA tem a finalidade de acompanhar e relatar os processos avaliativos institucionais, cujo Regulamento foi aprovado pelo Conselho de Curso.

Os membros da CPA representam todos os segmentos da comunidade universitária, da sociedade civil organizada e tem a seguinte composição: 01 (uma) Coordenadora; 01 (um) representante do corpo docente, escolhido dentre os seus pares; 01 (um) representante de seu corpo técnico/administrativo, escolhido dentre os seus pares; (um) representante de seu corpo discente, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), 01(um) representante da Mantenedora, escolhido dentre seus pares e 01 (um) representante da sociedade civil organizada.

Compete à CPA do UNIFIP conduzir os processos internos de avaliação institucional, sistematizar e prestar informações quando solicitadas pelo INEP, com as seguintes atribuições:

I. propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II. estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à direção superior do Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda;

III. acompanhar permanentemente e avaliar, anualmente, o Plano de Desenvolvimento Institucional, propondo alterações ou correções, quando for o caso;

IV. acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, realizando estudos sobre os relatórios avaliativos institucionais e dos cursos ministrados pelo UNIFIP;

V. elaborar, em conjunto com a pró-Reitoria, propostas para a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido pelo UNIFIP, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério daEducação;

VI. constituir subcomissões de avaliação, quando necessário, articular-se com as Comissões Próprias de Avaliação das demais IES integrantes do Sistema Federal de Ensino e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação, observado o perfil institucional do;

VII. acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação do UNIFIP, realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

VIII. realizar estudos sistemáticos sobre o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação participantes do ENADE, em confronto com o desempenho demonstradopelos mesmos no processo regular de avaliação da aprendizagem.

O processo de avaliação do UNIFIP tem adotado nos últimos dois anos, as seguintes estratégias:

- Iniciado o semestre letivo, é dado início aos preparativos para o processo de autoavaliação institucional, orientado pelas Diretrizes de Avaliação Institucional (CONAES) que estabelece suas etapas: Preparação, Desenvolvimento e Consolidação. Na rotina dostrabalhos são contempladas as seguintes atividades:

- Reunião com os membros da CPA para avaliação do Projeto de Autoavaliação Institucional, bem como elaboração de um plano de trabalho a ser desenvolvido durante todo o semestre letivo;

- Estudo das fontes documentais para reestruturação contínua dos instrumentos avaliativos;

- Mobilização junto as Coordenações dos Cursos de Graduação para informar e discutir o plano de trabalho da CPA para cada semestre letivo;

- Elaboração e/ou reformulação dos instrumentos de avaliação para docentes, discentes e corpo técnico-administrativo;

- Realização do processo de sensibilização para a autoavaliação institucional junto aos docentes, ao corpo técnico-administrativo e discentes de todos os Cursos da IES;

- Disponibilização do formulário online para preenchimento junto ao corpo docente, corpo discente, coordenadores de graduação e em relação ao corpo técnico-administrativo da IES,é realizado por um questionário impresso através do site da IES via Sistema on-line combase no acesso ao link do Sistema Studus a partir do e-mail: cpa@fiponline.edu.br;

- Análise dos dados e das informações obtidas diretamente das Coordenações de Cursos, Direção de Clínicas, Coordenação Acadêmica e Departamento de Patrimônio, além da visita*in loco* aos diversos setores da IES;

- Encaminhamentos dos relatórios às instâncias competentes como Presidência, Direção Acadêmica, Coordenação Acadêmica, Coordenações de Cursos, Secretaria Geral, Diretório Central dos Estudantes e setores administrativos;

- Divulgação dos resultados através de reuniões com os membros da CPA, com a equipe da Coordenação Acadêmica do UNIFIP, com o Reitor, representantes dos discentes e com representantes administrativos;

- Encontros periódicos com o corpo docente, discente e técnico-administrativo para discussão e apresentação do resultado da avaliação com base nos dados obtidos e ;

- Avaliação do processo de autoavaliação, suas estratégias e instrumentos utilizados.

Após a aplicação dos questionários, os resultados são tabulados e analisados pela CPA e, depois, disponibilizados para os docentes, discentes e gestores da IES e Cursos, no site do

UNIFIP, bem como para a sociedade civil. Os resultados obtidos das avaliações são empregados para a elaboração dos planos de trabalho da Reitoria, Coordenadorias de Cursos e Chefias de Setores, bem como fornecem subsídios às decisões relativas a novos investimentos no UNIFIP, projetos de ensino, iniciação científica e extensão e parcerias com a comunidade. Também deverão ser referência para alterações curriculares dos cursos oferecidos, na perspectiva de sempre oferecer umaformação atualizada e voltada para a realidade local, e ponto de partida para a tomada de decisão quanto à oferta de novos cursos pelo UNIFIP.

Conforme consta neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os resultados das avaliações são referência para análise das metas propostas, ações institucionais previstas e não realizadas, eficácia das atividades acadêmicas desenvolvidas, entre outros. Os resultados apontados por essa análise são utilizados para aperfeiçoar o planejamento estratégico do UNIFIP, que acarretará em um novo PDI para um período de cinco anos.

Em síntese, os resultados obtidos através do instrumento questionário são tabulados e analisados pela CPA. Os relatórios são encaminhados, primeiramente, aos coordenadores de curso, professores e responsáveis por setores administrativos da IES. Posteriormente, os coordenadores recebem as avaliações de discentes e docentes para que possam proceder às discussões sobre os resultados com professores e estudantes. Os responsáveis pelos setores administrativos recebem a avaliação e devem discutir com seus funcionários. São realizados diversos diálogos sobre os resultados da avaliação com a comunidade acadêmica e Reitoria do UNIFIP.

5.7 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Relatório da CPA dá ênfase às determinações apresentadas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014. Portanto, o referido Relatório contempla informações e ações desenvolvidas pela CPA no final de cada semestre, tendo como fulcro, a análise dos documentos apresentados pelos Cursos, o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Relatórios da CPA com base nas ações realizadas.

As informações levantadas embasam o planejamento de novas ações, em um processo de retroalimentação curricular, com vistas ao aprimoramento das políticas, das diretrizes e das ações definidas no PDI. A avaliação institucional é realizada, semestralmente, pela CPA.

Configura-se em um processo que pressupõe a participação coletiva dialógica, priorizando a autoavaliação institucional e a avaliação das condições de ensino e aprendizagem.

Tem como resultado esperado, a elaboração do relatório contendo as potencialidades e as fragilidades institucionais, em consonância com as diretrizes do SINAES.

É importante destacar que, além da CPA, diversos outros segmentos (acadêmicos e administrativos) do UNIFIP participam da coleta e da organização dos dados para construção deste documento.

Desde o ano de 2016, tendo em vista a implantação no Sistema Studus, com acesso via site da IES, foi retomada a consulta junto aos estudantes e professores que participam da pesquisa realizada a partir do preenchimento do questionário de autoavaliação *online*. Nos anos de 2018 e 2019, foi disponibilizado o questionário impresso para os técnico-administrativos e a comunidade externa que faz uso dos serviços ofertados pela IES.

Nessa perspectiva, além da inserção do documento no sistema e-MEC, a CPA remete cópia de uma síntese do relatório com as implicações apresentadas por todos aqueles que participam do processo de autoavaliação, destacando as potencialidades e fragilidades para a administração centralda IES, para, a *posteriori*, fazer a divulgação para o seguinte público:

- Coordenadores de Curso, que deverão analisar e discutir os resultados junto aos professores e demais membros da equipe acadêmica.
- Líderes dos setores de apoio-administrativo, que deverão compartilhar as informações com seus pares.
- Representantes dos discentes, para que possam socializar os resultados com os demais estudantes.
- Mantenedora, para que possa analisar e direcionar investimentos para ações de manutenção e correção, apropriadamente.

A análise dos resultados da autoavaliação e das avaliações externas desencadeia ações institucionais que contribuem para a consecução das metas e dos objetivos estratégicos traçados no PDI e para a melhoria dos serviços ofertados ao corpo discente, docente e ao pessoal técnico-administrativo. Portanto, o planejamento para melhoria dos processos e das ações institucionais, que estão sedimentados no PDI, é desenvolvido de forma retroalimentada a partir dos processos de avaliação.

5.8 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Ao longo dos semestres, o UNIFIP tem melhorado a estrutura e realizado suas atividades orientadas por planejamentos feitos em reuniões mensais desenvolvidas a partir do seu calendário acadêmico, sempre com a reflexão voltada para o processo de avaliação interna do

UNIFIP e a sua melhoria, por meio da avaliação dos relatórios produzidos nos períodos anteriores.

A avaliação institucional do UNIFIP efetiva a análise diagnóstica e encaminha as ações estratégicas que dimensionam propostas com intuito de adequar, orientar, reestruturar e replanejar novas situações. No que tange a sua operacionalização, a avaliação está inserida nos diferentes níveis institucionais podendo ser dimensionada como:

a) Avaliação do cumprimento de metas e ações contidas no PDI.

b) Avaliação da execução dos PPC's através dos órgãos colegiados, das comissões externas de avaliação, dos alunos e dos egressos.

c) Avaliação das atividades Institucionais na ótica dos discentes, docentes e técnico administrativos.

d) Avaliação das atividades Institucionais através dos projetos de extensão e intervenção social em um olhar crítico dos parceiros e das comunidades envolvidas.

e) Avaliação do desempenho Institucional através dos órgãos empregadores e entidades conveniadas.

f) Avaliação de desempenho através do ENADE.

g) Avaliação dos projetos de iniciação científica através dos aceites para divulgação em Encontros, Conferências, Congressos e publicações de artigos e resumos.

A avaliação interna tem servido para evidenciar dados que serve ao UNIFIP para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa, na concepção da missão, dos objetivos e metas, visando à melhoria da qualidade do ensino e como elemento de fundamental importância para o Planejamento Estratégico.

A autoavaliação contribui para a criação de um compromisso entre a comunidade que integra a instituição de ensino e ela mesma. Cada membro da comunidade que participa do processo de avaliação institucional considera o seu papel na instituição não apenas como membro, mas principalmente como colaborador e agente promotor de mudanças, ou seja, alguém comprometido com o sucesso da instituição e seus cursos.

A Instituição tem passado por diferentes processos de avaliação externa realizados pelo MEC/INEP, dentre eles: avaliação para reconhecimento de curso, renovação de reconhecimento, credenciamento e recredenciamento, além do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

As avaliações externas constituem-se importantes momentos, a partir dos quais se

desencadeiam espaços de reflexão e sistematização acerca das práticas e processos que vêm sendo desenvolvidos na Instituição, refletindo-se nos cursos e nas salas de aula. A partir dos processos de avaliação externas, realizados de acordo com a proposta do SINAES, permite realizar um diagnóstico da instituição, a partir do qual é possível identificar necessidades, possibilidades e alternativas para a melhoria da qualidade das ações desenvolvidas pelo UNIFIP.

Quando do recebimento dos Relatórios de Avaliação das condições de ensino, o Procurador Educacional Institucional (PI) encaminha os mesmos aos Coordenadores dos Cursos avaliados, bem como ao Reitor do UNIFIP para que procedam a análise e desdobramento do mesmo.

Em seguida, os conceitos obtidos na avaliação são publicizados à comunidade, por meio da *home page* da Instituição e dos órgãos de comunicação de massa. A análise dos relatórios das avaliações é realizada pelos Coordenadores de Cursos, junto aos seus colegiados (de Curso e NDE), a fim de que haja aprofundamento das questões apontadas, de modo que estas permitam o redimensionamento da prática e a proposição de ações que visem a qualificação e a melhoria das condições de ensino, em toda sua abrangência, dos cursos oferecidos pela IES.

5.9 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Demonstrando que esta IES tem trilhado caminhos para a estruturação de um sistema de avaliação de qualidade, com melhorias dos processos pedagógicos, administrativos e de apoio, os resultados das avaliações foram discutidos de forma particular com cada Curso, quando em conjunto – Coordenador, Professores e Alunos foram notificados dos resultados das avaliações internas. A CPA realizou, também, reunião para enfatizar objetivos e dimensões da Avaliação Institucional, além de apresentar cronograma de trabalho para cada ano, assim como a sistemática de trabalho e encontros da CPA com os representantes da comunidade acadêmica. Os membros da CPA explanam como algumas atividades já estão sendo articuladas com outros setores, em virtude dos relatórios apresentados a Reitoria da IES, Coordenadores de Graduação, Gerência de Recursos Humanos e Setor de Compras e Patrimônio.

Para que os resultados da autoavaliação sejam validados e corretamente usados pela comunidade acadêmica, é fundamental dar publicidade às suas análises, expectativas e recomendações. Para além da inserção do documento no sistema e-MEC, a Comissão Própria de Avaliação remete cópia do relatório para a Administração Central da IES e setores estratégicos, para subsidiar discussões com a comunidade interna, com visitas a manter a

formação adequada dos estudantes para o mercado de trabalho e ampliar ações de responsabilidade social e extensão no entorno da IES.

Esquematicamente, o processo de autoavaliação do UNIFIP pode ser ilustrado como se segue:

5.10 DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Para que os resultados da autoavaliação sejam validados e corretamente usados pela comunidade acadêmica, é fundamental dar publicidade às suas análises, expectativas e recomendações. Nessa perspectiva, além da inserção do documento no sistema e-MEC, a Comissão Própria de Avaliação remeterá cópia do relatório para a administração central da IES, para a posteriori, fazer a divulgação para o seguinte público:

- Coordenadores de Curso, que deverão analisar e discutir os resultados junto aos professores e demais membros da equipe acadêmica.
- Líderes dos setores de apoio-administrativo, que deverão compartilhar asinformações com seus pares.
- Representantes dos discentes, para que possam socializar os resultados com os demais estudantes.
- Mantenedora, para que possa analisar e direcionar investimentos para ações de manutenção e correção, apropriadamente.

Demonstrando que esta IES tem trilhado caminhos para a estruturação de um sistema de avaliação de qualidade, com melhorias dos processos pedagógicos,administrativos e de apoio, os resultados das avaliações foram discutidos de forma particular com cada Curso, quando em conjunto — Coordenador, Professores e Estudantes foram notificados dos resultados das

avaliações internas. A CPA realiza, também, reunião para enfatizar objetivos e dimensões da Avaliação Institucional, além de apresentar cronograma de trabalho para cada semestre, assim como a sistemática de trabalho e encontros da CPA com os representantes da comunidade acadêmica. Os membros da CPA explanam como algumas atividades já estão sendo articuladas com outros setores, em virtude dos relatórios apresentados, a Reitoria, Vice-Reitora, Pró-Reitora de Graduação; Coordenadores de Graduação; Setor de Recursos Humanos e Departamento de Patrimônio e Compras. Além do mais, os resultados devem subsidiar discussões com a comunidade externa, sobretudo, os empregadores locais e representantes de associações, com visitas a manter a formação adequada dos estudantes para o mundo do trabalho e ampliar ações de responsabilidade social e extensão no entorno da IES.

5.11 PLANOS DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A autoavaliação institucional tem como objetivo maior identificar o andamento e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (atividades-meio) e da gestão acadêmica e administrativa (atividade-meio), como meio de assegurar a integração de dimensões externas e internas da avaliação institucional, mediante um processo construído e assumido coletivamente. O esforço institucional para realizar uma avaliação de qualidade, garante a possibilidade de gerar informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, visto que as informações resultantes dos diversos processos avaliativos institucionais geram oportunidades de acompanhamento e de avaliação a serem desenvolvidas internamente.

As informações levantadas embasam o planejamento de novas ações, em um processo de retroalimentação curricular, com vistas ao aprimoramento das políticas, das diretrizes e das ações definidas no PDI. A avaliação institucional é realizada, semestralmente, pela CPA. Configura-se em um processo que pressupõe a participação coletiva e dialógica, priorizando a autoavaliação institucional e a avaliação das condições de ensino e aprendizagem. Tem como resultado esperado, a elaboração de um relatório contendo as potencialidades e as fragilidades institucionais, em consonância com as diretrizes do SINAES.

A análise dos resultados da autoavaliação e das avaliações externas desencadeia ações institucionais que contribuem para a consecução das metas e dos objetivos estratégicos traçados no PDI e para a melhoria dos serviços ofertados junto ao corpo discente, docente e ao pessoal técnico-administrativo. Portanto, o planejamento para melhoria dos processos e da ação institucionais, que estão sedimentados no PDI, é desenvolvido de forma retroalimentada a partir

dos processos de avaliação. O PDI do Centro Universitário de Patos - UNIFIP para a vigência 2021-2025 foi reestruturado em 2021, com base em muitos dados fornecidos pela CPA. No intuito de manter a atualização permanente dos PPCs, as equipes de gestão do Centro Universitário de Patos — UNIFIP se propõe a revisar e atualizar os PPCs e os Programas Acadêmicos e Institucionais, como forma de socializar os princípios e valores da IES. estabelecendo a priori, diretrizes, objetivos e metas.

A fim de colocar em prática as políticas, objetivos e metas definidas nos documentos institucionais, as equipes de gestão do Centro Universitário de Patos — UNIFIP se propõe a realizar reuniões, seminários tendo como eixo norteador as discussões do PDI e do PPI, a partir de uma análise crítica sobre suas relações com as Políticas Acadêmicas Institucionais; os PPCs; Programa de Pesquisa/Iniciação Científica; Programa de Pós-Graduação e Programa de Extensão.

Como forma de dá ênfase a essa meta os órgãos gestores do UNIFIP se dispõem a reestruturar os PPCs, mediante as orientações dos Colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes [NDE], propondo inovações e mecanismos de coordenação capazes de estimular e articular suas unidades acadêmicas mediante a efetivação de atividades interdisciplinares.

A fim de maximizar as ações que já vem sendo desenvolvidas no âmbito da pesquisa no UNIFIP, esta IES desde 2018, vem fazendo opção por desenvolver capacitações para seus professores, com ênfase na implantação de projetos de pesquisa, destinando recursos próprios, oriundos da mantenedora, para apoiar tanto os projetos de pesquisa, como de iniciação científica; promove congressos e eventos de outras naturezas, tanto no âmbito científico como técnico-profissional; está mobilizando esforços para criar um Programa de Iniciação Científica; disponibiliza sempre estímulo e apoio para professores e estudantes a fim de que possam participar de eventos de caráter científico, técnico, cultural e educacional; disponibiliza os laboratórios para o desenvolvimento de pesquisas; mantêmconvênios com instituições públicas e privadas; cria mecanismos de incentivo a publicação e difusão da produção científica em revistas indexadas de circulação nacional e internacional; estimula formas de cooperação científica com grupos de pesquisa de outras IES de reconhecida competência acadêmica; valoriza e divulgaos projetos de pesquisa encaminhados à COOPEX; sempre busca ampliar a participação dos pós-graduandos na COOPEX através de projetos, produção de artigos científicos e está articulando parcerias junto a IES que ofertam Cursos MINTER e DINTER.

6 INFRAESTURUTURA

6.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS

As instalações físicas do UNIFIP foram pensadas para atender aos requisitos necessários para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que serão ofertadas pela instituição. A projeção da infraestrutura atende a questões de acessibilidade, conforto e segurança necessários para que o corpo social possa realizar as atividades acadêmicas propostas nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos.

A política de infraestrutura prevê o acompanhamento, manutenção e conservação das suas instalações, como meio de assegurar que alunos, professores e demais funcionários tenham plenas condições e, de forma ininterrupta, de desempenharem suas funções. A Instituição entende que é necessário o atendimento aos requisitos básicos mínimos de conforto quanto à iluminação, ventilação, climatização, acústica, segurança, recursos e equipamentos para garantir a manutenção, conservação e reposição.

A Instituição tem seu proprio Plano de Avaliação do Espaço Físico. Este Plano tem por objetivo o controle eficaz dos espaços disponíveis, assim como a avaliação da necessidade de expandir/adquirir novos espaços, permitindo um melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio utilizado pela instituição para as atividades educacionais. A elaboração deste Plano, em virtude da constante busca de melhorias tanto do ponto de vista da execução quanto da reavaliação das necessidades e exigências inerentes à esfera, de ocupação do espaço físico, é um produto inacabado e em permanente processo de aperfeiçoamento. O Centro Universitário de Patos, conta com quadro efetivo próprio para o atendimento de obra, manutenção, construção, conservação, limpeza e jardins.

Conta ainda, com o Plano de Gerenciamento da Manutenção Predial. Este Plano aborda as atividades da equipe de manutenção predial; compreende a conservação e manutenção de edificações, instalações, sistemas hidráulicos, sistemas elétricos e serviços básicos de marcenaria e serralharia. Para alguns desses serviços, são contratadas empresas especializadas visto que as demandas são esporádicas e não compensa a manutenção de um quadro efetivo de colaboradores. Em função do próprio crescimento da instituição e o contínuo fluxo de reforma, expansão e construção, alguns desses setores já se encontram devidamente estruturados no campus sede do Centro Universitário de Patos - UNIFIP. A medida que novos cursos forem criados fora de sede, os setores de manutenção também serão constituídos.

O UNIFIP funcionam em prédio parte alugado e parte próprio, edificado especialmente para atender as suas necessidades institucionais. Este plano prevê a expansão desta estrutura física, como forma de propiciar adequadas condições de funcionamento aos cursos e suas respectivas autoridades.

Tem área total de 28.900m², edificado especialmente para atender às suas necessidades institucionais com o intuito de se adequar às condições de funcionamento dos seus 18 cursos e suas respectivas autoridades.

A Unidade I do UNIFIP possui 7 (sete) prédios situado à Rua Horácio Nóbrega, s/n, no bairro Belo Horizonte, com área construída de 12.800 m². A Unidade II do UNIFIP possui 1 (um)prédio situado à Rua Jose Gomes Alves, s/n, no bairro Centro, com construída de 3.200 m² abriga o Curso Sistemas de Informação e a Escola de Ciências da Saúde de Patos - ECISA. Neste bloco estão situadas 21 (vinte uma) salas de aula, Biblioteca Setorial, laboratórios, cantinas, sala de vídeo. Nesta Unidade II funciona somente a última turma de Sistemas de Informação.

6.2 DESCRIÇÕES DAS EDIFICAÇÕES DA UNIDADE SEDE

I. BLOCO A

Área Construída Total: 5.087,46m².

Razão social: FUNDACAO FRANCISCO MASCARENHAS (alugada ao CEESP LTDA)

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: dois (02) Hall de entrada, secretaria geral, duas (02) escada de acesso ao 1ª andar, elevador, circulação, gerência de gente e gestão, secretaria do curso de psicologia, coordenação de psicologia, segurança do trabalho, um (01) lavabo masculino, um (01) lavabo feminino, circulação, salas A6, A7, A8, A9 e A11, um (01) WC feminino, departamento pessoal com WC, espera, tesouraria, caixa com WC, área livre descoberta, coordenação de laboratório, área de sol, NAPP – Núcleo de apoio psicopedagogo e psicológico, assistente psicológico, assistente psicopedagogo, laboratório morfofuncional I, laboratório morfofuncional II com sala dos ossos, laboratório morfofuncional III com sala dos tanques, circulação, laboratório morfofuncional IV, sala de expurgo, laboratório de patologia, laboratório morfofuncional V, laboratório de habilidades e simulação U.T.I, refeitório, quatro (04) lanchonetes, laboratório de bioquímica I e II, laboratório de morfofuncional III, laboratório de habilidades e simulação em semiologia, laboratório de habilidades e simulação em cirurgia, esterilização, expurgo e sala de cirurgia, restaurante com um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, área de sol, copa, despejo, cozinha, alojamento, circulação, área disponível, circulação, sala A5 com GT 1 e 2, sala A4 com GT 3 e 4, sala A3 com GT 5 e 6, um (01) WC masculino, sala A2 com GT 7 e 8, sala A1 com GT 9 e 10, recepção, vice-reitoria com lavabo, secretaria da pós, ouvidoria, CPA – Comissão própria de avaliação, recepção do acervo acadêmico, um (01) WC feminino, área de

sol, arquivo secretaria geral, setor de certificado, coordenação de apoio e limpeza, arquivo, copa e depósito com uma área construída de 3.040,51m².

-1° Andar : escada de acesso ao pavimento térreo, Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) – Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAP), Coordenação da CPSA, coordenação de pesquisa e extensão, de prog.-ENADE e de prog.(COOPEX) com um (01) WC, serviço mecanografia, elevador, circulação, salas A13, A14, A15, A16, A17, A18, A19, A20, A21, A22, A23, A24 e A25, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, laboratório de informática A1 e A2, financeiro pós-graduação, contabilidade, tesouraria, espera da presidência, gabinete 1 e 2, reunião com WC, presidência com closet e WC, cozinha/preparo, laboratório de nutrição e técnica dietética, secretaria de nutrição, coordenação de nutrição, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, sala dos professores, laboratório de habilidades e simulação em saúde da mulher, gabinete dos professores, coordenação acadêmica com um (01) WC social, coordenação dos programas de residência em saúde, comissão de residência multiprofissional – COREMU/ coordenação dos programas de residência multiprofissional, Comissão de residência médica – COREME/Coordenação dos programas de residência médica, recepção/espera da coordenação de medicina, coordenação de estágio do curso de medicina, professores, auxiliar de coordenação, coordenação do curso de medicina e sala de reuniões com uma área construída de 2.046,95 m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	3.040,51m²
1ª ANDAR	2.046,95m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**5.087,46m²**

II. BLOCO B

Área Construída Total: 2.101,26m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Hall de entrada, circulação, DML, sala de atendimento, escada de acesso ao 1ª andar, um (01) WC feminino, sala B6, sala B7, sala B8, sala B9, sala B10, sala dos professores com um (01) WC social, ambiente de atendimento ao discente, ambiente reservado de atendimento ao discente, ambiente de leitura, ambiente de informática, sala de atendimento, central telefônica, circulação, núcleo de programas acadêmicos, um (01) WC masculino, sala B5, sala B4, sala B3, sala B2, um (01) depósito, recepção, sala de reuniões, gerência de marketing, recepção da rádio universidade, dep/comercial, depósito 1, circulação, estúdio 1, sala de controle, estúdio 2 com depósito 2, lavabo, sala de reuniões e rampa de acesso ao 1ª andar com uma área construída de 1.050,63m².

-1° Andar: escada de acesso ao pavimento térreo, circulação, um (01) WC feminino, sala B16,

sala B17, sala B18, sala B19 e sala B20, auxiliar de coordenação, patamar e rampa, auditório Professor Paulo Bonavides, secretaria, coordenação de direito com um WC, sala 15, sala 14, sala 13, sala 12, sala B11, recepção 2 polo multimídia, depósito 3, estúdio de TV e estúdio de áudio com uma área construída de 1.050,63 m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	1.050,63m²
1ª ANDAR	1.050,63m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**2.101,26m²**

III. BLOCO C

Área Construída Total: 2.708,66m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- **Pavimento Térreo:** Balcão, atendimento, recepção, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, circulação, arquivo, sala de laudos com câmara escura, clínica radiográfica com: três (03) raio-x periapical, raio-x panorâmica, controle de raio-x panorâmica, banco de dentes, recepção, sala de laudos. Coordenação de clínica, almoxarifado, paramentação, clínica 2, circulação, clínica 4 com raio-x, copa, DML, clínica 3 com sala de espera, quatro (04) cabines e raio-x. Laboratótio ortodôntico, sala dos compressores e despejos, deposito, central de esterilização, expurgo, clínica 01 com raio-x, escada de acesso ao 1ª andar e elevador com uma área construída de 1.041,99m².

-1° Andar: escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, elevador, laboratório de habilidade I, atendimento ao discente, sala de reuniões, circulação, sala de atendimento ao discente, sala de reuniões, laboratório de habilidade II, laboratório de habilidade III com raio-x, sala C4, sala C3, sala C1, sala C2, sala de apoio ao docente, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala dos professores com WC social, coordenação de odontologia com: WC, arquivo e secretaria. Com uma área construída de 830,25m².

-2° Andar : escada de acesso ao 1ª andar, elevador, laboratório de habilidade IV, circulação, coord. de Pós graduação, arquivo, material didático- educativo e ERI, biblioteca, Laboratório de habilidade V com duas (02) bancadas, circulação, sala 12, sala 11, sala C10, sala C9, sala C8, sala master, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala C7, sala C6 e sala C5 com uma área construída de 836,42m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	1.041,99m²
1ª ANDAR	830,25m²
2ª ANDAR	836,42m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**2.708,66m²**

IV. BLOCO D

Área Construída Total: 3.304,97m².
Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA
Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Portaria, escada de acesso ao 1ª pavimento, laboratório de ciência básica, recursos terapêuticos manuais, almoxarifado, sala de atendimento 4, sala de estim. precose, sala de atendimento 5, elevador, sala de esterilização, um (01) WC fem., um (01) WC masc., sala de atendimento 3, sala de atendimento 2, sala de atendimento 1, sala de atendimento, vestiário com WC fem., vestiário com WC masc., duas (02) piscinas, turbilhão, sala de prontuário, coord. da clínica escola de fisioterapia, recepção, laboratório e setor de eletroterapia, ginásio de mecanoterapia, laboratório e setor de cinesioterapia com uma área construída de 1.346,87m².

-1° Pavimento: escada de acesso ao pavimento térreo e o 2ª pavimento, sala D9, sala D10, DML, sala D5, sala D4, atendimento ao discente, dois (02) WC fem., dois (02) WC masc., circulação, sala D3, sala D2, sala D1, elevador, coordenações, coordenação de fisioterapia, coordenação de estágio, coordenação de TCC, coordenação de jornalismo, sala dos prof., núc., núc. De prog. acadêm., coordenação de educação física, núcleo de atividades complementares, sala D6, sala D7 e sala D8 com uma área construída de 979,05m².

-2° Pavimento : escada de acesso ao 2ª andar, sala D14, sala D13, sala D12, sala D11, elevador, um (01) WC fem., um (01) WC masc., processos técnicos, biblioteca central, seç. de perio. e multim., cabine 01, cabine 02, cabine 03, cabine 04, cabine 05, um (01) WC masc., um (01) WC feminino, seç. braile e laboratório informática com uma área construída de 979,05m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	1.346,87m²
1ª PAVIMENTO	979,05m²
2ª PAVIMENTO	979,05m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**3.304,97m²**

V.BLOCO E

Área Construída Total: 1.001,94m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Casa de força, recepção, um (01) WC fem., um (01) WC masc. sala de col. de cit., sala de coleta, administração, coordenação de estágio supervisionado, hematologia e imunologia, bioquímica e hormônios, parasitologia e uranálise, citologia clínica, sala de expurgo, departamento de material de limpeza, DML, elevador, escada de acesso ao pav. Térreo com uma área construída de 385,46m².

-1° Andar: Elevador, escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, sala dos professores, coordenação de TCC atividades complementares, sala E3, sala E2, sala E1, um (01) WC masc., um (01) WC fem. e sala E04 com uma área construída de 308,24m².

-2° Andar: Elevador, escada de acesso ao 1ª andar, secretaria, coordenação de biomedicina, sala E5, sala E6, sala E7, um (01) WC masc., um (01) WC fem. e sala E8 com uma área construída de 308,24m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	385,46m²
1ª ANDAR	308,24m²
2ª ANDAR	308,24m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**1.001,94m²**

V. BLOCO F

Área Construída Total: 1.091,48m².

Razão social: FUNDAÇÃO FRANCISCO MASCARENHAS

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Recepção, dois (02) consultório, vestuário, debriefing II/sala de observação, sala de cirurgia com paramentação e depósito, UTI 1, UTI 2, sala de observação debriefing III, um (01) W.C. Fem., um (01) W.C. Masc., um (01) WC para cadeirante, treinamento de habilidades, sala de controle I, ambiente de auto-aprendizagem, higieni./D.M.L, debriefing I/sala de observação, elevador e escada de acesso ao 1ª andar com uma área construída de 291,81m².

-1° Andar : escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, coord. do eixo práticas

investigativa em saúde/TCC, coord. do eixo basic. Clin. II, Coord. do eixo basic. Clin. I, Almoxarifado, DML, sala colegiado dos eixos de APS/HM, um (01) WC fem., um (01) WC m., corredor, sala F1, elevador, sala de suporte téc. em inform. e sala de recarga com uma área construída de 270,62m².

-2° Andar : escada de acesso ao 1ª andar e ao 3ª andar, um (01) WCM, um (01) WCF, corredor, sala F3, sala F2, elevador e sala do Gr. De apoio a tecnol. e inovação-GATI com uma área construída de 270,62m².

-3° Andar : escada de acesso ao 2ª andar, med.-OSCE sala 01, med.-OSCE sala 02, med.-OSCE sala 03, med.-OSCE sala 04, Com. de avaliação de medicina, lab. de metodologia ativas(LabMeta), elevador e lab. de inform. F1 com uma área construída de 258,43m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	291,81m²
1ª ANDAR	270,62m²
2ª ANDAR	270,62m²
3ª ANDAR	258,43m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**1.091,48m²**

VI. BLOCO G

Área Construída Total: 2.286,60m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Circulação, sala dos professores, coordenação de arquitetura e urbanismo, ateliê 01, sala de multimeios, laboratório de informática G1, ateliê 02, laboratório de conforto ambiental/laboratório de topografia, laboratório de física, um (01) WC feminino com um (01) WC fem. PNE, um (01) WC masc. PNE, um (01) WC masculino, elevador e escada de acesso ao 1ª andar com uma área construída de 457,32m².

-1° Andar : escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, elevador, circulação, ateliê 03, sala G2, sala G3, sala G4, sala dos professores, secretaria, coordenação de enfermagem. Núcleo de programas acadêmicos contendo: coordenação de TCC e coordenação de aulas práticas, coordenação da tutoria institucional/ coordenação de simulado (SIenf) e do ENADE, coordenação de tutoria e coordenação de estágio supervisionado e coordenação de atividades complementares. SESMT, um (01) WcF e um (01) WcM com uma área construída de 457,32m².

-2° Andar : escada de acesso ao 1ª andar e ao 3ª andar, elevador, circulação, sala G5, sala G7, sala G8, sala G9, sala G10, comitê de ética, sala de reuniões, arquivo, centro de integração empresa-

escola, um (01) WcF e um (01) WcM com uma área construída de 457,32m².

-3° Andar : escada de acesso ao 2ª andar e ao 4ª andar, elevador, circulação, sala G11, sala G12, sala G13, sala G14, sala G15, núcleo de programas acadêmico, coordenação de convênio e estágio, coordenação de atividades complementares, almoxarifado, centro de integração empresa - escola um (01) WcF e um (01) WcM com uma área construída de 457,32m².

-4° Andar : escada de acesso ao 3ª andar, elevador, hall elevador, DML, auditório máster com cabine de som, apoio, foyer, um (01) WcF e um (01) WcM com uma área construída de 457,32m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	457,32m²
1ª ANDAR	457,32m²
2ª ANDAR	457,32m²
3ª ANDAR	457,32m²
4ª ANDAR	457,32m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**2.286,60m²**

VII.BLOCO H

Área Construída Total: 1.728,71m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Duas (02) Circulações, escada de acesso ao 1ª andar, elevador, sala H1, sala H2, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala H3, sala H4, sala H5, laboratório de radiologia, sala dos professores, coordenação de estágio, secretaria, coordenação do curso superior de tecnologia em radiologia com uma área construída de 516,15m².

-1° Andar : escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, elevador, circulação, sala H7, sala H8, sala H9, sala H10, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala H11, sala H12, sala H13, sala H14, coordenação de estágio supervisionado, coordenação análise e desenvolvimento de sistemas, secretaria, coordenação de medicina veterinária com uma área construída de 606,28m².

-2° Andar : escada de acesso ao 1ª andar, elevador, circulação, sala H15, sala H16, sala H17, sala H18, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala H19, sala H20, sala H21, sala H22, sala de atendimento ao discente, núcleo de programas acadêmico, sala de apoio-técnico pedagógica, secretaria, coordenação de serviço social/ coordenação do CEAD com uma área construída de 606,28m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	516,15m²
1ª ANDAR	606,28m²
2ª ANDAR	606,28m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**1.728,71m²**

VIII. BLOCO HOSPITAL DAY

Área Construída Total: 1.312,50m².

Razão social: CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Recepção, espera, escada de acesso ao 1ª andar, elevador, guarda de maca e cadeiras de rodas, D.M.L, sala de pequenos procedimentos, serviço social – NECE, sala de vacina, um (01) banheiro P.N.E., um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, hall elevador, elevador de paciente, setor financeirio, dois (02) postos de coleta, SESMT – Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, métodos gráficos com esterilização endoscopia, ultrassonografia com banheiro, expurgo, rampa de acesso a rua, tomógrafo, sala de emissão de laudos por imagem, densitometria óssea,controle tomógrafo, mamógrafo com vestiário e raio x com banheiro e comando de controle display com uma área construída de 442,59m².

-1° Andar : Escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, elevador social, um (01) WC, direção administrativa/coordenação de enfermagem, sala de reuniões, um (01) banheiro PCNE., um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, hall elevador, elevador paciente, recepção, espera, sala de triagem, clínica de Estética com atendimento e lavabo, consultório 04, consultório 05, consultório 06, consultório 07, consultório 08 com banheiro, consultório 09 com banheiro, consultório 10 com banheiro, consultório 11 com banheiro, almoxarifado, consultório 12 com banheiro, consultório 13 com banheiro, consultório de enfermagem com banheiro, D.M.L, consultório 1 e consultório 2 com uma área construída de 442,59m².

-2° Andar: escada de acesso ao 1ª andar, elevador social, setor administração com um (01) banheiro, diretor clínico, sala de reuniões, CCIH, hall elevador, elevador paciente, repouso enfermagem com um (01) WC, repouso médico com um (01) WC, farmácia com lavabo, dois (02) posto de enfermagem, DML, centro cirúrgico, unidade de recuperação pós-anestesica, bloco cirúrgico 1, bloco cirúrgico 2, vestiário masculino, vestiário feminino, circulação serviço, área limpa, arsenal – guarda material esterilizado, área suja, circulação funcionários, cozinha, repouso médico com banheiro, repouso enfermagem com banheiro, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino com uma área construída de 427,32m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
TERRENO	27.829,86m²
PAV. TÉRREO	442,59m²
1ª ANDAR	442,59m²
2ª ANDAR	427,32m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**1.312,50m²**

IX. BLOCO J

1.3- Área Construída Total: 1.070,61m².

1.6- Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Escada de acesso ao 1ª andar, elevador, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, sala J1, sala J2, circulação, sala dos professores, sala de projetos/laboratorista, secretaria, coordenação de engenharia civil, laboratório de hidráulica e laboratório de materiais de construção civil - LABMAC com uma área construída de 356,87m².

-1° Andar : Escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, elevador, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, sala J3, sala J4, sala J5, sala J6 e sala J7 com uma área construída de 356,87m².

-2° Andar : Escada de acesso ao 1ª andar, elevador, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, sala J8, sala J9, sala J10, sala J11 e sala J12 com uma área construída de 356,87m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	356,87m²
1ª ANDAR	356,87m²
2ª ANDAR	356,87m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**1.070,61m²**

X. BLOCO L

Área Construída Total: 4.237,09m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação dos Pavimentos:

- Pavimento Térreo: Três (03) escada de acesso ao 1ª andar, elevador, recepção, um (01) lavabo, raio – x, consultório 1, consultório 2, internação gatos, internação cães, pré-operatório, pós-operatório, bloco cirúrgico, antsep. observação, esterilização, expurgo, depósito, isolamento, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, câmara fria, laboratório histopotologia animal, laboratório morfofuncional VI, sala de peças molhadas com quatro (04) tanques, núcleo de estágio supervisionado, programa de acompanhamento de egressos-PROAEG, coordenação de esportes, recepção clínica escola de nutrição, espera, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, circulação, coordenação, consultório 1, consultório 2, laboratório de avaliação ambiental, DCE, copiadora, lanchonete com cozinha e despensa. Departamento de patrimônio financeiro com dois (02) almoxarifado e um (01) lavabo, um (01) depósito, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, SICREDI, quadra de esportes, um (01) vestiário masculino, um (01) vestiário feminino e sala de som com uma área construída de 2.454,63m².

-1° Andar : Escada de acesso ao pavimento térreo e ao 2ª andar, duas (02) escada de acesso ao pavimento térreo, secretaria, sala dos professores, coordenação de medicina veterinária, clínica especializada I, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, um (01) WC masculino e feminino acessível, circulação, laboratório de informática L1, METLAB - medicina veterinária, academia contendo: espaço previsto para equipamentos, recepção, lanchonete, atendimento médico, um (01) WC masculino, um (01) WC feminino, um (01) WC PNE, sala de ginástica e sala de dança com uma área construída de 855,56m².

-2° Andar : Escada de acesso ao 1ª andar e ao 3ª andar, elevador, clínica especializada II, laboratório de patologia clínica, circulação, sala L2, sala L3, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala L4, sala L5, sala L6 e sala L7 com uma área construída de 463,45m².

-3° Andar : Escada de acesso ao 2ª andar, elevador, clínica especializada III, acesso a coberta, circulação, sala L8, sala L9, sala L10, um (01) WC feminino, um (01) WC masculino, sala L11, sala L12, sala L13 e sala L14 com uma área construída de 463,45m².

Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
PAV. TÉRREO	2.454,63m²
1ª ANDAR	855,56m²
2ª ANDAR	463,45m²
3ª ANDAR	463,45m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	**4.237,09m²**

XI. BLOCO L

Área Construída da biblioteca: 766,74m².

Razão social: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos LTDA

Descriminação da biblioteca:

Escada de acesso ao 2ª andar, elevador, um (01) WC fem., um (01) WC masc., processos técnicos, biblioteca central, seção de periódicos. e multimeios, cabine 01, cabine 02, cabine 03, cabine 04, cabine 05, um (01) WC masc., um (01) WC feminino, seção braile e laboratório informática com uma área construída de 766,74m².

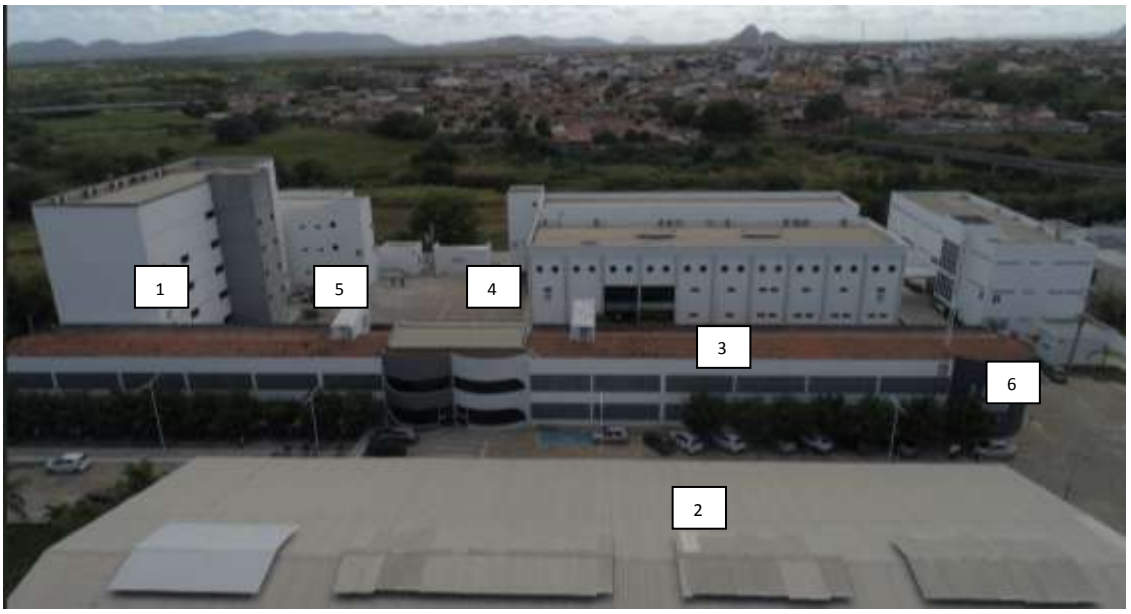
Quadro de Áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIMINAÇÕES	**ÁREAS**
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DA BIBLIOTECA	**766,74m²**

IMAGENS FOTOGRÁFICAS – VISÃO GERAL DA UNIDADE SEDE

Vista aérea do campus sede do UNIFIP – Patos - PB

1 – Ginásio de Esporte; 2 – Bloco A; 3- Bloco L; 4 – Biblioteca; 5 – Praça da Alimentação 6 – Área Verde – Pavilhão para hasteamento das bandeiras; 7 – Guarita 1; 8 – Clínica de Fisioterapia



1 – Bloco B; 2 – Bloco C; 3 – Bloco – H; 4 – Bloco - G ; 5 – Bloco J; 6 – Hospital Day

Biblioteca Central do UNIFIP

Hospital Veterinário - pequenos animais

Biblioteca Central do UNIFIP

Biblioteca Central do UNIFIP

PRÉDIO LOCADO PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS, EM JOÃO PESSOA PARA SOLICITAR CREDENCIAMENTO FORA DE SEDE

Fachada da Instituição

Fachada da Instituição

6.3 AUDITÓRIOS

O auditório Master, com capacidade para trezentos lugares, com a necessidade de um espaço maior, o auditório Master foi projetado com toda segurança com áreas de escape, que são três portas de saída, possui cabine de som e cadeiras retráteis para melhor conforto. Edificado no quarto andar do bloco onde funcionam os Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Enfermagem, possui 252,16m², sendo a área total de 400m²; comporta ainda, uma sala para reuniões, dispondo assim, de um espaço específico para a realização dessas sessões, além de camarim, banheiros adaptados e rampa de acesso aos portadores de necessidades.

O Auditório Paulo Bonavides mede 103,81m², com capacidade para 90 lugares, possui equipamentos de som, computadores conectados à internet Wireless e projetor de multimídia. O espaço do auditório atende aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, climatização, conservação e comodidade.

6.4 SALAS DOS PROFESSORES

Em cada bloco do UNIFIP há pelo menos uma sala de profesores, com gabinetes dividido por biombos, que mantém a privacidade dos professores, contendo cadeiras confortáveis e um

armário associado a cada gabinete para armazenamento de material didático. Em cada gabinetede professores, há computadores conectados à internet Wireless e banda larga bem como impressoras, um mural para informações diversas, mesas e sofá. Salienta-se que estes espaços sãoexcelentes considerando os aspectos que envolvem dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

6.5 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O UNIFIP adota uma política de atendimento ao discente que se preocupa, além do cumprimento dos programas acadêmicos, com o acolhimento e com a sua permanência, sobretudo, oferecendo condições para aprendizagens significativas, não só no âmbito conteudista, mas no de relacionamento, no de comunicação, no de apoio psicopedagógico, cultural e artístico.

Para a consecução dessa política direcionada para o atendimento aos discentes, nas suas múltiplasdimensões, a Instituição oferece uma série de espaços em que este agente do processo educativo pode recorrer no sentido de garantir-lhes níveis de serviços compatíveis com as suas necessidades, sejam elas pontuais ou contínuas. Nessa perspectiva, os espaços para atendimento aos dicentes, encontram-se abaixo relacionados: Secretaria Geral, Coordenações de Curso, COOPEX, CPSA/FIES, CPA, Ouvidoria, NAPP, PROUNI, Coordenação Acadêmica, Academia Fitness, Salas das Coordenações de Programas e Atividades Acadêmicas, Setor de Protocolo, Setor de Marketing, Coordenação de Pós-Graduação, Reitoria, atendendo aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, climatização, conservação e comodidade necessários à atividade proposta.

Alguns desses espaços encontram-se localizados em setores mais centrais, porque atendem a alunos de todos os cursos e também a egressos, enquanto outros estão localizados nos blocos que compõem a estrutura física da Instituição.

6.6 ESPAÇOS DE CONVENIÊNCIA E ALIMENTAÇÃO

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES atendem às necessidades institucionais, há espaços para os alunos se acomodarem, baterem papo e conviverem com os colegas. Na parte interna do prédio há espaços como praças, bancos, lanchonetes e serviços de Xerox disponíveis para os alunos. Esses serviços de Xerox serão terceirizados pela Reitoria.

6.7 LABORATÓRIOS

Os laboratórios são espaços destinados ao suporte técnico das funções universitárias, englobando laboratório diversificados na área de saúde – contemplando a aplicabilidade específica dos cursos de nutrição, enfermagem, fisioterapia e biomedicina - espaços de simulação empresarial, laboratórios específicos de informática e multimídia. Apesar de priorizar as atividades práticas de ensino, os laboratórios também devem atender outras necessidades provenientes da prática de investigação e extensão.

O planejamento dos laboratórios obedece às exigências didático-científicas do projeto pedagógico de cada curso, quanto à área física, às instalações específicas, às condições de biossegurança, aos equipamentos e aparelhos indicados pelos professores responsáveis pelas práticas, projetos de pesquisa e também programas de extensão.

Cada laboratório deve ter um técnico responsável pelas atividades nele realizadas, auxiliadas por instrutor, ligadas às disciplinas e atividades próprias.

A Instituição terceiriza os serviços de manutenção e conservação das instalações e equipamentos, utilizando profissionais de reconhecida competência na área, para a manutenção preventiva. A manutenção contínua e corretiva fica a cargo da equipe de técnico e/ou instrutor de cada laboratório.

A cada doze meses é prevista a atualização tecnológica, mediante levantamento das necessidades de cada laboratório, pelos professores e técnicos responsáveis, com a assessoria de especialistas de cada área.

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação do UNIFIP estão descritos os laboratórios específicos.

6.7.1 RELAÇÃO DOS LABORATÓRIOS E RESPECTIVAS ÁREAS

A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas vem suprir às necessidades institucionais atendendo as necessidades específicas de cada curso, considerando os aspectos de espaço físico, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança,conservação e acessibilidade. Esses laboratórios constam de espaços estruturados para atenderem as necessidades acadêmicas, com um ambiente totalmente equipado, climatizado e em conformidade com a Biossegurança, proporcionando aos estudantes e corpo docente um ambientede estudo e trabalho agradável.

No UNIFIP tem trinta e nove (39) laboratórios:

NOME DOS LABORATÓRIOS	ÁREA
BIOQUÍMICA I	43,787 m²
BIOQUÍMICA II	47,17 m²
CIA DE DANÇA	78,83 m²
CIÊNCIAS BÁSICAS	52,904 m²
CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA DR. ADERBAN MARTINS DE MEDEIROS	714,25 m²
CLÍNICA ESCOLA DE ODONTOLOGIA DRA. GERALDA FREIRE MEDEIROS	537,03 m²
ESTÚDIO DE RÁDIO	11,44 m²
LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA	33,27 m²
LABORATÓRIO DE CINEANTROPOMETRIA	21,45 m
LABORATÓRIO DE CINESIOLOGIA E BIOMECÂNICA (LACIB): 21,60 m²	21,60 m²
LABORATÓRIO DE CITOLOGIA CLÍNICA	33,27 m²
LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL E TOPOGRAFIA	33,30 m²
LABORATÓRIO DE FÍSICA	28,91 m²
LABORATÓRIO DE FISIOLOGIA E DESEMPENHO HUMANO (LAFISD)	22,40 m²
LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA	10,00 m²
LABORATÓRIO DE HABILIDADES E SIMULAÇÃO EM CIRÚRGICA	48,377 m²
LABORATÓRIO DE HABILIDADES E SIMULAÇÃO EM SAÚDE DA MULHER E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA	43,602 m²
LABORATÓRIO DE HABILIDADES E SIMULAÇÃO EM SEMIOLOGIA	97,873 m²
LABORATÓRIO DE HABILIDADES E SIMULAÇÃO EM UTI	41,25 m²
LABORATÓRIO DE HEMATOLOGIA	34,78 m²
LABORATÓRIO DE HIDRÁULICA	46,56 m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA I (Bloco A)	47,15 m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA II (Bloco A)	47,15 m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA III (Bloco G)	47,15 m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA IV (Bloco D)	53,50 m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA V (Bloco F)	25,51 m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA VI (Bloco D)	36,71 m²
LABORATÓRIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	46,56 m²
LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃOE TECNICA DIETÉTICA	53,73 m²
LABORATÓRIO DE PARASITOLOGIA	33,27 m²
LABORATÓRIO DE PROJETOS	20,64 m²

LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL (LAPE): 24,691m²	24,691 m²
LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES	26,95 m²
LABORATÓRIO ESCOLA DE ANÁLISES CLÍNICAS DO UNIFIP: BIOLAB	300 m²
LIVE ACADEMIA ESCOLA	246,50 m²
MORFOFUNCINAL I- ANATOMIA	208,214 m²
MORFOFUNCINAL II- HISTOLOGIA	43,021 m²
MORFOFUNCINAL IIII- HEMATOLOGIA	64,869 m²
MORFOFUNCINAL IV-PARASITOLOGIA	23,821 m²

6.8 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

No Centro Universitário de Patos há uma intensa preocupação em se garantir uma infraestrutura tecnológica de qualidade e contínua atualização. A IES dispõe de 400 computadores utilizados para fins acadêmicos, administrativos e de laboratórios, com a seguinte configuração básica: Computador de marca Megaware, processador Core i3 - 4150, CPU 3.50GHz, com memória RAM 4Gb e HD com espaço de 500Gb, possui sistema operacional Windows 7 64 bits Licenciado.

Recentemente foi adquirido pela instituição dois módulos itinerantes, um com trinta tablets e outro com 15 notebooks.

A instituição possui um Plano Diretor de Tecnologias da Informação (PDTI) que orienta toda a forma de organização de TI da instituição, e documentar a infraestrutura de TI do Centro Universitário de Patos, com o objetivo de contribuir para o melhor gerenciamento e alimentar a base de conhecimento sobre a infra estrutura de TI da Instituição. O UNIFIP possui uma estrutura de internet de qualidade, a mesma é terceirizada pela empresa Tely soluções em comunicações.

No PDTI também se encontra o Plano de Contingência de TI que prover medidas de proteções rápidas e eficazes para os processos críticos de TI relacionados aos sistemas essenciais, com o intuito de promover o bom funcionamento desses sistemas. Especificamente, este plano busca estabelecer procedimentos de comunicação e mobilização para controle e reparo, em caso de emergências que possam ocorrer durante as atividades relacionadas à TI, visando aplicar ações necessárias para correção e/ou eliminação do problema o mais rápido possível.

Anexo ao PDTI está, também, o Plano de Atualização e Manutenção dos Equipamentos.

Neste, está prevista a política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de Tecnologia da Informação e visa garantir aos cursos de graduação e pós-graduação da UNIFIP a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

Busca, portanto, a garantia da excelência do funcionamento da infraestrutura tecnológica da instituição, porque a IES possui suporte qualificado e disponível para o atendimento de estudantes, professores e funcionários que apresentem dificuldade no acesso aos serviços e equipamentos da instituição.

6.9 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE

A infraestrutura dos espaços para as práticas didáticas, como o laboratório de informática é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades dos cursos de graduação e/ou pós-graduação, para o desenvolvimento de pesquisas aliadas ao ensino e produção de novos conhecimentos científicos.

Os laboratórios específicos de ensino funcionam de segunda a sexta-feira das 8:00h às às 22:00h. São dotados de infraestrutura básica instalada e a atualização tecnológica e didática dos recursos dos laboratórios é feita por demanda de algum professor do curso, que é analisada pelo Coordenador do Curso e pela Reitoria;

Quanto aos serviços e pessoal disponível, os mesmos possuem coordenadores responsáveis, apresentam normas específicas de utilização, com planejamentos que obedecem às exigências do projeto pedagógico de cada Curso.

Na estrutura interna da Coordenação de Educação a Distância da UNIFIP foi instituída uma Coordenação de Tecnologia de Informação e Comunicação que tem como finalidade prover o planejamento, políticas, padrões e soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), aprimorando os processos de gestão desta no âmbito das ações relacionadas coma Educação à Distância. Tem como competências:

a) Criação, manutenção e aperfeiçoamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em pleno funcionamento;
b) Assessorar e avaliar a produção de material didático para a EaD em suas diversas formas e possibilidades;
c) Responsabilizar-se da proposição, avaliação, manutenção e renovação dos equipamentos e materiais utilizados em EaD no CEaD;
d) Oportunizar recursos tecnológicos para a execução de cursos e atividades em EaD;

e) Avaliar as possibilidades de implementação de novas tecnologias utilizadas como veículo para a EaD;

f) Atualizar os novos recursos disponíveis;

g) Cadastrar e fazer a manutenção de Cursos e Turmas;

h) Realizar cópias de segurança nos arquivos do sistema;

i) Formar professores, técnicos e estudantes para o uso das ferramentas e equipamentos disponibilizados pela instituição;

j) Elaborar relatório semestral da utilização, evolução e fragilidades das ferramentas das TIC utilizadas nas FIP.

Além disso, o UNIFIP possui o Grupo de Apoio a Tecnologia e Inovação-GATI que realiza o controle de toda a vida acadêmica do aluno, desde seu ingresso na Instituição até a conclusão do curso. Possui funcionalidades como gerenciamento de dinâmicas curriculares, renovação de matrícula online de forma automatizada, aproveitamentos de disciplinas, gerenciamento de estágios e atividades complementares, geração automática de matrículas em disciplinas, gerenciamento de programas de ensino, cadastro de grade horária, gerenciamento de ocorrências (trancamento de matrícula, desistência do curso etc.) e de licenças, entre outros. O Sistema Acadêmico gerencia cerca de 10.000 usuários e se encontra em constante evolução.

Atende a todos os cursos de graduação presenciais e atividades online do UNIFIP, cursos de pós-graduação *lato sensu*. É utilizado por vários tipos de usuário, como Professores, Coordenadores de Curso, Diretores Financeiros, Secretaria de Curso, Pró-Reitorias, Discentes, Comissão de Vestibular, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Setor de Contabilidade, CPSA (Fies) e Reitoria da Instituição.

6.10 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA A CPA

A sala da CPA mede aproximadamente 17,00 m², possui um computador conectado à internet Wireless e banda larga, mesa para reunião e impressora própria, atendendo aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, climatização, conservação e comodidade necessárias ao desenvolvido das suas atividades.

6.11 BIBLIOTECA: INFRAESTRUTURA

A Biblioteca tem como finalidade básica oferecer suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão, atendendo alunos, professores, tutores, pesquisadores,

funcionários e sociedade civil, promovendo a disseminação da informação. Para tanto, a biblioteca conta com o Programa SIABI, que permite o acesso dos alunos, consulta do acervo e realização de renovação de empréstimos e reservas de títulos, desde que não sejam títulos digitais. A biblioteca ainda conta com a assinatura da plataforma digital "**Minha Biblioteca**", através da celebração de contrato com a Mantenedora, permitindo à comunidade acadêmica acesso a mais de 08 mil títulos digitais das editoras conveniadas.

A Biblioteca do Centro Universitário UNIFIP tem como objetivo facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado tanto para uso dos corpos docente, tutores, discentee técnico-administrativo, quanto para a comunidade externa, desenvolvendo nos usuários o hábito da leitura, a capacidade de pesquisa, enriquecimento das experiências pessoais e culturais e também promovendo a cultura e o entretenimento.

É um dos órgãos mais importante de apoio acadêmico do UNIFIP. Tem como objetivo reunir, organizar, divulgar e manter atualizado todo o seu acervo documental, e como primordial fornecer à comunidade acadêmica e usuário em geral, o apoio e suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão do UNIFIP.

A Biblioteca funciona como órgão de suporte aos programas da instituição, tornando ágil e atualizado o serviço de informações existente, dotado de iniciativa para oferecer aos usuários informações necessárias para obterem conhecimentos. Assim, contribui para o desenvolvimento individual e coletivo de alunos, professores e de pesquisadores da Instituição. ABiblioteca definida como universitária é instrumento técnico-cultural e científico que embasa o ensino, pesquisa e extensão, aliando conteúdo intelectual à disseminação do conhecimento.

O planejamento para aquisição e desenvolvimento das coleções obedece à bibliografia básica para cada disciplina e a sugestões do corpo docente e discente, nas porcentagens de 80% e 10% respectivamente, e da biblioteca em 10%.

A seleção prevê a comparação de estatísticas de circulação com a coleção total e com o potencial de uso das aquisições e, no caso dos periódicos, um estudo de vida útil nas áreas de cobertura de assunto em maior uso, e frequência de circulação. Em todos os casos, a política da biblioteca detecta assuntos e tipos de materiais que demandam um trabalho de dinamização, tendo como uma das prerrogativas, o incentivo à leitura.Os tipos de materiais incluem o bibliográfico, iconográfico e multimeios.

O Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda, visando maximizar a disseminação da informação e do conhecimento entre a comunidade acadêmica, vem aplicando investimentos vultosos na informatização das bibliotecas que dão apoio ao Centro Universitário

sob sua manutenção. A Biblioteca Central atende a todos os Cursos mantidos pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos, através de um Sistema de Automação de Bibliotecas, concebido pela empresa especializada SIABI, que oferece vários recursos informacionais, cadastramento eletrônico de livros e periódicos, usuários e empréstimos domiciliares de livros.

Atualmente o acervo da Biblioteca está totalmente automatizado para um fácil levantamento bibliográfico, facilitando a otimização e agilização dos serviços e diversas formas de consulta ao acervo *online*: reservas e renovações de livros, através da *homepage*: www.unifip.edu.br, transformando-se em uma biblioteca também virtual disponibilizando os seus serviços à comunidade acadêmica e qualquer interessado, através de rede local, intranet e internet.

Além disso, a Biblioteca oferece uma série de recursos de disseminação seletiva da informação, desde boletins bibliográficos até sumários de periódicos. Através dos terminais do Setor de Referência, de publicações impressas editadas eletronicamente e do próprio endereço eletrônico dos professores, servidores e alunos, divulgar-se-á os pontos fortes do acervo e as últimas aquisições que interessam diretamente às demandas específicas de cada usuário.

ACERVO DA BIBLIOTECA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

A catalogação segue a norma da ABNT, NBR 6023/2002. A classificação utiliza como base o CDU – Classificação Decimal Universal e para o número de autor utiliza a tabela de CUTTER.

A indexação é realizada através de lista própria, de cabeçalhos de assuntos, onde os termos são criados e atualizados, visando atender as necessidades informacionais dos usuários da biblioteca.

a) Livros

O acervo de livros é constituído basicamente de obras nas áreas de conhecimento e de atuação do Centro Universitário UNIFIP.

Todo o desenvolvimento do acervo é norteado pelo Projeto Pedagógico do Curso, elaborado com base na atualização dos títulos existentes frente ao mercado editorial, adequando onúmero de exemplares ao número de alunos e incluindo novos títulos indicados na bibliografia básica e complementar, quando se tratar de exemplares físicos. No caso dos títulos disponibilizados em formato digital, a o acesso será eletrônico, por meio da Biblioteca Digital “Minha Biblioteca”.

b) Periódicos

A biblioteca conta em seu acervo com 250 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, sendo 4.700 exemplares, específicos para os cursos oferecidos e outros de interesse da comunidade acadêmica. Para tanto são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

A Biblioteca Central UNIFIP disponibiliza o acesso as plataformas digitais: Capes Ebsco, Academic Search Ultimate, Medline, Dynamed Plus, Dentistry & Oral Science Source, com mais de 20.000 títulos de periódicos, e a Revista dos Tribunais on-line (Livraria RT), com mais de 31 revistas especializadas e mais de 50 mil documentos com atualização diária. O acesso se dá através do sistema acadêmico https://www.studus.com.br/StudusFIP/login.xhtml

c) Informatização

O acervo adquirido está todo representado no sistema informatizado que utilizado pelo Centro Universitário UNIFIP na biblioteca estão instalados os seguintes equipamentos: 02 (duas) impressoras jato de tinta; 04 (quatro) microcomputadores para atendimento ao usuário; 02 (dois) microcomputadores para processamentos técnicos; 18 (dezoito) microcomputadores para pesquisas, 02 (duas) leitoras de código de barras.

A biblioteca Central UNIFIP utiliza o SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas), sendo este um sistema generalizado para armazenamento e recuperação de informações.

O SIABI é um sistema completo, compatível com padrões nacionais e internacionais da Biblioteconomia: MARC-21, ISO-2709, AACR2, NBR-6023 e Z39.50. Captura registros diretamente na WEB e gera os principais campos MARC-21 automaticamente. Gerencia sugestões, compras, doações, duplicatas, encadernações e descarte; alerta o vencimento das assinaturas e permite a inclusão de sumário e CAPA das publicações. Cataloga materiais especiais, Artigos, Capítulos e Acervos Digitais. Automaticamente são gerados o formato de Referência ABNT, a Ficha Catalográfica e a Ficha kardex. Apesar do rigor técnico, é o sistema mais fácil de utilizar do mercado pois não exige do Bibliotecário o conhecimento prévio do formato MARC-21 para poder catalogar.

O Módulo de Circulação controla empréstimos Normais, Especiais e Xerox gerando multas ou suspensões com bloqueio automático. Emite recibos e carteira do usuário com código de barras e foto. Autoriza transações por senha ou Biometria.

O Módulo de Estatísticas informa os títulos, usuários, cursos, tipos de materiais e departamentos com mais empréstimos; quantitativos de acessos à portaria e de consultas locais

por classes, assim como a posição do acervo por áreas de conhecimento CNPQ, além dos relatórios solicitados pelas Comissões do MEC.

Um grande diferencial do SIABI é a Interface WEB com renovação e reserva de materiais, divulgação de noticiais, acervo, horário de funcionamento, visualização das CAPAS, GALERIA de FOTOS e acesso ao inteiro teor. Os usuários recebem e-mails automáticos quando suas reservas são ativadas, quando os empréstimos estão vencendo ou em atraso e no momento que algum documento que ele tenha interesse é adquirido pela biblioteca (DSI – Disseminação Seletiva da Informação).

d) Base de Dados

A biblioteca disponibiliza bases de dados para pesquisa, estão instalados em locais apropriados da biblioteca microcomputadores com acesso à Internet para consulta as bases de dados on-line.

Atualmente, podem ser acessadas na conta dos usuários da Biblioteca Central via Sistema Studus as seguintes bases de dados: TCC's (Trabalhos de Conclusão de Cursos on-line); Biblioteca Digital "Minha Biblioteca" (com 8 mil títulos); SIABI: livros, pelo catálogo on-line; periódicos, materiais especiais, acervo Braille, CD-ROM e DVD's.

e) Multimídia

O acervo multimídia é composto basicamente de CD-ROM e DVD's. Há aproximadamente 1.960 CD's, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e na área de Ciências Humanas. Há também diversos títulos em CD-ROM destinados aos usuários portadores de deficiência visual.

A biblioteca disponibiliza aos usuários os computadores necessários para a utilização deste material.

d) Seção Braille

Acervo de livros com mais de 200 exemplares em Braille, impressos e multimídia, além de instalações e equipamentos adequados aos portadores de necessidades especiais, como rampa de acesso, elevador, banheiro, sala, mobiliário, lupa e 02 computadores com softwares de acesso (Dos Vox e NVDA) .

6.11.1 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA PARA ESTUDOS

A biblioteca está instalada em área de 860 m², assim distribuída: salão com 17 mesas de

estudos e 130 cadeiras, 05 salas de estudos em grupo, 01 sala de estudos individuais, área para o acervo e área para serviços administrativos e processamento técnico do acervo.

As instalações são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

O mobiliário é composto por 02 arquivos armários; 02 bebedouro; 01 quadro interno de avisos; 70 estantes de livros; 21 estantes para periódicos; 01 estante para a coleção de reserva; 01 guarda-volumes com 35 escaninhos; 01 telefone.

Na biblioteca estão instalados os seguintes equipamentos: 02 impressoras jato de tinta; 04 microcomputadores para atendimento ao usuário; 02 microcomputadores para processamento técnico; 18 microcomputadores para pesquisas; 02 leitoras de código de barras.

A ambientação da Biblioteca apresenta condições propícias à motivação e aumento de produtividade dos alunos, dos professores e pesquisadores, sendo também um dos pontos de referência para usuários e bibliotecas congêneres.

Para assegurar condições adequadas de conforto térmico, acústico, de iluminação, a Biblioteca conta com uma iluminação suficiente, higiene, ventilação e segurança, itens aliados a uma moderna arquitetura interna e, mobiliário adequado. O projeto do UNIFIP, atendendo a Portaria nº 3.284/2003, contempla cuidados com o acesso às instalações físicas da Biblioteca de forma a não restringir o percurso dos usuários e, em especial, daqueles portadores de deficiências físicas ou mobilidade reduzida.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 22:00; e aossábados no horário 08:00h às 12:00.

No período de férias, a biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 07:00às 22:00; e aos sábados no horário 08:00h às 12:00.

PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA BIBLIOTECA

A equipe técnico-administrativa da biblioteca é composta por: Coordenação da Biblioteca, auxiliares de Biblioteca (Funcionários) e auxiliares de Biblioteca (Estagiários e jovensaprendizes).

A biblioteca está sob responsabilidade de Francisco das Chagas Leite; Laureno Marques Sales , Bacharéis em Biblioteconomia pela UFPB e Pós Graduados em Biblioteconomia pela FIJ (Faculdades Integradas Jacarepaguá). Seu registro no conselho de classe é CRB 15/0076;

CRB15/121.

Os funcionários participam de seminários, workshop, palestras etc., tendo em vista a atualização da equipe em relação aos autores da área, novos termos e novas pesquisas.

A equipe da biblioteca atende às necessidades da formação do acervo e as demandas dos usuários do Centro Universitário UNIFIP.

SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local; empréstimo domiciliar; reservas; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica (COMUT); e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

Os usuários da biblioteca classificam-se em internos e externos. São usuários internos: professores, pesquisadores, alunos, funcionários e estagiários. São usuários externos: membros da comunidade externa, não enquadrados nas condições de usuários previstas no caput deste artigo, poderão se utilizar da Biblioteca para fins de estudos e pesquisas no local.

A biblioteca do Centro Universitário UNIFIP tem acervo físico e acervo virtual, com acesso para todos os alunos dos cursos a serem ofertados na modalidade educação a distância.

A biblioteca considera como usuários em potencial membros da comunidade em geral, interessados na área de assunto coberta pelo seu acervo, bem como pelos serviços prestados.

O acervo é de livre acesso, ficando facultado aos usuários ir diretamente às estantes para pesquisa do material desejado, ou no caso de dúvida, consultar o funcionário da biblioteca. As publicações retiradas das estantes devem ser deixadas sobre a mesa, para fins de estatística e serão recolocadas nas devidas estantes pelos funcionários da biblioteca.

Para ter direito ao empréstimo de publicações é necessário preencher uma ficha de cadastro e apresentar comprovante de matrícula (corpo discente). O usuário deve assinar um termo de compromisso no qual se compromete a respeitar as normas do Regulamento da Biblioteca e responder por possíveis perdas e/ou danos do material consultado e/ou emprestado.

É permitido o empréstimo a todos os usuários inscritos na biblioteca que não estejam ematraso de devolução e que não tenha qualquer pendência com a biblioteca.

É permitido o empréstimo de livros, caso não haja reserva dos volumes. O limite de volumes e o prazo de empréstimo variam de acordo com o tipo de usuário:

O prazo de empréstimo poderá ser renovado por 09 vezes, caso a obra não esteja reservada, e o usuário a esteja apresentando dentro do prazo.

Não podem ser retirados, para empréstimo domiciliar, publicação periódica, obras de

referência (dicionários, enciclopédias, anuário periódicos, etc.), livros previamente definidos como exemplares "não emprestáveis", salvo em casos especiais, a critério do bibliotecário. O acesso a estas publicações só será permitido através de consulta in loco.

Os usuários inscritos na biblioteca têm direitos a retirar periódicos ou obras de referência para serem utilizados em sala de aula, desde que munidos de documento oficial de identificação. O material bibliográfico retirado deve ser devolvido no mesmo dia, antes do horário de encerramento da biblioteca.

Aos usuários de outras instituições, o empréstimo para cópias é feito por meio de documento oficial de identificação.

As reservas são feitas a partir de solicitação dos usuários, quando a obra desejada estiver emprestada. A reserva é nominal, obedecendo à ordem cronológica dos pedidos. O material reservado fica à disposição do usuário durante 48 horas, a contar da data informada pelabiblioteca da devolução do mesmo. Findo o horário,

É liberado para empréstimo ao candidato subsequente. É de responsabilidade do interessado, informar-se sobre a chegada do material reservado.

A comutação bibliográfica é oferecida a usuários internos e externos. É utilizado o Sistema de Comutação Bibliográfica do IBICT, o COMUT.

A biblioteca disponibiliza do conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual de Normas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

FORMAS DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA

A política de desenvolvimento do acervo tem os seguintes objetivos: a) permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo em todos os campos do conhecimento; b) identificaros elementos adequados à formação do acervo; c) determinar critérios para duplicação de títulos; C) estabelecer prioridades de aquisição de material; e) traçar diretrizes para o descarte de material.

a. A biblioteca considera seus recursos orçamentários para adquirir diferentes tipos de materiais, tais como: livros, obras de referência, periódicos, mapas e multimeios. Esses materiais atendem as seguintes finalidades:

b) Suprir os programas de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário UNIFIP;

c) Dar apoio aos programas de pesquisa e extensão do Centro Universitário UNIFIP;

d) Atender o pessoal dos serviços administrativos no exercício de suas atividades;
e) Fornecer obras de informação geral em áreas de assunto não cobertas pelos programas de instrução, de pesquisa e de extensão;
f) Coletar e recuperar materiais importantes que relatem a história e o desenvolvimento do Centro Universitário UNIFIP, incluindo publicações da própria Instituição, bem como materiais sobre a mesma, publicados fora do CentroUniversitário UNIFIP.

O material bibliográfico e audiovisual que se destina a integrar o acervo é rigorosamenteselecionado, observando os seguintes critérios:

a) adequação do material aos objetivos e nível educacional da Instituição;
b) autoridade do autor e/ou editor;
c) atualidade;
d) qualidade técnica;
e) escassez de material sobre o assunto na coleção da biblioteca;
f) aparecimento do título em bibliografias e índices;
g) preço acessível;
h) língua acessível;
i) número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;

reputação do publicador ou produtor;
condições físicas do material;

O serviço de aquisição do Centro Universitário UNIFIP divulga entre os docentes as novidades editoriais. Para esse trabalho utiliza fontes de informação como: bibliografias gerais e especializadas; catálogos, listas e propagandas diversas de editores e livreiros; guias de literatura gerais e especializadas; listas de novas aquisições e boletins bibliográficos; opinião dos usuários.

A seleção qualitativa do material adquirido está a cargo do NDE de cada um dos cursos de graduação.

O corpo docente contribui decisivamente para a formação do acervo de boa qualidade, visto que esses são conhecedores da literatura nas suas respectivas áreas e podem assim, selecionar criteriosamente o material a ser adquirido.

A biblioteca executa a seleção quantitativa baseada nos critérios a seguir estabelecidos:

– Livro Texto Nacional - São adquiridos preferencialmente 03 títulos da bibliografia básica para cada disciplina, sendo que o número de exemplares é calculado como 01 (um) exemplar para cada 05 alunos. O número de alunos é discriminado no formulário para aquisição de documentos da biblioteca do Centro Universitário UNIFIP.

- Livro Texto Importado - Os livros importados são adquiridos quando não existe uma adequada tradução em português ou espanhol. Nesse caso, o livro-texto é adquirido em menor quantidade do que o livro-texto nacional. Os casos especiais (livro texto nacional ou importado) são estudados pela Comissão de Biblioteca.

- Livros de Leitura Complementar e/ou Atualização - Livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização para pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas nas diversas áreas do conhecimento humano, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. São adquiridos somente 02 (dois) exemplares, exceto nos casos em que haja demanda, ou por necessidade justificada pelos solicitantes. A duplicação de exemplares de documentos internacionais é definida pela Comissão de Biblioteca, em função do alto custo dos mesmos.

- Coleção de Referência - É dada atenção especial à aquisição de material de referência e instrumentos de acesso à informação, bem como aquisição de repertórios bibliográficos (bases de dados bibliográficas) que possibilitem o acesso à informação existente no campo do conhecimento técnico-científico. É de competência da Comissão de Biblioteca a seleção desses documentos.

- Periódicos Correntes Impressos e Eletrônicos - A cada ano, a Biblioteca realiza avaliação nas estatísticas de utilização de periódicos correntes, com o objetivo de colher subsídios paratomada de decisões para a renovação dos mesmos.

A listagem dos títulos com seu respectivo uso é analisada pela Comissão de Biblioteca, com o intuito de realizar:

(i) cancelamento de títulos que já não atendem as suas necessidades;

(ii) a inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático e/ou atualização;

(iii) manutenção dos títulos já adquiridos. Para este fim são observados os seguintes critérios:

(iv) inclusão: quando houver a implantação de novos cursos; títulos publicados na área, desde que o mesmo não seja assinado, em formato impresso ou on-line, pela biblioteca; quando há necessidade de novo título em decorrência de alteração da matriz curricular; títulos necessários ao desenvolvimento de pesquisa desde que esteja vinculada a biblioteca do Centro Universitário UNIFIP. Para periódicos eletrônicos é considerado: a facilidade de acesso simultâneo; o backup após termino da assinatura; a cobertura da assinatura;

(v) cancelamento: quando um novo título é mais abrangente do que o já existente no acervo da biblioteca; quando não mais existir interesse no título pelo curso,por motivos devidamente justificados; quando o título não apresenta utilização devidamente comprovada em estatística de uso; outros.

No caso de cancelamento e/ou inclusão de títulos, é enviado à biblioteca um ofício pelo

Coordenador de Curso, devidamente fundamentado, para apreciação da comissão de Biblioteca. Todos os títulos indicados para compra são renovados, automaticamente, até a próxima avaliação de utilização da coleção. Durante o ano, existe a possibilidade de inclusão e/ou cancelamento de títulos, desde que se enquadrem nos critérios já mencionados e que sejam aprovados pela Comissão de Biblioteca.

- Multimeios - São adquiridos quando, comprovada a necessidade de tais recursos, para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão dentro das seguintes condições: a) quando os equipamentos necessários para sua utilização existirem na biblioteca ou estiverem em vias de serem adquiridos; b) quando houver a adequaçãodo formato físico ao conteúdo do material.

- Periódicos de Caráter Informativo - A biblioteca adquire periódicos de informações gerais (locais, estaduais e nacionais) e revistas de caráter informativo de âmbito nacional (Veja, Isto É, etc.). As revistas de lazer estão restritas a 01 (um) título por Unidade de Informação.

Devido à grande quantidade de documentos produzidos nas diversas áreas do conhecimento, tornar-se impossível para a biblioteca adquirir todo o material bibliográfico disponível no mercado editorial. Sendo assim, é adquirido, prioritariamente, o seguinte material bibliográfico:

a) Bibliografia básica e complementar de livros e obras de referência para os cursos de graduação e pós-graduação em fase de reconhecimento, implantação, credenciamento ou recredenciamento;

b) Periódicos de referência (Base de Dados, Bibliografias, etc.);

c) Assinaturas de periódicos cujos títulos já fazem parte da lista básica, conforme indicação dos docentes;

d) Documentos para desenvolvimento de pesquisa desde que vinculada a do Centro Universitário UNIFIP;

Os casos não previstos são submetidos à apreciação da Comissão de Biblioteca e são aceitas as doações que se enquadram nos seguintes critérios:

- Livros, obras de referência e recursos audiovisuais: atualização do tema abordado; estado físico; interesse para o Centro Universitário UNIFIP.

- Periódicos: são aceitos para completar falhas e/ou coleção já existente na biblioteca; são aceitos somente aqueles cujo conteúdo são adequados aos interesses da comunidade acadêmica.

Em caso de dúvidas, as doações serão submetidas à apreciação da Comissão da Biblioteca. A biblioteca pode dispor das doações recebidas das seguintes maneiras: a) incorporá-

las ao acervo; b) doá-las e/ou permutá-las com outras instituições; c) descartá-las.

Desbastamento de material bibliográfico e especial é o processo pelo qual se retira (ou se descarta) do acervo ativo, títulos e/ou exemplares, partes de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático para manter a qualidade da coleção. O desbastamento do acervo do Centro Universitário UNIFIP é feito de acordo com as necessidades das Coordenadorias de Curso e com a apreciação da Comissão da Biblioteca.

Critérios para Descarte de Livros:

a) inadequação: documentos cujos conteúdos não interessam à faculdade, incorporados ao acervo anteriormente, sem uma seleção prévia e/ou escritas em línguas pouco acessíveis;
b) desatualização: documentos cujos conteúdos já foram superados por novas edições, levando-se levar em consideração, principalmente, a área de conhecimento a que se refere à obra.
c) condições físicas (sujas, infectadas, deterioradas ou rasgadas): após rigorosa análise do conteúdo e relevância do documento, se for considerado de valor e não disponível no mercado para substituição, é recuperado. Quando houver possibilidade de substituição e o seu custo for inferior ao da recuperação, é feita a aquisição e o documento descartado.
d) duplicatas: número excessivo de cópias de um mesmo título em relação à demanda.

Critérios para Descarte de Periódicos:

a) Coleções não correntes e que não apresentem demanda;
b) Periódicos de divulgação geral e/ou de interesse temporário;
c) Periódicos recebidos em duplicata;
d) Coleções de periódicos de caráter não científico;
e) Condições físicas inadequadas.

Os documentos desaparecidos não são repostos automaticamente. A reposição é realizada com base na demanda, importância e valor do título. Em casos de dúvida, a reposição é submetida à apreciação da Comissão de Biblioteca.

A avaliação sistemática do acervo é entendida como o processo utilizado para se determinar a importância e a adequação do acervo em função dos objetivos da Instituição, o que tem possibilitado ao Centro Universitário UNIFIP traçar diretrizes quanto à aquisição, à

acessibilidade e ao descarte..

As Coordenadorias de Curso procedem a avaliação do seu acervo quando necessário, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados são comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Na avaliação do acervo da biblioteca, são utilizados os seguintes critérios:

- Distribuição percentual do acervo por área - São analisadas a existência de documentos em cada área do conhecimento ministrado no Centro Universitário UNIFIP. As análises permitem conhecer os cursos que devem ter a sua coleção implementada (seja em exemplares, títulos, material em português, etc.) e quais as áreas de pesquisa desprovidas de documentos que necessitam de providências.

- Estatísticas de utilização do material bibliográfico e especial - As análises das estatísticas de uso do material permitiram a determinação dos títulos que requerem múltiplas cópias e aqueles cuja duplicação é desnecessária. Por outro lado, quando comprovada a baixa utilização dos recursos bibliográficos em alguma área, a coordenação do curso investiga a causa do problema.

- Sugestões dos usuários - A sugestão do usuário é um parâmetro seguro para se avaliar as coleções e, consequentemente, através da mesma foi possível ao do Centro Universitário UNIFIP: a) verificar se a coleção satisfaz aos usuários; b) determinar os tipos e níveis de necessidade em relação às coleções; c) verificar as mudanças de interesse por parte do Centro Universitário UNIFIP.

- Comparação das Coleções com Listas, Catálogos e Bibliografias Recomendadas e/ou Adotadas - A utilização deste método consiste na comparação do acervo com listas, bibliografias recomendadas e/ou adotadas, para verificar os itens não existentes na biblioteca e que devam ser adquiridos.

A cada 02 (dois) anos a política de desenvolvimento de coleções é revisada pela Comissão da Biblioteca com a finalidade de garantir a sua adequação aos objetivos do Centro Universitário UNIFIP. Para atender à proposta de implantação dos cursos previstos para o período 2020.1/2020.2, o Centro Universitário UNIFIP adquirirá a bibliografia básica e complementardos cursos que serão implantados.

Solicitações e adequações das bibliografias básicas e complementares

As Coordenadorias de Curso procedem a avaliação do seu acervo, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados são comparados e analisados, assegurandoo alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Estas avaliações são referendadas pelo Núcleo Docente Estruturante de cada curso de Graduação, considerando o número de vagas e a quantidade de exemplares por título.

O acervo do curso se apresenta no formato digital, em consonância com a Portaria

MEC nº 11 de 20 de junho de 2017 e os Instrumentos de Avaliação do INEP de outubro de 2017 e/ou no formato físico, de acordo com a disponibilidade do(s) título(s). Todos os alunos terão acesso sem limites, quando se tratar de formato digital, mas quando os títulos forem no formato físico, a relação de exemplares por alunos será na proporção de 1 exemplar para cada 5 alunos.

De acordo a definição do Núcleo Docente Estruturante – NDE, as Unidades Curriculares –Ucs - terão 3 títulos indicados na bibliografia básica e 5 títulos indicados na bibliografia complementar. A relação de título e exemplares está adequada ao número de vagas solicitadas para cada curso.

Os alunos deverão acessaro endereço eletrônico https://dliportal.zbra.com.br/Login.aspx?key=fip e digitar login e senha individuais. O acesso é fornecido ao aluno logo após seu cadastro na Biblioteca Central UNIFIP. Após acessar o sistema,o aluno tem a seu dispor mais de 8.000 títulos para pesquisar.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA BIBLIOTECA - Evolução do acervo

ACERVO / EXEMPLARES	2021	2022	2023	2024	2025
Livros	14.568	14.700	14.850	15.000	15.150
	52.077	53.000	54.500	55.500	56.500
Periódicos	4.600	4.900	5.200	5.500	5.800
Multimídia	1.960	2.060	2.160	2.260	2.360
TOTAL	73.205	74.660	76.710	78.260	79.810

Legenda: t = títulos ex = exemplares

PLANO DE EXPANSÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA

Local	2021	2022	2023	2024	2025
Área para o depósito do acervo	650m²	700 m²	750 m²	800 m²	850 m²
Leitura	400 m²	450 m²	500 m²	550 m²	600 m²
Estudo Individual	85 m²	90 m²	90 m²	100 m²	105 m²
Estudo emgrupo	115 m²	115 m²	130m²	145 m²	160 m²
Processamento técnico	25 m²	30 m²	30 m²	35 m²	35 m²
Área total	1275 m²	1385 m²	1500 m²	1630 m²	1750

6.12 SALA DE APOIO DE INFORMÁTICA

Laboratório de Informática constitui-se em importante espaço de vivência e trabalho para a comunidade acadêmica, pela disponibilidade de recursos modernos e atualizados e o acesso ilimitado às redes científicas nacionais e internacionais.Seus recursos serão utilizados para pesquisa pelos diversos atores institucionais para digitação e formatação de trabalhos científicos.Constitui-se em recurso de suporte relevante, principalmente para os alunos que não têm a disponibilidade de computador para usar no seu domicílio, e necessitam proceder toda a digitação e formatação dos seus trabalhos no próprio UNIFIP.

No UNIFIP há laboratórios de informática equipado com terminais de computadores com kit multimídia e gravador de CD para acesso gratuito à internet em banda larga, a bases de dadose para digitação de trabalhos acadêmicos. Além dos recursos disponíveis no Laboratório de Informática, os discentes têm a seu dispor no espaço da Biblioteca Central, sala de informática com disponibilidade de 18 computadores para utilização em atividades livres, com acesso à internet e às redes de pesquisa nacionais e internacionais.

6.13 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Na atualidade são muitos os avanços tecnológicos que podem e devem ser utilizados na educação. O UNIFIP investirá continuamente na atualização tecnológica e na inserção desta nas práticas pedagógicas, em função do novo paradigma determinado pelas tecnologias, com a finalidade de formar profissionais preparados para atuarem com competência na era da informação e do conhecimento.

O UNIFIP se preocupa em atender as exigências do mundo contemporâneo e para issotem procurado inserir o maior número de novas tecnologias possíveis no ensino. Os avanços tecnológicos representam uma oportunidade que a Instituição proporciona para que seus alunos vivenciem as tecnologias mais atualizadas e que têm contribuído para a evolução da sociedade. Nesse sentido, os profissionais formados na instituição tornam-se cada vez mais especializados nas suas respectivas áreas de conhecimento.

No que concerne à tecnologia, todos os laboratórios possuem regulamento de funcionamento, utilização e segurança afixado no quadro de aviso. Além disso, possuem portas com dimensionamento adequado para cadeirantes e mobiliário dentro das normas de acessibilidade e sinalização adequada para cadeirantes. Vale ressaltar que é realizada manutençãopreventiva semestral nos equipamentos.

Para tanto, a Instituição tem se preocupado em implementar ações que viabilizem a inovação no processo de aquisição e produção de conhecimentos. Dentre essas ações pode-se destacar:

a) Investimento na informatização das atividades acadêmicas de comunicação e informação;
b) Utilização de recursos tecnológicos em todas as suas salas de aula, biblioteca, laboratório, secretarias, salas ambientes de docentes;
c) Dimensionar o acesso à internet nas suas instalações;
d) Disponibilizar o acervo de e-book na biblioteca de maneira bastante ampla;
e) Implantar, no tempo certo, o acervo de trabalhos acadêmicos via online visando sua divulgação;
f) Implantar via sistema Studus , um ambiente virtual de aprendizagem para uso das disciplinas curriculares e de exercícios domiciliares;
g) Orientar o uso de redes sociais e fontes de informação para toda comunidade escolar;
h) Utilização da plataforma Moodle nas práticas de ensino presencial;
i) Oferta de 20% da carga horária dos cursos na modalidade à distância, em consonância com o que determina a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016;

j) Utilização de tecnologias atuais de informação e de comunicação – videoconferência, lousa digital e outras para promover a melhoria significativa do ensino–aprendizagem;

k) Realização de eventos ligados à Inovação Tecnológica;

l) Prover o site da instituição com canais de divulgação das atividades realizadas por docentes e discentes;

m) Implantar gradativamente o portal virtual das disciplinas onde o aluno encontra o material de apoio, artigos, plano de disciplinas, avisos, resumos, dentre outros.

Na atualidade, em cada sala de aula já conta com um data show e caixa de som. No âmbito da Biblioteca, observa-se que a apropriação dos recursos tecnológicos será operacionalizada por meio dos serviços oferecidos, tais como consultas, empréstimos, reserva e renovação online, levantamento bibliográfico automatizado, pesquisa na internet, treinamento e orientação bibliográfica aos usuários. No ambiente na biblioteca, registra-se a disponibilização do serviço de Biblioteca Virtual, que compreende centenas de títulos de diversas editoras, nas diferentes áreas do conhecimento, para que alunos e professores possam acessá-los online.

6.14 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

UNIDADE I

As instalações sanitárias atendem aos critérios de acessibilidade, padrões de higienização e luminosidade. No UNIFIP possuem oito (08) blocos, instalações sanitarias exclusivas para alunos, distribuídos da seguinte forma: quarenta e sete (47) baterias de sanitários masculinos, vinte e sete (27) com acessibilidade; sessenta (60) baterias de sanitários femininos, vinte e sete
(27) com acessibilidade, seis (06) localizados no Ginásio, sendo três masculinos e três femininos e cinco com acessibilidade, sendo dois masculinos e três femininos, dois (02) na Academia do UNIFIP, sendo um masculino e um feminino. Além do mais, a IES tem sanitários exclusivos parafuncionários e Coordenadores de Curso.

UNIDADE II

Na Unidade II, o UNIFIP possui nos sete (07) instalações sanitárias exclusivas para alunos, distribuídos da seguinte forma: três banheiros femininos, e um para necessidades especiais, e quatro masculinos; há quatros pias, sendo uma para alunos com necessidades especiais.

REFERENCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. Algumas considerações sobre a educação a distância, aprendizagens e agestão de sistemas não-presenciais de ensino. In: PRETI, Oreste. **Educação a distância**: ressignificando práticas. Brasília: Líber Livro, 2005.

BENVENUTTI, D. B. Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos. **Pedagogia: a Revista do Curso**. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47-51, jan.2002.

BOCK, Ana Mercês Bahia.; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 13 ed. Reform. e Ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da EducaçãoNacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr.2004.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA – INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes. 63

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Portaria 1.382, DE 31 DE OUTUBRO DE2017.

Aprova em extrato, os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa para os atos decredenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial e a distância, do Sinaes. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1 nov. 2017.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA – INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes. 63 Nota Técnica nº 65, de 09 de outubro de 2014. Roteiro para relatório de Autoavaliação Institucional**. Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 04 fev. 2014.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA – INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes. RESOLUÇÃO N° 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências**. Diário Oficial da União,** Brasília, DF, *DOU* nº 142, de 27.07.*2010*.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1,

p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11.

_____. *Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 88 da Lei n. 8.112, de11 dezembro de 1990. Recuperado em 27 dezembro, 2016, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 8, de 6de março de 2012. Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **DiárioOficial da União**, Brasília, DF, 30 maio 2012a.

____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jun. 2012b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 dejunho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. DiárioOficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012c.

_____. Decreto no 5296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 dedezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 dez. 2004.

_____. MEC. Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõesobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **PAS - Pesquisa Anual de Serviços, 2014.**

[online] Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ecnomia/comercioeservico/pas/pas2017

CARMINATTI, Simone Soares Haas; e BORGES, Martha Kaschny. **Perspectivas da avaliaçãoda aprendizagemna contemporaneidade.** São Paulo/SP: Est. Aval. Educ. v. 23, n. 52, p. 160- 178, maio/ago. 2012

COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MAURI, T., O que faz com que o aluno e a aluna aprendam os conteúdos escolares? In: COLL,C.; MARTÍN, E.; MAURI, T.; MIRAS, M.; ONRUBIA, J.; SOLÉ, I.; ZABALA, A., **O construtivismo na sala de aula.** 6 ed. São Paulo/SP: Ática, 2006. pp. 79-122.

MIZUKAMI, N. G. M., **Ensino:** as abordagens do processo. 6 ed. Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed,1999.

OBSERVAÇÃO

Os documentos citados neste PDI encontram-seseparada em uma pasta.

Regimento Geral do UNIFIP
Plano de Cargos e Salários – Docentes eTécnicos
Regulamento de todos os Núcleos
Regulamento dos Laboratórios
Regulamento das Clínicas
Regulamentos dos Núcleos DocentesEstruturantes
Regulamento dos Colegiados dos Cursos
Regulamentos dos Estágios
Regulamento dos Planos de Ações das Coordenações de Curso
Plano de Comunicação com a Sociedade Interna e Externa